



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
**INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JÉSSYCA TOMAZ DE CARVALHO

**OS EFEITOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E DA MOBILIDADE ESPACIAL  
DO TRABALHO NO CENTRO-NORTE GOIANO A PARTIR DO PLANO  
NACIONAL DE AGROENERGIA (2006-2011)**

GOIÂNIA

2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Nome completo do autor: Jéssyca Tomaz de Carvalho

Título do trabalho: OS EFEITOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E DA MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO CENTRO-NORTE GOIANO A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA (2006-2011).

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a)

Data: 25/02/2017

---

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

JÉSSYCA TOMAZ DE CARVALHO

**OS EFEITOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E DA MOBILIDADE ESPACIAL  
DO TRABALHO NO CENTRO-NORTE GOIANO A PARTIR DO PLANO  
NACIONAL DE AGROENERGIA (2006-2011)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira

GOIÂNIA

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Tomaz de Carvalho, Jéssyca

Os efeitos do Agronegócio Canavieiro e da Mobilidade Espacial do Trabalho a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006 - 2011)  
[manuscrito] / Jéssyca Tomaz de Carvalho . - 2017.

CXCVIII, 198 f.: il.

Orientador: Prof. Adriano Rodrigues de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Agronegócio Canavieiro. 2. Mobilidade Espacial do Trabalho. 3. Mobilidade Espacial do Capital. 4. Centro-Norte Goiano. 5. Cerrado. I. Rodrigues de Oliveira, Adriano, orient. II. Título.

CDU 911.37



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
 INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Jéssyca Tomaz de Carvalho**

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete (2017), a partir das 13h30min., no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de Jéssyca Tomaz de Carvalho, intitulada: "OS EFEITOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E DA MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO CENTRO-NORTE GOIANO A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA (2006-2011)". A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 006/2017 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Presidente), Prof. Dr. Denis Castilho (membro titular interno) e Prof. Dr. William Ferreira da Silva (membro titular externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo a candidata respondido satisfatoriamente. Às 16h40 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidata obtida os seguintes resultados:

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Presidente) – Ass. [Assinatura]

Aprovada  Reprovada ( )

Prof. Dr. Denis Castilho – Ass. [Assinatura]

Aprovada  Reprovada ( )

Prof. Dr. William Ferreira da Silva – Ass. [Assinatura]

Aprovada  Reprovada ( )

Resultado final: Aprovada ( ) Reprovada ( )

Houve alteração no Título? Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, especifique o novo título: \_\_\_\_\_

Outras observações: \_\_\_\_\_

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria ..... [Assinatura]

Geog. Me. Ivonildo Pezreira Duarte  
 Mat. SIAPE-UFG/1317863  
 CREA/16069/D-GO

JÉSSYCA TOMAZ DE CARVALHO

**OS EFEITOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E DA MOBILIDADE ESPACIAL  
DO TRABALHO NO CENTRO-NORTE GOIANO A PARTIR DO PLANO  
NACIONAL DE AGROENERGIA (2006-2011)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, defendida no dia 13 de março de 2017, na presença da banca examinadora constituída pelos seguintes doutores:

**PROF. DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
IESA/UFG  
Presidente da Banca

**PROF. DR. DENIS CASTILHO**  
IESA/UFG  
Membro Interno

**PROF. DR. WILLIAM FERREIRA DA SILVA**  
Curso de Geografia UFG – Regional Jataí  
Membro Externo

Dedico esta dissertação a Deus, a quem pertencetodas as honras e glórias alcançadas em minha vida por sua permissão.

Aos meus pais Arlete e Valdimilson e ao maninho Gabryel, por tanto amor e por sonharem os meus sonhos, abdicando do que fosse necessário para torna-los realidade.

Também dedico ao meu orientador Adriano, pelo apoio, atenção e por tudo que me ensinou em todo processo, por todas as lições acadêmicas e para a vida.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que o exagero só veste bem a gratidão. Principalmente quando se é tão abençoada pelas oportunidades que recebe, as pessoas que conhece e sobretudo, por aquelas que temos ali ao nosso lado. Nada disso possível sem a bondade de Deus ao orquestrar nossas vidas no ritmo de nossas escolhas.

Desse modo, inicio agradecendo a Deus, pela minha saúde, e por conseguinte, pela possibilidade de fazer escolhas diante de tantas oportunidades que tem me oferecido; pela proteção em toda caminhada e pelas pessoas que seguraram minha mão nesse percurso. Agradeço a quem pertence tudo alcançado em minha vida.

Agradeço também aos meus pais e meu irmão, que sempre abdicaram de seus sonhos e vontades para me apoiarem e sonharem meus sonhos. Que me ensinaram que tudo se resolve pelo amor - às pessoas e ao espaço comum; pelas lições sobre respeito e humildade.

Ao meu orientador, professor Adriano, devo também eterna gratidão. Por toda paciência, por tudo que me ensinou, por não desistir em nenhum momento de abraçar minhas angústias acadêmicas e por me levantar tantas vezes que cai e pensei que não seria mais possível seguir a caminhada.

Ao Instituto de Estudos Socioambientais da UFG, espaço de tantas portas à lugares cheios de pessoas que muito me acrescentaram. O lugar em que sempre fui tão bem acolhida e construí fortes laços de amizade. Ali, onde mais do que me formar no curso de Geografia, me resinifiquei tantas vezes enquanto ser humano. Para tanto, meu muito obrigada a todos aqueles que conheci no IESA e que fizeram parte disso.

Agradeço a todos os professores que ministraram as disciplinas cursadas ao longo de minha formação e aos colegas e amigos que compartilharam comigo essa oportunidade. Aos professores que foram amigos e orientadores nesses anos de Geografia, Eguimar Chaveiro, Izabella Peracini, Ricardo Assis.

Aos professores Denis Castilho e William Ferreira, por todas as contribuições do exame de qualificação à defesa. Aqueles que junto ao meu orientador, se desdobraram para pensarem a pesquisa de forma compromissada e independente do tempo que teriam que abdicar para tanto.

Às amigas Ângela, Ludimila e Lívia, por todos os conselhos, por todos os abraços, pelo apoio imensurável na dificuldade. Aos amigos Edvan, Karol, Bruno, João Neto, Helena, Larissa e Déborah, que estiveram comigo desde os primeiros passos na pesquisa geográfica

no Programa de Educação Tutorial aos momentos de descontração e alegria nos corredores da Geografia e da vida. Às amigas Gabriela, Lorrana e Karina, pela amizade sincera, pelas orações e por todo apoio.

Agradeço também à turma do terceiro período de Geografia de 2016, turma em que realizei o estágio docência e tanto aprendi nas discussões em sala, com essa oportunidade de cursar novamente a disciplina de Geografia Agrária. Ao grupo TRAPPU, na figura do professor Marcelo estendo meus agradecimentos à todos seus orientandos (2015/2016) e aos meus amigos de orientação, ainda não mencionados, Tobias, Karinne, Jadson e Flávio que pensaram junto a pesquisa no LABOTER e nas reuniões de orientação coletiva.

Ao professor Agustín por todas as contribuições, à Isabella pela colaboração com a elaboração dos mapas, ao Pedro e a Lara, pela amizade e por todas informações compartilhadas à respeito da temática. À minha xará de nome e vida, Jéssica, por tantas coisas que gratuitamente me ensinou.

Agradeço também às amigas e amigo de infância e da vida, por toda compreensão e apoio no processo de formação acadêmica e pessoal, em especial: Bárbara, Michelly, Kamylla, Paula, Kássia, Jéssica's, Any, Carla, Marcus e todo Colégio Dimensão.

Ao Tardely por todo amor, carinho, atenção, compreensão e socorro nos momentos de dor, imprevistos e sufoco.

A minha família, pelo acolhimento e por se desdobrarem a me ajudar na execução da pesquisa, nos trabalhos de campo e no contato dos sujeitos da pesquisa, em nome do padrinho Júnior, Giselle Daiane, tia Luzia, Antônio Carlos e minhas avós Odete e Jurandina, estendo os agradecimentos a toda família.

E por fim, não menos importante, aos sujeitos sociais que construíram ao meu lado essa investigação, camponeses, camponesas, trabalhadores e trabalhadoras, representantes sociais e públicos e tantos outros sujeitos de luta, na figura do padre Maurício, meu muito obrigada!

Sei que certamente esqueci de mencionar alguns nomes e que certamente escreveria outra dissertação só para expressar todo meu afeto referindo um à um e identificando todos àqueles que caminharam ao meu lado. Todavia, sintam-se representados pelos aqui citados e não desmerecidos. A memória da gratidão é sempre melhor grifada na alma e no coração.

## RESUMO

O processo de uso e apropriação do Cerrado intensifica-se a partir da década de 1970 com a *modernização conservadora da agricultura*. Nesta pesquisa, entende-se este processo no âmbito da ação orquestrada entre o Estado, o capital privado nacional e o capital privado internacional. A centralidade é a análise do processo de territorialização do Agronegócio Canavieiro a partir da implementação do Plano Nacional de Agroenergia (PNA) no início do século 21. O objetivo foi compreender o agronegócio canavieiro e quais os principais efeitos socioespaciais da sua territorialização para o centro-norte goiano enquanto recorte espacial do Cerrado. Para tanto, foram realizadas as seguintes etapas: revisão bibliográfica; levantamento de dados em fontes secundárias; pesquisa de campo para obtenção de dados e informações de fontes primárias, considerando-se a história oral de vida como importante caminho metodológico de investigação em campo. Os resultados obtidos a partir do embasamento teórico e da pesquisa empírica possibilitaram identificar e compreender alguns efeitos do agronegócio canavieiro para o centro-norte goiano, com a intensificação da produção de cana-de-açúcar em todo estado de Goiás, especialmente a partir da implementação do PNA. O desmatamento, a disputa hídrica, o desequilíbrio ecológico, a poluição, o arrefecimento de outros cultivos agrícolas, a reconfiguração territorial e o *cercamento do campesinato* apresentam-se como alguns resultados deletérios que mais afetam a população, frente à territorialização canavieira. Em meio a isso, percebe-se a mobilidade espacial do trabalho como uma estratégia de acumulação do capital, sustentada pela exploração. Junto a mobilidade espacial do trabalho, nota-se a mobilidade do capital impulsionada pela mão-de-obra barata, pela disponibilidade hídrica e pelos incentivos fiscais. Desse modo, torna-se necessário pensar políticas públicas eficazes no intuito de contribuir para a *(Re)Existência* de outros modelos de produção agrícola, que valorizem a justiça social no Cerrado e a heterogeneidade territorial.

**Palavras chave:** Agronegócio Canavieiro; Mobilidade Espacial do Trabalho; Mobilidade Espacial do Capital; Centro-Norte Goiano.

## ABSTRACT

The process of use and appropriation of the *Cerrado* biome intensifies from the 1970's with the conservative modernization of agriculture. We understand, in this research, this process in the scope of the action maintained between the State, and the national and international private capital. The centrality is the analysis of the process of territorialization of Sugar Cane Agribusiness, from the implementation of the *Plano Nacional de Agroenergia* (PNA) in the beginning of the 21<sup>st</sup> century. The goal was to understand the sugar cane agribusiness and the main social and spatial effects of its territorialization for the Mid-North of the state of Goiás (Brazil) as spatial frame of the *Cerrado* biome. Thus, we performed the following steps: bibliographical review; data collecting in secondary sources; field research for the gathering of data and information of primary sources, considering the oral history of life as important methodological path of investigation in field. The obtained results from the theoretical empassment and empirical research enabled the identification and comprehension of some effects of sugar cane agribusiness for the Mid-North of the state of Goiás, with the intensification of sugar cane production in the entire state of Goiás, mainly from the PNA. The deforestation, water disputes, ecological imbalance, pollution, decay of other agricultural farms, territorial reconfiguration, and the enclosure of peasantry are presented as some of the consequences that more impacts the population in relation to the sugar cane territorialization. Through it all, we realize the spatial mobility of work as an strategy of accumulation of the capital, sustained by exploration. Among the spatial mobility of work, we noticed the capital mobility boosted by low cost labor, water availability and fiscal incentives. Thus, becomes necessary to think effective public policies aiming to contribute for the (re)existence of other models of rural production, which value the social justice in the *Cerrado* biome and the territorial heterogeneity.

**Keywords:** Sugar Cane Agribusiness; Spatial Mobility of Work; Spatial Mobility of Capital; Centro-Norte Goiano.

## RESUMEN

El proceso de uso y apropiación del *Cerrado* se intensifica a partir de la década de 1970 con la *modernización conservadora de la agricultura*. En esta investigación, se entiende este proceso en el ámbito de acción orquestada entre el Estado, el capital privado nacional y el capital privado internacional. La centralidad es el análisis del proceso de territorialización del Agronegocio Cañero, a partir de la implementación del *Plano Nacional de Agroenergia* (PNA) en el inicio del siglo XXI. El objetivo de la tesis fue comprender el agronegocio cañero y cuales son los principales efectos socioespaciales de suterritorialización para el centro norte goiano, con base en un recorte espacial del *Cerrado*. Para lograr lo, fueron realizadas las siguientes etapas: revisión bibliográfica, levantamiento de datos en fuentes secundarias, investigación de campo para la obtención de datos e informaciones de fuentes primarias, se considera en esta investigación a la historia oral como un importante camino metodológico de pesquisa en campo. Los resultados obtenidos a partir de la revisión teórica y de la investigación empírica posibilitaron identificar y comprender algunos de los efectos del agronegocio cañero para el centro-norte goiano, observando se una intensificación de la producción de caña de azúcar en todo el estado de Goiás, a partir de la implementación del PNA. La deforestación, la disputa hídrica, el desequilibrio ecológico, la contaminación, la disminución de otros cultivos agrícolas, la reconfiguración territorial y el *cercamiento del campesinado* se presentan como algunos de los resultados que más afectan a la población frente a la territorialización cañera. En medio de eso, se percibe la movilidad espacial del trabajo como una estrategia de acumulación de capital, sustentada por la explotación de la fuerza de trabajo. Junto a la movilidad espacial del trabajo se visibiliza la movilidad de capital impulsada por la mano de obra barata, la disponibilidad de agua y por los incentivos fiscales. De ese modo, se hace necesario pensar en políticas públicas eficaces con el intento de contribuir a la (Re)Existencia de otros modelos de producción agrícola que mejoran la justicia social en el *Cerrado* y la heterogeneidad territorial.

**Palabras Clave:** Agronegocio Cañero; Movilidad Espacial del Trabajo; Movilidad Espacial del Capital; Centro-Norte Goiano.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA CONCEITUAL: A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DE AGRONEGÓCIO .....	31
FIGURA 2 - MAPA CONCEITUAL: DESENVOLVIMENTO RURAL - AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO .....	36
FIGURA 3 - COMPARATIVO ENTRE AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO .....	38
FIGURA 4 - DEMANDA CONSUNTIVA TOTAL (ESTIMADA E CONSUMIDA) NO BRASIL (M <sup>3</sup> /S).....	48
FIGURA 5 - CONSUMO DE ÁGUA NA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL.....	49
FIGURA 6 - MAPA DE ÁREA PLANTADA .....	52
FIGURA 7 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS USINAS .....	53
FIGURA 8 - IMAGENS DA CANG EM 1954 .....	57
FIGURA 9 - FATORES DE INFLUÊNCIA NA APROPRIAÇÃO DO CERRADO .....	62
FIGURA 10 - GRÁFICO DA ÁREA COLHIDA (HA) E DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR (T) EM GOIÁS (1980 – 2015).....	64
FIGURA 11 - USINA JALLES MACHADO EM GOIANÉSIA .....	66
FIGURA 12 - PROPRIEDADE CAMPONESA E CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO ITAPURANGA .....	69
FIGURA 13 – MAPA DA MÉDIA DA ÁREA COLHIDA (HA) DE CANA-DE-AÇÚCAR NO CENTRO-NORTE GOIANO ENTRE 2000 E 2015 .....	70
FIGURA 14 – MAPA DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA (HA) DE CANA-DE-AÇÚCAR NO CENTRO-NORTE GOIANO (2000-2015) .....	71
FIGURA 15 - MAPA DA QUANTIDADE MÉDIA PRODUZIDA DE CANA-DE-AÇÚCAR (T) NO CENTRO-NORTE GOIANO (2000 - 2015).....	72
FIGURA 16 - MAPA DA EVOLUÇÃO MÉDIA PRODUZIDA DE CANA-DE-AÇÚCAR (T) NO CENTRO-NORTE GOIANO (2000 - 2015).....	73
FIGURA 17 - PERÍODO DE ENTRESSAFRA DO CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO CARMO DO RIO VERDE .....	75
FIGURA 18 - ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR: APTIDÃO AGRÍCOLA PELO USO DO SOLO .....	77
FIGURA 19 - GRÁFICO PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO CENTRO-NORTE GOIANO: ÁREA COLHIDA (HA) (2000- 2015) .....	79
FIGURA 20 - FOTOS PUBLICADAS EM REDE SOCIAL SOBRE A QUEIMA DE CANA-DE-AÇÚCAR EM URUANA.....	84
FIGURA 21 - QUEIMA DA CANA-DE-AÇÚCAR COMPROMETENDO A VISIBILIDADE DE MOTORISTA NA RODOVIA NO MUNICÍPIO DE RUBIATABA.....	85
FIGURA 22 - QUEIMA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE RUBIATABA .....	86
FIGURA 23 - COLHEITA DE CANA-DE-AÇÚCAR PARA A USINA COOPER-RUBI.....	87

FIGURA 24 - CORPO DE CRIANÇA ENCONTRADO EM CANAVIAL NO MUNICÍPIO CARMO DO RIO VERDE.....	88
FIGURA 25 - PROPRIEDADE ARRENDADA PARA A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO ITAPURANGA .....	89
FIGURA 26 - FOTOS PUBLICADAS EM REDE SOCIAL SOBRE O CONSUMO DE ÁGUA DO RIO URU PELO MONOCULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE URUANA.....	91
FIGURA 27 - VISTA DA PONTE DO RIO URU NO MUNICÍPIO URUANA EM OUTUBRO DE 2016.....	92
FIGURA 28 - RIO URU NO MUNICÍPIO URUANA EM FEVEREIRO DE 2017 .....	93
FIGURA 29 - BOMBA RETIRANDO ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO DE MONOCULTIVOS DE CANA-DE-AÇÚCAR DA USINA CRV INDUSTRIAL .....	94
FIGURA 30 - USINA VALE VERDE EM ITAPACI.....	94
FIGURA 31 - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DESTRUÍDA PARA O PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO SANTA ISABEL .....	95
FIGURA 32 - IMAGENS DE CRIME DE POLUIÇÃO FLAGRADAS PELA POLÍCIA MILITAR DO BATALHÃO AMBIENTAL DE GOIANÉSIA, NA USINA VALE VERDE NO MUNICÍPIO DE ITAPACI....	96
FIGURA 33 - DINÂMICA POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS (1991 – 2000 – 2010) .....	104
FIGURA 34 - O TRABALHO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO .....	107
FIGURA 35 - FATORES DE INFLUÊNCIA DA MOBILIDADE ESPACIAL.....	110
FIGURA 36 - TEORIA MIGRATÓRIA BASEADA NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO.....	112
FIGURA 37 - BARREIRAS POTENCIAIS À ACUMULAÇÃO DO CAPITAL .....	116
FIGURA 38 - TRABALHADOR NA UNIDADE DE PROCESSAMENTO DA USINA JALLES MACHADO .....	117
FIGURA 39 - MAPA CONCEITUAL: MOBILIDADE DO TRABALHO .....	118
FIGURA 40 - ESPAÇO DE SOCIABILIDADE DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR: “O FORRÓ” .....	134
FIGURA 41 - O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DE (2008 – 2016): ATUALIZAÇÃO DA LISTA SUJA DO TRABALHO ESCRAVO .....	148
FIGURA 42 - AGROINDÚSTRIAS CANAVIEIRAS COM O SELO “EMPRESA COMPROMISSADA”.....	149
FIGURA 43 - REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE E CENTROS DE ATENDIMENTO DE REFERÊNCIA .....	156
FIGURA 44 - AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO CORTE MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR.....	163
FIGURA 45 - CONFLITO EM GUARIBA .....	170
FIGURA 46 - VANTAGENS COMPETITIVAS DAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DO GRUPO FARIAS EM GOIÁS .....	175

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - USINAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE GOIÁS .....	54
QUADRO 2 - MARCOS TEMPORAIS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA MOBILIDADE ESPACIAL .....	108
QUADRO 3 - GRUPOS E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EXCEDENTE, CONFORME SUAS EXPRESSÕES .....	113
QUADRO 4 - RANKING DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2013 ....	147
QUADRO 5 - PERIODIZAÇÃO DA EXIGÊNCIA QUANTO À REDUÇÃO GRADATIVA DA QUEIMA DA PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE GOIÁS .....	172

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - PERFIL POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS (1991 – 2000 – 2010).....	102
TABELA 2 - DADOS DA SAÚDE REFERENTES AO CENTRO-NORTE GOIANO (2016) .....	157
TABELA 3 - DENOMINAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E PREÇO DA CANA QUEIMADA A PARTIR DE SETEMBRO DE 2016.....	165
TABELA 4 - PORCENTAGEM DE MECANIZAÇÃO NA ÁREA DE ESTUDO (2016) .....	173

## LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

CANASAT – Monitoramento da Cana-de-Açúcar por Imagens de Satélite

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CONATRAE - Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

COOPERAFI – Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EFAORI – Escola Família Agrícola de Orizona-GO

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPI – Equipamento de proteção individual

ESALQ – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás

FETAER – Federação dos Trabalhadores(as) Rurais Empregados Assalariados de Goiás

FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento a Industrialização de Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA – Instituto de Estudos Socioambientais

IMB – Instituto Mauro Borges

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MPT – Ministério Público do Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PNA – Plano Nacional de Agroenergia

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa para o Desenvolvimento do Cerrado

PPAGRO – Pós-Graduação em Agronegócio

PPGEO – Pós-Graduação em Geografia

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PRODECER – Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

PRODUZIR – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás

PRONAF– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STF – Supremo Tribunal Federal

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUS – Sistema Único de Saúde

MTE – Ministério do Trabalho

TMCs – Transtornos mentais comuns

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar

UNIMEP– Universidade Metodista de Piracicaba

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	20
1.1 Caminhos e procedimentos Metodológicos.....	25
<b>2 DESENVOLVIMENTO RURAL E O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO</b> .....	30
2.1 – A CONSTRUÇÃO E O USO DOS CONCEITOS E DISCURSOS .....	30
2.1.1 – Desenvolvimento rural e o projeto hegemônico: o uso e construção do conceito de Agronegócio .....	32
2.1.2 – Conceitos e políticas públicas: a contra-hegemonia do campesinato.....	39
2.2 O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E O DISCURSO ENERGÉTICO: O Plano Nacional de Agroenergia, uma energia limpa?.....	45
<b>3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO CENTRO-NORTE GOIANO E O PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA</b> .....	51
3.1 O CENTRO-NORTE GOIANO: UM RECORTE ESPACIAL DO CERRADO MARCADO PELA TERRITORIALIZAÇÃO CANAVIEIRA.....	51
3.1.1 – O uso e ocupação do Cerrado goiano .....	55
3.1.2 – O processo de apropriação do Cerrado goiano e os seus efeitos socioespaciais .....	59
3.2 - A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO .....	64
3.2.1 - A territorialização do agronegócio canavieiro no centro-norte goiano.....	63
3.2.2 - Os efeitos da territorialização do agronegócio canavieiro .....	76
<b>4. A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO E DO CAPITAL NO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: DO MITO DA ESPONTANEIDADE AOS EFEITOS DA MIGRAÇÃO</b> .....	100
4.1 A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO: DOS (DES)CAMINHOS ÀS IMPOSIÇÕES .....	101
4.1.1 – A Geografia e a mobilidade espacial no Brasil .....	106
4.1.2 – O agronegócio canavieiro e a mobilidade espacial do trabalho .....	114
4.2 TRAJETÓRIAS E PERFIL DOS TRABALHADORES CORTADORES DE CANA NO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO .....	120
4.2.1 – A Pastoral do migrante: a chegada dos trabalhadores .....	121
4.2.2 – Os sujeitos da pesquisa: relatos de trabalhadores .....	133
4.3.3 – A adaptação dos trabalhadores ao lugar .....	140
<b>5 DESAFIOS DA MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO</b> .....	144
5.1 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SUJEITOS .....	144

5.1.1 – A escravidão no capitalismo contemporâneo: o agronegócio canavieiro e o trabalho escravo .....	144
5.1.2 - O trabalho nos canaviais: a saúde dos cortadores de cana-de-açúcar .....	153
<b>5.2 DIREITOS, ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>161</b>
5.2.1 – A convenção coletiva do agronegócio canavieiro: considerações sobre os direitos dos trabalhadores.....	162
5.2.2 – O processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar .....	171
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>179</b>
REFERÊNCIAS .....	186
ANEXOS .....	195
APÊNDICES .....	196

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se propõe a desenvolver uma leitura sobre a territorialização do agronegócio no Cerrado goiano, com o intuito de identificar os principais efeitos socioespaciais da expansão do agronegócio canavieiro e da mobilidade espacial do trabalho no centro-norte goiano, adotando como recorte temporal para a análise a implementação do Plano Nacional de Agroenergia (PNA) 2006 – 2011, o qual significou um marco para o setor.

A escolha pelo recorte espacial se deu pela concentração de usinas no centro-norte goiano, que *a priori* destoava do padrão de espacialização da cana no estado, notadamente expressivo na porção sul. Como a pesquisa é um processo em constante desenvolvimento, a princípio havia-se admitido a microrregião Ceres como recorte espacial para a análise, no entanto, posteriormente entendeu-se que ainda que o recorte estabelecido pela regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), facilitasse o acesso aos dados secundários para a execução da pesquisa, tal recorte não revela efetivamente o fenômeno em si, mesmo que haja a coincidência de muitas usinas na microrregião<sup>2</sup>.

O IBGE parte de perspectivas e critérios que não estão diretamente ligados à concentração de atividades do setor canavieiro neste espaço. O desenvolvimento da pesquisa possibilitou a compreensão de que a territorialização do agronegócio canavieiro não se restringe por limites rígidos. Desse modo, os recortes estabelecidos pelos órgãos de planejamento não são suficientes para se contemplar a processualidade que os compõem.

Optou-se então pela readequação do recorte e por novas escolhas metodológicas, ao se perceber que o fenômeno da territorialização canavieira ultrapassa a microrregião. Entretanto, há que se considerar a relevância da mesma para o estado de Goiás desde o seu processo de formação, até a atual condição espacial do fenômeno estudado.

Partindo-se dessa compreensão, preferiu-se manter dentro do recorte não somente os municípios que contemplam o fenômeno em si, com a presença de usinas ou com grandes áreas de produção de cana-de-açúcar, mas também aqueles que produzem em menor escala – ainda que essa produção não seja determinante para sua caracterização socioeconômica; e/ou aqueles municípios afetados e que afetam indiretamente no processo estudado. Um exemplo a ser destacado é o município de Ceres, em que não há expressiva produção de cana-de-

---

<sup>2</sup> A regionalização das microrregiões feita pelo IBGE realizou-se a partir da identificação das partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço, referentes à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca e pela distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Dessa forma, expressa a organização do espaço ao nível micro ou local, mas não significam uniformidade de atributos, ou conferem autossuficiência, tampouco o caráter de serem únicas. (IBGE, 1990).

açúcar, mas que apresenta importância regional para os municípios que têm a territorialização canavieira.

Entre os efeitos do processo de territorialização do agronegócio canavieiro, passíveis de investigação, elegeu-se como centralidade a compreensão sobre a mobilidade espacial do trabalho. Assim, a proposta constituiu-se em estender a investigação no tocante ao processo de uso e apropriação do Cerrado goiano, abordando a dinâmica populacional e os sujeitos envolvidos nesse processo. Entendendo que os processos não são lineares, mas sim justapostos e adotando o território enquanto categoria geográfica para o estudo.

Buscou-se então uma abordagem integrada sobre a concepção de Cerrado. Entende-se aqui por Cerrado, não a restrita noção de fitofisionomia, ou a concepção de bioma, mas sim uma compreensão que transcende os componentes naturais – não menos importantes para a análise. Em outras palavras, procurou-se estabelecer uma *abordagem territorial do Cerrado* (CASTILHO e CHAVEIRO, 2010), para que os aspectos sociais e as relações de poder pudessem ser consideradas.

Pretendeu-se pautar nesse sentido, o papel e as ações do Estado, da mídia e inclusive da comunidade acadêmica, enquanto sustentáculo do agronegócio e da territorialização dos interesses capitalistas no campo. Torna-se, por conseguinte, pertinente lembrar o caráter hegemônico do agronegócio e, portanto, incoerente com a heterogeneidade do campo brasileiro e do próprio Cerrado.

Em contraponto, sobre o monocultivo de cana-de-açúcar, nota-se que mesmo acompanhando toda a formação territorial do Brasil começando pela região Nordeste, intensificando-se posteriormente no Sudeste e atualmente se expandindo nas regiões do Cerrado, ao longo dos anos e passando pelas diferentes fases da agricultura brasileira, esse ainda toma como primazia o produtivismo e circunscreve-se ao aspecto econômico.

Assiste-se, entre os efeitos da territorialização do agronegócio canavieiro, a precarização do trabalho; a exploração do trabalhador e trabalhadora e o comprometimento de sua saúde pelo trabalho degradante e tantas outras evidências de injustiças sociais por trás dos canaviais (THOMAZ JÚNIOR, 2002). É válido ressaltar que as condições de vida e trabalho desses sujeitos tratam-se de uma das expressões dos efeitos do agronegócio canavieiro, para além das disputas territoriais e as demais sequelas socioambientais desse modelo de produção tomado como hegemônico.

Como identifica Arrais (2013) esse processo tem início com a modernização da agricultura, que não se restringe a mudança da base técnica, mas perpassa também o aumento da produtividade, de modo que envolve uma relação espaço-tempo, com a redução de cultivos

tradicionais, a produção de *commodities*, a transformação das condições de trabalho no campo, a perda da biodiversidade entre outros elementos.

Delgado (2012) analisa que a chamada modernização conservadora da agricultura (GUIMARÃES, 1977) ofereceu condições para que em 2000, pós-crise cambial, o agronegócio se apresentasse enquanto estratégia de superação da crise. É válido lembrar que isso se restringe ao plano do discurso e trata-se o agronegócio um projeto maior que a rasa ideia de “negócio no campo”; sendo a territorialização do capitalismo contemporâneo no campo, responsável por efeitos deletérios e conflituosos nesse espaço.

Frente a isso se suscitam as seguintes indagações: Como se dá a territorialização do agronegócio canavieiro no centro norte do estado de Goiás? Essa acontece da mesma forma que em outras regiões do estado? Em linhas gerais quais os efeitos socioespaciais da territorialização desse agronegócio? O que tem sido feito para mitigar os prejuízos socioespaciais desta territorialização? Quem são os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos na expansão canavieira em Goiás? De onde vêm? Por que este trabalho? Quais os principais efeitos desse trabalho para vida desses trabalhadores?

Tendo a ciência geográfica aportes teóricos e conceituais para garantir competência no que tange os estudos sobre o espaço e suas relações enquanto construção social, buscou-se por meio dessa pesquisa investigar a realidade do recorte espacial estabelecido, na tentativa de fomentar a discussão sobre a problemática identificada, pautando-se os aspectos sociais sem perder de vista a sua dimensão espacial.

Percebe-se, portanto, que, além da questão agrária mal equacionada no Brasil desde o período colonial - as condições de vida e saúde dos trabalhadores, revelam ainda hoje os atrasos do modelo de produção inerente ao capitalismo contemporâneo arranjado no espaço agrário brasileiro. Pressupõe-se que a expansão do setor canavieiro, aparece como ápice da territorialização do agronegócio e suas faces no centro-norte goiano.

De tal modo, o agronegócio, enquanto projeto hegemônico entre as perspectivas de Desenvolvimento Rural no Brasil carrega injustiças sociais que não condizem com o discurso de desenvolvimento e representam verdadeiro retrocesso sobre a luta pelos direitos dos trabalhadores, a sensibilização do ponto de vista ambiental e a luta no combate às desigualdades no Brasil. Entende-se aqui também que a migração forçada e seus efeitos deletérios, revelam a forma como o capitalismo se reinventa no campo resignificando a perversidade do modelo para a ampliação do lucro.

A escolha do uso do termo Agronegócio Canavieiro, apresenta-se como uma ferramenta de demarcação teórico-político-ideológica que busca desmistificar o setor. Em

outras palavras, trata-se de uma tática conceitual, em construção, de se admitir o conceito como um posicionamento crítico à ideia de um setor plural e produtivo – discurso admitido pelos atores hegemônicos. Por isso, preferiu-se não denominar de “agronegócio sucroenergético ou sucroalcooleiro”, destacando a dimensão da monocultura os seus efeitos socioespaciais.

Em uma busca no diretório de grupos de pesquisas CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) tendo como palavra-chave o termo “agronegócio canavieiro” para nomes de Grupos de Pesquisa, Linhas de pesquisa ou palavras-chave, observa-se que não há resultados que atendam aos critérios de pesquisa. Ao buscar-se por “agroindústria canavieira” há 03 (três) resultados quando considerado a linha de pesquisa e a palavra-chave. Para o termo “agronegócio sucroalcooleiro” foi encontrado 01 (um) grupo, quando considerado a linha de pesquisa, e nenhum para o nome do grupo e/ou palavra-chave. Quanto à “agroindústria sucroalcooleira” há 02 (dois) grupos ao adotar-se como critério a linha de pesquisa e a palavra-chave e nenhum para nome do grupo. Para “agronegócio sucroenergético não há grupos registrados, tampouco para “agroindústria sucroenergética”. Já para o termo “sucroenergético” há 06 (seis) grupos registrados entre os critérios nome do grupo, linha de pesquisa e palavras-chave; 07 (sete) para “sucroalcooleiro” e 02 (dois) para “canavieiro”.

Tal levantamento revela como os termos têm sido utilizados e quais os interesses de estudos: biomassa, solos, economia, sociologia e outros. De modo que, identifica-se a possibilidade de se construir a partir da desconstrução. Assim, propõe-se aqui desconstruir-se a carga ambiental e heterogênea que os discursos do setor carregam para demarcar-se com o termo “agronegócio canavieiro” o monocultivo e seus efeitos. É importante destacar todavia, que o termo já foi utilizado em outras pesquisas (dissertações e teses).

Justifica-se a realização dessa pesquisa pela possibilidade de contribuições do ponto de vista acadêmico, à medida que apresenta-se aqui resultados de uma análise empírica, com aportes teóricos que poderão somar aos estudos em Geografia Agrária, com a produção de materiais científicos. Torna-se importante destacar também que a pesquisa poderá ser usada como instrumento de análise e sensibilização, acerca do assunto uma vez que se buscará apresentar aos participantes da pesquisa e à comunidade acadêmica o retorno dos resultados das investigações realizadas, promovendo-se o diálogo entre os envolvidos no processo.

Pretendeu-se atingir como principal desfecho da pesquisa, a contribuição aos estudos sobre os aspectos sociais referentes ao modo de produção agrícola vigente e hegemônico no Brasil, tomado como centralidade nas propostas de Desenvolvimento Rural postuladas no

país. Espera-se, portanto, que a pesquisa seja usada como instrumento de reflexão e sensibilização social; fomentando as discussões sobre as injustiças sociais da ação hegemônica do capital no campo, bem como sobre a questão agrária.

Os desfechos secundários pretendidos com a pesquisa são: alimentar os estudos sobre o uso e apropriação do Cerrado; identificar e estudar as incoerências do agronegócio e problematizar a realidade fomentando possíveis agendas de pesquisa. Deste modo, o objetivo geral da pesquisa se constituiu em investigar os efeitos socioambientais da territorialização do agronegócio canavieiro para o centro-norte goiano, bem como da mobilidade espacial do trabalho, adotando-se como recorte temporal a implementação do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011).

Este objetivo geral se desdobrou em quatro específicos: i) compreender o que é o agronegócio canavieiro e qual o seu local nas propostas de Desenvolvimento Rural no Brasil; ii) identificar quais os principais efeitos socioambientais da territorialização do agronegócio canavieiro para o centro-norte goiano, enquanto, recorte espacial do Cerrado; iii) contextualizar a mobilidade espacial do trabalho, investigando as motivações e/ou imposições, bem como elementos que levam a esse processo, compreendendo o processo em que se deu a chegada desses trabalhadores; e, iv) analisar os principais efeitos da mobilidade espacial do trabalho, investigando as condições de trabalho e vida dos sujeitos a partir de sua sociabilidade, saúde, organização e perspectivas.

Partindo-se dessa matriz interpretativa, a dissertação está dividida em quatro capítulos, conforme a proposição dos objetivos, somados a esta introdução.

No primeiro capítulo, contextualizou-se o cenário e as condições que sustentam teórico e ideologicamente a territorialização do agronegócio canavieiro, na região estudada, enquanto delimitação empírica no Cerrado goiano. Por conseguinte, tornou-se importante desmistificar o conceito de agronegócio, identificando os principais atores que garantem sua hegemonia e as especificidades do agronegócio canavieiro. Valorizando-se em meio a isso as (re)existências camponesas e contra-hegemonias. Adotando-se a implementação do Plano Nacional de Agroenergia (PNA) como ponto de partida para a análise, esperou-se desmistificar nesse capítulo também a ideologia carregada pelo conceito de Agroenergia enquanto energia limpa, apontando-se os efeitos deletérios do setor.

Segundamente, no capítulo posterior buscou-se realizar uma breve leitura sobre o uso e apropriação do Cerrado; abordando-se a modernização conservadora da agricultura e o agronegócio enquanto projeto hegemônico. Neste capítulo pretendeu-se identificar alguns dos efeitos deletérios do agronegócio canavieiro.

Noterceiro capítulo, buscou-se compreender a mobilidade espacial do trabalho e a construção da categoria; paralelo à mobilidade espacial do capital. Para tanto, identificou-se o sentido da mobilidade e o seu papel para a acumulação do capital e as trajetórias dos trabalhadores (cortadores de cana-de-açúcar); pautando-se a chegada desses sujeitos na região estudada e seu processo de adaptação e acolhimento.

Por sua vez, no quarto capítulo foram apresentados os resultados sobre a investigação concernente aos efeitos dessa mobilidade para os sujeitos envolvidos nesse processo. Buscou-se compreender suas condições de trabalho e saúde e como se dá a garantia de seus direitos; pautando-se as perspectivas desses sujeitos diante do processo de mecanização.

Para tanto, esclarece-se aqui antes de tudo, as etapas e caminhos metodológicos da pesquisa, que permitiram chegar aos resultados compartilhados nesta dissertação.

## 1.1 CAMINHOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos da execução da pesquisa e desenvolvimento dessa dissertação foram detalhados, adotando-se como critério de organização o período em que os procedimentos foram realizados, quais foram esses procedimentos e quais os respectivos resultados. Considerou-se aqui todas as formas de contribuição para a dissertação durante o processo de desenvolvimento do curso de mestrado em Geografia.

Primeiramente, destacam-se as disciplinas cursadas: Teoria e Método em Geografia; Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas e Agricultura Familiar, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (PPAgro-UFG); Ambiente e Apropriação da Região do Cerrado e Lutas Sociais pela terra e pelo Território na América Latina. As disciplinas, além de proporcionarem reflexões acerca do tema da pesquisa, oportunizaram também a realização de alguns trabalhos de campo, como nos municípios goianos: Orizona, Sanclerlândia, Ipameri, Vianópolis e Quirinópolis.

Desse modo, será identificado ao longo da dissertação como “trabalho de campo”, aqueles que foram realizados juntos às disciplinas ou evento, de forma coletiva e como “pesquisa de campo” aquelas que realizaram-se individualmente, atendendo ao cronograma de investigação da própria pesquisa, consentindo à centralidade do trabalho, aos objetivos propostos e aos procedimentos metodológicos pensados para alcançar-se os mesmos.

No primeiro semestre de 2016, realizou-se no IESA o Seminário Interno de Pesquisas do PPGGeo-UFG, aonde houve a apresentação do projeto e plano de redação à comunidade acadêmica e à banca mediadora. O evento permitiu intervenções e contribuições de docentes e discentes para a lapidação do projeto e construção da pesquisa, com a indicação

de leituras, adendos sobre os resultados já obtidos e outros. Proporcionando o desenvolvimento conjunto da pesquisa, não somente com o orientador e os sujeitos da pesquisa, mas também com a comunidade acadêmica.

Destacam-se aqui também as contribuições obtidas pela participação e organização em/de outros eventos e a participação em grupos de estudo. A participação e organização de eventos sobre Geografia Agrária permitiram além da formação pessoal, o surgimento de problematizações e questionamentos sobre a questão agrária brasileira, além do conhecimento sobre realidades distintas no estado de Goiás, em outras regiões do país e da América-Latina, que culminaram em alguns apontamentos e discussões apresentados nesta dissertação.

Chama-se atenção também para a possibilidade de realização de visitas de campo em usinas - como a usina São José em Quirinópolis e a Unidade Otávio Lagedo grupo Jalles Machado em Goianésia. Vale-se destacar essas oportunidades, à medida que possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre as usinas que se dispuseram a abrir as portas à visita do grupo. O contato com as usinas estudadas nesta pesquisa, de forma geral, não foi tarefa fácil, encontrou-se ainda mais dificuldade quando a tentativa ocorria de forma individual. Desse modo, a organização do grupo, mediado pelos eventos foi importante para que pudesse ser realizado ao menos uma visita de campo entre as usinas estudadas.

Sobre os grupos de estudo e pesquisa, destacam-se: Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU); Grupo de Estudos: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural e o Geotema – Grupo de Estudos sobre Teoria e Método em Geografia. Os grupos de estudo, além da formação conjunta dos discentes, permitem reflexões só proporcionadas a partir do coletivo. Esses foram fundamentais para se aprofundar a leitura sobre a concepção de Desenvolvimento Rural postulada no Brasil e para a constante formação em Geografia, com a leitura a respeito da teoria e método dessa ciência.

Para além disso, houve também as reuniões de orientação coletivas e individuais, buscando-se pensar os vários procedimentos metodológicos no âmbito do projeto e cronograma de investigação. Ao longo dos semestres, foram realizadas revisão bibliográfica, sondagem, trabalho e pesquisa de campo e levantamento de dados em fontes secundárias. No final do primeiro semestre de 2015, foi feita na microrregião Ceres, a sondagem de campo. Com conversas com representantes do poder público: secretarias de meio-ambiente e agricultura; trabalhador do corte de cana, camponeses e população local. A sondagem de campo possibilitou identificar e contatar alguns sujeitos da pesquisa. Também foram identificados nesse momento alguns dos efeitos do agronegócio canavieiro para os sujeitos e municípios estudados.

No primeiro semestre de 2016 o projeto foi submetido ao comitê de ética em pesquisa e no segundo semestre o mesmo foi aprovado. A submissão do projeto ao comitê permitiu novamente, a lapidação do mesmo. A partir de sua aprovação e a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fora possível então a realização de pesquisa de campo e entrevistas.

Imprescindível é destacar também, a elaboração e entrega do relatório de qualificação e a realização do exame no segundo semestre de 2016. A entrega do relatório promoveu a organização dos resultados já alcançados e a sistematização das informações e contribuições obtidas ao longo da formação. Além de colaborações diretas sobre a redação, a indicação de referências e alguns adendos sobre a pesquisa, o exame permitiu também a avaliação sobre o recorte espacial da pesquisa. Foi nessa etapa, com a colaboração da banca examinadora, que a questão fora levantada, concluindo-se ser importante a readequação do recorte.

No segundo semestre de 2016 e em janeiro de 2017 foram realizadas pesquisas e trabalhos de campo em Carmo do Rio Verde, Goianésia, Itapuranga, Uruana e Vila Propício. No município Carmo do Rio verde, um gestor de convênio e um morador da cidade foi entrevistado. Em Goianésia, realizou-se a já mencionada visita na usina Jalles Machado. Em Itapuranga, um vereador relatou sobre a expansão canavieira na região e sua experiência na gestão pública; além disso, realizou-se uma visita a uma propriedade arrendada para a produção de cana.

Em Uruana, foram entrevistados, secretário do meio ambiente, presidente do sindicato, representante da Casa da Família, ex coordenador da Pastoral do Migrante, ex participante da Pastoral do Migrante, cinco comerciantes e sete trabalhadores do corte de cana que trabalham atualmente para as usinas CRV e Vale Verde e que no estado de Goiás já trabalharam nas usinas Centroálcool e demais unidades da Vale Verde; além disso, foram considerados os importantes relatos de camponeses e moradores do município. Em Vila Propício foi realizada uma roda de conversa no assentamento Maria Cícera e uma visita à uma das parcelas do assentamento.

Assim, por meio do trabalho de campo foi possível estabelecer o exercício da práxis teórica com a realidade empírica problematizada. O diário de campo mostrou-se como um importante apoio, à medida que, conforme Mendes e Pessôa (2009, p.527) esclarecem nota-se que “o registro de observações de campo constitui uma etapa relevante na pesquisa, uma vez que os relatos verbais são considerados como fontes controversas de informação”, sendo este um instrumento indispensável na realização da pesquisa. A transcrição das entrevistas

permitiu a revisão e o aprofundamento da análise. A história oral e de vida, possibilitou o conhecimento sobre as trajetórias dos sujeitos que representam o evento estudado. As rodas de conversa instigaram novos questionamentos e apontaram importantes reflexões.

Com o objetivo de se identificar os sujeitos sociais, concomitante a revisão bibliográfica e o levantamento de dados em fontes secundárias, foi realizada a mencionada sondagem de campo no ano de 2015 e a pesquisa de campo no ano de 2016 na microrregião Ceres (até o dado momento, recorte espacial da pesquisa).

Adotou-se para o levantamento e análise dos dados uma abordagem qualitativa. De modo que as informações fossem se desvelando ao longo das narrativas. O primeiro passo foi a sondagem de campo - com o diálogo com a população local e as secretarias de agricultura e meio ambiente. Apesar das resistências, contatos e informações importantes foram obtidos nessa etapa. Após essa sondagem, a estrutura da entrevista foi lapidada, criando-se eixos norteadores do diálogo e não perguntas fechadas em si, permitindo que os sujeitos tivessem maior liberdade para relatar sobre o tema proposto ao diálogo.

Seguindo essa leitura, os procedimentos metodológicos adotados após o contato com os sujeitos e a obtenção de suas respectivas narrativas, foi as etapas de Transcrição, Textualização e Transcrição. As narrativas foram reiteradas no processo de passagem do oral para o escrito, posteriormente, foram retiradas as perguntas norteadoras, readequando-se as falas e por fim, essas foram complementadas com elementos extra-textuais. Tudo isso realizado e validado pelos colaboradores que foram previamente e posteriormente esclarecidos sobre a pesquisa. Considerou-se pertinente também, na compreensão sobre esses trabalhadores e os efeitos aos quais estão sujeitos, o levantamento de denúncias e informações em noticiários.

Além de um padre que coordenou a Pastoral do Migrante - no período em que intensificou-se a chegada dos migrantes na região estudada, foram obtidos relatos de um contingente de trabalhadores do corte de cana, que revelaram aspectos qualitativos acerca dos efeitos do agronegócio canavieiro no centro-norte goiano. Os mesmos foram escolhidos de forma aleatória, de acordo com a possibilidade de contato. Quando possível, foi aplicado o método da história oral e vida, que permitiram apreender melhores detalhes de suas trajetórias.

Entre as perguntas norteadoras que conduziram a conversa estavam questionamentos como, idade, naturalidade, escolaridade, estado civil, filhos, tempo de trabalho no corte de cana, outras experiências, tempo em Goiás e na região, condições de segurança, alimentação,

transporte, saúde, renda, sociabilidade e trabalho, atividades desenvolvidas no período entressafra, entre outros aspectos que surgiam no decorrer do próprio relato.

Em razão de suas intensas cargas-horárias de trabalho o contato com esses sujeitos não foi tarefa simples. Após entrevistas com a população local, representantes da Pastoral e comerciantes, os mesmos indicaram e mediarão as apresentações desses sujeitos. As entrevistas foram realizadas em espaços de sociabilidade frequentados/usados por esses trabalhadores, a saber: “alpendres de vizinhos”; “bancos em calçadas”; “praça da igreja” e o chamado “fórró” (que acontece semanalmente às terças e quintas no município de Uruana e ocorre também em outros municípios como Itapuranga, Rubiataba, Itaberaí, Carmo do Rio Verde, constituindo-se também enquanto espaço de sociabilidade desses trabalhadores); as entrevistas foram realizadas após seus horários de trabalho e no período entressafra, em que alguns desses trabalhadores encontravam-se na região.

Foram importantes também os levantamentos e revisão bibliográfica e a contribuição dos dados obtidos em fontes secundárias: Canasat; NOVACANA, IBGE, Instituto Mauro Borges (IMB), waterfootprint, Agência Nacional de Águas (ANA), Repórter Brasil, Ministério Público do Trabalho, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros e redes sociais. A partir disso foram elaborados mapas, quadros, tabelas e gráficos.

O levantamento e a revisão bibliográfica são imprescindíveis à investigação. As imagens disponibilizadas pelo Canasat<sup>3</sup> permitiram a readequação do recorte espacial - O mapeamento é realizado anualmente utilizando imagens obtidas pelos satélites Landsat, CBERS e Resourcesat-I, disponibilizadas gratuitamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os dados que são disponibilizados ao público pelo NOVACANA, permitiram compreender sobre a espacialização das usinas e os grupos aos quais pertencem. Os dados disponibilizados pela ANA e pelo waterfootprint, trazem informações importantes sobre o consumo de água. Os dados do IMB e IBGE revelam sobre a produção agrícola do estado. Para compreender sobre as condições de trabalho dos sujeitos da pesquisa, contou-se com o apoio dos dados do Repórter Brasil, Ministério Público do Trabalho e da CPT.

Por fim, houve a elaboração da redação final. Obteve-se aqui, o resultado textual “para não finalizar” à medida que a temática não é passível de ser esgotada. Mas possibilitando novas inquietações e agendas de pesquisa.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>>.

## 2 DESENVOLVIMENTO RURAL E O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

*“Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve sem o ‘agribiz’feroz, desenvolvimentista mas até hoje na verdade nunca houve um desenvolvimento tão destrutivista”.*

Chico César

### 2.1 – A CONSTRUÇÃO E O USO DOS CONCEITOS E DISCURSOS

No intuito de realizar-se uma leitura empírica sobre as propostas de desenvolvimento rural implementadas no Brasil, observa-se que a territorialização dos projetos tidos como hegemônicos, são garantidas pelo apoio de matrizes discursivas e construções conceituais que possibilitam que o projeto seja aceito pela sociedade, passando pelo sustentáculo do Estado. Nesse sentido, as bases teóricas e ideológicas que garantem seu sucesso merecem atenção.

O valor de um conceito está alocado na possibilidade de sua aplicação. Para Hettner citado por Hartshorne (1978) a formulação do conceito perpassa o conhecimento empírico que envolve os diversos fenômenos, as complexas inter-relações, as especificidades dos lugares no espaço e um momento específico da história. E tem por finalidade explicar em uma totalidade as complexas inter-relações dentro das especificidades, permitindo intervir na realidade.

Barbosa (2001) elucida a diferença entre definir e conceituar. A autora esclarece que a definição situa-se no plano semiótico, envolvendo, portanto, grandezas sógnicas. Já a conceituação é resultado da “interpretação de fatos naturais e/ou culturais”. Diferente da definição que é produto de “interpretações de unidades lexicais”. Assim, “conceituar é o processo de construção de um modelo mental que corresponde a um recorte cultural e, em seguida de escolha/engendramento da estrutura léxica que pode manifesta-lo de maneira mais eficaz” (BARBOSA, 2001, p. 76 - 77). Confirma-se aqui a funcionalidade dos conceitos na construção do discurso.

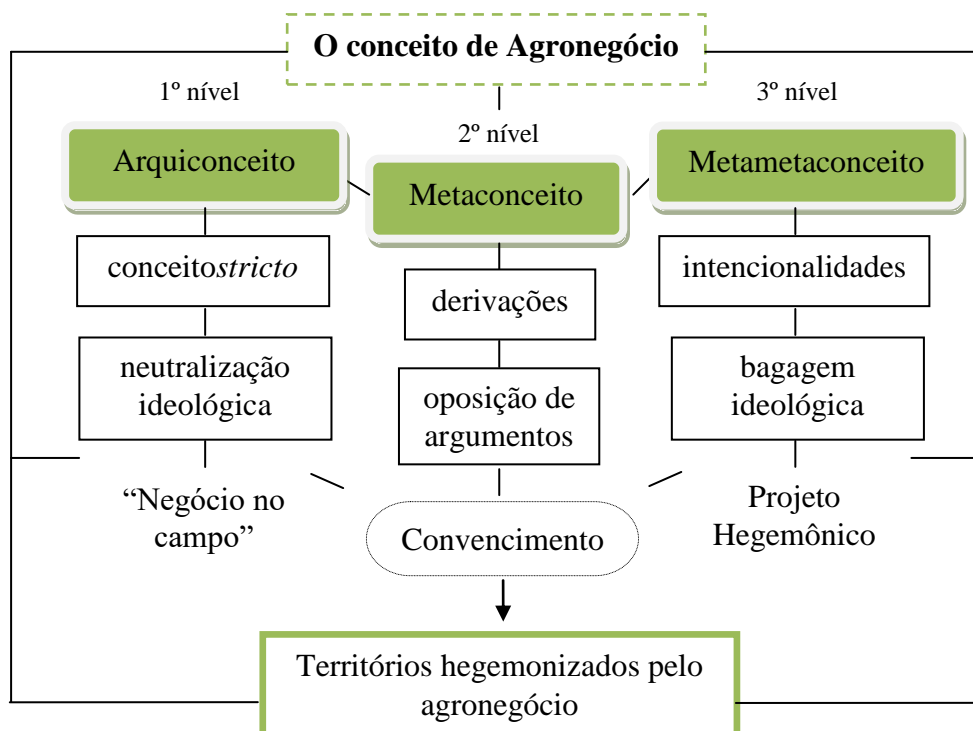
Teixeira (2009) analisa o papel dos *ThinkTanks* que se apresentam enquanto mecanismos e fábricas de visão de mundo, sendo cada vez mais influentes, inclusive internacionalmente, e não mais se restringindo ao ideário norte-americano. Para a autora os *ThinkTanks* “atuam para dar sentido, legitimar e justificar políticas, lançando mão de efeitos retóricos, o que torna pouco nítida a natureza do discurso dito científico e aumenta a opacidade de uma determinada agenda” (TEIXEIRA, 2009, p. 5-6).

É nesse sentido que se torna importante desvelar as intencionalidades de cada conceito. Mendonça (2015), a exemplo, evidencia como o conceito de *agribusiness* de John Davis e Ray Goldberg constitui-se como um marco divisor para a ação capitalista no campo em todo o mundo e como a leitura sobre desenvolvimento esteve restrita à concepção de “progresso tecnológico”.

Para Barbosa (2001) os conceitos, portanto, podem ser compreendidos em três categorias: o arquiconceito, o metaconceito e o metametaconceito que juntos formam um conceito *lato sensu*. O arquiconceito indica o conceito *stricto sensu*, sendo o primeiro nível e de natureza universal, “resultante da neutralização existente entre concepções diferentes de um mesmo ‘fato’ (BARBOSA, 2001, p. 80)”.

O metaconceito, ou segundo nível de formação, apresenta os “noemas culturais, específicos de cada cultura” (BARBOSA, 2001, p. 82). Por fim, o metametaconceito, que forma-se em um terceiro nível, revela-se enquanto “conjunto de traços intencionais, modalizadores, manipulatórios (dos discursos científicos, favorável e contrário)” (BARBOSA, 2001, p.87).

**FIGURA 1 - MAPA CONCEITUAL: A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DE AGRONEGÓCIO**



Fonte: Adaptada de BARBOSA (2001); BEZERRA (2009); DELGADO (2012).

Elaboração: A autora (2016).

Entender o processo de formação dos conceitos permite então analisar o seu uso na construção de discursos. As diferentes etapas de enunciação revelam intencionalidades específicas, de maneira que subsidiam a estruturação e manutenção do alcance e mobilização dos interesses hegemônicos. A figura 1 sintetiza essa compreensão a partir do conceito de agronegócio:

No arquiconceito há a neutralização ideológica. O conceito de Agronegócio é compreendido pela mera concepção de “negócio no campo”. No metaconceito identifica-se a oposição de argumentos, os traços ideológicos e culturais e a agregação de valores para o convencimento. Assiste-se, portanto, a assimilação do agronegócio a ideia de moderno, sucesso, progresso, opondo-se a concepção de atraso. O que acaba por negligenciar tudo o que fuja a essa matriz. Já o metametaconceito não pode ser pensado livre das influências ou das intencionalidades. Desse modo, o próximo subtópico, dedicar-se-á a desvelar o Agronegócio em seu nível metametaconceitual.

### **2.1.1 – Desenvolvimento rural e o projeto hegemônico: o uso e construção do conceito de Agronegócio**

Percebe-se que uma das bases que edificam o agronegócio está na própria construção conceitual. Bezerra (2009, p.117) afirma que “o agronegócio tem sido utilizado como a grande bandeira dos empresários agrícolas para colocar o setor como um dos mais promissores da economia brasileira”. Para o autor:

O nível identificado como metametaconceito quer demarcar uma perspectiva crítico dialética onde o elemento intencional emerge como principal força explicativa para a elaboração de um conceito. É na construção de um metametaconceito em que estão presentes os traços universais, ideológicos, culturais e, principalmente, políticos que participam da elaboração de um conceito. (BARBOSA apud BEZERRA, 2009, p.118).

Nesse mesmo sentido, Mendonça (2015) esclarece como esse projeto no Brasil, apresenta-se sustentado pelo discurso como o único projeto viável, tornando-se assim hegemônico. Para Delgado (2012) o agronegócio, no sentido convencional de “negócio no campo” é apenas uma informação técnica; o autor elucida que nesse conceito misturam-se elementos, sobretudo, do *marketing*, que mascaram o verdadeiro interesse do projeto de territorialização dos interesses capitalista e economia financeira no campo. Acrescentando que trata-se esse de um conceito polissêmico o qual demanda uma leitura crítica.

No referido caso, a força ideológica do “agronegócio” garante o sucesso e a aceitação do projeto, e camufla os prejuízos ambientais e sociais, colocando-os como efeitos sem causas. Bem como ocorrera com as “ideias tanques” (*ThinkTanks*) de modernização e

desenvolvimento. Entretanto, cabe-se salientar que a todo momento, esses projetos têm atendido aos interesses de grupos e sujeitos específicos, pautados principalmente na racionalidade econômica. Mendonça (2015, p. 378) chama atenção ao “passivo econômico, social ou ambiental gerado pelo setor”.

Delgado (2012) faz uma leitura do período de transição da Modernização Conservadora da Agricultura à economia do Agronegócio. O período de transição entre esses dois projetos de economia política tem como marco temporal os anos 2000, pós-crise cambial, que fornece a oportunidade a esse projeto de apresentar-se como estratégia econômica. “Em linhas gerais, trata-se este de um projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado”. (DELGADO, 2012, p.89).

Entretanto, como observa Mendonça (2010, p. 192) “o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Porém, esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades foram utilizadas na produção para exportação”. O autor acrescenta ainda que “o novo são as mudanças na relação capital x trabalho, fortalecidas pela reestruturação produtiva do capital, e as transformações no trabalho, que ocasionaram dinâmicas espaciais distintas daquelas do *plantation*”.

O ar de “desenvolvimento” respirado pelo agronegócio está em consonância com os interesses daqueles que controlam o capital internacional e com a oligarquia brasileira, perseverante ainda hoje, desde o período colonial; que em prática contradiz o discurso da “modernização”, apresentando-se como verdadeiro retrocesso, particularmente no que diz respeito à justiça social. É nesse contexto, inclusive, que as discussões sobre a questão agrária são interdidas e entendidas como superadas.

Martins (1999) a esse respeito já evidenciava o que chama de “o poder do atraso”, analisando como o Estado desde então já fazia uso conservador da mediação do moderno.

Para o autor:

Na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho (MARTINS, 1999, p. 30).

No cenário recente, Delgado (2012) evidencia também o pacto do poder executivo com o legislativo e o silêncio do judiciário; postulando a desconstrução de regras constitucionais que garantem a terra demarcada e a territorialização do agronegócio.

Oliveira (2014a) contribui, explicando como os conceitos “global” e “globalização” partem da mídia para a ciência, invadindo o discurso político, econômico e cotidiano. Nota-se que assim como “agronegócio” esses conceitos, não são neutros. O autor explica que com o apoio desses discursos e do Estado, assiste-se no final do século 20, a integração do capital em escala mundial, com a criação de empresas mundiais. Trata-se de “uma aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial” (OLIVEIRA,2014a, p. 18). Entre essas alianças, encontram-se empresas do setor sucroenergético [sic], por exemplo: a Bunge e a Cargill.

Desse modo, a mídia, o *marketing*, a academia e o Estado, apresentam-se como sustentáculos desse projeto. Sobre essa realidade, Delgado (2013) considera que sem se estabelecer limites não é possível mudar a hegemonia. Por conseguinte, não muda-se o projeto, muito menos se estabelece relações sustentáveis (informação verbal)<sup>4</sup>. Em outras palavras, enquanto o agronegócio mantiver esse grau de controle ideológico, político e econômico será muito difícil efetivar ações contra-hegemônicas eficazes. Observa-se, por exemplo, que as Políticas Públicas desconsideram a existência de um grupo que não tem a premissa econômica como carro-chefe.

Refletir sobre a heterogeneidade do campo brasileiro, além do esforço por uma leitura crítica do projeto hegemônico, trata-se, portanto, de um passo fundamental na construção, ou ao menos, no apontamento para concepções mais completas sobre o desenvolvimento rural que considere o todo e ultrapasse o viés econômico, pautado em um cínico lucro.

A construção da concepção de desenvolvimento rural no Brasil acompanha a década de 1960 e o período em que se concebe a chamada Revolução Verde. A ideia de modernização aparece opondo-se a ideia de atraso como bem evidencia Martins (1999). Essa oposição de argumentos garantida pelo nível metaconceitual de moderno, contrapondo-se ao atraso, apresenta-se, portanto como uma estratégia de convencimento. Essa dicotomia alimenta a lamentável opinião de superação de tudo que não convém ao projeto hegemônico, sendo necessário elucidar o seu 3º nível (ou metametaconceito) e sua bagagem ideológica e identificar o caráter conservador dessa modernização.

Castilho (2016) analisa que a modernização varia no tempo e no espaço, de modo que o que há são modernizações, com especificidades que merecem serem investigadas. O autor identifica como essa palavra foi se difundindo e ganhando múltiplos sentidos, chegando

---

<sup>4</sup>DELGADO, Guilherme da Costa. Do Capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século. Goiânia - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais: 02 set 2013.

à “ [...] naturalização do conceito sem uma crítica ao modo como é produzido” (CASTILHO, 2016, p. 32).

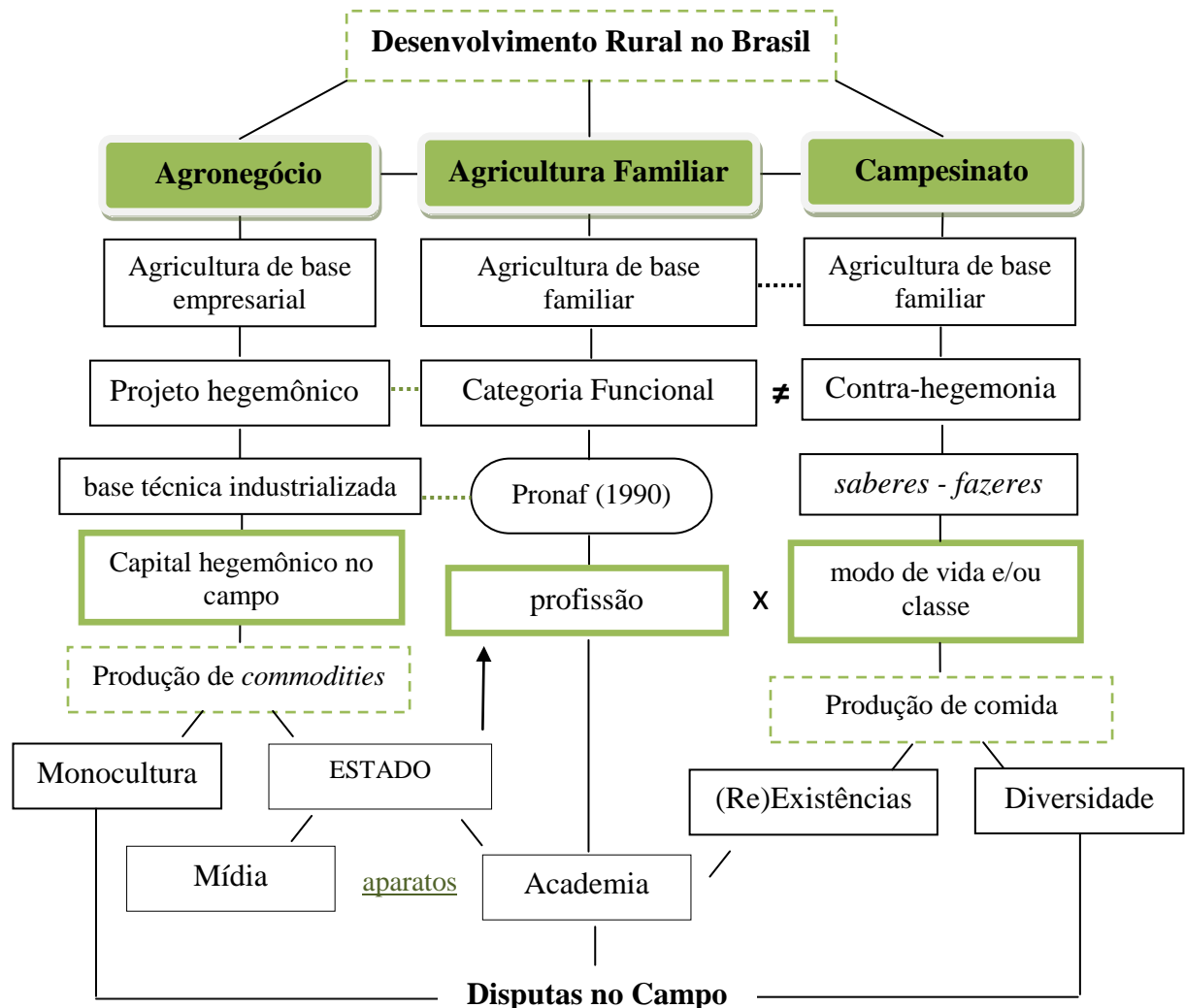
Para Mendonça (2010, p.191) “com o atributo de conservadora, entende-se a modernização como algo capaz de conservar inalterado o espectro de desigualdades, sobretudo, a concentração fundiária”. A adjetivação de “desenvolvimento” é algo recente; porém, “desenvolvimento rural”, como uma dessas adjetivações, envolve vários outros elementos além dos que concerne a produtividade agrícola, como modelo para realizar os objetivos das indústrias, conforme analisa Ribeiro (2005).

Schwartzmancitado porCastilho (2016, p.32) explica que o termo “modernidade” apareceu imbricado à ideia de *progresso e evolução* (grifo do autor) de modo que mais tarde economistas apresentaram a concepção de desenvolvimento econômico e posteriormente então surgiu a concepção de modernização. É imprescindível delinear que modernização e desenvolvimento então são conceitos distintos.

Assiste-se no Brasil uma perspectiva de desenvolvimento setorial circunscrita ao setor econômico. Isso revela como os conceitos de Desenvolvimento Agrícola e Desenvolvimento Rural se misturam, como bem analisa Ribeiro (2005) e faz com que a noção de modernização e desenvolvimento, por vezes sejam compreendidas de maneira ambígua. É nesse sentido que assumir os conceitos e admitir categorias coerentes torna-se um posicionamento teórico, político e crítico; estratégico para se estabelecer contra-hegemonias que são necessárias – Figura 2.

As categorias Campesinato e Agricultura Familiaresão alguns exemplos, sendo consideradas aqui, a primeira uma categoria de análise e contra-hegemônica ao passo que a segunda se constitui numa categoria funcional. A figura 2 sintetiza essa leitura, identificando a dimensão analítica, funcional e ideológica dos respectivos conceitos postulados no âmbito das concepções de desenvolvimento rural estruturadas no Brasil.

FIGURA 2 - MAPA CONCEITUAL: DESENVOLVIMENTO RURAL - AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO



Fonte: Adaptado de DELGADO (2012); MENDONÇA (2012); PICOLOTTO (2011); WANDERLEY (2015); MITIDIERO (2016).

Elaboração: A autora(2016).

Sabendo-se que é necessário identificar o metametaconceito de agronegócio e considerando-se os demais níveis de enunciação, o mapa conceitual situa e especifica os principais elementos estruturantes dos conceitos no âmbito de propostas de desenvolvimento rural no Brasil. Percebe-se que tanto camponato, quanto a agricultura familiar refere-se à um grupo de sujeitos que têm como base as relações de trabalho familiar, diferente do agronegócio que trata essencialmente de uma agricultura de base empresarial e capitalista.

No entanto, diferente do conceito de agricultura familiar – entendida aqui como uma categoria funcional ao projeto hegemônico, o conceito de camponato delimita de forma

teórica, político e prática o modo de vida, os *saberes-fazeres*, a diversidade e outros elementos próprios da vida camponesa que envolve relações não capitalistas de produção.

Sobre a base técnica nota-se que a indústria foi capturando o camponês e o transformando em outro mecanismo de reprodução do sistema capitalista no Campo. O Estado nesse sentido aparece como financiador e braço desse processo, buscando, por exemplo, a conversão do camponês em assalariados, ou profissionais, que seguem padrões de produção e consumo. O que pode ser evidenciado com o “Sistema S” (SENAI, SENAC) e mais recentemente o PRONATEC e outros ensinos técnicos que nem sempre partem da realidade dos sujeitos.

A agricultura familiar então, ao ser compreendida como uma categoria institucional que refere-se à uma profissão, passa a ser cooptada pelo capitalismo no campo, levando esses sujeitos que estão mais próximos do campesinato, a serem pressionados a se reconhecerem enquanto “pequenos empreendedores do campo”. O que por vezes gera um conflito simbólico e de identidade.

Tal realidade faz com que haja uma incoerência que se reverbera em insucesso de algumas políticas públicas e em desafios para a permanência do camponês na terra. Enquanto isso, o agronegócio segue territorializando-se com os aparatos da mídia, do Estado e da academia. Produzindo *commodities* ainda que por vezes sustentando-se no discurso da produção de comida<sup>5</sup>, que em verdade ocorre à base de (Re)Existências do campesinato.

Mitidiero; Barbosa (mimeo) aprofundam essa discussão, elucidando que a matriz discursiva da produção de alimentos, mascara os reais interesses do agronegócio. Diferente do que se quer parecer, a ração que alimenta o gado a ser exportado, muito se difere da produção de comida da agricultura camponesa, que vias de fato, vão para a mesa do povo brasileiro. A produção camponesa, não prioriza a monocultura de matérias primas exportáveis como milho, soja etc. ao contrário, é marcada por realmente alimentar a população brasileira.

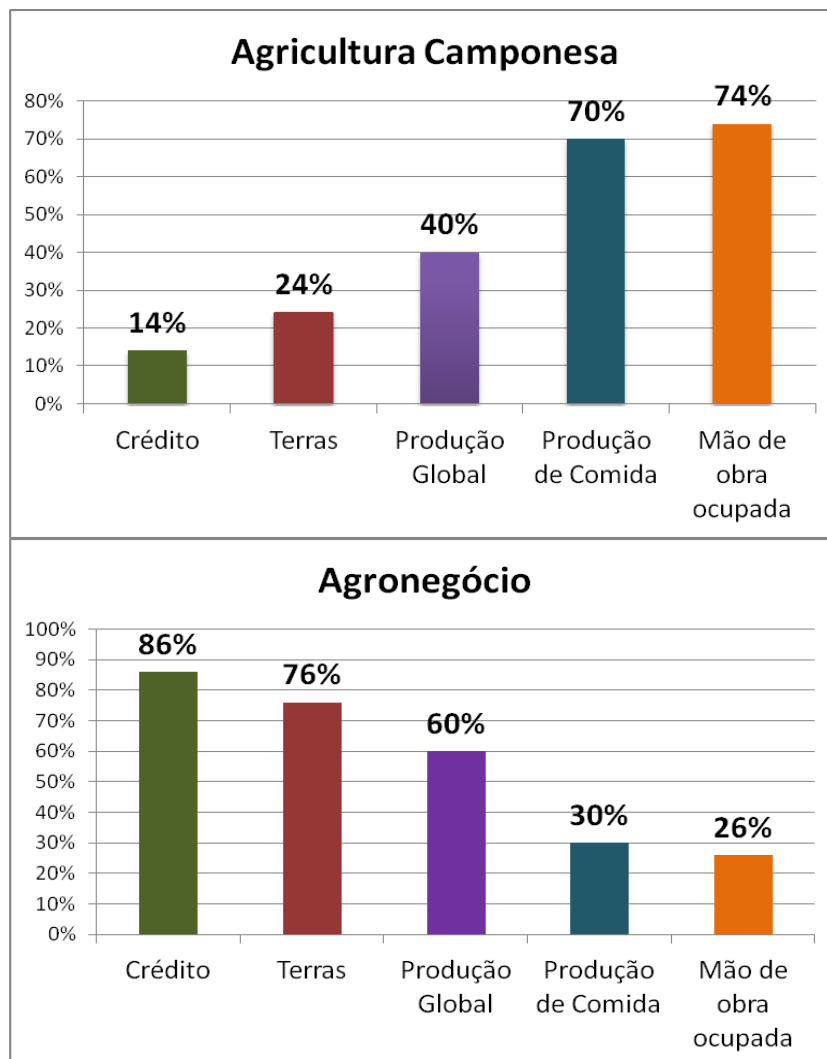
---

<sup>5</sup> O termo comida trata-se também de uma construção conceitual, que aparece em MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; HÉRICK DE SÁ (mimeo): Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. Demarcando teoricamente a produção camponesa, como responsável pela produção de comida (alimento humano e não ração, por exemplo) no Brasil.

Ao analisar os monocultivos, é possível perceber que esses comprometem e influenciam não somente na dimensão socioespacial, mas também quebram o equilíbrio ecológico, gerando “pragas” e outras alterações nos agrossistemas que, por conseguinte, ocasionam a dependência do uso e consumo de insumos agrícolas.<sup>6</sup>

Os dados apresentados na figura 3 evidenciam essa realidade e o potencial da agricultura camponesa.

**FIGURA 3 - COMPARATIVO ENTRE AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO**



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).  
Organização: A autora (2017).

<sup>6</sup>É nesse sentido que os movimentos sociais propõem e defendem a Agroecologia como alternativa. Pautando não somente a Segurança, mas também a Soberania Alimentar. Sendo um posicionamento também político e ideológico. Prezando pela produção de alimentos saudáveis e relações de trabalho que se oponham a perversidade e exploração do modo de produção capitalista. Lembrando que esse debate ressignifica inclusive o empoderamento das mulheres.

Nota-se que os dados são inversamente proporcionais. Ainda que 86% dos créditos sejam destinados ao agronegócio, 40% da Produção Global é de origem camponesa. Deve-se levar em consideração ainda, que esses sujeitos detêm apenas 24% das terras. Lembrando-se que para o camponês não trata-se apenas de “terra” relacionada ao negócio, mas sim de territórios de vida. Ao tratar-se da produção de comida, os camponeses são responsáveis por 70%. Além disso a mão-de-obra ocupada no agronegócio é de apenas 26%.

Tudo isso, e especialmente a concentração fundiária, acaba por gerar conflitos tanto no Campo – material - por meio das disputas territoriais entre esses projetos antagônicos, quanto no nível de disputas imateriais, com o posicionamento crítico de pessoas que assumem o compromisso de defender algum dos projetos. Pensando nisso, o próximo subtópico será dedicado ao conceito de campesinato, enquanto uma contra-hegemonia, pautando os conceitos dentro das propostas de políticas públicas, no intuito de defender a permanência do sujeito no campo, em contraponto à territorialização do agronegócio canavieiro.

### **2.1.2 – Conceitos e políticas públicas: a contra-hegemonia do campesinato**

O reconhecimento oficial da categoria agricultura familiar, por meio da criação de Políticas Públicas voltadas a um grupo específico de agricultores, tem como marco histórico a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a Lei da Agricultura Familiar de 2006<sup>7</sup>, ainda que as disputas desses sujeitos e suas territorializações antecedam a década de 1990.

O Pronaf criado em 1996, constitui-se na primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social e a Lei de Agricultura Familiar, de 2006, define oficialmente a agricultura familiar como “categoria produtiva” e como profissão no mundo do trabalho. (PICOLOTTO, 2011, p. 305).

Nota-se que, sobretudo após a criação do Pronaf, a categoria “agricultura familiar” ganha significativa dimensão simbólica, teórica, ou legal. Nesse sentido, atribuída essa importância legal ao conceito, novos olhares lançam-se sobre esses trabalhadores rurais, à medida que, como elucida Wanderley (2015, p.30): “Os agricultores familiares são percebidos, por alguns, como integrantes das principais culturas agropecuárias do país, inclusive das grandes cadeias produtivas globalizadas.”.

Essa leitura deve-se, especialmente, ao fato da escala de produção ser tomada como critério de avaliação do modelo de produção agrícola. Desse modo, a produção desses sujeitos

---

<sup>7</sup>Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006: “Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.”.

pode ser cooptada pelo projeto hegemônico; o que evidencia o quão excludente e contraditório é esse critério. Partindo-se dessa compreensão, observa-se que o Estado, enquanto financiador da agroindústria e da agricultura capitalista, como já percebia Sorj (1998), ao usar as Políticas Públicas como ferramenta pode gerar resultados contraditórios, por meio de conceitos de controle social:

As políticas inclusivas, de fomento produtivo para a agricultura familiar passaram a ser funcionais ao projeto hegemônico, cuja consequência estrutural tem sido a gradativa perda de elementos que configuram a economia de base camponesa. Não obstante a aparência de políticas diferenciadas para a agricultura empresarial e a familiar, ambas as políticas estão direcionadas para o mesmo modelo agrícola. (TEIXEIRA, 2013. p.14).

Ainda que hoje não seja possível negligenciar o mercado, por vezes, o esforço de homogeneizar para hegemonizar o tão heterogêneo campo, leva à negligência da justiça social, deixando à margem do processo grande parte da população rural brasileira, que não se encaixa aos moldes do modelo imposto, já que não possuem as lógicas capitalistas de produção e mercado como premissa básica.

O conceito de Agricultura Familiar neste contexto aparece como categoria funcional, não analítica. A agricultura passa a ser entendida como profissão, noção muito próxima a concepção de empresário rural, como apresenta Picolotto (2015). Por vezes, esse conceito é moldado como estágio superior ao Campesinato; inserindo-o no processo produtivo capitalista ou expulsando-o do campo.

Observa-se que a Agricultura Familiar, como categoria funcional, profissionaliza o agricultor e coloca a heterogeneidade do rural brasileiro em uma condição linear. Há assim o risco de se compreender a Agricultura Familiar como superação do Campesinato. Reflexões sobre a positividade ideológica de Agricultura Familiar, no âmbito das políticas públicas, levam a entender que estas, em suas limitações, não contemplam a variedade, pois partem de um conceito homogêneo, segundo proposições de Picolotto (2015), ao pensar “os atores da construção da categoria Agricultura Familiar”.

Desse modo, entende-se que o marco teórico não dimensiona a diversidade, assim, as políticas estão postas para um percentual pequeno da população rural. A imagem do camponês, equivocadamente, é vinculada ao atraso e a de agricultor familiar (que consegue acessar as políticas) aparece como moderno e articulado com o mercado. Em face disso e da territorialização do agronegócio – e sua bagagem ideológica –, nota-se que:

A agropecuária moderna, com os maiores índices de produção e produtividade do país, expulsou as ‘velhas’ formas de uso e exploração da terra para as áreas de fronteiras, para as áreas urbanas e/ou para os fundos de vale que se tornaram

*refúgios para os camponeses e trabalhadores da terradesterritorializados.* (MENDONÇA, 2012, p.388, grifos do autor).

Esse viés integracionista do agricultor ao molde capitalista de produção nulifica a heterogeneidade e os *saberes-fazeres* do camponês (MENDONÇA, 2012), sufocando e aniquilando gradativamente a dimensão simbólica e a sociabilidade camponesa, sendo inclusive uma das possíveis causas do insucesso de algumas políticas públicas, que não são acessadas de forma satisfatória.

É imprescindível salientar que existem nessa lógica sérios problemas identitários, à medida que grupos que partem da mesma atividade agropecuária, não se reconhecem de forma homogênea, como é imposto. Trata-se de visões economicistas da agricultura, com um olhar macro, que não considera o modo de vida e cultura. Como explica Wanderley (2015):

O campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2015, p.26).

Bartra (2008) contribui nesse sentido com o conceito de *campesindios*, considerando-se no âmbito da diversidade as comunidades indígenas que são expressivas em toda a América-Latina. O conceito contempla as lutas campesinas e indígenas pela terra e pelo território de vida, frente à territorialização hegemônica do capital; sendo uma estratégia teórica para abranger minimamente a diversidade.

As políticas públicas ao delinearem-se pelo objetivo hegemônico vinculado ao mercado, não levam em consideração os valores, a tradição e a dimensão imaterial. A racionalidade econômica desconsidera o plano simbólico, que não pode ser subjulgado. Ressalvam-se então as dificuldades de implantação das políticas públicas, uma vez que há um desequilíbrio entre a proposta e a realidade.

Elementos da prática, da experiência, não/ou nem sempre, são levados em consideração na elaboração de políticas. Por conseguinte, desigualdades regionais são aprofundadas, levando camponeses e camponesas a se submeterem a racionalidades que não condizem com o seu modo de vida, transformando suas relações e cotidiano.

O camponês não tem, a todo o momento, o mercado como seu objetivo principal - o que não significa que este esteja completamente desvinculado do mercado. Não se pode alimentar a superstição de que esses sujeitos não querem acessar as políticas públicas, as técnicas ou tecnologias. O que ocorre é que os padrões de consumo e, por conseguinte, de produção do camponês não são os mesmos do capitalista.

Ao grupo camponês não interessa o discurso/padrão econômico, veiculado pelas políticas públicas. Pensar o camponês torna-se, assim, uma estratégia de embasamento teórico importante para compreender as lacunas das políticas públicas, a título de análise. Por isso então, é um posicionamento teórico e político, que marca um campo contra-hegemônico necessário e coerente com a realidade.

Santos (2011, p.33) analisa que “há de se observar que o fato da agroenergia ter caráter multidisciplinar e de interações com vários setores não tem impedido a prevalência dos processos do tipo *top-down*, um tanto desconfigurado, na formulação e implantação das políticas”. O autor explica que *top-down* são os processos decisórios em políticas em que as etapas de formulação, implantação e avaliação da política ocorre “de cima para baixo”, restringindo os atores e as deliberações.

Conterato; Niederle, *et al.* (2011) atentam-se para os estudos sobre a diversidade do rural brasileiro, destacando a preocupação de se compreender esse espaço para além da homogênea leitura de agricultura que distingue somente as formas familiares das essencialmente capitalistas. A respeito desses heterogêneos espaços e sujeitos e a preocupação em reconhecê-los, os autores destacam que:

Cada vez mais essa diversidade é percebida como uma das características mais importantes das formas familiares de produção e portadora de robusta capacidade explicativa não só de sua permanência como também de seu fortalecimento em ambientes sociais e econômicos em que imperam as relações de troca mercantil. (CONTERATO, NIEDERLE, *et al.* 2011, p.78).

Menezes e Malagodi (2011) reconhecem a resistência como constituinte do campesinato, sobretudo, em suas formas cotidianas. Essas (Re)Existências, ou seja, o “enfrentamento da condição de existir”, revelam os territórios em disputa; compreende-se então a “(Re)Existência enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais.” (PÉLA; MENDONÇA, 2010, p.54). Para Oliveira (1997, p.49, grifos do autor), “é preciso entender que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de *dentro* do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado.”.

Superar os (Pré)Conceitos e compreender a própria construção dos Conceitos sobre o campo, contemplando os diferentes sujeitos na leitura de desenvolvimento rural parece, portanto, um lúcido caminho de aproximação das categorias no âmbito institucional com a realidade do rural brasileiro, a fim de se propor uma intervenção concreta, de modo que a ciência contribua e não mascare os fatos.

Compreender o espaço agrário brasileiro no século 21 requer o cuidado de se conceber os processos históricos que o configuraram tal qual é apresentado hoje. Nesse sentido, Costa (2013) discorre sobre os riscos do pensamento teleológico e como este subordina o pensamento histórico. Segundo o autor, “para oferecerem perspectiva histórica, como uma consciência compatível com a pluralidade das sociedades complexas, as ciências sociais devem ser capazes de explicitar analítica e sinteticamente a diversidade estrutural que lhes é própria.” (COSTA, 2013, p. 48).

Ressalva-se então, que o atual espaço agrário brasileiro é resultado de uma trajetória, e remonta ao processo de colonização e a subordinação aos interesses latifundiários, de forma que expressa o modo capitalista e seus efeitos que perpassam a complexidade e a desigualdade no campo hoje. Desigualdades essas reafirmadas pelas estratégias de reinvenção do capital, que em nova roupagem mantém o seu conservadorismo. Essa nova roupagem inclui a estruturação dos conceitos.

Mattei (2015), em sua análise crítica sobre “as sete teses sobre o mundo rural brasileiro” (BUAINAIN, 2013), elenca alguns desses resquícios históricos na realidade agrária brasileira; destacando a escravidão, a exploração e expropriação dos recursos naturais, a concentração de terras e a produção de excedentes para exportação. Percebe-se que no Brasil, não houve um rompimento com as oligarquias agrárias, conforme afirma Martins (1999), o passado, por vezes, se esconde mal por trás do discurso do moderno.

Sobre o rigor metodológico na análise deste espaço, Arrais (2013, p.16), ao estudar a produção do território goiano, elucida sobre os ímpetus do hábito de se “conceber o território nacional como algo natural e não como produto da história”, explicando que a estratégia de secularização inviabilizou a interpretação deste a partir dos conflitos, de modo que tal fragmentação da leitura “seleciona a história para operar uma imagem positiva sobre o passado e o futuro de uma dada formação territorial”.

Garante-se com esse ponto de vista a preocupação quanto ao entendimento dos processos que evidenciam caminhos para se interpretar o espaço a partir da realidade. Além disso, é válido destacar o avanço da análise ao adotar-se a dimensão territorial que contempla a identidade, o poder local e as disputas, postas na materialidade. Muito se atribui mérito ao diálogo da sociologia com a categoria de Território, destacando a contribuição desta categoria na interpretação das relações de poder.

A compreensão do mundo não é apenas teórica, mas também prática. Ao se dispor a interpretá-lo é lúcido buscar caminhos para que essa interpretação aproxime-se ao máximo da concretude, do real. Importante também compreender que a sociedade não é linear e a

diversidade coexiste e deve ser interpretada. Destaca-se para tanto, entre diversas possibilidades, a valorização do saber local. O local deve ser o lugar de tomada de consciência para se entender outras escalas; já que como ressalva Shiva (2003):

[...] além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. O saber local resvala pelas rachaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao qual está ligado. Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais. (SHIVA, 2003, p. 25).

Desta feita, as ciências humanas, de modo geral, adquirem um importante papel como prática social, especialmente ao assumir uma postura teórica coerente com a realidade, considerando-se o saber local. Observa-se, por exemplo, que em muitos casos, experiências de outros países são usadas para dar embasamento nas propostas teóricas e políticas no Brasil. A importação de modelos, entretanto, tende a contribuir desde que estes sejam adequados a realidade local, ou seja, é imprescindível a contextualização histórica, econômica e social, à medida que se adota uma referência de rural de países historicamente diferentes.

O espaço e os fenômenos inseridos no campo não podem ser engessados pelas teorias, pois necessariamente as extrapolam. Todavia conforme afirma Silva (2015) “não se faz ciência sem uma decisão teórica, conceitual. Sendo importante ressaltar que a decisão pelo método, especificamente, é teórica e não prática.” (informação verbal) <sup>8</sup>.

Costa (2003) revela a tensão entre o conhecimento como estratégia de ação e como ciência, explicando como a formulação de “tipos ideais” para a obtenção de equilíbrio nos resultados pode ofuscar a leitura, incapacitando a interpretação da diversidade estrutural profunda existente. Afirma ainda que “para interpretar as manifestações particulares da operação dessa diversidade na constituição dos territórios, as ciências sociais tem falhado.”. (COSTA, 2003. p.47).

É fundamental, portanto, o devido comprometimento social nas pesquisas, para que as ciências possam contribuir para as pessoas que vivem no campo e não desconstruir, ou camuflar, a realidade. Costa (2013) explica que a economia moderna não considera os circuitos inferiores. Buscam o equilíbrio pelo circuito superior, considerando-o ideal e gerando na verdade maiores desigualdades.

---

<sup>8</sup> Palestra proferida por SILVA, Ana Cristina da. Teoria e Método na pesquisa geográfica. VIII Seminário Interno da Pós-Graduação em Geografia. Goiânia - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 10 jun 2015.

Como já mencionado anteriormente, observa-se os riscos das teleologias; que acaba por gerar uma incoerência entre a realidade no campo e as propostas políticas, por exemplo. Ao buscar-se uma homogeneidade, a possibilidade de aprofundar-se as desigualdades é muito grande. Logo, é responsabilidade de quem se dispõe a estudar o rural brasileiro dimensionar os diferentes sujeitos nesse espaço, e ter o cuidado para não aceitar explicações simplistas ou conceitos pelo nível de enunciação do arquiconceito.

## 2.2 O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E O DISCURSO ENERGÉTICO: O Plano Nacional de Agroenergia, uma energia limpa?

Ao se tratar do agronegócio canavieiro – enquanto uma das faces do agronegócio percebe-se o quanto o papel do discurso é fundamental; demandando ainda mais uma análise crítica. Assim como no processo de Modernização da agricultura a retórica da produção de alimentos sustentava o projeto de territorialização do capitalismo no campo e a padronização da produção e consumo, a eloquência do aquecimento global passa a sustentar ideologicamente a produção de “agrocombustíveis” substituindo as fontes de energia não renováveis.

Acompanhando, no entanto, a análise sobre as estratégias de reinvenção do capitalismo por meio da preleção e construção de conceitos, cabe as seguintes perguntas: seria a Agroenergia uma solução para o clima ou uma saída da crise para o capital? (HOUDART, 2010). Em que medida, trata-se essa, uma fonte de energia limpa?

Em 2006 foi lançado no Brasil o Plano Nacional de Agroenergia, (PNA 2006 – 2011). O plano delineia como principal objetivo

estabelecer marco e rumo para as ações públicas e privadas de geração de conhecimento e de tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e para o uso racional dessa energia renovável. Tem por meta tornar competitivo o agronegócio brasileiro e dar suporte a determinadas políticas públicas, como a inclusão social, a regionalização do desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental. (MAPA, 2006, p. 08).

Percebe-se que como na Revolução Verde a pauta da “fome no mundo” sustentava o projeto, a “bioenergia” edifica essa nova fase de reinvenção do capitalismo. Falar em “produção sustentável da agricultura de energia” e “tornar competitivo o agronegócio brasileiro” parece no mínimo incoerente. Nitidamente o incentivo à monocultura, estrangula a possibilidade de uma produção sustentável, à medida que isso significa o intenso uso de insumos agrícolas, o arrefecimento da produção de alimentos e do policultivo, o controle e subordinação da terra e dos bens comuns de consumo ao capital privado e etc. Ao se tratar do

monocultivo de cana-de-açúcar a situação é ainda mais alarmante, já que se trata esse um monocultivo que exaure a terra e os seus recursos, devido ao intenso uso do solo e da água.

Sobre as políticas públicas, como já mencionado, observa-se que essas desconsideram o modo de vida camponês e estão majoritariamente voltadas a um grupo específico de agricultores. Tal realidade se comprova, com o incentivo ao monocultivo, para o um grupo de sujeitos que primam pelo policultivo, pelos *saberes fazeres* e pela pluralidade. Incluir socialmente os sujeitos e regionalizar o desenvolvimento por meio do subsídio do Estado ao agronegócio canavieiro, longe de significar uma estratégia, apresenta-se evidentemente como uma contradição.

Como é possível falar de sustentabilidade ambiental com paisagens estéreis, como as do monocultivo? Seria possível considerar sustentável ambientalmente um modo de produção que gera tantas dependências e atrofia a heterogeneidade em busca da hegemonia? São por essas e outras razões, que observa-se que o discurso da “agroenergia” ou “bioenergia” é facilmente apropriado pelo capitalismo desta vez vestido de verde, para a ampliação do lucro.

De acordo com o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, sobre os impactos ambientais esperados, o estudo tem por intuito o:

Ordenamento da produção evitando expansão em área com cobertura vegetal nativa; Produção de biocombustíveis de forma sustentável e ecologicamente limpa; Co-geração de energia elétrica diminuindo a dependência de combustíveis fósseis e gerando créditos de carbono; Conservação do solo e da água, através de técnicas conservacionistas diminuindo a erosão dos solos cultivados; Diminuição da emissão de gases de efeito estufa pela substituição progressiva da queimada pela colheita mecânica. (EMBRAPA, 2009, p.09)

Observa-se, no entanto, uma incoerência com a realidade atual e a proposta do estudo. Como pôde-se observar anteriormente a expansão do monocultivo, ocorreu e ainda ocorre em áreas de vegetação nativa, bem como em áreas de culturas tradicionais, como foi apresentado em dados, de modo que não se pode considerar a produção de “bio” combustíveis a partir desses cultivos, sustentáveis ou ecologicamente limpos. Bem como, não se observa técnicas de manejo conservacionistas em algumas das usinas estudadas, seja pelo uso inadequado da água, pelo desmatamento ou pela ainda presente presença de queimadas.

Partindo-se dessa interpretação decidiu-se designar a atividade como agronegócio canavieiro e não como “agronegócio sucroenergético ou sucroalcooleiro”. Estabelece-se tal proposta como conceitualmente refutante a ideia-tanque de produção de energia(limpa) e reafirmar os efeitos sociais e ambientais do monocultivo canavieiro. Entende-se que o termo “canavieiro” demarca o monocultivo enquanto característica do modelo produtivo e designa o

tipo de cultivo estudado; em outras palavras, identifica-se a face do agronegócio tratada, posicionando o (mono)cultivo em contrição à bio(diversidade).

Entende-se que seja importante tal mediação para tornar possível desmistificar a ideia de que o setor não produz resíduo, mas sim subprodutos, como frequentemente defendido nas usinas e por agentes do setor, conforme fora possível conferir em atividades de campo em 2015 e 2016. É preciso questionar e conferir antes de tudo, à base de quê surge esses ditos “subprodutos”.

Serão mesmo as usinas “autossustentáveis”, como se denominam? Falar do financiamento do Estado, do arrefecimento da produção de comida, do cercamento do campesinato, do uso privado de bens comuns, são alguns pontos que precisam ser discutidos nesse sentido. À custas de quê e de quem essas usinas se auto sustentam?

Sobre a leitura a partir da bio-energia, Houdart (2010) analisa que a busca por novas fontes de energia tornou-se um interessante nicho de mercado, merecendo-se destaque a preocupação quanto aos enunciados. Para o autor,

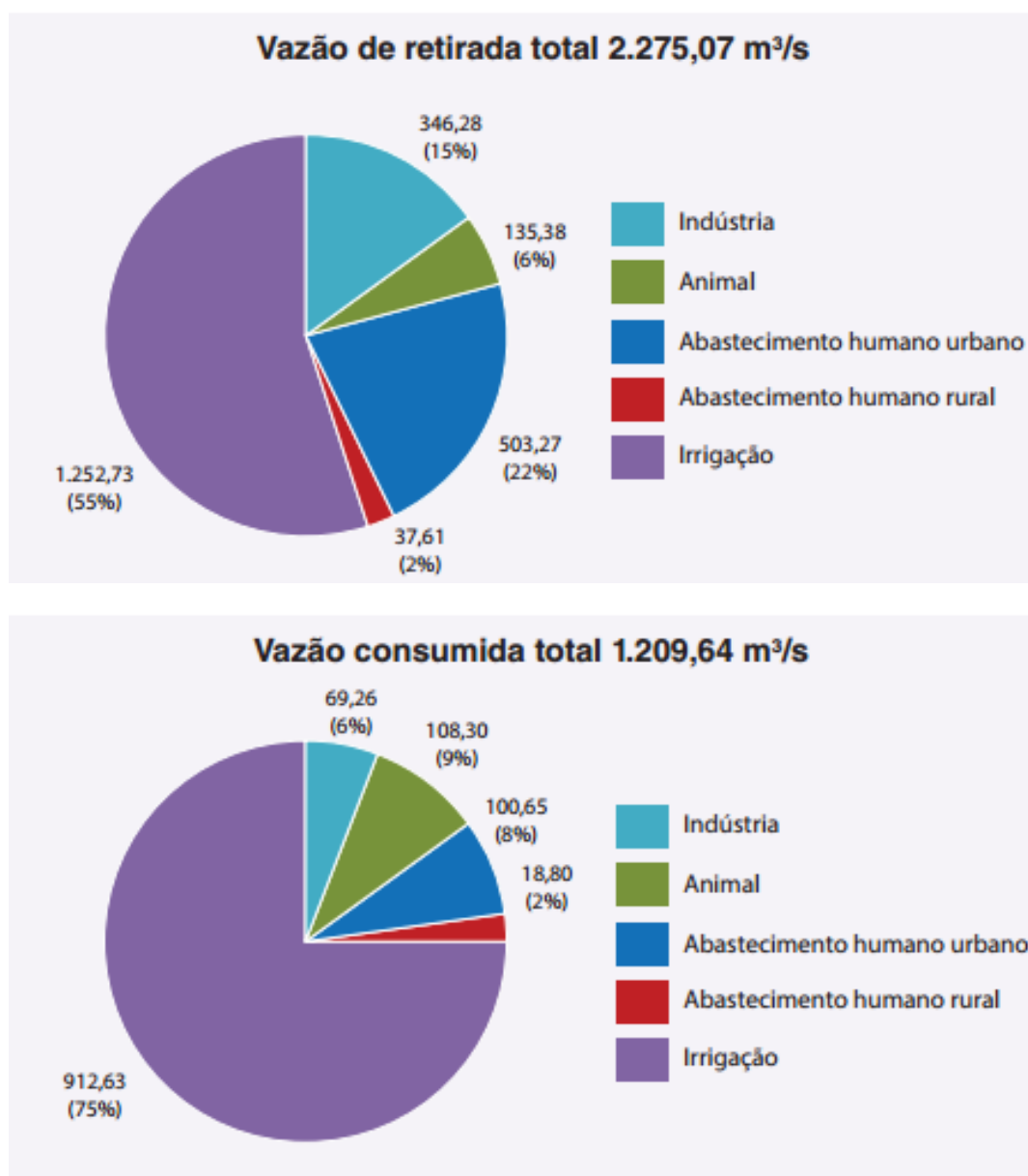
[...] todo este processo provoca uma guerra ideológica no interior da qual as palavras se transformam em armas e os argumentos que enaltecem as vantagens dos biocombustíveis e os que apelam para a redução do consumo de energia transformam os grandes conglomerados petrolíferos, industriais e comerciais em verdadeiros benfeitores da humanidade (HOUDART, 2010, p. 8).

Observa-se que as pautas ambientais e sociais são estabelecidas, entretanto, o modo de produção capitalista segue apropriando-se inclusive das problematizações acerca dos efeitos deletérios causados pelo próprio sistema, para ampliar sua possibilidade de reprodução e lucro, nunca repensando sua lógica de acumulação pautada na exploração de pessoas e bens comuns.

Thomaz Júnior (2010) a esse respeito elenca os conflitos e disputas territoriais que o leva a entender a imposição do agrohídronegócio. O autor explica que “o sucesso do agronegócio não pode ser atribuído somente à sua fixação à territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água, assim como as demais etapas da cadeia produtiva, comercialização etc” (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 97). Segundo a Agência Nacional de Águas do Brasil (figura 30):

A demanda consuntiva total estimada para o Brasil foi de 2.275,07 m<sup>3</sup>/s, quando considerada a vazão retirada. O setor de irrigação foi responsável pela maior parcela de retirada (55% do total), seguido das vazões de retirada para fins de abastecimento humano urbano, industrial, animal e abastecimento humano rural. A vazão efetivamente consumida foi de 1.209,64 m<sup>3</sup>/s. (ANA, 2016, p.33).

Tais dados levam à pensar sobre a culpabilização do clima e do consumo doméstico na falta de água.

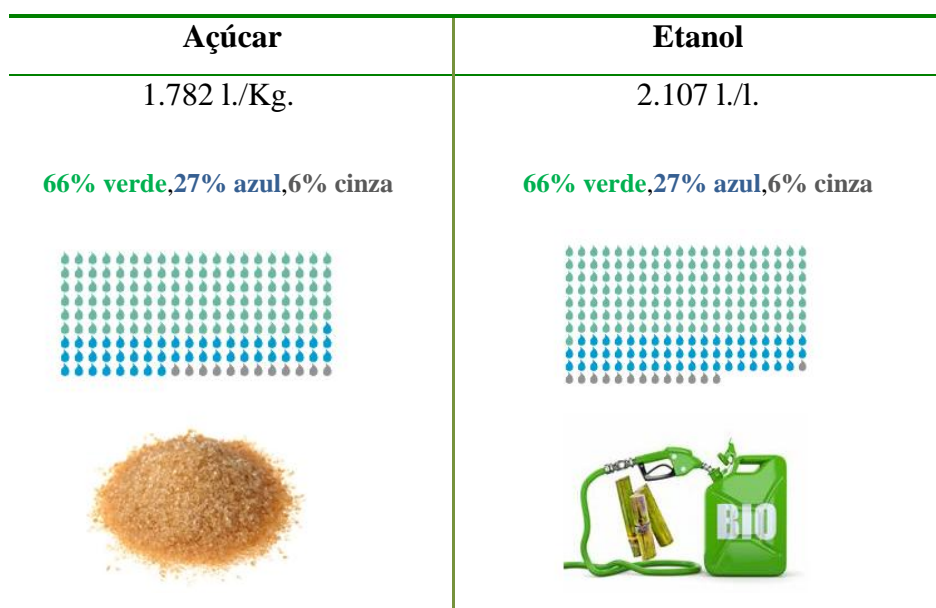
FIGURA 4 - DEMANDA CONSUNTIVA TOTAL (ESTIMADA E CONSUMIDA) NO BRASIL (M<sup>3</sup>/S)

Fonte: (ANA, 2016, p.33).

Sobre o consumo de água no agronegócio canavieiro, conforme os dados sobre sua pegada hídrica<sup>9</sup>, para produção de 1 kg de cana de açúcar, são gastos cerca de 210 litros de água. Cada quilograma de cana-de-açúcar resulta em cerca de 100 gramas de açúcar refinado, de modo a que o gasto de água para a produção de açúcar – feita a partir da cana - é de cerca de 1.780 litros/kg. Para a produção de etanol, são gastos 2.107 litros de água por litro de etanol, conforme evidenciado na figura 5.

<sup>9</sup>Disponível em: <waterfootprint.org> .

FIGURA 5 - CONSUMO DE ÁGUA NA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL



Fonte: WATER FOOTPRINT (2016).

Adaptado por: A autora (2016).

O *waterfootprint* ou pegada hídrica é um indicador sobre a apropriação dos recursos hídricos, que mostra não somente o consumo de água doce, como também a classificação conforme o volume de poluição para se obter cada produto. A classificação entre “verde, azul e cinza” refere-se à fonte de água consumida e ao volume de água doce necessário para a assimilação de poluentes na produção dos respectivos produtos.

A pegada hídrica verde de um produto trata-se do consumo de água da chuva ou da umidade do solo. A pegada hídrica azul refere-se ao volume de água superficial e subterrânea consumidos ao longo da cadeia produtiva, como por exemplo na irrigação. Já a pegada hídrica cinza é definida conforme o volume de água doce necessário para diluir a carga de poluentes do processo de produção de açúcar e do etanol – no referido caso (RESENDE NETO, 2011).

Além da pegada hídrica, outro conceito importante a ser pautado nesse contexto é o de Água Virtual, que corresponde à água utilizada para produzir bens e serviços, água essa que é exportada junto aos produtos e nem sempre é contabilizada. Resende Neto (2011) distingue os conceitos de Pegada Hídrica e Água Virtual, afirmando que o primeiro é um indicador pautado no consumo e o segundo um indicador pautado na produção. Tal análise o leva a perceber que:

[...] quando a agricultura se direciona para a produção de [...] espécies com fins energéticos, mais água se faz necessária desviando seu uso da alimentação e abastecimento humano. A utilização de *bioenergia* em substituição às fontes fósseis, gera, portanto a necessidade de informações detalhadas sobre os requisitos hídricos

necessários, para esse novo propósito, para garantir, entre outros fins a segurança alimentar (RESENDE NETO, 2011, p. 60).

Santos (2011) a esse respeito salienta que a análise da sustentabilidade socioambiental da Agroenergia no Brasil, é ainda mais dificultada pelo fato de os indicadores da agroenergia no país serem setoriais e pautados no consumo, elencando que os desafios criados por esse viés setorial, aparecem principalmente na aplicabilidade dos critérios em escala regional, à medida que não se considera a dinâmica agrícola e o papel estatal. O autor afirma que “pouco se tem aprofundado na abordagem dos determinantes do setor e os efeitos regionais específicos das interações com as políticas públicas” (SANTOS, 2011, p.32).

Ao se tratar das políticas de Agroenergia, Santos (2011, p.46) salienta também que há de se esperar “diferenças de lucratividades e alocação de fatores entre uma usina moderna, com equipamentos de recirculação de água, colheita mecanizada e sem queima da cana, geração e venda de energia elétrica, diante de outra sem essas vantagens”. Desse modo, políticas públicas idênticas para situações distintas, torna divergente o propósito da sustentabilidade socioambiental.

Desta feita, cabe-se a consideração de que ainda que seja pertinente pensar em novas matrizes energéticas para o Brasil, sobretudo hoje, é preciso um posicionamento crítico e fundamentado na empiria para que essa necessidade não seja cooptada pelas hegemonias, fazendo surgir novos estrangulamentos da justiça social e ambiental. Ainda que se fale em fontes renováveis de energia é preciso dimensionar-se os consumos de água e a utilização de outros recursos naturais, como o solo, para que a proposta vestida de ambiental não sucumba no próprio aspecto.

Diante desta leitura e dos esclarecimentos quanto ao ponto de vista conceitual de interpretação empírica o próximo capítulo se dispõe à compreensão do processo de uso e apropriação do Cerrado e da territorialização do Agronegócio Canavieiro no recorte espacial estabelecido para análise – centro-norte goiano. Pautando-se portanto, os principais efeitos socioambientais identificados e sentidos pelos sujeitos sociais da pesquisa.

### **3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO CENTRO-NORTE GOIANO E O PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA**

*“Não se pode comprar o vento, não se pode comprar o sol,  
não se pode comprar a chuva, não se pode comprar o calor,  
não se pode comprar as nuvens, não se pode comprar as cores,  
não se pode comprar minha alegria, não se pode comprar minhas dores”*

Latinoamerica - Calle 13

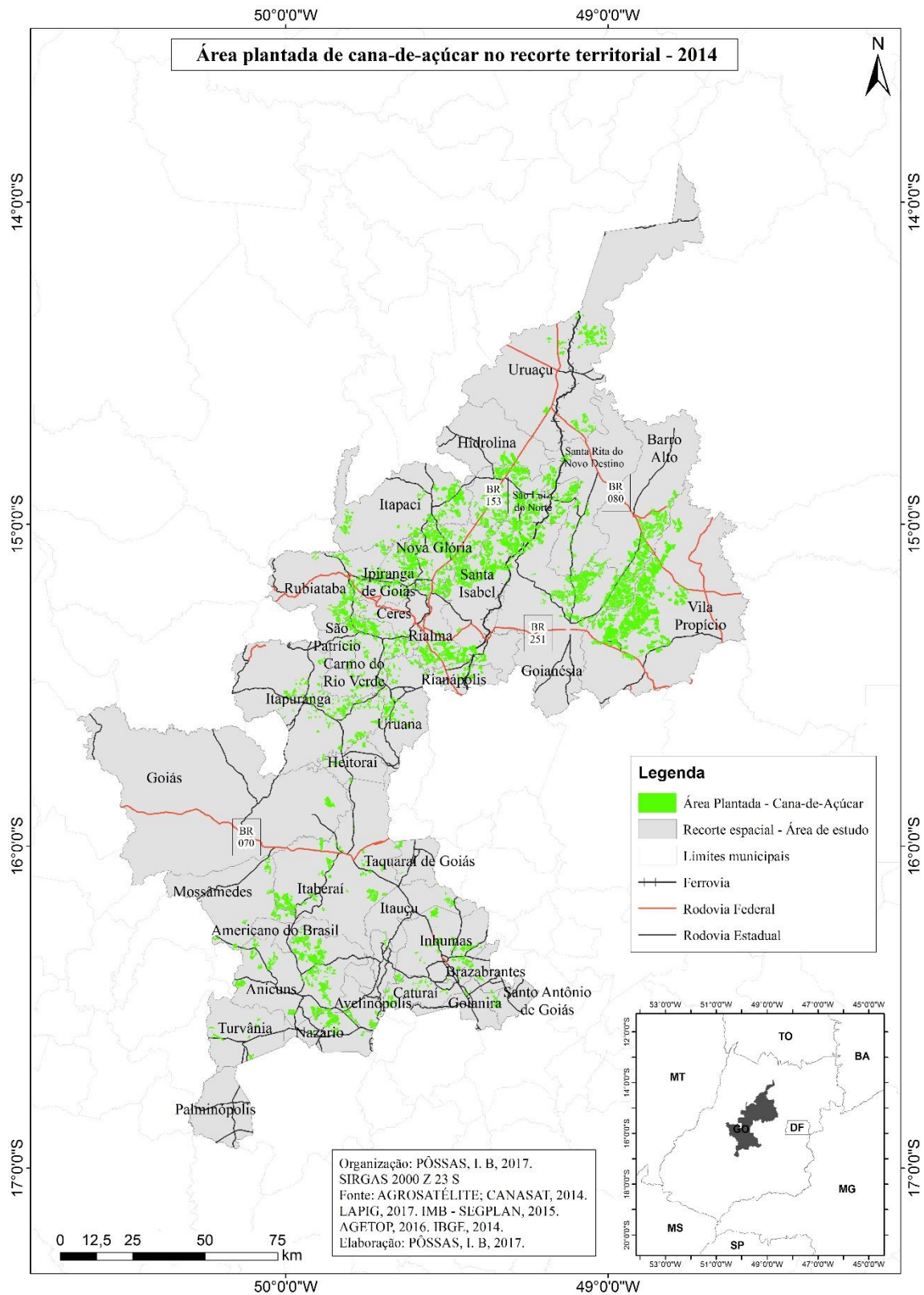
#### **3.1 O CENTRO-NORTE GOIANO: UM RECORTE ESPACIAL DO CERRADO MARCADO PELA TERRITORIALIZAÇÃO CANAVIEIRA**

Atualmente, há no estado de Goiás 36 unidades de processamento de cana-de-açúcar em operação. A maioria, localizada na mesorregião do sul goiano. Todavia a região centro-norte do estado de Goiás é marcada pela presença de um número significativo de usinas canavieiras que influenciam não somente o município sede da agroindústria, mas também os municípios vizinhos.

Essas Usinas do centro-norte (proposta de regionalização aqui apresentada) se distinguem das usinas do sul em função de vários elementos – não que os mesmos sejam determinantes; mas há que se destacar o grupo a qual pertencem as unidades de processamento, o ano em que foram implementadas, entre outras características da planta da unidade fabril e suas especificidades que podem ser identificadas ao longo da verticalização das atividades. O assunto será aprofundado posteriormente.

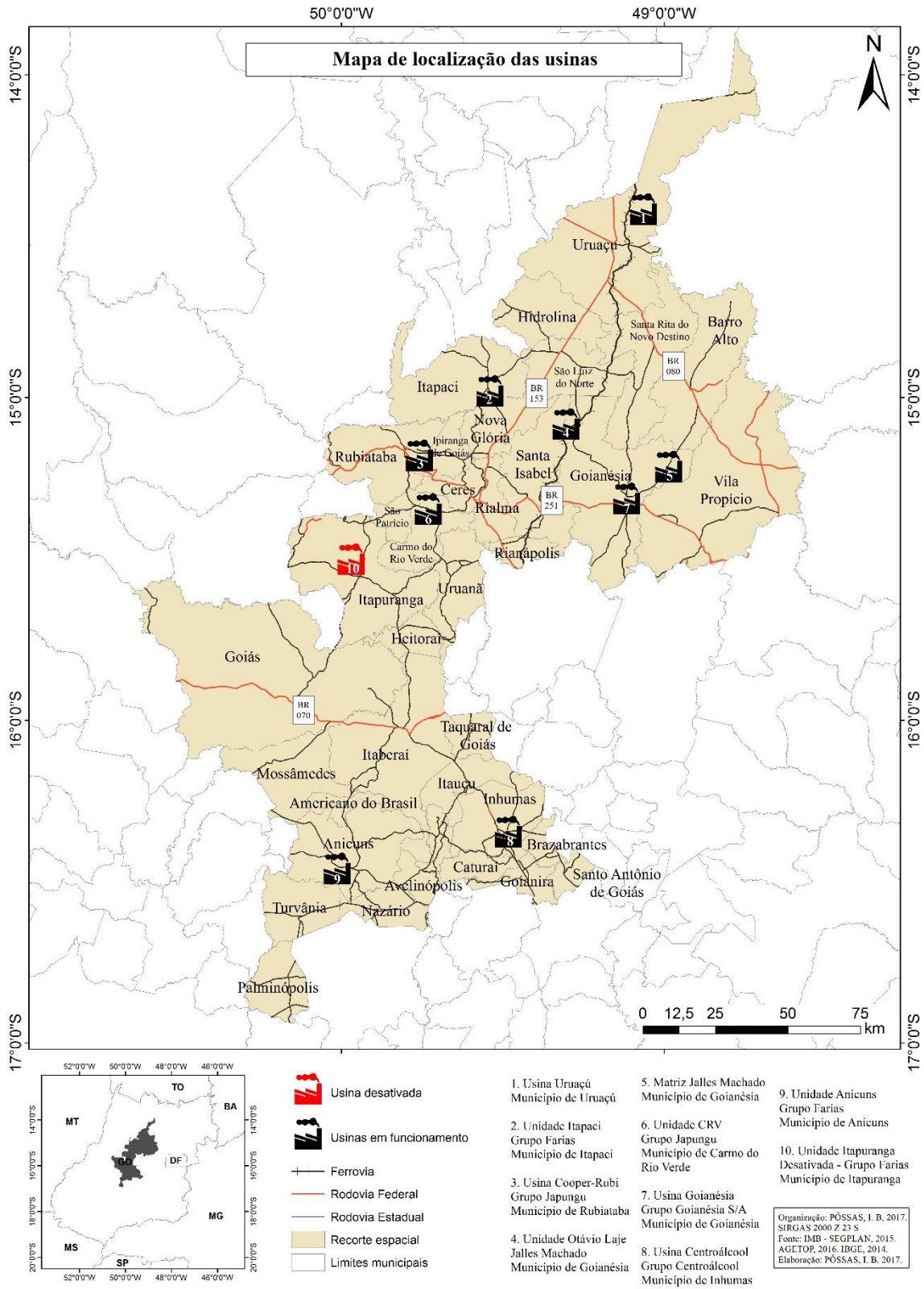
As figuras seguintes identificam os municípios da área de estudo, com a área plantada de cana-de-açúcar e a localização das usinas respectivamente. Contabiliza-se nesse espaço 9 (nove) usinas em operação, 6 (seis) dessas situadas na microrregião Ceres (regionalização proposta pelo IBGE).

O Quadro apresentado posteriormente apresenta o nome das usinas, o grupo a que pertence, o município em que está instalada e o número de usinas do grupo no Brasil. Em destaque, estão as usinas estudadas nesta pesquisa.

FIGURA 6 - MAPA DE ÁREA PLANTADA<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Justifica-se a ausência de área plantada para os municípios de Palminópolis e Americano do Brasil, pois, a base de dados utilizada para a elaboração do mapa (referente ao ano 2014), não apresenta informações sobre esses municípios. Os demais mapas (sobre expansão e produção média), contemplarão os mesmos.

**FIGURA 7 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS USINAS**



**QUADRO 1 - USINAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE GOIÁS**

Usina	Grupo	Município	Usinas no Brasil
Denusa	Nova União	Jandaia	1
Usina Goianesia	Energética São Simão	São Simão	1
Unidade Decal - Rio Verde	Usinas Rio Verde Ltda	Rio Verde	1
Usina Bom Sucesso	Vital Renewable Energy Co (Vrec)	Goiatuba	1
Usina Caçú	Caçú Comércio e Indústria (Copersucar)	Vicentinópolis	1
<b>Usina Centroálcool</b>	<b>Centroálcool</b>	<b>Inhumas</b>	<b>1</b>
<b>Usina Goianésia</b>	<b>Usina Goianesia S/A</b>	<b>Goianésia</b>	<b>1</b>
Usina Goiasa	Grupo Construcap	Goiatuba	1
Usina Lasa	Lasa Lago Azul	Ipameri	1
Usina Porto das Águas	Grupo Cerradinho	Chapadão do Céu	1
Usina São Paulo	São Paulo Energia e Etanol S/A	Porteirão	1
Usina Serra do Caiapó	Usina Serra do Caiapó S/A	Montividiu	1
Usina Serranópolis	Energética Serranópolis	Serranópolis	1
<b>Usina Uruaçu</b>	<b>Uruaçu Açúcar e Álcool Ltda</b>	<b>Uruaçu</b>	<b>1</b>
Usina Usinova	Nova Galia	Paraúna	1
Usina Vila Boa CBB	Companhia Bioenergética Brasileira Vila Boa	Vila Boa	1
<b>Matriz</b>	<b>Grupo Jalles Machado</b>	<b>Goianésia</b>	<b>2</b>
<b>Unidade Otávio Lage</b>	<b>Grupo Jalles Machado</b>	<b>Goianésia</b>	<b>2</b>
Unidade Cem	Grupo Colorado	Morrinhos	2
Usina Santa Helena	Grupo Naoum	Santa Helena de Goiás	2
Unidade Itumbiara	BP Biocombustíveis	Itumbiara	3
Unidade Tropical	BP Biocombustíveis	Edéia	3
Usina Cachoeira Dourada	Grupo USJ	Cachoeira Dourada	3
Usina São Francisco	Grupo USJ	Quirinópolis	3
<b>Unidade Anicuns</b>	<b>Grupo Farias</b>	<b>Anicuns</b>	<b>4</b>
<b>Unidade Itapaci</b>	<b>Grupo Farias</b>	<b>Itapaci</b>	<b>4</b>
<b>Unidade CRV</b>	<b>Grupo Japungu</b>	<b>Carmo do Rio Verde</b>	<b>4</b>
Usina Boa Vista	Grupo São Martinho	Quirinópolis	4
Usina Cambui	Vale do Verdão	Santa Helena de Goiás	4
Usina Floresta	Vale do Verdão	Santo Antônio da Barra	4
Usina Panorama	Vale do Verdão	Itumbiara	4
Vale do verdão	Vale do Verdão	Turvelândia	4
<b>Usina Cooper-Rubi</b>	<b>Grupo Japungu</b>	<b>Rubiataba</b>	<b>4</b>
Unidade Água Emendada	Odebrecht Agroindustrial	Perolândia	9
Unidade Morro vermelho	Odebrecht Agroindustrial	Mineiros	9
Unidade Rio Claro	Odebrecht Agroindustrial	Caçú	9
Unidade Centroeste	Raízen Energia S/A	Jataí	24

Fonte: UNICA (2016).  
Organização: A autora (2016).

Em destaque no quadro, estão as usinas situadas no recorte espacial estabelecido para a análise nesta pesquisa. Juntas formam uma “região da cana” – com suas respectivas áreas de influência, no centro-norte do estado, possuindo especificidades que lhe conferem em certa medida, uma conformidade (um dos critérios de regionalização).

A economia da maioria dos municípios é baseada na atividade agropecuária. Entende-se que esse espaço constitui-se enquanto um recorte do Cerrado goiano, permeado por diferentes sujeitos, atores hegemônicos e relações de poder, que dão a dimensão territorial ao mesmo. De modo que o estudo regional permite identificar as relações e fenômenos que ali se configuram e que, portanto, configuram aquele espaço.

Para Hartshorne (1978) a Geografia enquanto uma ciência corológica possibilita o estudo das diferentes relações e fenômenos que acontecem mutuamente em um mesmo espaço e as conexões de mesmos fenômenos em espaços diferentes. O autor os chama de relações mútuas e relações de conexão. Acrescenta ainda que “a variedade quase ilimitada de fenômenos inter-relacionados na superfície da Terra faz com que essa delgada superfície seja a mais complexa área de estudo” (HARTSHORNE, 1978, p. 187).

É por esse motivo, que se deve pensar inevitavelmente alguns princípios de seleção e recortes. Lembrando que conforme explica Santos (2012), as regiões não estão prontas e não estão definidas *à priori*, mas é o critério que as determina. Partindo-se dessa compreensão, pretende-se aqui analisar as especificidades da territorialização do agronegócio canavieiro nesse espaço – enquanto um recorte espacial no Cerrado goiano. E qual a relação desse mesmo fenômeno com outros recortes espaciais ou outros recortes do Cerrado.

### **3.1.1 – O uso e ocupação do Cerrado goiano**

A partir de uma leitura territorial do Cerrado, cabe, reconhecer o seu *processo* de formação - enquanto espaço em que se estabelecem as relações de poder, as identidades, a cultura, as disputas e as (Re)Existências (Mendonça, 2010) - já que para Hartshorne (1978) não se pode ignorar as interconexões com o passado e o seu desenvolvimento até o presente; ou como contribui Santos (1997) o espaço é formado e transformado por ações contínuas, que são os processos.

Sendo então, a produção do território um produto da história, como explica Arrais (2013), em uma breve proposta de periodização, é possível remontar-se o processo de apropriação do Cerrado goiano com alguns marcos temporais, como sugerido por Chaveiro e Barreira (2010). Destaca-se, portanto, a exploração aurífera do Brasil Colonial; a ocupação do sul pelos geralistas, a partir do século XIX; a estrada de ferro a partir do século 20; a Marcha

para o Oeste, com a criação da Colônia Agrícola de Goiás (CANG) na década de 1940 e a expansão da fronteira agrícola a partir da década de 1970.

É válido destacar que esses são alguns marcos identificados apenas como critério de análise, mas enquanto processos, não se tratam de acontecimentos pontuais e estanques, portanto, não se pode desconsiderar os respectivos efeitos de cada fase na contínua formação histórica do território brasileiro. Conforme será analisado posteriormente, muitas características do capitalismo atualmente estão arraigadas desde o período colonial – a exemplo pontua-se a concentração fundiária, a exploração de pessoas e elementos naturais, o conservadorismo revestido de novo e etc.

A Marcha para o Oeste, projeto implementado no governo Vargas na década de 1930, muito influenciou a configuração territorial do recorte espacial estabelecido. O projeto procurou incrementar o processo de ocupação das zonas de fronteira agrícola do centro do país, com o objetivo de ocupar e explorar o potencial econômico do considerado “despovoado” interior. Entre os feitos do programa de expansão econômica, que objetivava preencher esses “vazios demográficos” e equilibrar as desigualdades regionais, está a criação da CANG na década de 1940.

Há que se pontuar como esses espaços desde então, tornam-se territórios em disputa, à medida que o discurso sobre o “vazio demográfico” ou a ideia de “despovoado” é uma falácia – por isso o uso das aspas nesses termos. A formação do território e do povo brasileiro antecede esse processo de ocupação pelos interesses hegemônicos, o que não pode ser desconsiderado. No entanto, conforme afirma Castilho (2012, p. 118) “os projetos de Vargas muito influenciaram a configuração territorial da região central de Goiás denominada, naquele período, de Mato Grosso Goiano”.

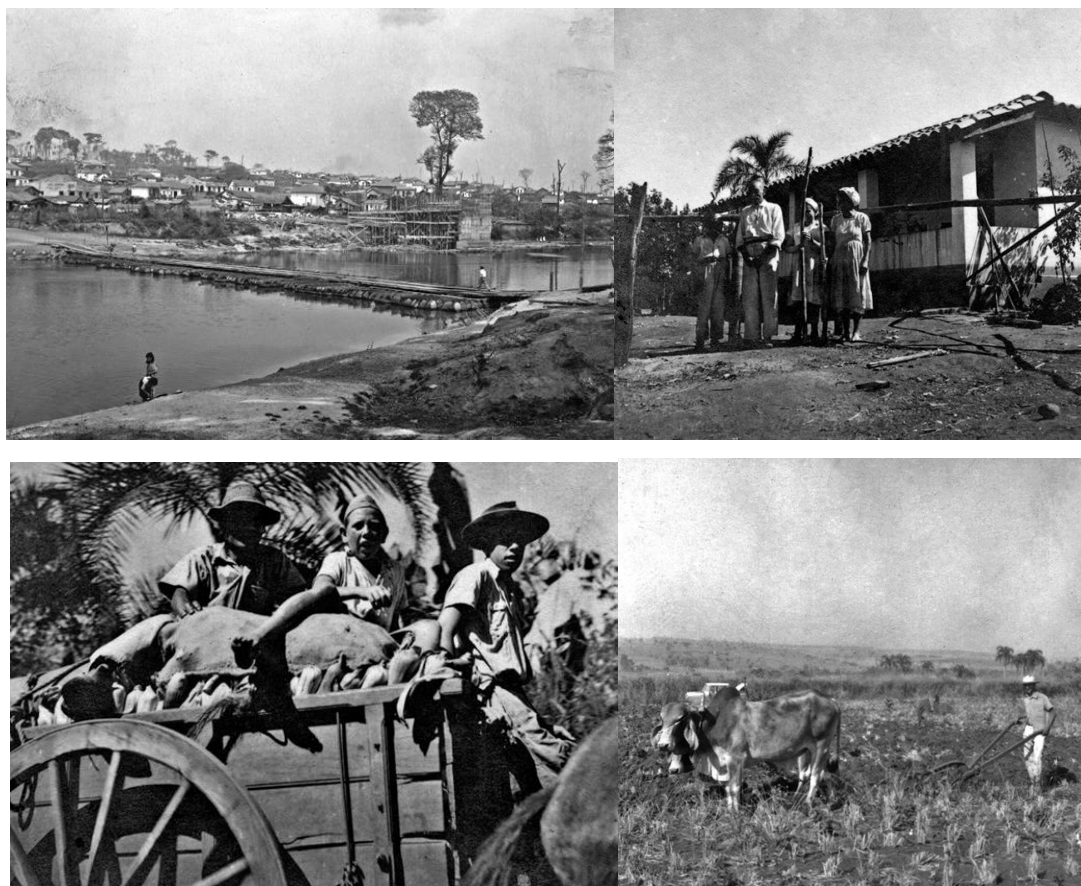
É válido destacar também a posterior construção de estradas - como a rodovia federal (Belém-Brasília) - e outras infraestruturas que possibilitavam o escoamento de matéria-prima e a fluída aproximação desse espaço com outras regiões do país. A economia local nesse período pautava-se, sobretudo na pecuária extensiva e na produção de grãos. Bem como elucidada Ferreira (2010):

a CANG de Goiás apresentou muitos de seus objetivos frustrados, mas teve função significativa no que se refere à ocupação, fixação do homem à terra e promoção da expansão da fronteira agrícola, por meio de uma agricultura moderna. (FERREIRA, 2010, p.25).

A migração de famílias, sobretudo, mineiras para a região, tornou-se então, um dos marcos na dinâmica populacional, a partir da mobilidade espacial impulsionada com a criação

da CANG. Cabe perceber que paralelo à mobilidade espacial do trabalho, está a mobilidade espacial do capital.

**FIGURA 8 - IMAGENS DA CANG EM 1954**



Fonte: Acervo Fotográfico do IBGE (2017).

A construção de Brasília e de rodovias no âmbito do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, também foram determinantes para a ocupação do Cerrado goiano, à medida que, promoveu o acesso de outras regiões à região Centro-Oeste. Arrais (2013) e Ferreira (2016) chamam atenção também para a construção da BR-153 entre os anos de 1958 e 1975. Entendendo que as redes técnicas assumem importante papel na produção do território. Para Ferreira (2016, p.89) a via “transformou-se na principal artéria de ligação entre o Sudeste e o Norte brasileiro, redefinindo o eixo de povoamento do Norte goiano para a vertente Oeste do rio Tocantins”.

Além disso, há que se considerar os vários programas de incentivo de investimento empresarial no espaço agrário, que fomentaram o processo de modernização da agricultura: como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), o Programa para o

Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), o Fundo de Participação e Fomento a Industrialização de Goiás (FOMENTAR), o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) e etc.

Pires (2010) explica que o POLOCENTRO tinha como principal objetivo desenvolver e modernizar as atividades agropecuárias, já o PRODECER, apresentava como intuito o desenvolvimento agrícola na região do Cerrado, aumentando a oferta internacional de alimentos, a exportação de produtos agrícolas e a incorporação do campo brasileiro no modo de produção capitalista. O autor assinala que esses foram programas implantados pelo governo federal e estavam aliados a outros incentivos públicos, que implicaram em mudanças sociais, econômicas e ambientais, reconfigurando o espaço regional.

Destaca também que a criação do primeiro e do segundo PND, na década de 1970, apresentava como principais metas a modernização da agricultura, buscando dotá-las de bases empresariais. No entanto, “do conjunto dos programas agrícolas governamentais que influenciaram a ocupação do Cerrado, o de maior envergadura é o PRODECER”; (PIRES, 2010, p.122), pois o programa herdou o sucesso e o fracasso dos demais.

Deste modo, o PRODECER obteve êxito no jogo de interesses geopolíticos que envolviam a demanda asiática por gêneros alimentícios, minerais e vegetais. Como bem esclarece Inocêncio (2010, p.131), à medida que “a Ásia se dinamiza e se especializa em produtos manufaturados, é mantido ou ampliado o interesse na importação de produtos básicos do Brasil”. Reforça-se nesse sentido, o forte discurso centrado no papel do Brasil enquanto celeiro do mundo.

Conforme elucida a autora, há que se considerar como a exportação do padrão de consumo norte-americano, influenciou diretamente nesse processo, de modo que “a substituição da proteína animal pela vegetal na alimentação humana, [permitiu] que o cultivo de soja [se expandisse] pelo mundo [chegando] ao Cerrado brasileiro, como cultura de exportação, na década de 1970, subsidiada pelo Estado e financiada por capitais japoneses.” (INOCÊNCIO, 2010, p. 130).

É fundamental mencionar também o papel da criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) nesse contexto, já que conforme explica, Pires (2010, p. 115) criada em 1973, foi essa que alavancou o desenvolvimento tecnológico que aproximou a indústria ao campo e que objetivava o aumento de produtividade no setor agrícola, gerando um excedente exportável.

Entretanto, os benefícios desse desenvolvimento não chegaram a todos, o que evidencia a lógica do desenvolvimento desigual do capital no espaço, como analisa Neil Smith (1988). As políticas de crédito, como lembra Pires (2010, p.116) eram destinados às grandes fazendas (essas eram consideradas mais adequadas à modernização). O uso de pacotes tecnológicos fora incentivado e gerou-se concomitante a isso o aumento no preço da terra, restringindo-se o acesso a terra, às tecnologias e às políticas de crédito, a um público muito específico; configurando-se assim o processo de apropriação do Cerrado.

### 3.1.2 – O processo de apropriação do Cerrado goiano e os seus efeitos socioespaciais

Com o desenvolvimento dos insumos agrícolas, impulsionados pela possibilidade de correção dos ácidos solos do Cerrado<sup>11</sup>, pela disponibilidade hídrica deste bioma, com a presença de importantes nascentes como as dos rios São Francisco, Tocantins e Araguaia e pelas características edafoclimáticas, com relevos planos passíveis de uso de máquinas, o Cerrado passou a ser alvo de interesse para investimentos empresariais no espaço agrário, aumentando-se, por conseguinte, a ocupação desse espaço.

É válido ressaltar que nesse processo, como explica Delgado (2012) uma das características do capitalismo, é tornar mercadoria o que seria de uso comum. Desse modo, solo, ar, água, vegetação, passam a ser denominados de “recursos naturais” consistindo-se como verdadeiro recurso aos interesses capitalistas sendo apropriado como tal.

Portanto, como evidencia Arrais (2013) o processo de modernização da agricultura não se restringiu à mudança da base técnica e ao aumento da produtividade, mas envolveu uma relação espaço-tempo que perpassa a redução de cultivos tradicionais, a produção de *commodities*, a transformação das condições de trabalho no campo, a perda da biodiversidade, etc. Acompanhando a disposição da agricultura moderna, é possível perceber então no Cerrado uma intensa reconfiguração socioespacial, que envolve o desmatamento e a substituição da vegetação nativa por monocultivos e um intenso processo de concentração urbana especialmente a partir da década de 1990, conforme evidencia Moysés e Silva (2008).

Em outras palavras, com a modernização da agricultura, novos olhares voltaram para o Cerrado. Esse território passou a ser considerado estratégico para os projetos expansionistas. Como afirmam Chaveiro e Barreira (2010, p.17) “uma imagem positiva do

---

<sup>11</sup>Entende-se aqui por correção da acidez do solo, o processo de calagem, que consiste em adicionar calcário (e/ou outros elementos) no solo, para prepará-lo para determinado cultivo agrícola, de modo que a presença de cálcio e magnésio neutraliza a ação do alumínio, ferro e outros elementos que podem ser prejudiciais ao desenvolvimento do cultivo. Destaca-se então o papel da Embrapa e suas pesquisas, na identificação e otimização desse procedimento e no estudo dos solos e suas características físicas, químicas e biológicas.

Cerrado, edificada a partir da década de 1970”acompanha a intensificação da degradação dos componentes do bioma, coordenado por atores externos.A ocupação do Cerrado por esses agentes externosfaz com que o Cerrado passe de “região das árvores tortas” para “grande celeiro” ou “caixa d’água” com o apoio dos já mencionados programas governamentais agrícolas. A reinvenção do Cerrado, portanto, se dá com a sua inserção à base produtiva do país, como explicam os autores.

O processo de ocupação e apropriação do espaço que hoje configura a região estudada possui entãoalguns marcos que envolvem a incorporação do território goiano ao modo de produção capitalista. Arrais (2013) elucidaque o regime de acumulação do Sudeste brasileiro e o quadro de desigualdade regional, herdado do período colonial, foram alguns desses marcos. Nesse sentido, é preciso compreender como se deu a expansão do capitalismo por esse território. Para tanto, apresenta-se aqui uma *abordagem territorial do Cerrado* (CASTILHO e CHAVEIRO, 2010). No plano metodológico faz-se importante “um diálogo com diferentes abordagens para situar a análise do Cerrado como um território em disputa, enxergando-o de maneira integrada”. (CASTILHO e CHAVEIRO, 2010, p. 36).

Desse modo, é preciso dimensionar-se o papel do Estado e identificar as contradições e conflitos próprios do capitalismo. Arrais (2013) identifica como isso influenciará na produção de territórios desiguais. Como analisa Mendonça (2010), esse processo significa efeitos socioespaciais que afetam diretamente os Povos Cerradeiros, ocasionando por vezes, a desterritorialização desses sujeitos.

Todavia, vale-se ressaltar que o modo de produção capitalista se hegemoniza no território, mas não é uno, à medida que Povos Cerradeiros: comunidades tradicionais, indígenas, diferentes camponeses e camponesas, quilombolas ainda que inseridos nesse sistema, (Re)Existemnesse processo, como bem evidencia Mendonça (2012). Considera-se que esses povos (Re)Existem, pois enfrentam a sua condição de existir, com o cercamento de seus costumes, tradições, *saberes fazeres* e modo de vida. E no entanto, enfrentam a hegemonia.

A desterritorialização de *trabalhadores da terra* (MENDONÇA, 2004), portanto, acontece concomitante à chegada dessas novas técnicas e tecnologias a favor de grupos restritos e associados a um modo de produção perverso. Esse processo de expropriação é também intensificado por efeitos físicos, ocasionados, por exemplo, pelo uso de insumos, à medida que,

os inseticidas [(por exemplo)] utilizados nas grandes plantações provocam as migrações das lagartas e outros insetos, que acabam se refugiando nos cultivos menores, [além do que] a introdução da mecanização e das novas tecnologias por

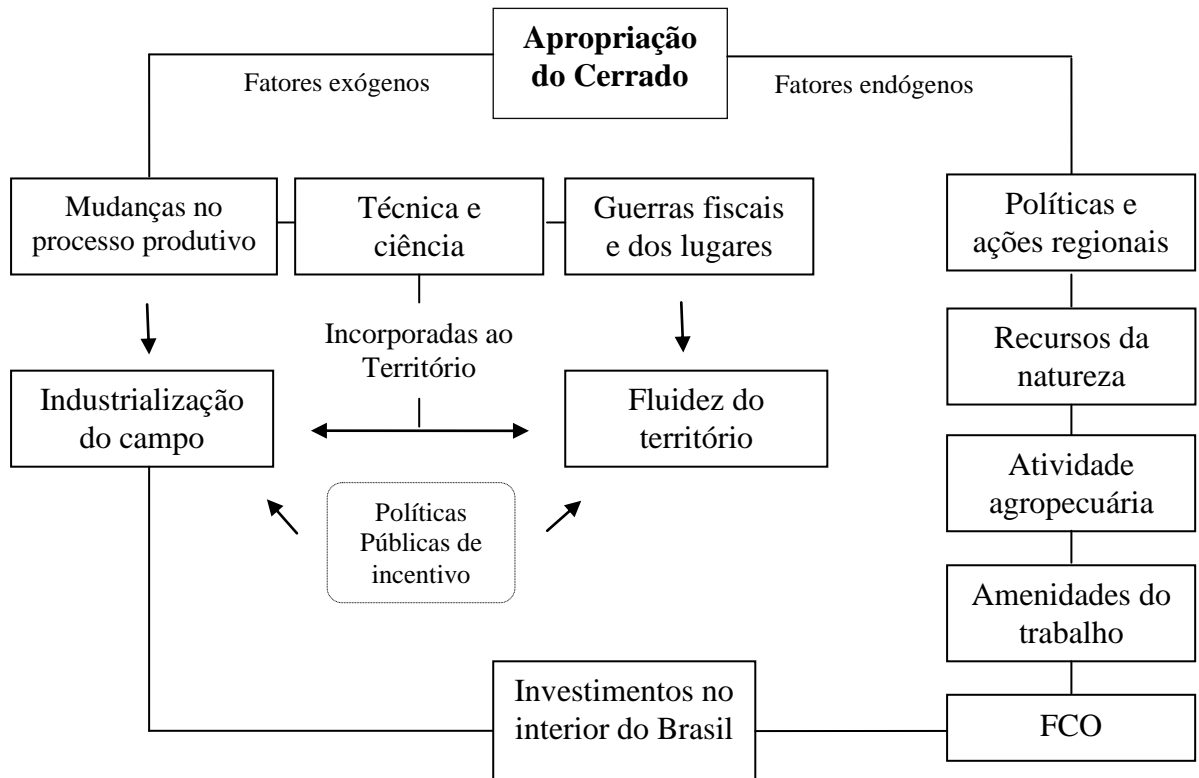
parte daqueles [favorecidos dentro desse modelo de agricultura], problematiza e inquieta os pequenos agricultores [camponeses], resultando, às vezes, no desprezo e desmotivação em relação as suas técnicas rudimentares. (IBASE,1986).

Em trabalho de campo realizado em 2016 na microrregião Pires do Rio, observou-se nitidamente essa realidade, já constatada desde a década de 1980 pelo IBASE. Camponesas dedicadas a experiências agroecológicas veem-se prejudicadas pela denominada mosca branca das lavouras de soja nos territórios hegemônicos pelo agronegócio. Problema semelhante foi relatado por camponeses, camponesas e produtores de melancia na microrregião Ceres, que devido à aplicação inadequada de agrotóxicos em outros cultivos, foram prejudicados com a morte de abelhas que contribuem na polinização. Além disso, em pesquisa de campo em 2016 e 2017 no recorte da pesquisa, obteve-se relatos quanto à dificuldade de se produzir alimentos, sobretudo de gênero frutífero, em decorrência da pulverização aérea na monocultura de cana-de-açúcar, que atinge outras produções.

Percebe-se, que esse modelo de agricultura, baseado no produtivismo e em um viés economicista é impositivo, e sufocante aos *saberes fazeres* que compõem também a cultura do Cerrado. Muitos, motivados por essa realidade, arrendam ou vendem suas terras para o agronegócio (inclusive canavieiro), ainda que contra sua *priori* vontade, o que fora relatado por camponeses em trabalho de campo realizado no município de Orizona-GO em 2015, - camponeses esses que saíram da microrregião Ceres em busca de novas experiências em Orizona-GO, município caracterizado pela elevada população no campo. Por isso, como já mencionado, é imprescindível dimensionar a capacidade de *(Re)Existência* desses povos (MENDONÇA, 2012), considerando-se as estratégias de atores hegemônicos para o controle da terra.

Em síntese, como analisa Borges (2006), o processo de apropriação do Cerrado, é influenciado por fatores exógenos e fatores endógenos, que geraram intensos efeitos e transformações na vida no campo. A figura 4 exibe alguns desses marcos, em um esboço analítico, buscando elucidar e identificar as bases e componentes estruturantes da territorialização do agronegócio.

**FIGURA 9 - FATORES DE INFLUÊNCIA NA APROPRIAÇÃO DO CERRADO**



Fonte: BORGES (2006).  
Elaboração: A autora(2016).

Considera-se, portanto, que a incorporação de técnicas e pesquisas ao território, influenciou a industrialização do campo, percebida sobretudo, a partir da década de 1970 com a modernização conservadora da agricultura(GUIMARÃES, 1977). Essas mudanças do processo produtivo que instalaram a industrialização do campo como padrão industrial, foram evidentemente incentivadas por programas governamentais e sustentadas pelo Estado. As guerras fiscais e dos lugares, apresentam-se como fator preponderante na fluidez do território.

Todo esse processo levou ao investimento no interior brasileiro, concertado por fatores endógenos, como a disponibilidade de recursos naturais, as políticas e ações regionais de atração de investimentos, a atividade agropecuária já existente e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que segundo a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO, 2015) apresentava como objetivo “contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos”.

Além desses fatores endógenos já mencionados, destaca-se entre os fatores de influência a plasticidade do mundo do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2014), entres esses os

sindicatos fragilizados ou desorganizados e questões como a consciência de classe ou a cultura do trabalho, que vale-se destacar, é diferente da cultura do trabalhador industrial.

Castilho e Chaveiro (2007) explicam que esse modelo de apropriação e uso das terras cerradeiras de forma padronizada e a constituição do Cerrado enquanto território econômico inserido em uma lógica globalizada configura-se como fatores que acarretam o homicídio do patrimônio cerradeiro<sup>12</sup>.

Entender o Cerrado enquanto território em disputa é um dos passos para enfrentar o aforismo hegemônico que prioriza o desenvolvimento econômico. Percebe-se que mesmo quando o desenvolvimento social, ambiental ou de outras diretrizes são consideradas, a racionalidade do mercado e da ampliação do lucro está presente. Por conseguinte, estabelecer-se contra-hegemonias é um posicionamento teórico, político, ideológico e prático estratégico para se dimensionar os abismos e injustiças sociais inerentes à reprodução do capitalismo no campo.

Frente a isso, os próximos subtópicos serão dedicados à compreensão do processo de territorialização do agronegócio canavieiro no centro-norte do estado de Goiás, enquanto um recorte do Cerrado Goiano e os seus efeitos para esse espaço.

## 3.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

### 3.2.1 A territorialização do agronegócio canavieiro no centro-norte goiano

A expansão do agronegócio canavieiro no centro do estado de Goiás, apresenta-se como uma das faces do projeto hegemônico da agricultura capitalista que territorializa-se nesse espaço. O Estado cumpre papel fundamental nesse processo, com políticas públicas, programas governamentais, fomentos e outras ações que contribuem e sustentam a implementação e manutenção de unidades de processamento do setor canavieiro.

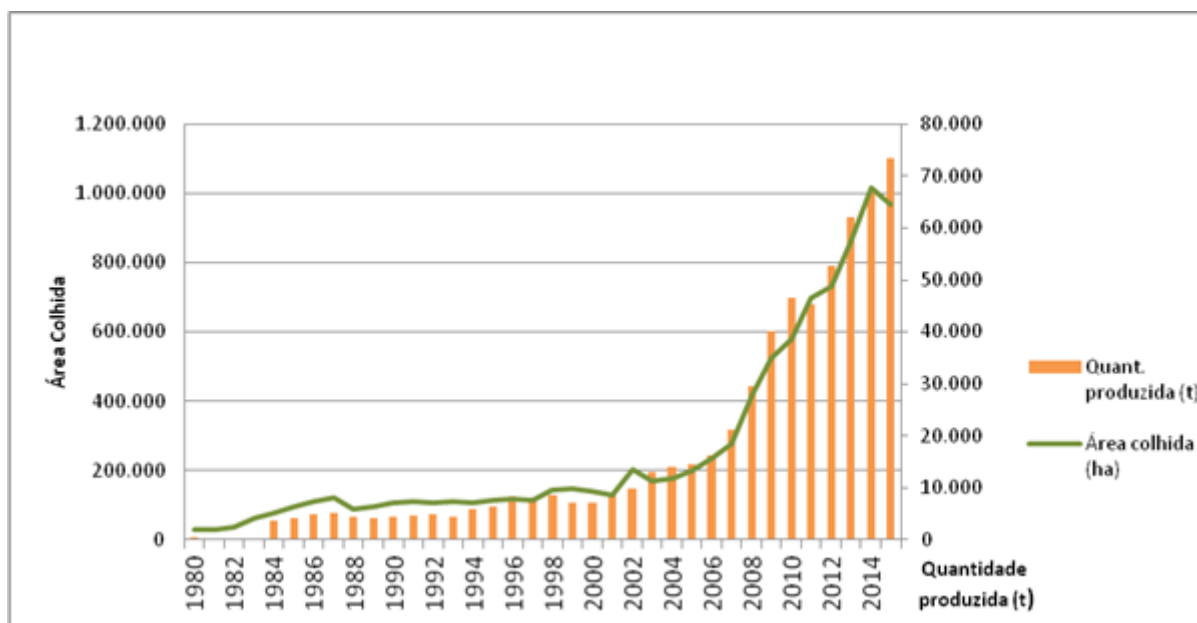
Ainda que o cultivo de cana-de-açúcar não seja um fenômeno recente no país e mesmo que tenha acompanhado sua formação territorial, territorializando-se em diferentes

---

<sup>12</sup>É pertinente ressaltar que o Cerrado ainda constitui-se como a principal fronteira agrícola do Brasil, com destaque para a região designada pelo acrônimo MATOPIBA. Região essa composta pelo sul do Maranhão, leste do Tocantins, sul do Piauí e Oeste da Bahia. Cabe salientar que em 2015, a então ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Kátia Abreu, apresentou a proposta de regionalização acerca da regulamentação do MATOPIBA a partir de estudos coordenados pela EMBRAPA, com destaque para a criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (BRASIL, 2015). De acordo com o decreto nº8.447 de maio de 2015, o Plano tem por finalidade “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população”. No entanto, cabe a análise crítica da proposta, frente aos efeitos deletérios de seus resultados, possíveis a partir de tais investimentos na fronteira agrícola.

regiões, vários aspectos da produção merecem atenção, à medida que deixam lacunas para questionamentos quanto à justiça socioambiental em todas as fases da agricultura brasileira em que o cultivo esteve presente. A figura 10 identifica a expansão da área plantada em Goiás dos anos 1980 a 2015.

**FIGURA 10 - GRÁFICO DA ÁREA COLHIDA (HA) E DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR (T) EM GOIÁS (1980 – 2015)**



Fonte: UNICA (2016).  
Organização: A autora (2016).

Conforme demonstrado no gráfico da figura 10, a partir de 2000 tanto a área quanto a produção de cana-de-açúcar cresce de forma expressiva no estado. Período em que o agronegócio se constitui enquanto projeto hegemônico entre as propostas de desenvolvimento rural postuladas no Brasil – a esse respeito o próximo tópico dedicar-se-á esclarecer. Mas é principalmente a partir da implementação do Plano Nacional de Agroenergia (2006 – 2011) que a expansão do monocultivo no estado é impulsionada.

No centro goiano o processo de expansão desse cultivo inicia-se com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 1975. Ferreira (2010) explica que o programa foi criado no berço de uma crise do mercado internacional de açúcar e da crise do Petróleo de 1973, objetivando incentivar nesse sentido a produção de álcool carburante. A autora identifica que

[...] várias usinas foram instaladas neste contexto, podem-se exemplificar as usinas da microrregião Ceres: Pite S/A (em Itapuranga), Devale (Itapaci), Usina Goianésia e Jalles Machado (ambas em Goianésia) e Carval (em Carmo do Rio Verde),

instaladas, a primeira, no final da década de 1970 e as demais no decorrer da década de 1980. (FERREIRA, 2010, p.28).

A esse respeito, Silva (2016) explica que pode-se classificar as usinas do estado de Goiás em duas categorias: *asbrownfields* e as *greenfields*. As primeiras, são aquelas que as unidades fabris foram criadas até o ano 2000. Em linhas gerais, essas apresentam características, sobretudo quanto à técnica, as quais podem ser consideradas ultrapassadas, frente às possibilidades técnicas e gerenciais da atualidade. O autor elucida que “embora não seja a regra, nessa modalidade de unidades é comum a presença de passivos ambientais e produtividade industrial e agrícola inferiores aos padrões considerados eficientes” (SILVA, 2016, p.70).

Vale destacar que algumas das plantas industriais da região estudada se originaram antes do início desse século, foram desativadas e passaram a funcionar após o ano 2000. É o caso, por exemplo, da unidade de Uruaçu, conforme relatado por Ricardo Menezes ao Portal Brasil Fator (2008): “Nós acabamos de entrar em operação. Iniciamos o plantio no ano passado, e em março começamos a reforma da usina, que estava a mais de 20 anos desativada. Os ajustes duraram seis meses e em outubro começamos a funcionar”.

A usina Uruaçu Açúcar e Álcool Ltda. e a unidade Otávio Laje, do grupo Jalles Machado no município de Goianésia, são segundo Silva (2016) as únicas unidades do centro-norte goiano classificadas como *greenfield*. Nessas circunstâncias, entende-se que essas são unidades que passaram por “modificações que possibilitaram a adoção de processos, equipamentos e técnicas compatíveis com o padrão predominante” desse grupo.(SILVA, 2016, p.70).

O autor destaca ainda a importância de se lembrar que pelo caráter verticalizado do setor canavieiro, é comum se encontrar técnicas avançadas em determinada atividade do grupo empresarial e outras consideradas ultrapassadas. Acrescenta ainda que além da questão das técnicas, o fator ambiental é preponderante na classificação de usinas, de modo que aquelas que se mostram submetidas a legislações ambientais diferenciadas e preocupadas com o discurso ambiental se enquadram no grupo das *greenfields*.

Essas unidades se colocam no mercado com ações de *marketing* voltadas a demonstrar sua eficiência ambiental e econômica ao associa-las a utilização de técnicas modernas, capazes de mitigar danos ambientais comuns na atividade canavieira, como a destinação de resíduos industriais e por não realizar queima e corte manual. [...] As unidades *greenfield* foram concebidas sob a tentativa de desvincular a imagem da atividade canavieira a ocorrência de danos ambientais e sociais. (SILVA, 2016, p.71).

As 02 únicas unidades das 09 estudadas, classificadas como *greenfields*, possuem colheita 100% mecanizada. Em trabalho de campo realizado na usina Jalles Machado em 2016 (figura 11), pôde-se identificar a preocupação da mesma em evidenciar os selos sociais e ambientais adquiridos. Representantes da usina apresentam o discurso de uma gestão integrada, considerando-se meio ambiente e sociedade e chamam atenção para a produção de açúcar orgânico e recentemente a produção de álcool orgânico a ser fornecido para empresas como *Natura* e *Oboticário* para a produção de cosméticos.

### FIGURA 11 - USINA JALLES MACHADO EM GOIANÉSIA



Fonte: Trabalho de campo (2016)

Autora: A autora (2016).

Afirmam que na usina não há trabalho escravo ou infantil. Os jovens que trabalham na empresa são contratados pela mediação legalizada do programa Jovem Aprendiz. Acrescentam ainda na apresentação da Usina trabalhos desenvolvidos quanto ao reflorestamento e recuperação de nascentes, bem como, a existência de uma escola voltada para os familiares dos colaboradores da usina. E identificam a existência de uma reserva natural no município de Cavalcante-GO, situado na mesma bacia hidrográfica que a unidade empresarial.

Observa-se na visita e na matriz discursiva, uma preocupação com a imagem de sustentabilidade e compromisso social e ambiental. No entanto, ao serem questionados por exemplo sobre a perspectiva de aumento da produção de orgânicos em detrimento de uma

produção convencional com o uso de insumos, os mesmos afirmam que essa será acompanhada da demanda, que no mercado interno ainda é pequena. Em outras palavras, percebe-se que a preocupação ambiental está na verdade ancorada nas possibilidades de ampliação da taxa normal de lucro, pautada neste caso pelo mercado consumidor.

Quanto à reserva ambiental, é comum identificar-se a lógica da compensação garantida pela legislação brasileira. Ou seja, as empresas degradam ambientalmente determinado espaço e exploram os recursos naturais disponíveis ali, acomodados na aquisição de áreas de Cerrado à serem conservadas em outros lugares. Lugares esses em que o cultivo não apresenta mesma possibilidade de lucro. Em meio a tudo isso é importante destacar o subsídio do Estado.

Ferreira (2010, p.29) destaca que no ano 2000, foi criado o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) – que primeiramente teve a intenção de substituir o FOMENTAR já que a princípio o prazo para este expirar era de apenas 10 anos. Esse programa, também teve desempenho no fomento e incentivo para a instalação de agroindústrias; a autora explica que

[...] em linhas gerais, o Produzir trata-se de um incentivo financeiro de apoio às indústrias, com base no faturamento e arrecadação tributária. O Produzir visa amparar principalmente projetos industriais direcionados à implantação de novos empreendimentos; expansão e diversificação da capacidade produtiva; modernização tecnológica; gestão ambiental; revitalização de unidade industrial paralisada. Em síntese, características que estimulam a competitividade e a capitalização no campo. (FERREIRA, 2010, p.29).

Para Arrais (2013) o Estado produz território, por meio por exemplo, da dotação de infraestrutura, a regulamentação jurídica, o financiamento da produção e etc; por isso, entende-se aqui, a expansão canavieira como um processo de territorialização do agronegócio canavieiro, amparado pelo Estado. Atualmente há no centro-norte do estado 10 usinas instaladas, 9 (nove) em operação.

As usinas em operação estão localizadas nos municípios Itapaci, Rubiataba, Carmo do Rio Verde, Inhumas, Uruaçu e Anicuns e – 3 (três) unidades - em Goianésia. A usina Vale Verde em Itapuranga, encontra-se atuando somente no plantio e colheita do cultivo, sendo a cana-de-açúcar colhida para essa usina encaminhada para a unidade de Itapaci para o seu processamento.

Há que se destacar as usinas de Goianésia e de Itapuranga. Conforme esclarece Ferreira (2010) esses foram os primeiros municípios da região em que houve a instalação de usinas, ainda na década de 1960. Outro aspecto importante a ser pontuado, é sobre a

importância da agricultura camponesa para o município de Itapuranga e a estreita relação política do município de Goianésia com o setor canavieiro.

Otávio Lage, filho de Jalles Machado – os quais os nomes designam respectivamente as usinas e o grupo das unidades fabris instaladas ainda hoje em Goianésia; foi governador do estado de Goiás na década de 1960. Cabe ponderar que o grupo, atualmente, se distingue das demais usinas estudadas, pela incorporação de tecnologias e diversidade produtiva no setor.

Em Itapuranga destacam-se as estratégias de (Re)Existências por meio de ações coletivas, como as feiras e cooperativas, por exemplo, a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI), que como bem lembram Vireira (2009) e Silva (2015) assume importante papel para o município. Há no mesmo 1459 estabelecimentos agropecuários (IMB, 2006) e segundo os autores, a diversificação produtiva (maracujá, banana, abacaxi, arroz, feijão, melancia, mamão, mandioca e milho) é marca do município. Todavia, a produção de cana-de-açúcar, é significativa, levando Silva (2015) a construir a partir dessa análise sobre o conceito de cercamento do campesinato.

Carvalho e Marin (2011) explicam que o município conviveu com a expansão do cultivo da cana em seu território (figura 12), na segunda fase do Proálcool - período em que foi instalada no município a Agroindústria Pite S/A; no entanto, essa unidade de processamento foi desativada ainda na década de 1980, retomando suas atividades somente em 2005, quando o Grupo Farias – Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. – mesmo grupo que atualmente possui agroindústria canavieira no município de Itapaci - alugou as instalações da antiga Pite S/A.

**FIGURA 12 - PROPRIEDADE CAMPONESA E CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO ITAPURANGA**

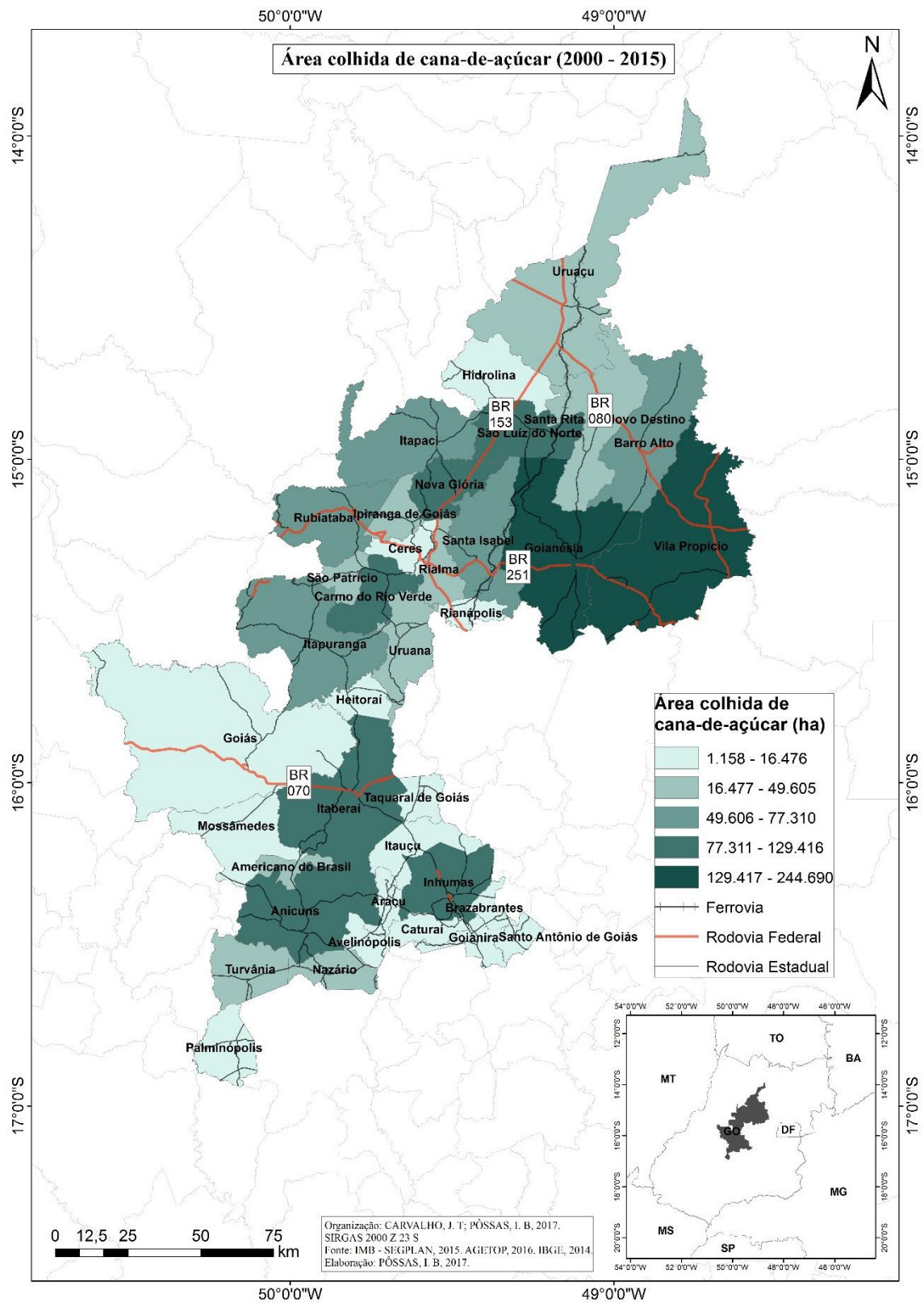


Fonte: Pesquisa de campo (2017).  
Autora: A autora (2017).

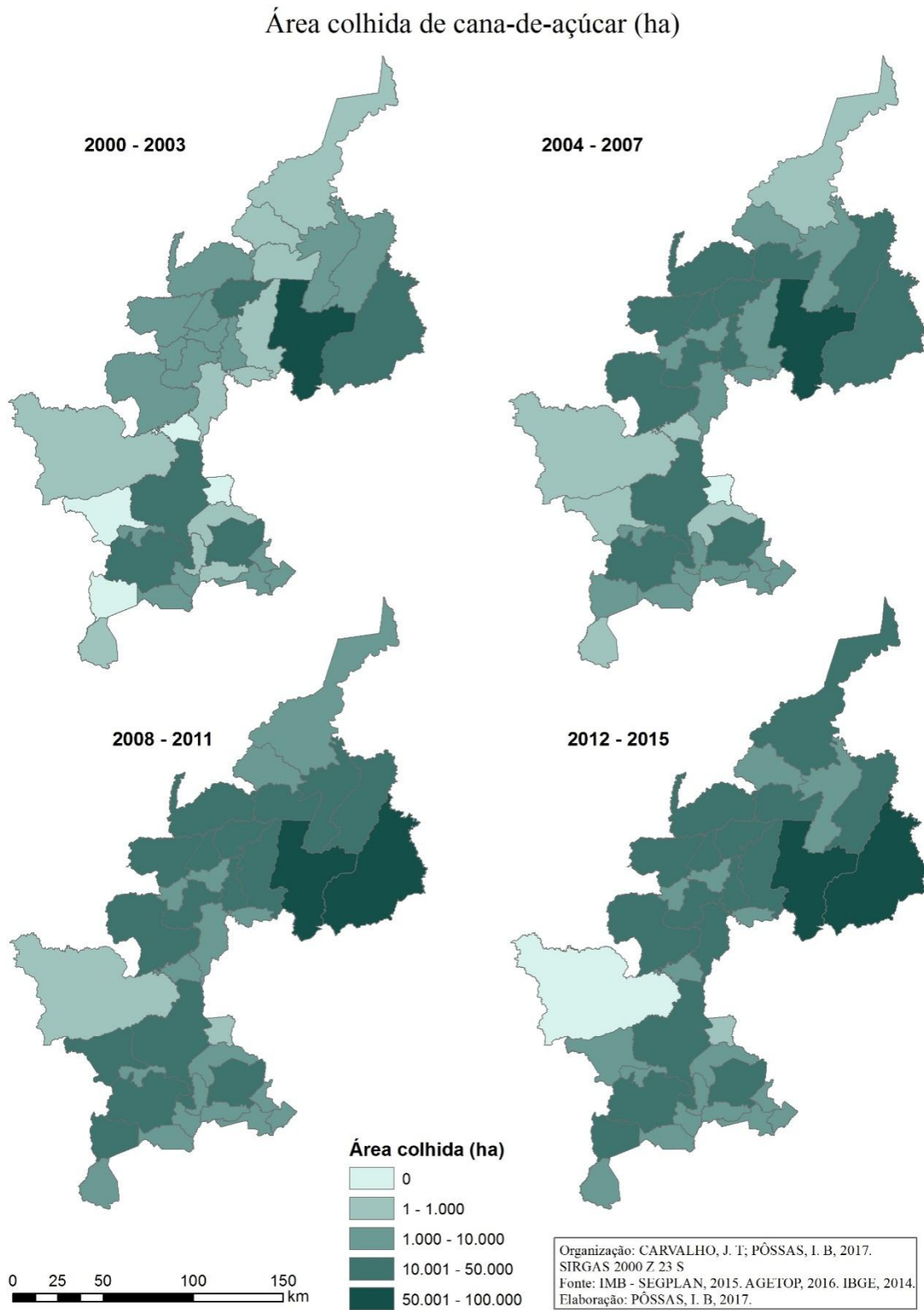
Os autores evidenciam que a reintrodução da cana no município ainda está em fase de consolidação, mas que esse processo desencadeado pela nova conjuntura da política agroenergética, está permeado por tensões, conflitos de interesses e contradições sociais. Explicam que tomados pela situação do desemprego à qualidade dos postos de trabalho gerados pelo setor canavieiro é pouco problematizada pela população e as vagas são vistas como uma vantagem social para o município, no entanto, a pesquisa de Carvalho e Marin (2011) revela que o processo de territorialização do agronegócio canavieiro trouxe efeitos consideráveis para a reprodução camponesa, como entraves para a fruticultura, a migração de jovens camponeses para a cidade e a substituição de cultivos alimentares.

Os mapas seguintes evidenciam o processo de territorialização do agronegócio canavieiro. O dois primeiros por meio da expansão da área colhida de cana-de-açúcar em hectares, nos municípios em que as usinas estão instaladas e municípios vizinhos. Os dados referem-se aos anos 2000 a 2015, sendo o mapa da figura .O segundo em mesmo período, apresenta a média da produção dos municípios em toneladas. Cabe lembrar que 2006 a 2011, foram os anos de implementação do Plano Nacional de Agroenergia (PNA).

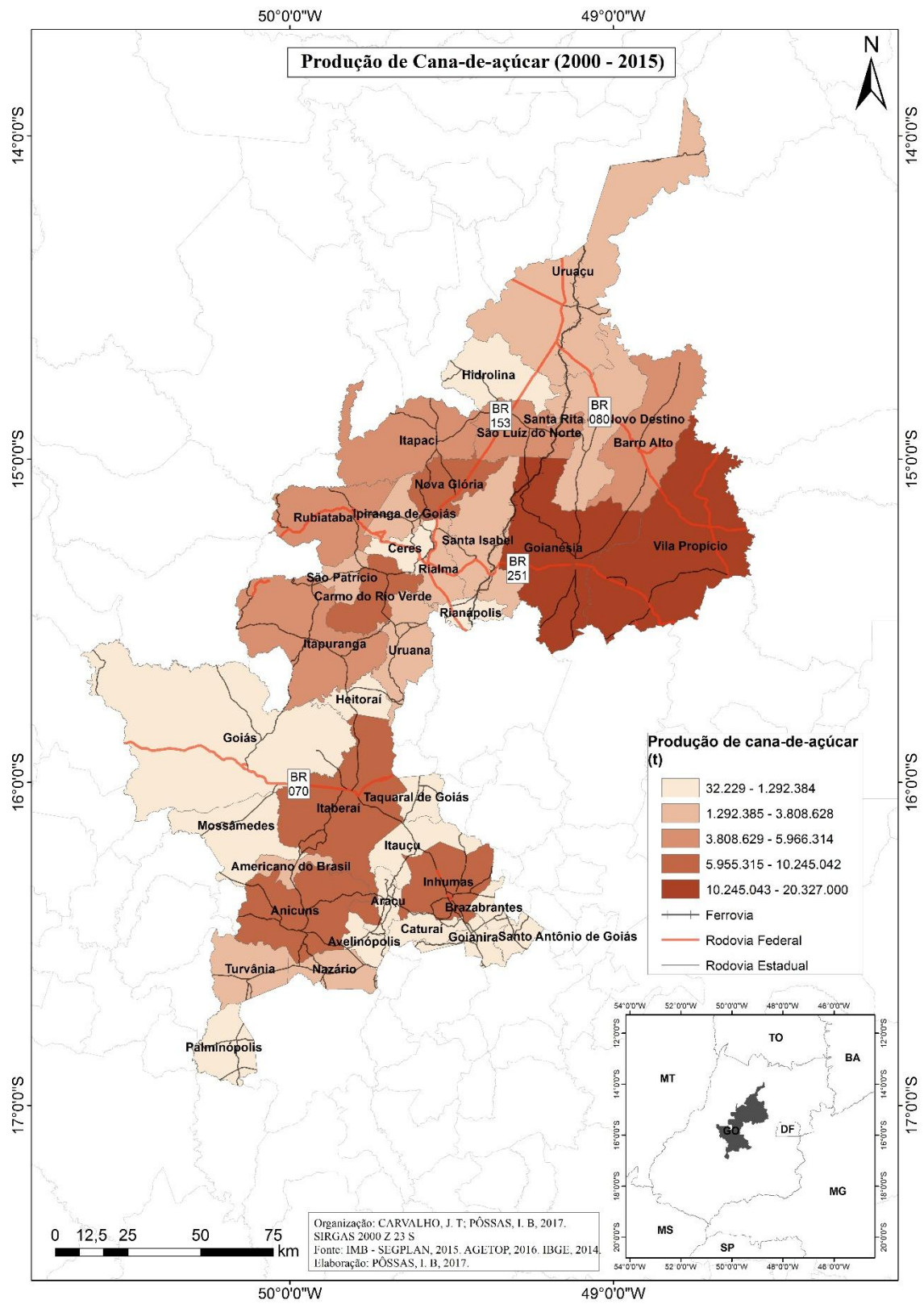
**FIGURA 13—MAPA DA MÉDIA DA ÁREA COLHIDA (HA) DE CANA-DE-AÇÚCAR NO CENTRO-NORTE GOIANO ENTRE 2000 E 2015**



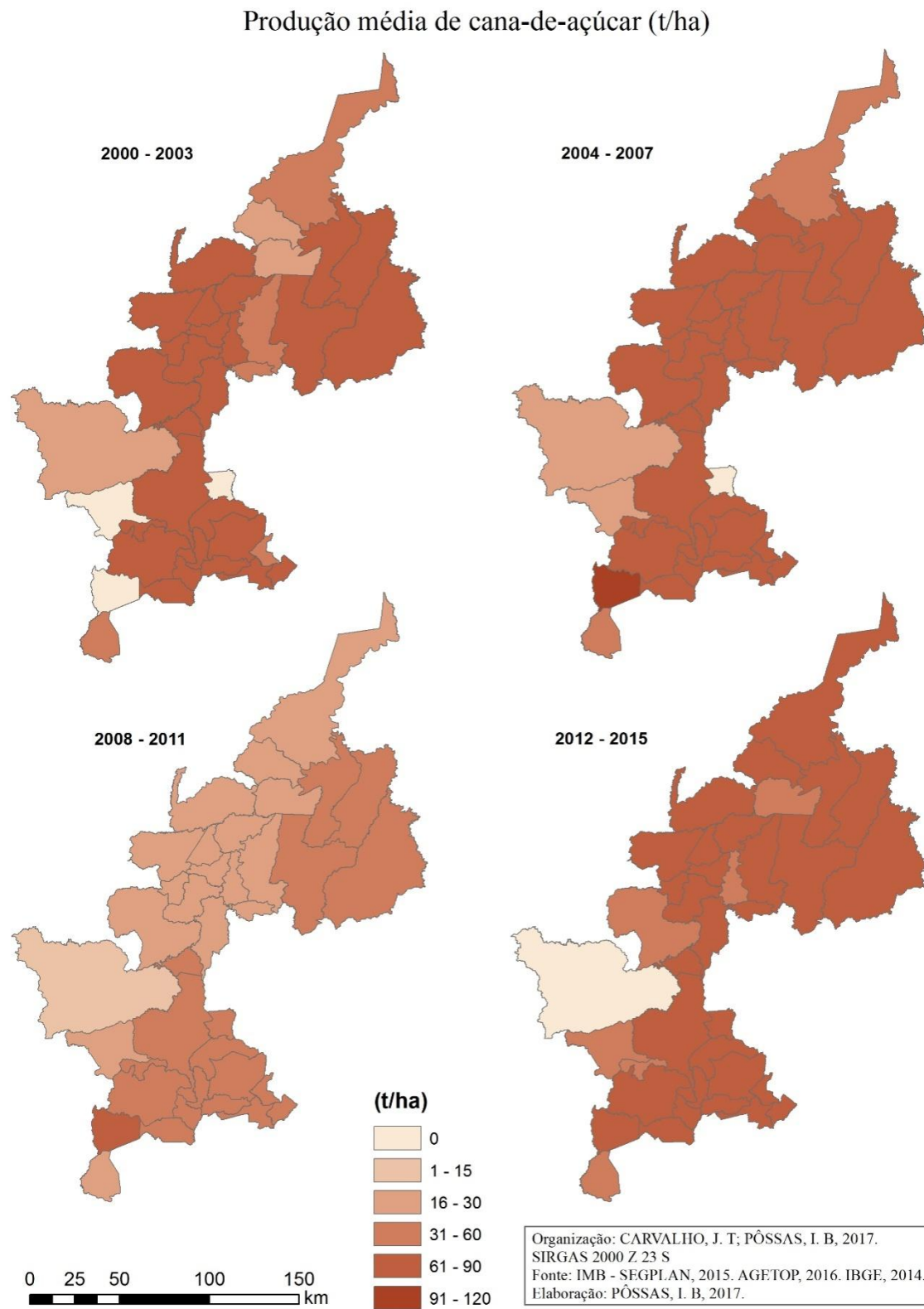
**FIGURA 14 – MAPA DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA (HA) DE CANA-DE-AÇÚCAR NO CENTRO-NORTE GOIANO (2000-2015)**



**FIGURA 15 - MAPA DA QUANTIDADE MÉDIA PRODUZIDA DE CANA-DE-AÇÚCAR (T) NO CENTRO-NORTE GOIANO (2000 - 2015)**



**Figura 16 - MAPA DA EVOLUÇÃO MÉDIA PRODUZIDA DE CANA-DE-AÇÚCAR (T) NO CENTRO-NORTE GOIANO (2000 - 2015)**



O município de Goianésia, desde o ano 2000 já apresentava extensas áreas com produção de cana-de-açúcar, entre 10.000 e 20.000 ha, realidade justificada pela presença de duas usinas no município. Por conseguinte, municípios como Barro Alto e Vila Propício, também são envolvidos nessa lógica produtiva, pela proximidade com a usina, haja vista que as lavouras de cana-de-açúcar devem estar aproximadamente no máximo 50 km da unidade de processamento, para que haja lucro efetivo, conforme explica Silva (2016).

Percebe-se que Anicuns, Inhumas e Itaberaí também já apresentavam extensas áreas colhidas. Em mesma lógica os municípios de Inhumas e Anicuns, já contavam com unidades de processamento consolidadas. Sofrendo o município de Itaberaí os efeitos da proximidade com os mesmos.

Observa-se a expansão do monovultivo nos municípios Itapaci, Rubiataba, Ipiranga de Goiás, Nova Glória e São Luiz do Norte, a partir de 2004, sob influência das demandas da usina de Itapaci. Os mesmo ocorre com os município de Itapuranga, Carmo do Rio Verde e Rialma. Todos esses com áreas entre 10000 e 50000 ha.

Em 2002 entra em funcionamento em Carmo do Rio Verde a usina CRV Industrial do grupo Japungu da Paraíba, que em 2001 comprou a desativada Carval. Tal fato implica na expansão da produção de cana-de-açúcar nos municípios limítrofes à Carmo do Rio Verde, como é o caso de Rialma, incorporando novas terras. Na imagem 10, observa-se uma dessas áreas do município de Carmo do Rio Verde, no período entressafra.

**FIGURA 17 - PERÍODO DE ENTRESSAFRA DO CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO CARMO DO RIO VERDE**



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Autora: a AUTORA (2016).

É em 2002 também, que entra em funcionamento a usina Vale Verde em Itapaci, unidade do grupo Farias, já mencionada. Por meio da análise dos mapas é possível perceber a consolidação desse processo de instalação de novas usinas na região central do estado de Goiás.

A produção de carros com a tecnologia *flexfuel* a partir de 2002 com o incentivo da produção e consumo de etanol foi outro marco na expansão canavieira, o qual deve ser considerado. Em 2006 houve o início da implementação do Plano Nacional de Agroenergia, (PNA 2006 – 2011), que também influenciou diretamente na expansão do monocultivo. Em maio de 2006, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) veiculava a seguinte notícia “Brasil deve produzir safra recorde de cana-de-açúcar na safra 2006/2007”, acrescentando ainda que “de acordo com a Conab, o crescimento se deve à ampliação e à abertura de novas usinas e destilarias para atender a fabricação de açúcar e álcool.” Em abril de 2009, o MAPA novamente anunciava:

Brasil bate mais um recorde na produção de cana-de-açúcar. [...] Entre os fatores que contribuíram para o crescimento [está] [...] a ampliação de 9,9% da área plantada, consequência da entrada em operação de aproximadamente 25 novas usinas. [...] Os destaques são a expansão do plantio em Goiás, com 527,6 mil hectares (+31,3%), e em Mato Grosso do Sul, com 335,1 mil hectares (+21,5%). Na soma, o Centro-Oeste registra crescimento de 20,50%, alcançando 1,09 milhão de hectares. (MAPA, 2009).

A notícia elucida a dimensão da territorialização canavieira na região Centro-Oeste de um modo geral. No entanto, essa realidade pode ser acompanhada nos municípios

estudados, por meio dos dados apresentados nos mapas, à medida que observa-se o aumento da área colhida, a partir de 2008, sobretudo no município de Vila Propício. Ressalva-se que esse período foi marcado pela implementação do PNA. Torna-se pertinente considerar na análise, a crise financeira global de 2008. Mas em 2011, o MAPA veiculava a notícia de que o recorde de produção fora novamente superado.

Apenas o município de Goiás, apresentou considerável, arrefecimento de produção e área colhida ao longo dos anos. No entanto, é válido lembrar que o mesmo, assim como o município de Ceres, fora incluído, por outros critérios. Já que não apresenta expressiva produção de cana-de-açúcar mas assume, papel de influência local e regional, para os municípios estudados, marcados pela presença de migrantes e a atividade canavieira.

De 2018 a 2015 praticamente todos os municípios mantiveram-se na mesma classe quanto à área colhida e a produção. Com destaque aos municípios Uruana e Uruaçu, que aumentaram em uma classe na análise. Silva (2016, p.55) identifica que em 2013 a participação do setor canavieiro no mercado formal de trabalho em municípios da região, foi de 19,7%, o que significa, 6.937 trabalhadores e trabalhadoras no setor. O autor considera, que tal realidade trata-se de uma ferramenta de territorialização, a medida que o setor controla significativa parcela da força de trabalho.

O processo de territorialização do agronegócio canavieiro implica, portanto, na dependência do território pelo setor e em efeitos socioespaciais que serão discutidos no próximo subtópico.

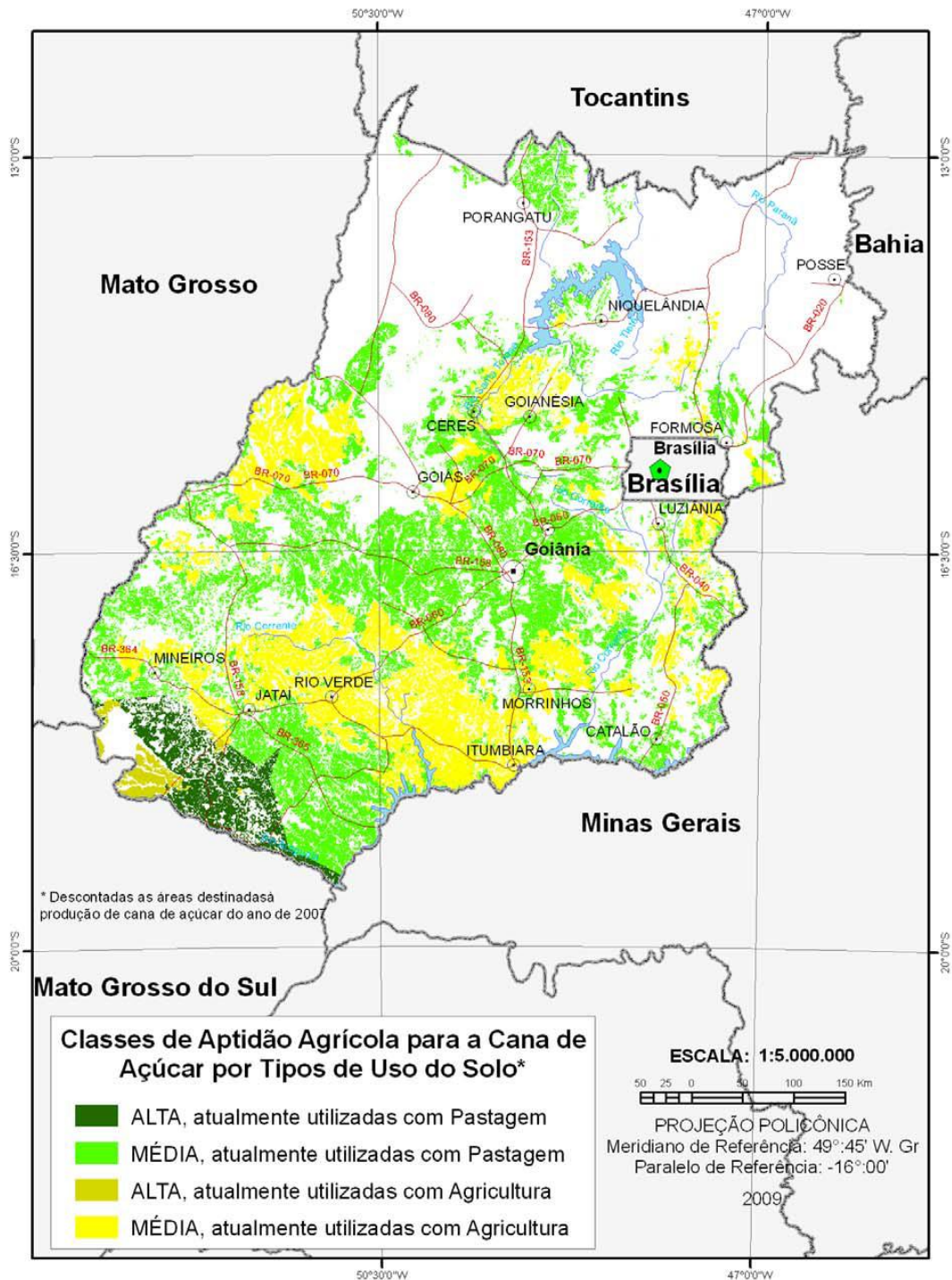
### **3.2.2 - Os efeitos da territorialização do agronegócio canavieiro**

A expansão canavieira no estado de Goiás foi impulsionada pela criação do PNA. O discurso sobre a territorialização da produção canavieira perpassava o propósito de “substituição de áreas de pastagem degradadas”, entretanto, no estado, a proposta se limita ao plano do discurso, conforme o caso do município de Itapuranga mencionado anteriormente. Nota-se que a maioria das usinas e cultivos está localizada em áreas de agricultura, conforme pode ser observado no mapa seguinte.

De acordo com o documento “o objetivo geral do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar para a produção de etanol e açúcar, é fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando à expansão e produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro” (EMBRAPA, 2009, p.07). O Zoneamento identifica as áreas com maior, menor ou nenhuma aptidão para a produção de cana-de-açúcar em regime sequeiro, ou seja, sem irrigação plena.

FIGURA 18 - ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR: APTIDÃO AGRÍCOLA PELO USO DO SOLO

## Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar Estado de Goiás



Fonte: Embrapa (2009).

Ainda como apresentado no material textual referente ao ZAE, o estudo tem como intuito a expansão estratégica do cultivo, que viabilize a produção de açúcar e etanol, de forma sustentável e de maneira harmônica com a biodiversidade. No entanto, faz-se necessário uma leitura cautelosa e crítica sobre o mesmo, considerando-se as propostas apresentadas pelo estudo e o que se efetiva no espaço.

Isso em função de que o Zoneamento apresenta-se como um importante instrumento direcionador do movimento de territorialização do agronegócio canavieiro de modo que o acesso aos incentivos fiscais e aos financiamentos do Estado são influenciados por esse estudo, considerando-se aquelas áreas cujo apresentam classe de aptidão alta ou média.

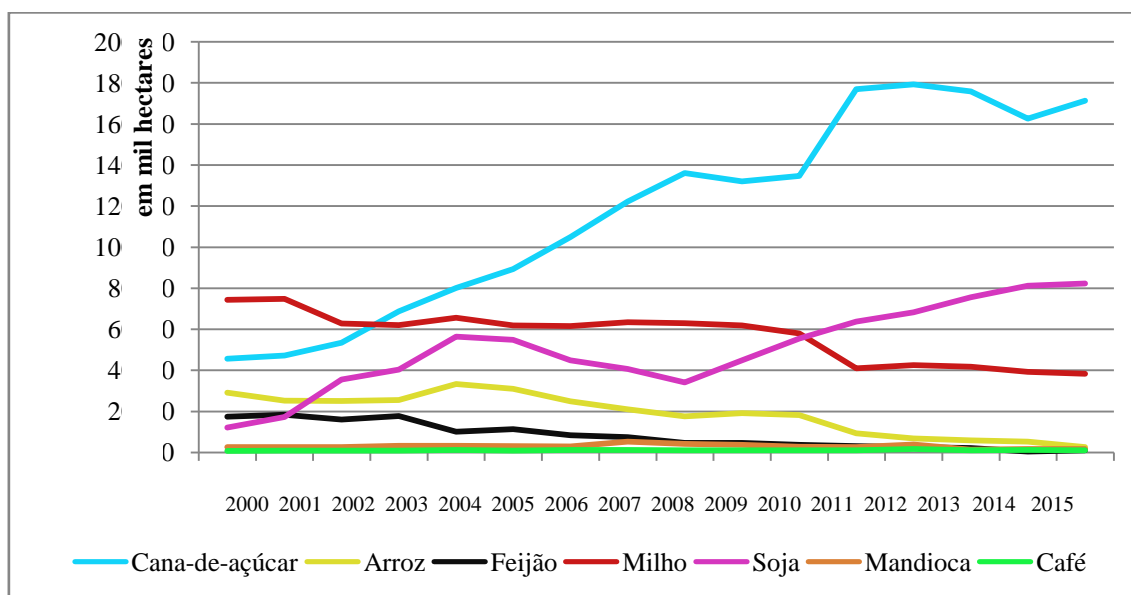
Observa-se também que a logística e o acesso à terra são alguns motivadores que fazem com que haja a ocupação inclusive de locais com solo arenoso, sem o cuidado da conservação da vegetação nativa, conforme evidenciado por Menezes et al. (2010), gerando entre tantos problemas, a degradação do solo, processos erosivos, a morte de nascentes e etc. Mas a esse respeito, Silva (2016) analisa que:

Trabalhamos no sentido de confirmar que a ação da nova configuração técnico gerencial no setor sucroenergético contribui para fortalecer a estrutura fundiária já estabelecida, visto que a necessidade de flexibilizar a estrutura produtiva levou a modificação das estratégias de territorialização usadas pelo capital sucroenergético, além de potencializar a renda absoluta e a renda diferencial da terra. (SILVA, 2016, p.98).

Assim, como esclarece o autor, de um modo geral, independente da estrutura fundiária, em um raio de interesse das usinas, de acordo com a sua localização, e seja para o arrendamento, ou para o fornecimento, observa-se uma tendência de ampliação da renda absoluta das terras. Percebe-se a exploração da renda absoluta, por meio da monopolização de propriedades rurais, próximas a planta industrial, à medida que a logística, é um importante elemento para o setor.

Indo ao encontro disso e do que pode ser observado no mapa do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, identifica-se então o arrefecimento de outros cultivos e a expansão da produção canavieira na região estudada, que envolve os municípios mais próximos à unidade fabril.

**FIGURA 19 - GRÁFICO PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO CENTRO-NORTE GOIANO: ÁREA COLHIDA (HA) (2000- 2015)**



Fonte: SEGPLAN (2016).  
Organização: A autora (2016).

Conforme analisado também por Santos (2011), a diminuição da área colhida nos demais cultivos em relação à cana-de-açúcar, não se trata de um ganho de produtividade. É evidente na análise do autor e pelos dados de quantidade produzida que houve um arrefecimento da produção, o que leva a compreender que a territorialização da monocultura de cana-de-açúcar se dá em detrimento de outros cultivos. Conforme a leitura de Santos (2011, p.113) “a redução do cultivo de milho, [...] pelos [camponeses e] pequenos produtores reduz também a produção de suínos e aves, tornando-os dependentes da renda externa à porteira até o ponto que vendem ou alugam suas propriedades”.

O comprometimento da biodiversidade com a expansão canavieira é outro efeito dessa ocupação que não sustenta a justiça social, a proteção do solo, recursos hídricos e outros aspectos; fator esse agravado com o permissivo Código Florestal de 2012, que reajusta as possibilidades de ampliação de lucro pelos agronegociistas por meio da exploração dos recursos naturais, com a redução por exemplo das áreas de preservação permanente. Em pesquisa de campo realizada em 2015 no município de Carmo do Rio Verde e municípios vizinhos e no município de Quirinópolis (município de Goiás caracterizado economicamente pela intensa produção de cana-de-açúcar) pôde-se observar essa realidade. Em ambos obteve-se o relato de camponeses e camponesas quanto à preocupação a respeito do desmatamento do Cerrado. As falas evidenciam o que é conhecido por esses sujeitos como “*cemitério de árvores*”.

Os camponeses e as camponesas que encontram na terra seu território de vida indignam-se com os moldes da produção canavieira, caracterizados por eles como perverso, narrando que “*do dia para a noite*” as árvores desaparecem (são enterradas) e dão lugar às estéreis áreas do monocultivo. Paisagens que ferem a perspectiva da diversidade inerente à vida camponesa.

Outro ponto importante é sobre o intenso uso da água nesse cultivo, o que gera a necessidade de se falar em agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2010) - o que será melhor explorado posteriormente. A apropriação dos recursos hídricos assistida com a destrutiva expansão do capital é entendida também por Freitas e Cleps Júnior (2012, p.171) que fazem uma leitura sobre o controle da terra pelo setor, afirmando que:

[...] ao acompanhar os investimentos oriundos do agrohidronegócio [canavieiro], verifica-se o fortalecimento das áreas tradicionais, assim como a delimitação de novas áreas. Para garantir sua territorialização, o agronegócio utiliza diversos instrumentos e estratégias, seja na busca pela titulação da terra (legal ou grilada), contratos de arrendamentos ou mesmo a compra de terras e a instalação de unidades de processamentos. (FREITAS; CLEPS JÚNIOR, 2012, p. 180).

O processo de concentração fundiária, tem se intensificado especialmente com a inserção do capital no espaço agrário e o aporte do Estado. Concheiro Bórquez (2015) explica que, sendo a colonização o ponto estrutural comum na América-Latina, mesmo com o processo de independência dos países, se prevalece a estrutura socioeconômica colonial, com o predomínio de estruturas patriarcais e patrimoniais sobre a propriedade da terra. Acrescenta ainda que, o colonialismo interno não foi superado, de modo que torna-se nítido a falta de reconhecimento de povos, comunidades e culturas diversas em um processo de homogeneização hierarquizada (informação verbal)<sup>13</sup> o que pode ser observado em todo território brasileiro.

Na análise sobre a territorialização do agronegócio canavieiro, percebe-se o arrendamento de terras como um novo fator de dependência e subordinação da renda da terra ao capital, fortalecendo-se o controle da terra sob essa estrutura hierarquizada. Em relatos obtidos em trabalhos de campo nos anos de 2013<sup>14</sup> e 2015 observa-se que diferentes leituras são feitas pelos sujeitos que convivem e são diretamente influenciados pela expansão canavieira e esse processo. Um produtor de melancia do município de Uruana, por exemplo,

---

<sup>13</sup> CONCHEIRO BÓRQUEZ, Francisco Luciano. Aula da disciplina “Lutas sociais pela terra e pelo território na América Latina”. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Goiânia – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 26 out 2015.

<sup>14</sup> Trabalho de campo realizado no ano de 2013, para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso em Geografia intitulado “A territorialização do agronegócio e os impactos da produção de melancia em Uruana/GO”, pesquisa realizada sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves.

afirma que *“percebe o arrendamento como um negócio lucrativo, mas somente para quem é proprietário de grande ou de muitas terras, já que sua propriedade fica comprometida com o setor”*.

Já uma camponesa afirma que *“o pequeno produtor por vezes se vê envolvido com a possibilidade de conseguir uma quantidade ‘x’ de dinheiro de forma imediata, com o arrendamento, mas, os prejuízos quanto ‘a qualidade da terra’ são imensuráveis”* acrescenta que *“ainda que a possibilidade de arrendamento tenha ajudado muitos produtores que já não conseguiam produzir em suas terras por falta de assistência técnica, o arrendamento para a cana não é a melhor possibilidade, já que alugar para outros cultivos pode ser menos prejudicial à terra”*. Um terceiro morador da região, afirma que

*[...] um dos principais problemas do arrendamento para a produção canavieira, está nos ciclos que tornam o proprietário da terra dependente da usina. Ao arrendar sua terra por cinco anos ou mais ou renovar o ciclo, a cada ano o proprietário perde um pouco mais da qualidade de sua terra, desse modo, se algum dia precisar ou quiser retomar outros cultivos em sua propriedade, caso a usina não queira ou não precise mais alugar aquela terra, enfrentará problemas (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

Um jovem camponês, afirma que *“o arrendamento para a produção de cana, pode até ser um negócio lucrativo”*, lembrando que alguns dos seus tios *“já conseguiram até noventa mil reais por ano”*, mas conclui que *“em nenhum outro tipo de produção, ele presenciou tanto desmatamento, perda de fertilidade do solo, uso tão intensivo da água e depredação da propriedade em termos de infraestrutura”*.

Por meio das narrativas é possível perceber a relação do camponês com a terra, que não se restringe à perspectiva do negócio, ou do lucro, mas transcorre o aspecto do uso e da vida. Nota-se também pela fala do jovem os desafios de retorno ou fixação do camponês no campo, durante ou após o arrendamento da terra para a produção de cana-de-açúcar.

Vários camponeses associam também o surgimento de viroses e outros problemas com pragas, etc. à expansão canavieira, afirmando que *“além de terem suas lavouras prejudicadas, aumenta-se, por conseguinte o custo da produção, havendo também grande interferência na qualidade do produto, por conta da dependência gerada quanto ao uso de agroquímicos”*. Graziano Neto (1982) ao tratar das consequências da modernização da agricultura para os ecossistemas naturais, já percebia que

*[...] o aparecimento de pragas e doenças nas culturas relaciona-se com as condições do solo e seu manejo. [...] Práticas inadequadas podem levar a que as plantas tenham seu crescimento comprometido, e, sob certas condições, a adição de adubos químicos sintéticos provoca desequilíbrio no metabolismo vegetal, devido à absorção desbalanceada de nutrientes. [...] A praga ou seu aparecimento é, nesse*

sentido, um importante indicador biológico de que algo foi ou está sendo drasticamente alterado no ecossistema. (GRAZIANO NETO, 1982, p. 101 – 102).

Nesse sentido, pela perspectiva de Graziano Neto, o que deveria importar ao agrônomo ou produtor seriam as condições e causas do surgimento de pragas e não as pragas em si. Para ele a Revolução Verde e os pacotes tecnológicos geraram certa comodidade por um viés de solução imediata dos problemas, sem pensar em suas consequências. Acrescenta, assim como observado pelos camponeses, que “os agrotóxicos são como drogas: [...] o aumento no desequilíbrio do ecossistema cria uma dependência pelo produto químico.” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 105).

O *cercamento do campesinato* (SILVA, 2015) do ponto de vista social, ambiental e produtivo apresenta-se, portanto, como preocupante efeito da territorialização do agronegócio canavieiro. Em entrevista realizada em incursões preliminares de campo em 2015, a secretária do Meio Ambiente do município de Uruana e seu assistente, afirmaram que “a maior preocupação ambiental da Secretaria é quanto ao desmatamento, à disputa pelos recursos hídricos e o comprometimento do solo e da água pelo cultivo, agravado pelo uso de insumos”. Os mesmos consideram a contribuição do setor canavieiro para a economia local algo mínimo frente a esses impactos ambientais.

Deus (2015) a esse respeito, afirma que o setor em sua maioria formado por grandes grupos, gera uma dependência de uma única estrutura econômica que não proporciona lucro para a economia local. Destaca também que é um setor sustentado pelo Estado ou pela população (informação verbal)<sup>15</sup>. Os secretários salientam que “as terras majoritariamente, arrendadas, são intensamente degradadas, quanto à qualidade do solo e sua infraestrutura e frequentemente nota-se a tentativa de rescisão de contratos, tentativas essas frustradas à medida que o produtor, torna-se cada vez mais dependente do setor”, realidade evidenciada anteriormente.

Para os entrevistados “entre os prejuízos ambientais e sociais dessa expansão observam-se os problemas quanto à queima e o corte da cana, que é algo frequente na região ainda que haja a substituição gradativa do corte manual pela mecanização”. A figura 13 evidencia tal realidade, por meio de denúncias e reclamações feitas pela população de um dos municípios da região em uma rede social.

---

<sup>15</sup> DEUS, João Batista de. Aula da disciplina “Ambiente e apropriação da Região do Cerrado”. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Goiânia – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 24 nov. 2015.

Optou-se por utilizar-se este mecanismo de leitura e interpretação dos fatos, por acreditar-se que a rede social como parâmetro de análise se constitui como um importante indicativo sobre o que aflige as pessoas (sobretudo a população local) no cotidiano. A “instantaneidade” com a qual as pessoas manifestam sua opinião é a marca interpretativa do que está se propondo a entender.

Cabe considerar também que este meio se constitui como importante via de denúncias, à medida que em situação de satisfação ou insatisfação a população se manifesta por meio não somente de textos, mas também se baseiam a partir do registro e publicação de imagens que expõem a realidade. Santos (1994) usa os conceitos tecnoesfera e psicoesfera na interpretação do meio técnico-científico. Para o autor: “Ao mesmo tempo que se instala uma tecnoesfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicoesfera” (SANTOS, 1994, p.256).

Desse modo, a tecnoesfera, é acompanhada de uma psicoesfera, correspondente ao plano das ideias, da produção de sentido, da racionalidade e do imaginário. Assim tecnoesfera e psicoesfera se interagem. Santos (1994) já analisava que:

Tecnoesfera e psicoesfera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças a seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnoesfera e psicoesfera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território (SANTOS, 1994, p.256).

Assim, entende-se que o plano da psicoesfera demarca o imaginário diante das possibilidades técnicas de modo que, influi no comportamento humano e sua relação com o espaço. O critério de escolha dos comentários se deu a partir da análise e seleção daqueles que apresentam maior e diferente quantidade de elementos para interpretação, revelando o comportamento diante da liberdade.

Os comentários evidenciam como o discurso da queima acidental, é presente no município e como a população interpreta a queima do monocultivo como crime ambiental. Percebe-se também os efeitos sentidos, sobre a prática desse manejo para a saúde pública. Além disso, outros aspectos do agronegócio canavieiro como a apropriação dos recursos hídricos pelas usinas são identificados.

Chama-se atenção também para a preocupação quanto ao desmatamento, à degradação de nascentes, o comprometimento da fauna e da biodiversidade e o uso de agrotóxicos. Desse modo, apresenta-se aqui, as imagens publicadas nas redes sociais seguidas

dos comentários sobre as mesmas. Entende-se que as publicações revelam as matrizes discursivas-interpretativas da população local.

**FIGURA 20 - FOTOS PUBLICADAS EM REDE SOCIAL SOBRE A QUEIMA DE CANA-DE-AÇÚCAR EM URUANA**



Fonte: *Facebook* – Uruana mais que consciente (2016).

Autor: Lucas Pazoline B. De Oliveira (2016).

Comentário 1 – Gente!!! Se o fazendeiro aluga a terra, é propriedade pessoal!! Ele é o único responsável!! Pois está pensando somente em receber o aluguel no final do mês... Direito de propriedade só é interrompido com autorização da justiça...

Comentário 2 – Muito equivocada sua resposta. Afinal a partir do momento em que o fazendeiro aluga sua terra é de total responsabilidade de quem alugou preservá-la... Ao contrário isso seria destruição de patrimônio privado. É simples e óbvio como um aluguel domiciliar.

Comentário 3 – Essa história de fogo acidental é a mesma de sempre... Vê se amanhã elas não estarão lá colhendo... Temos é que acionar a Promotoria, pois esses exploradores (CRV e Cia) têm que pagar por crime ambiental e contra a saúde pública!

Comentário 4 – Ao todo são 53 motores da CRV em rios e córregos da nossa região (também ouvi falar)...

Comentário 5 – É uma série de irregularidades começando na preparação da terra para o plantio, com a devastação de nascentes, derrubam árvores e enterram para esconder as provas, depois colocam fogo no canal fechando um círculo sem deixar se quer uma chance para os animais escaparem e assim vai tudo se acabando.

Será que as autoridades não estão enxergando esta situação, fazendo vista grossa, ou recebendo favores (\$) para ficarem calados? Porque até agora só percebi as leis funcionando para os menos favorecidos.

A queima da palha da cana-de-açúcar é feita para facilitar o corte do cultivo. Tal manejo é utilizado não somente onde há o corte manual, mas, sobretudo nessas condições. Sustentados pela justificativa de tornar o trabalho menos penoso ao cortador ou cortadora de cana, as usinas conseguem nesse manejo, uma via para garantir o rendimento nessa fase da produção. É necessário considerar também outras formas de exploração, onde há o corte de cana crua.

O referido município é tradicionalmente conhecido como “Capital da Melancia” e o arrefecimento do cultivo em detrimento da territorialização do agronegócio canavieiro há muito incomoda camponeses produtores do fruto, conforme observado em pesquisa de campo. Uruana (GO) fornece cana-de-açúcar principalmente para a usina CRV Industrial localizada no município de Carmo do Rio Verde.

Entre os problemas da queima do monocultivo de cana-de-açúcar destaca-se, a perda de espécies da fauna local, acidentes frequentes em estradas e rodovias pela visibilidade da via comprometida pela fumaça (conforme as figuras seguintes) e problemas respiratórios para a população pelo mesmo motivo. Nota-se nos comentários também, o que foi confirmado por secretários do meio ambiente em outras ocasiões: que há o discurso da queima acidental do monocultivo.

**FIGURA 21 - QUEIMA DA CANA-DE-AÇÚCAR COMPROMETENDO A VISIBILIDADE DE MOTORISTA NA RODOVIA NO MUNICÍPIO DE RUBIATABA**



Fonte: *Facebook* – Uruana mais que consciente (2016).

Autor: Desconhecido.

**FIGURA 22 - QUEIMA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE RUBIATABA**

Fonte: *Facebook* – Uruana mais que consciente (2016).  
Autor: Desconhecido.

Segundo o portal JusBrasil, em 2006 a usina do município de Rubiataba foi autuada por crime ambiental ao abrir estrada dentro de uma área de reserva legal averbada pela empresa:

No local, foi possível verificar a derrubada de árvores e a mortandade de diversos animais. Para encobrir o desmatamento, a empresa enterrou ou mergulhou em lagoas a madeira retirada. Uma multa foi aplicada pela infração. A empresa agora terá 30 dias para apresentar a licença para a atividade e provar que no local já havia uma estrada interna, alegações que, para o promotor, não são verdadeiras. Se não houver comprovação, a obra será embargada. Até lá, o Ibama fixou multa de R\$ 10 mil por veículo que circular no local. A extração irregular de areia também foi flagrada pelo Ibama [...]. Ao cair da noite, caminhões faziam o transporte do material, abrindo verdadeiras clareiras no terreno da usina. A extração sem licenciamento foi admitida pela empresa. Pela irregularidade, ela recebeu a multa máxima aplicável ao caso, no valor de R\$ 3 mil. As duas situações serão questionadas em ação judicial para responsabilização criminal da empresa. (JUSBRASIL, 2006)

Lobão (2016) denuncia em sua página virtual <fernandolobao-cerrado.blogspot.com.br> - além do compartilhamento de informações e imagens em rede social, problemas assistidos no município de Rubiataba referentes à mesma Usina do Grupo Japungu – Cooper-Rubi (figura 23). O mesmo faz denúncias quanto à pulverização aérea indiscriminada no município, afirmando que o perímetro urbano não é respeitado, trazendo prejuízos para a saúde da população local, que encontra assistência médica no município Ceres-GO já que a rede municipal de saúde, dos municípios sede das usinas, não suprem as necessidades da população.

**FIGURA 23 - COLHEITA DE CANA-DE-AÇÚCAR PARA A USINA COOPER-RUBI**



Fonte: *Facebook*– O canavieiro (2016)  
Autor: Desconhecido.

Em pesquisa de campo realizada em 2017 no município de Itapuranga, um relato semelhante apareceu em entrevista de um funcionário de fazenda arrendada para a cana. O mesmo afirma que teve cultivos prejudicados pela pulverização aérea, presenciou a morte de

animais com a queima da cana, bem como acompanhou o processo de desmatamento para o plantio da mesma. Além disso, chama atenção para o índice de violência nos canaviais, o que levou o mesmo a solicitar ao proprietário da fazenda a reconstituição da cerca que havia sido derrubada no ato do arrendamento.

Segundo seu relato o mau cheiro quando ocorre a pulverização aérea é quase insuportável, causando náuseas, cefaleia e outros transtornos na saúde. Sobre a queima da cana, este afirma que é feita “*cercando o canavial*” de modo que os animais ficam presos e sem possibilidade de fuga.

A respeito dos casos de violência mencionados, o trabalhador, relata que quando a cana alcançou maior porte, aquele espaço começou a ser palco de violência sexual, uso de drogas, mencionando inclusive assassinatos ocorridos em canaviais da região. O caso mencionado pelo trabalhador trata-se de Gabrielly Caroline Dias Rocha, uma criança de 10 anos do município de Uruana que foi assassinada em 2012 e teve o corpo abandonado em canavial no município de Carmo do Rio Verde (figura 24).

**FIGURA 24 - CORPO DE CRIANÇA ENCONTRADO EM CANAVIAL NO MUNICÍPIO CARMO DO RIO VERDE**



Fonte: G1 – Goiás (2012).

O trabalhador relata que temendo pela segurança de sua esposa, enteado e enteada, diante da proximidade do canavial com sua moradia, que é ilhada pelo cultivo, solicitou ao dono da fazenda que “*fechasse a propriedade novamente*” (figura 25). Segundo o mesmo, o proprietário não tomou nenhuma iniciativa diante à queixa, até que “*ranchos começaram a serem construídos dentro da propriedade*”. Então, o dono da fazenda solicitou que o serviço fosse realizado pela usina de Itapuranga que a princípio se recusou.

O funcionário da fazenda, explica que por meio de acordos e negociações, a Usina se propôs a fornecer a mão de obra para tal feito, desde que o proprietário fornecesse as matérias-primas. Assim ocorreu e a propriedade se mantém fechada atualmente, conforme pode ser evidenciado na figura 25.

**FIGURA 25 - PROPRIEDADE ARRENDADA PARA A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO ITAPURANGA**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Autora: A autora (2017).

Segundo relatos do mesmo trabalhador o dono da propriedade também tem terras arrendadas para Usina do mesmo grupo (Grupo Farias) no município de Itapaci e que em ambos os casos, teve problemas para o recebimento do preço do arrendamento. Identifica também que grande quantidade de madeira foi extraída no desmatamento da propriedade para o plantio de cana. E que as mesmas foram enterradas na própria propriedade para se livrar da fiscalização ambiental. Afirma ainda que essa é uma prática comum - os mencionados por outros sujeitos “*cemitérios de árvores*”; e que na maioria das vezes essa madeira não é paga ao proprietário da terra.

Além de problemas ambientais que podem ser identificados a respeito do grupo, nota-se também problemas de ordem trabalhista. Pertence também ao grupo Farias a Usina de Anicuns-GO. Segundo o Estadão (2016), o grupo apresenta dívida estimada em R\$ 7 milhões com direitos trabalhistas. O noticiário afirma que:

O Grupo Farias, um dos maiores do setor de açúcar e álcool da região Nordeste, entrou em recuperação judicial [...] com a autorização da Justiça da cidade de

Cortês, em Pernambuco. O conglomerado, dono de usinas em três regiões do País, vai tentar renegociar dívidas que somam pelo menos R\$ 900 milhões com bancos, trabalhadores e fornecedores. [...] A dívida total a ser renegociada poderá superar R\$ 1 bilhão, se considerados os juros dos financiamentos tomados pelas empresas do grupo. Os dois maiores credores são os bancos Bradesco e CreditSuisse [...] A renegociação com os dois bancos, que concentram mais da metade da dívida total, poderá selar o destino da recuperação judicial do Grupo Farias. Isso porque os empréstimos foram concedidos com a garantia de terras, usinas e equipamentos que, se forem tomados pelos bancos, inviabilizam a operação das empresas. [...] De qualquer forma, com a concessão da recuperação judicial pela Justiça de Cortês, nenhum deles poderá cobrar dívidas da empresa por um período de 180 dias. Sendo assim, vários processos judiciais de cobrança que já estavam em curso precisam ser suspensos. Os advogados da empresa, liderados por Joel Thomaz Bastos, do escritório paulista de advocacia Dias Carneiro, alegaram no pedido de recuperação judicial que as dificuldades financeiras da companhia não se deram por má administração, mas sim por condições adversas da conjuntura econômica do País e do setor de açúcar e álcool, em particular. (ESTADÃO, 2016).

Segundo o noticiário, 14 unidades do grupo entraram na recuperação judicial. Dessas, as três do estado de Goiás: Itapuranga, Itapaci e Anicuns. A notícia coloca em questionamento o discurso econômico sustentado pelo agronegócio canavieiro, especialmente quando colocada considerado o subsídio do Estado ao setor. Justificam-se aqui também as razões pelas quais a usina de Itapuranga não se encontra em funcionamento.

Retomando as problematizações pautadas pelo trabalhador em Itapuranga, é válido lembrar sobre os comentários identificados nas postagens em redes sociais, quanto a culpabilização dos proprietários de terra – no caso dos municípios da região, em sua maioria camponeses e camponesas que não conseguiram se manter no campo, muitas vezes cercados pelo impositivo modelo hegemônico.

Frente à isso é primordial destacar a questão da retirada das benfeitorias da propriedade para o plantio de cana. Tal realidade inviabiliza também o retorno dos camponeses à terra, após o ciclo de arrendamento, caso a usina não necessite renovar o ciclo ou caso o camponês não tenha mais o interesse em continuar arrendando. À medida que os recursos auferidos pelo arrendamento não são suficientes para reinvestir na construção de cercas, casas, currais e outros elementos que compõe a reprodução camponesa. Como bem considera Silva (2016) as paisagens diversificadas são convertidas na monotonia canavieira e o retorno às condições anteriores ao processo de territorialização do agronegócio canavieiro, não é tão simples de ser equacionado. Sobre a permanência do camponês na terra Santos analisa:

Com baixa organização para a produção e sem alternativas de renda comparável à cana, somados os casos de endividamento dos pequenos e médios produtores o setor sucroalcooleiro tem facilidade de compra ou de arrendamento das terras. As vantagens imediatas do arrendamento de terras para o cultivo de cana, pra os agricultores, são a forte liquidez, a segurança contratual, a previsibilidade de renda sem o esforço do manejo da terra. A estratégia de compra e contratação das terras pelas indústrias, com a equipe de profissionais preparados, são aspectos relevantes

para o convencimento dos agricultores na adesão ao setor canavieiro (SANTOS, 2011, p. 113).

Representantes públicos dos municípios de Uruana, Itapuranga e Carmo do Rio Verde, consideram que o arrependimento após alguns meses de arrendamento, por parte dos camponeses é muito comum. Os entrevistados chamam atenção para outro aspecto importante para a análise: a fiscalização quanto às exigências ambientais. A esse respeito, camponeses e camponesas, contestam em seus relatos sobre “*como as leis ambientais, parecem ser mais severas e efetivas ao se tratar dos pequenos produtores*”. Percebem também que “*ainda que com o comprometimento de nascentes pelo setor canavieiro, esse consegue outorgas<sup>16</sup> para o uso da água com maior facilidade*”.

A figura 26 evidencia a insatisfação da população local – no mesmo grupo público de rede social anteriormente citado; dessa vez, quanto ao uso dos recursos hídricos na irrigação dos monocultivos de cana-de-açúcar.

**FIGURA 26 - FOTOS PUBLICADAS EM REDE SOCIAL SOBRE O CONSUMO DE ÁGUA DO RIO URU PELO MONOCULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE URUANA**



Fonte: *Facebook* – Uruana mais que consciente (2016).

Autor: Desconhecido.

Comentário 1 – Olha, eu acho que daqui 10 anos não vai existir mais esse rio, o que têm de motores que joga água nas lavouras não é brincadeira, aqui na Terra se tem dinheiro pode fazer o que quiser.

<sup>16</sup> Trata-se a outorga de um instrumento de controle de utilização da água. Corresponde a um marco regulatório na gestão dos recursos hídricos, mediado pelas demandas e que cumpre o papel de assegurar legalmente o uso da água. Esse instrumento então, que garante o direito de recursos hídricos está resguardado pela Lei Nº 9.433 de 1997, referente à instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm)>.

Comentário 2 – Ninguém toma providência. Só falam. Tem que fazer com que esses motores, principalmente os das usinas, parem de funcionar, já ajudaria e muito.

Comentário 3 – Vão e falem com o Dr. Paulo, o dono da usina. Quem sabe ele tome providências.

Comentário 4 – Certeza que nem recebe as pessoas...

Comentário 5 – Era pra ter o dobro de água se não fosse os enormes motores da CRV que estão bombeando milhares de litros para aguar uma imensidão de canaviais. A CRV acaba fazendo o que quer e a sociedade fecha os olhos. Só vão abrir o dia que estiver passando pelo rio seco.

O rio possui importante dimensão simbólica e cultural para o município de Uruana, a medida que foi esse que deu origem ao nome do município, além de sua imponente presença nas áreas urbana e rural, que faz com que diferentes trajetórias de vida acompanhem o seu leito, gerando uma identidade de ribeirinhos, camponeses e de toda população local com o rio. Destaca-se também sua importância, em mesmo sentido, para o município de Heitoraiá.

**FIGURA 27 - VISTA DA PONTE DO RIO URU NO MUNICÍPIO URUANA EM OUTUBRO DE 2016**



Fonte: Pesquisa de campo (2016).  
Autora: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2016).

**FIGURA 28 - RIO URU NO MUNICÍPIO URUANA EM FEVEREIRO DE 2017**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).  
 Autora: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2017).

Vale destacar também as atividades de lazer e turismo desenvolvidas no rio. Além disso, como recurso natural é imprescindível para a população pois é responsável pelo abastecimento da cidade, ficando a população local refém da disputa hídrica, sobretudo nos períodos de seca.

Após o recebimento de denúncias, o noticiário Valle Notícias, constatou a presença de motores de grande porte, da usina CRV Industrial do município de Carmo do Rio Verde, bombeando água dos rios Verde, Uru e Almas para a irrigação dos monocultivos de cana-de-açúcar. Conforme informa o noticiário e evidenciado pela figura 22, “Segundo os funcionários o motor fica ligado 24 horas por dia sendo que três homens trabalham em uma escala de 12x36 para manter o serviço de bombeamento da água que faz a irrigação de dezenas de alqueires de cana.” (VALLE NOTÍCIAS, agosto de 2015). Todavia, segundo reportagem do Jornal do Vale:

[...] no Vale do São Patrício além do Grupo Farias, diversas denúncias já foram realizadas em desfavor da CRV Industrial, no entanto a mesma possui outorgas para captação de água, o que inviabiliza qualquer medida judicial pelo Ministério Público, causando somente danos ambientais, conforme sustenta um vereador de Rialma. (JORNAL DO VALE, Julho 2016).

Em mesma reportagem, o jornal noticia que a usina de cana-de-açúcar Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. (figura 29), do município de Itapaci, foi ajuizada por uma

ação civil pública por dano ambiental pela captação irregular de água no rio das Almas, no município de Santa Isabel.

**FIGURA 29 - BOMBA RETIRANDO ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO DE MONOCULTIVOS DE CANA-DE-AÇÚCAR DA USINA CRV INDUSTRIAL**



Fonte: VALLE NOTÍCIAS (2015).

Autor: Desconhecido.

**FIGURA 30 - USINA VALE VERDE EM ITAPACI**



Fonte: Jornal do Vale (2016).

Autor: Desconhecido.

A Usina Vale Verde de Itapaci, aparece em vários outros noticiários com a denúncia de infrações ambientais. Em Janeiro de 2015 o Jornal Populacional veicula a seguinte notícia: “MP de Rialma oferece denúncia contra Usina Vale Verde em Itapaci”. A denúncia feita

refere-se à destruição de 13,75 hectares de floresta considerada de preservação permanente, na fazenda Estrela no município Santa Isabel – GO (Figura 31).

**FIGURA 31 - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DESTRUÍDA PARA O PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO SANTA ISABEL**



Foto 1. Cana recém colhida em APP e árvores nativas atingidas pelo fogo.



Foto 2. Distância da cana ao Rio das Almas.



Foto 3. Solo pedregoso em APP.



Foto 4. Fogo da cana que provavelmente atingiu área nativa.



Foto 5. Distância do Rio das Almas do plantio de cana.



Foto 6. Carreador e cana em APP.

Fonte: Jornal Populacional (2015).

Já em janeiro de 2017 o jornal O Popular informava: “Diretor de usina é conduzido à delegacia após flagra de crime de poluição em Itapaci”. De acordo com a reportagem o diretor da usina Vale Verde Empreendimentos Agrícolas, foi conduzido à delegacia para prestar esclarecimento sobre líquido escuro com espuma que estava sendo

jogado pela Usina, em grande quantidade, em um rio do município (figura 32). O flagrante realizado pelo Batalhão Ambiental de Goianésia, foi registrado como crime de poluição.

**FIGURA 32 - IMAGENS DE CRIME DE POLUIÇÃO FLAGRADAS PELA POLÍCIA MILITAR DO BATALHÃO AMBIENTAL DE GOIANÉSIA, NA USINA VALE VERDE NO MUNICÍPIO DE ITAPACI**



Fonte: O Popular (2017).  
Autor: desconhecido.

Em incursão preliminar de campo, realizada em 2015 no município de Uruana, em entrevista com um morador local, obteve-se o relato de que o único benefício que ele percebe do setor canavieiro para o município, é “*a contribuição destes trabalhadores para o comércio e alguns serviços locais*”. Por essa afirmação, em 2016 optou-se por realizar entrevistas com comerciantes para se compreender como a população local e especialmente esse segmento da

sociedade, assiste o fenômeno da territorialização canavieira e da mobilidade espacial do trabalho.

Nessa circunstância, obteve-se relatos semelhantes de 7 (sete) comerciantes, no sentido de que a expansão da cana é prejudicial ao município e compromete a água, o solo, o ar e a disponibilidade de terras para outros cultivos. Mas que a presença da população migrante é significativa para o comércio local.

Uma das comerciantes afirma *“tanto é que no período entressafra que eles trabalham em outras atividades na usina, como irrigação, plantio, essas coisas, a gente sente no comércio. [...] Porque o salário deles nessa época é menor do que quando eles estão cortando cana, ai eles compram menos”*.

Sobre a concentração e controle das terras pelo setor, percebe que *“as maiores terras são arrendadas para a produção de cana-de-açúcar e que as propriedades fragmentadas por herança geralmente são rapidamente vendidas ou arrendadas, à medida que os filhos não conseguem fixar-se no campo”*.

Um trabalhador rural, motorista de colheitadeira, considera que a expansão canavieira cerca os camponeses e interfere diretamente na produção de alimentos, deixando-os suscetíveis à possibilidade de venda ou arrendamento das terras. Para ele a criação de feiras no município tem contribuído para incentivar e colaborar para que essa população fique no campo e produza alimentos. Tais feiras são organizadas por associações e tem sido relevante para o maior entrosamento com a população urbana. Nota-se que a questão da Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar, são outros pontos de pauta ao se problematizar os efeitos da territorialização canavieira no Cerrado, dentro desse molde de produção baseado na concentração – de terras, de produção e de lucros.

Em trabalho de campo realizado em 2015 no município de Quirinópolis, que apresenta intensa produção de cana-de-açúcar, um camponês relata sua experiência no chamado *“Vale do São Patrício”* – toponímia tradicional pela qual é conhecida a Microrregião Ceres – desde a década de 1960/1970 pertencente ao recorte espacial estabelecido, afirmando que *“com a chegada da usina na região, terras eram arrendadas e não se recebia pela área de preservação, pelos córregos e outros componentes do Cerrado, que eram utilizados pelo setor”*. Um dos efeitos do Proálcool para a microrregião.

Tal realidade vai ao encontro de demais narrativas mencionadas, evidenciando que o setor, ao longo dos anos, não apresentou melhores condições ou grandes e efetivas propostas de mitigação dos efeitos. As injustiças sociais e os problemas ambientais do setor, ainda são os mesmos. Para o camponês *“este é um dos setores mais perversos do agronegócio, com*

*problemas internos e externos a produção*”. Relata que “*a expansão canavieira provoca a expulsão das pessoas do campo, além disso, não oferece oportunidades para essas pessoas, o que gera consequências inclusive para o espaço urbano*”.

É por essa e por outras razões que ao se propor refletir sobre os efeitos da territorialização do agronegócio, faz-se necessário pensar a questão agrária, já que a concentração fundiária, associada aos monocultivos e o modo de produção capitalista, impõe modelos insustentáveis do ponto de vista da justiça social e ambiental.

Destaca-se também a necessidade de uma reforma agrária, planejada, que considere os biomas, os sujeitos, as demandas e as potencialidades de cada região. Já que no Brasil há uma expressiva diferença regional e uma importante diversidade que é desconsiderada. Em trabalho de campo realizado em Silvânia em fevereiro de 2016, uma professora aposentada e camponesa que trabalha com experiências agroecológicas considera a esse respeito que “*não basta à distribuição de terras de forma aleatória, mas que é necessário capacitar os sujeitos e dar subsídios para a produção*”.

Concheiro Bórquez e Mendonça (2015) entendem que se não há reforma agrária, não há verdadeiras transformações, à medida que há no Brasil um problema de desigualdade estrutural que não é possível de se corrigir com a passividade das políticas públicas. Acrescentam ainda que a composição social é distinta entre os lugares e gerações e a migração promove a ruptura cultural, o que faz com que a reforma agrária demande um planejamento comprometido com a diversidade (informação verbal).<sup>17</sup>

Além disso, outros elementos que colaboram para a permanência do sujeito no campo, frente aos efeitos do agronegócio que força a migração de camponeses do campo para a cidade, são as políticas públicas coerentes com a realidade. Há que se destacar também as já mencionadas feiras, enquanto estratégia de (Re)Existência que promovem inclusive o empoderamento das camponesas – como percebe Mesquita (2016); e o papel da escola, sobretudo para a permanência do jovem no campo.

Em trabalho de campo realizado em Orizona-GO em fevereiro de 2016, pôde-se observar essa realidade, com a ação da Escola de Família Agrícola de Orizona – EFAORI. O trabalho realizado pela escola influencia diretamente na dinâmica do município, que possui quase metade da população vivendo no campo, além de sua influência nos municípios limítrofes. A metodologia adotada pela escola, com a pedagogia da alternância, tem como

---

<sup>17</sup> CONCHEIRO BÓRQUEZ, Francisco Luciano. MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Aula da disciplina “Lutas sociais pela terra e pelo território na América Latina” do PPGEO-UFG, no dia 26 de outubro de 2015. No auditório do IESA-UFG. Goiânia, 2015.

princípio o desenvolvimento do meio, a formação integral e a associação, formada pela família dos estudantes. Nota-se como a escola evita a penúria do transporte e promove a assistência técnica no campo, por meio da ação dos filhos e filhas de camponeses.

Essas, são algumas das possíveis ações capazes de colaborar com a (Re)Existência camponesa. Além do trabalho realizado pelos movimentos sociais e a luta pela Soberania Alimentar, por exemplo, que permite a existência de estratégias de diálogo com outros setores. Destaca-se aqui a importância dos *saberes-fazeres* para os propósitos da agroecologia; a formação proporcionada pelo Movimento Camponês Popular, que ultrapassa a questão da moradia, envolvendo também os valores familiares, os saberes, a cultura camponesa e etc.; a ação da Comissão Pastoral da Terra e outros.

É por essas e ulteriores razões que faz-se necessário também desmistificar-se alguns conceitos e suas respectivas bagagens ideológicas. Frente a isso, mas dentro do recorte empírico estabelecido para a realização desta pesquisa, o próximo tópico será dedicado a leitura sobre alguns conceitos envolvidos nessa discussão. De modo a esclarecer as motivações que levaram a algumas escolhas conceituais.

#### 4. A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO E DO CAPITAL NO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: DO MITO DA ESPONTANEIDADE AOS EFEITOS DA MIGRAÇÃO

Conforme elucidado no capítulo anterior, o agronegócio canavieiro constitui-se em mais que um “negócio do setor sucroenergético no campo”, demandando assim minuciosa análise do conceito para que os efeitos da territorialização desse modelo de agricultura sejam revelados. Não se trata aqui de um questionamento sobre a capacidade de diversificação do setor, mas sim de uma leitura crítica sobre os efeitos socioespaciais da mobilidade do trabalho e do capital vinculado ao agronegócio canavieiro.

Assim, cabe a indagação sobre a ideia de “Agro-energia” enquanto uma fonte renovável e de “bio-combustível”. Analisando de forma criteriosa a retórica ideológica e dimensionando-se o “bio” da produção, que se faz necessário pensar a vida em seus diversos aspectos, mas, especialmente na dimensão humana. Mais do que ponderar os prejuízos ambientais e, por conseguinte sociais, é imprescindível considerar os sujeitos envolvidos no processo. Entre esses se destacam os camponeses e as camponesas, a população local e os trabalhadores e trabalhadoras.

Para Mendonça (2009) a crise do capital é travestida da questão ambiental. Desse modo, como pontua o autor, a Agroenergia [não bio] precisa ser pensada a partir de um debate que dimensione políticas públicas de desenvolvimento territorial de forma integrada – em temas e escalas, e que sejam inovadoras e capazes de garantir trabalho, renda e inclusão social.

Algumas discussões sobre a população local foram feitas no capítulo anterior, em que foi abordado também a importância do campesinato e o cercamento desses sujeitos pelo projeto hegemônico do capital no espaço agrário. Mas dadas as devidas contextualizações, a centralidade desse capítulo reside, no entanto, nesse terceiro grupo: os trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto recorte de análise, buscou-se aqui estudar os trabalhadores do corte de cana, à medida que se adotou como critério compreender a mobilidade espacial do trabalho – que está imbricado com a mobilidade espacial do capital - nesse contexto, e é esse o grupo que se encontra em frequente e intensa mobilidade, conforme se pôde identificar em revisões bibliográficas e sondagens de campo.

Assim, busca-se com os próximos subtópicos compreender o processo de mobilidade espacial, identificando-se esses sujeitos e abordando-se, por conseguinte as características e os desdobramentos dessa mobilidade.

#### 4.1 A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO: DOS (DES)CAMINHOS ÀS IMPOSIÇÕES

Como já fora pontuado, o Plano Nacional de Agroenergia, significou para Goiás, um novo marco no processo de territorialização do agronegócio canavieiro ocasionando, por conseguinte, mudanças na dinâmica populacional, à medida que observa-se historicamente a atividade do corte da cana desenvolvida por trabalhadores e trabalhadoras de outros estados – principalmente da região Nordeste, como aponta as pesquisas de Silva (1999). A autora esclarece que já na década de 1990, a reestruturação do setor canavieiro significou o redirecionamento dos fluxos migratórios provenientes da região.

Sabe-se que a distribuição desigual das terras, a ação setorial do Estado, associados e concomitantes ao modelo de desenvolvimento rural no Brasil, têm provocado a marginalização, histórica, de alguns sujeitos. As desigualdades regionais ainda hoje são latentes, o que faz demandar cada vez mais a compreensão da importância vital da terra.

Entende-se aqui que todo sujeito ao nascer ocupa determinado espaço e que esse é estruturalmente mal distribuído no país. Todavia, é válido ressaltar também que “há formas de resistência que são tecidas nos meandros e brechas das relações de dominação” (MENEZES, 2011, p.56) e que, portanto, precisam ser identificadas e potencializadas.

Silva (2016) ao pensar sobre as relações de dominação e controle da força de trabalho destaca que é importante se considerar o fato de algumas unidades de processamento instaladas no recente movimento de expansão do setor canavieiro, estarem localizadas em municípios com pequena população residente e, por conseguinte, baixa oferta de mão de obra. O autor identifica que nessas circunstâncias, ou mesmo em municípios com população mais expressiva, o agronegócio canavieiro se torna um significativo empregador local, passando assim a interferir nas relações de trabalho devido à demanda.

A tabela a seguir identifica as características dos municípios estudados, quanto à população.

TABELA 1 - PERFIL POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS (1991 – 2000 – 2010)

Município (GO)	Pop. rural (1991)	Pop. urb. (1991)	Pop. total (1991)	Pop. rural (2000)	Pop. urb. (2000)	Pop. total (2000)	Pop. rural (2010)	Pop. urb. (2010)	Pop. total (2010)
Americano do Brasil	729	4132	4861	817	4116	4933	790	4718	5508
Anicuns	6125	12081	18206	4025	14729	18754	2928	17311	20239
Araçu	1072	2619	3691	623	3504	4127	445	3357	3802
Avelinópolis	1008	1328	2336	836	1671	2507	573	1877	2450
Barro Alto	3540	3587	7127	2317	3934	6251	2465	6251	8716
Brazabrantes	1063	1271	2334	1049	1723	2772	1062	2170	3232
Carmo do Rio Verde	3604	4759	8363	2759	5182	7941	1874	7054	8928
Caturai	1645	2489	4134	1213	3117	4330	1022	3664	4686
Ceres	2486	16951	19437	1278	18123	19401	932	19790	20722
Goianésia	6767	36768	43535	4248	44912	49160	3889	55660	59549
Goianira	1509	10135	11644	1478	18064	19542	609	33451	34060
Goiás	7642	20140	27782	7319	19801	27120	6089	18638	24727
Heitorai	1081	1940	3021	1156	2289	3445	926	2645	3571
Hidrolina	2120	2859	4979	1507	3041	4548	1049	2980	4029
Inhumas	5646	32722	38368	3921	39976	43897	3143	45103	48246
Ipiranga de Goiás	3438	--	3438	2808	--	2808	1572	1272	2844
Itaberaí	7597	17255	24852	6630	21249	27879	5587	29784	35371
Itapaci	4313	8339	12652	1981	11950	13931	1783	16675	18458
Itapuranga	9205	18825	28030	6835	19905	26740	4890	21235	26125
Itauçu	2766	5912	8678	2120	6157	8277	2114	6461	8575
Mossâmedes	3426	3574	7000	2203	3595	5798	1732	3275	5007
Nazário	1764	4480	6244	760	5871	6631	1687	6187	7874
Nova Glória	3580	4926	8506	3256	5688	8944	2778	5730	8508
Palminópolis	1727	1902	3629	1304	2257	3561	858	2699	3557
Rialma	969	7943	8912	1054	9156	10210	725	9798	10523
Rianópolis	692	3598	4290	634	3730	4364	485	4081	4566
Rubiataba	4092	12594	16686	2881	15206	18087	2731	16184	18915
Santa Isabel	2715	1172	3887	2337	1255	3592	2319	1367	3686
Santa Rita do Novo Destino	2957	--	2957	1982	1043	3025	2060	1113	3173
Santo Antônio de Goiás	1812	--	1812	542	2564	3106	432	4271	4703
São Luiz do Norte	2074	1924	3998	966	3123	4089	709	3908	4617
São Patrício	1929	--	1929	1008	827	1835	820	1171	1991
Taquaral de Goiás	1708	2361	4069	1220	2367	3587	660	2881	3541
Turvânia	1828	3557	5385	1141	3993	5134	948	3891	4839
Uruaçu	5738	28191	33929	3411	30119	33530	3133	33796	36929
Uruana	4360	9397	13757	3019	10919	13938	2594	11232	13826
Vila Propício	3988	--	3988	3318	1174	4492	3641	1504	5145

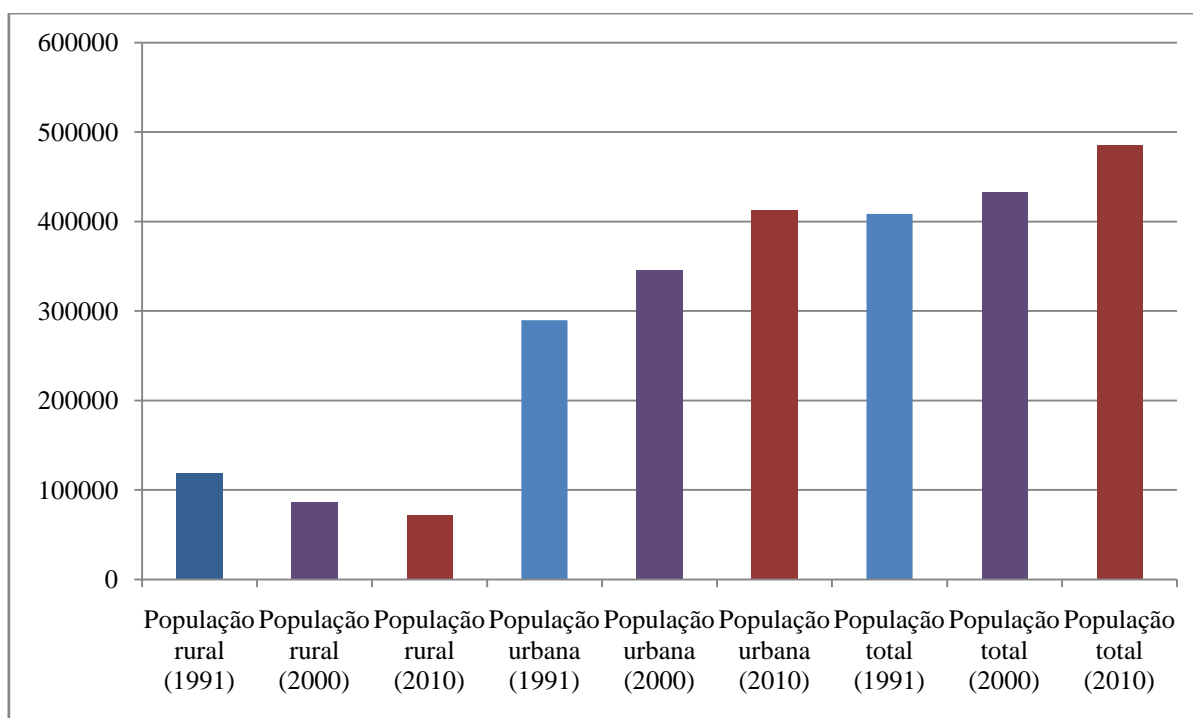
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2016).  
Organização: A autora (2017).

Nota-se que, de acordo com o último censo demográfico do IBGE, aproximadamente 51% dos municípios estudados, possuem a população total na casa ou inferior a 5 mil habitantes; 68% inferior à 15 mil. Entre esses municípios, 27% tiveram a população total reduzida entre 1991 e 2010. Calculando-se a média desses municípios em mesmo período a taxa de fecundidade dos mesmos passou de 2,65 para 1,98.

Observa-se que 24% dos municípios possuem população rural, aproximada ou superior à 50% da população total, ou população rural superior à população urbana. Por exemplo, os municípios de Brazabrantes e Nova Glória, possuem a população rural superior à 50%. Destacam-se os municípios de Vila Propício, Santa Rita do Novo Destino, Santa Isabel e Ipiranga de Goiás, em que a população rural é superior à população urbana. Essa realidade sobre a dinâmica populacional dos municípios estudados evidencia a necessidade de se pensar a população que vive no campo frente ao processo da territorialização do agronegócio canavieiro.

Observa-se que 32% dos municípios teve a população rural reduzida pela metade ou mais, de 1991 à 2010. Entre esses municípios estão Anicuns, Ceres, Goianira, Itapaci, Santo Antônio de Goiás, Taquaral e outros. Os municípios de Anicuns e Itapaci, possuem unidades de processamento da cana-de-açúcar. Sobre os municípios de Goianira e Santo Antônio de Goiás, destaca-se a proximidade com a capital do estado – Goiânia. O município de Taquaral chama atenção pela atividade econômica voltada para confecções de moda íntima, sendo um importante polo do segmento no estado. Apenas os municípios de Goiás e Mossâmedes tiveram a população urbana reduzida. Nos municípios de Goianira, Itapaci e São Luiz do Norte a população urbana dobrou.

O gráfico a seguir identifica em linhas gerais essa dinâmica populacional nos municípios estudados, a partir da soma de valores de todos os municípios em questão:

**FIGURA 33 - DINÂMICA POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS (1991 – 2000 – 2010)**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2016).

Elaboração: A autora(2017).

Ao passo que a população total dos municípios aumentou de 1991 à 2010, a população urbana acompanhou essa progressão. Por outro lado, houve um arrefecimento da população rural. Vários pontos podem ser considerados na análise: a presença de diferentes atividades econômicas, a oferta de bens e serviços, a proximidade com municípios que apresentam influência regional, entre outros. Mas há que se considerar também os incentivos, ou falta desses, para que a população rural consiga permanecer no campo. Entende-se que a expansão do agronegócio canavieiro, ou de qualquer outro monocultivo, é chave de interpretação nesse processo, como também é a ausência de ações e políticas públicas que ordenem o campo de forma coerente com sua heterogeneidade.

A prática do arrendamento adotada pelas usinas e o controle dessas sobre a disponibilidade de terras para o seu interesse econômico, evidenciam também a influência no campo de análise, à medida que, conforme observado a maioria dos proprietários que arrendam suas terras – grande parte pela dificuldade de permanecer no campo, migram com suas famílias para a cidade.

Sobre os municípios que ainda possuem elevada população rural, em relação à urbana, percebe-se, por exemplo, a presença de assentamentos, como é o caso da Vila Propício. São evidentes as dificuldades desses sujeitos assentados em permanecer na terra.

Em trabalho de campo realizado no assentamento Maria Cícera, observou-se a presença de 117 assentados. A fazenda era de propriedade do ex deputado Tatico, que segundo relato dos assentados, recebeu pelas terras de forma superfaturada. No assentamento faltam água, energia, saneamento, há a dificuldade de acesso à cidade e a créditos e, por conseguinte, a escola, bens e serviços e escoamento da im-possível produção.

No assentamento há associação de produtores de alimentos e cooperativas. Os mesmos produzem para o próprio sustento feijão, arroz, milho e mandioca. Quando conseguem, vendem o excedente. A iluminação e energia de suas casas são produzidas com geradores à gasolina, placas solares, velas, lamparina e etc. Os sujeitos em roda de conversa, relatam que a produção de alimentos depende da chuva. Aquelas crianças que a muito custo conseguem ir à escola, se deparam com os desafios do tempo cotidiano para chegar a esse espaço e voltarem para casa e com o preconceito em sala de aula na cidade.

Na ocasião os mesmos relataram os diversos desafios com os quais se deparam e em meio aos relatos a contradição. A usina Jalles Machado em Goianésia próxima ao assentamento em Vila Propício produz energia elétrica. O assentamento, sem energia. A usina que possui extensas terras para o cultivo da cana-de-açúcar ao redor do assentamento possui uma complexa rede de irrigação. Os assentados, sem água. Conforme relatado pelos assentados, o plantio de cana naquele espaço se deu a custa do desmatamento. Os assentados, não conseguem produzir/comercializar gueiroba por obstáculos quanto à licença, já que é considerada uma planta nativa do Cerrado.

Em pesquisa de campo realizada em 2016 na região de estudo, amostras aleatórias obtidas junto a comerciantes, afirmaram sobre a importância da unidade de processamento para a região e para a movimentação do comércio. Para os mesmos a safra e entressafra é sintomática quanto à essa realidade. Como mencionado em capítulo anterior, no período de safra “a capacidade de consumo é potencializada pela melhor remuneração das atividades da usina”. Chama-se atenção nesse aspecto, para o ganho por produtividade que faz com que os trabalhadores se sujeitem às intensas jornadas de trabalho.

Junto a isso e conforme analisado, o campo brasileiro tem sido pensado como um espaço para ser modernizado, industrializado ou urbanizado, de modo que há também expressivas transformações nas relações de trabalho instituídas nesse território, com o apoio inclusive de uma bancada ruralista – autodesignada como Frente Parlamentar da

Agropecuária<sup>18</sup> - que pensa o campo e o desenvolvimento rural por essa perspectiva setorial, atendendo aos interesses de territorialização do capital.

Esse congresso ruralista e conservador, como já observado, constrói condições para que o projeto hegemônico se estruture e reproduza e como já constatado, isso se dá à custa da exploração dos recursos naturais e das pessoas. Entre os efeitos disso para a vida dos sujeitos, encontra-se a mobilidade espacial, já que a terra no Brasil manteve-se historicamente concentrada e as desigualdades regionais ainda são latentes. Sabendo disso, os próximos subtópicos se dedicarão a compreender essa mobilidade.

#### **4.1.1 – A Geografia e a mobilidade espacial no Brasil**

Os estudos sobre a mobilidade espacial na Geografia passaram por diferentes frentes e paradigmas ao longo dos anos. No entanto, é unânime o entendimento de que o conceito Mobilidade é complexo. A sua compreensão perpassa a tipologia do deslocamento, desde as acepções de campo-cidade às mais diversas escalas temporais e espaciais. Pode-se compreender o fenômeno entre e extra fronteiras, por curtos ou longos espaços, pelos objetivos ou tempo de duração do fenômeno.

Cabe ressaltar que a mobilidade nunca está dissociada de motivações ou imposições de outros fenômenos. A esse respeito, percebe-se que no Brasil, no decorrer das décadas, alguns marcos temporais com expressivos processos explicam a realidade da migração em diferentes fases e *locus*.

Becker (1997) ao buscar compreender os diferentes conceitos, tipologias e contextos da mobilidade espacial da população, no âmbito das migrações internas, identifica alguns dos marcos temporais. Entre eles, os intensos fluxos rural-urbano nas décadas de 1950 e 1960, ocorridos à luz da concentração fundiária e da industrialização da região Sudeste; as migrações interestaduais da década de 1970, caracterizada principalmente pelo fluxo de nordestinos para os estados Rio de Janeiro e São Paulo e o fluxo de sulistas para a Amazônia e para a região Centro-Oeste, com a expansão e consolidação do mercado de trabalho no Brasil.

Dai por diante, a autora elucida que “multiplicaram-se as migrações de assalariados rurais temporários - volantes, boias-frias, especialmente para as colheitas da cana e da laranja, expressão do subemprego sazonal e das relações de trabalho informais gerados pela

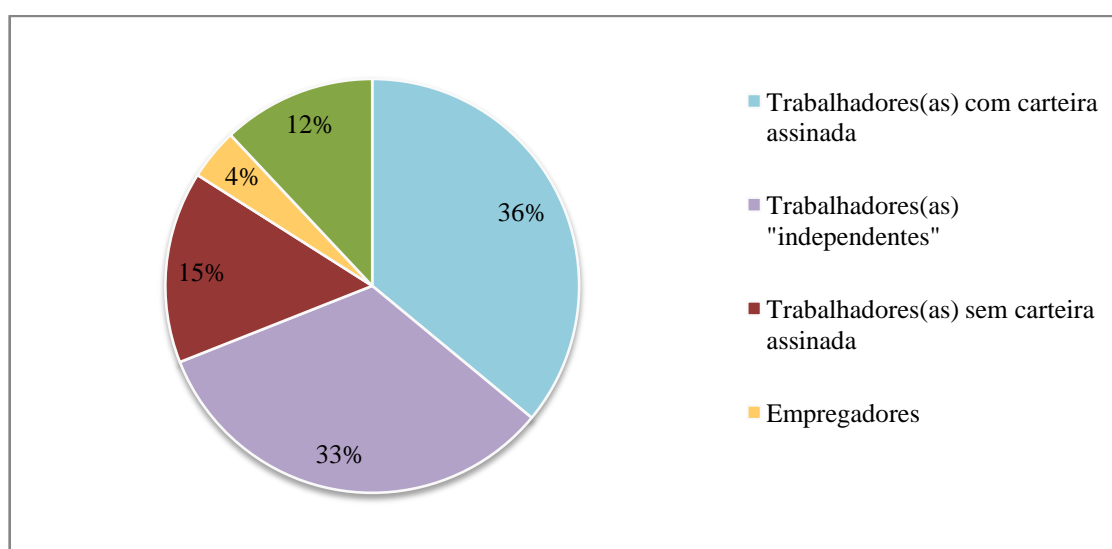
---

<sup>18</sup> Segundo dados da Frente Parlamentar da Agropecuária, atualmente sua composição é de 198 deputados (38,6%) e 22 senadores (27,2%) (FPA, 2016).

modernização capitalista no campo” (BECKER, 1997, p.321). A informalidade do trabalho no agronegócio é assunto latente ainda hoje.

De acordo com a matéria divulgada pelo Brasil de Fato (2017), pela Redação “De olho nos ruralistas” estudos realizados no Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), identificam que o emprego no agronegócio é caracterizado pela informalidade, à medida que apenas 36% dos empregados no agronegócio do Brasil possuem carteira assinada. A matéria apresenta os seguintes dados divulgados em 2017, mas referentes ao ano de 2015:

**FIGURA 34 - O TRABALHO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**



Fonte: ESALQ-USP (2015) apud Brasil de Fato (2017).

Elaboração: A autora (2017).

A pesquisa realizada na ESALQ-USP não considera os camponeses e camponesas. Destaca-se ainda que “entre os 19 milhões de trabalhadores do setor, 9 milhões trabalham no segmento primário. Eles possuem uma renda mensal média de R\$ 891, no caso da agricultura, e R\$ 998, no caso da pecuária.”. Tais dados conduzem à interpretação de que o subemprego e as relações informais de trabalho no seio do campo demandam ser problematizadas, face à territorialização do capital, legitimada pelo discurso do emprego. Bem como, há que se considerar a necessidade de se postular o papel de camponeses e camponesas no campo brasileiro, à medida que esses sujeitos admitem importante papel na produção de comida o que acaba sendo cooptado pela força ideológica do agronegócio.

Becker (1997) salienta que intensificaram também a mobilidade inter e intramunicipal, rural-urbana ou rural-rural e que tal realidade decorre principalmente da

escassez de disponibilidade de terras, o que fez eclodir movimentos sociais de resistência. Pode-se perceber que esses movimentos, apontam o aspecto da valoração do direito de permanecer e do direito a terra. Camponeses e camponesas apresentam a necessidade de resistir, como garantia do direito ao espaço. Nas palavras da autora, “é a contramobilidade emergindo como expressão do direito de ‘não migrar’, ou de permanecer no espaço de origem, é a luta em defesa do ‘livre-arbítrio’ quanto ao espaço a ocupar, a cultura a preservar. É o singular tentando manter seu lugar no espaço econômico global.” Becker (1997, p. 322).

Frente a isso, surgem alguns questionamentos como: qual tem sido a função histórica da mobilidade nos espaços hegemonzados pelo capital Quais as perspectivas da migração da força de trabalho no contexto atual? Entendendo que a mobilidade espacial do trabalho tem apresentado diferentes expressões ao longo dos anos, lugares e contextos, Becker (1997) contribui para a compreensão das faces e interfaces da mobilidade em diferentes momentos a partir da contextualização de dois marcos históricos sobre o tema (anterior e posterior à década de 1970), como apresentado no quadro 2.

#### **QUADRO 2 - MARCOS TEMPORAIS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA MOBILIDADE ESPACIAL**

<b>Migração - “Mobilidade espacial da população”</b>	
<b>1950 – 1960</b>	<b>1970 – 1980</b>
Expansão econômica do país Migração como fenômeno positivo Absorção de mão-de-obra	Trabalhadores desempregados e subempregados Expansão da população excedente Migração de retorno para o Nordeste Assalariamento temporário nas áreas de fronteira
<b>Perspectiva teórica Neoclássica</b>	<b>Perspectiva teórica Neomarxista</b>
Indivíduo Decisão pessoal	Classe social Forçada pelas necessidades do capital

Fonte: Becker (1997, p.323 - 349).

Elaboração: A autora (2017).

Conforme esclarecido pela autora, ainda que o conceito de mobilidade seja complexo, em linhas gerais pode-se definir a migração como a “mobilidade espacial da população”. No entanto, conforme elucidado anteriormente, há uma diferença entre definir e conceituar. Ao se trabalhar o conceito de Mobilidade, faz-se necessário, compreender as bagagens ideológicas, os momentos históricos, as diferentes perspectivas de leitura e os diversos contextos de análise passíveis de interpretação.

Becker (1997) explica que duas perspectivas, marcaram a linha interpretativa da mobilidade: a perspectiva Neoclássica e perspectiva Neomarxista. Na primeira, a migração era compreendida a partir da decisão individual de migrar; livre de fatores exógenos, de modo que era tida como um ato soberano de vontade pessoal. Já na perspectiva Neomarxista, o fenômeno passa ser entendido a partir de uma perspectiva de classe, como uma resposta às diferenças de renda. Em outras palavras, passa-se a considerar a mobilidade como uma ação forçada pelas demandas do capital.

Em uma leitura temporal, a autora interpreta a mobilidade espacial no Brasil pela face do avanço da fronteira agrícola, de modo que até a década de 1970 (aproximadamente), a migração era vista como um fenômeno positivo que, acompanhando a expansão econômica do país, permitiu a absorção de mão-de-obra. A partir da década de 1970, com o avanço da fronteira, sediado no pleito da modernização da agricultura, assiste-se então, o cenário de desemprego e subemprego e o assalariamento temporário nas áreas de fronteira, com a expansão da população excedente. “O capital [sic] pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável, pois crescem de forma assustadora os estoques de população excedente.” (BECKER, 1997, p.324).

Entende-se então que o neoliberalismo econômico, as novas gestões de trabalho, a reestruturação tecnológica, o aprofundamento da exclusão social e do trabalhador, entre outros elementos gerou a necessidade de se pensar novos paradigmas para a leitura sobre a migração. Paradigmas que conseguissem extrapolar a interpretação dos fatores de atração-repulsão da concepção Neoclássica, já que tais teorias “desconsideravam o problema crônico do desemprego urbano e do subemprego nos países subdesenvolvidos, ignorando a proporção da força de trabalho que não era absorvida pela chamada ‘economia moderna’. Em verdade, não possuíam um expressivo componente social.” (BECKER, 1997, p. 329).

A autora explica que na década de 1970, a industrialização passou a ser considerada nos estudos, identificada inclusive como mola propulsora da migração, com a interpretação de que as mudanças técnicas geraram o aprofundamento na divisão social do trabalho e por conseguinte provocou modificações na dinâmica populacional das esferas rural e urbana.

Acrescenta ainda que na “visão neoclássica, a migração era percebida como um mecanismo gerador de equilíbrio para economias em mudança, especialmente aquelas mais pobres. A mobilidade era considerada, portanto, sinal e fator de progresso econômico.” (BECKER, 1997, p.331); por isso então era vista de forma positiva.

Gaudemar (1977) apud Becker (1997) em uma crítica a essa visão neoclássica apresenta então o argumento de que a mobilidade aparece por outro lado, como uma estratégia para perpetuar as desigualdades do espaço, uma vez que o espaço não é modificado de maneira a atender às necessidades de sua população. Entende-se que a visão neoclássica, logo, possui um enfoque determinista, pautado nas centralidades de causa e efeito, em contraponto à um possível enfoque histórico e dialético.

Sobre a discussão do caráter histórico-estrutural das migrações, Singer (1973) apud Becker (1997), também na década de 1970, contribuía com a interpretação de que trata-se a mobilidade de um fenômeno social, historicamente condicionado, o qual aparece como resultado de um processo global, de forma que não podem ser vistos dissociados. Nesse sentido, o primeiro passo da análise seria os limites de sua configuração histórica, os quais podem ser compreendidos por fatores de mudança e fatores de estagnação, como esquematizado a seguir:

**FIGURA 35 - FATORES DE INFLUÊNCIA DA MOBILIDADE ESPACIAL**



Fonte: Singer (1973) apud Becker (1997, p.333)

Elaboração: A autora (2017).

Oliveira (2014b) explica que a mobilidade espacial do trabalho dos cortadores de cana, que via de regra acontece por aqueles sujeitos oriundos de regiões pobres do país envolve pensar os níveis micro e macro pontuados por Singer (1973), esses níveis revelam respectivamente as motivações e as causas da migração. As primeiras relacionadas às dimensões individuais, familiares e comunitárias. As segundas referentes a processos estruturais.

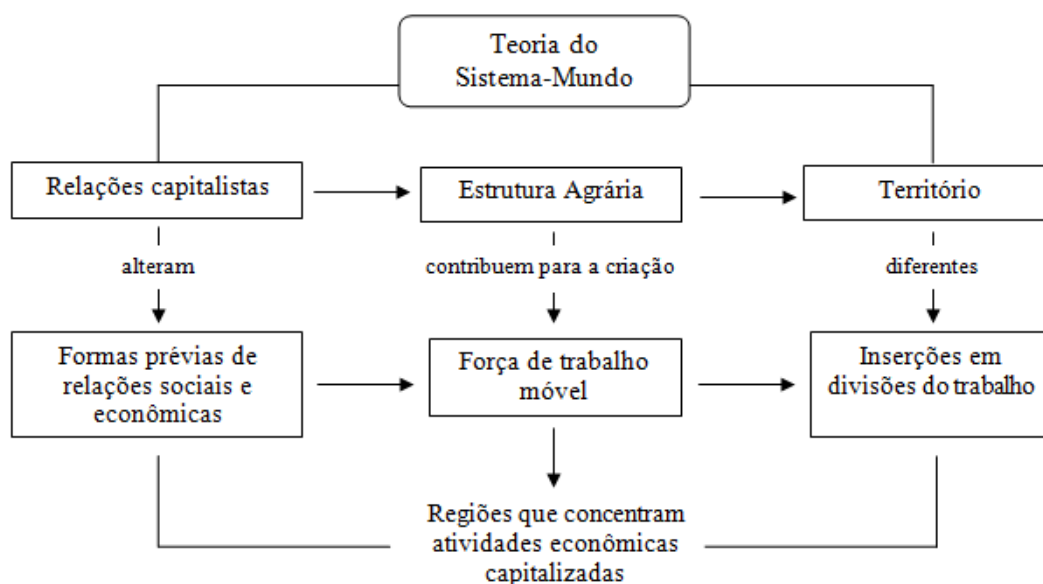
Oliveira (2014b, p. 379) que estuda a mobilidade espacial de trabalhadores do corte de cana, a partir de adaptações de teorias estrangeiras à realidade brasileira, explica que Singer (1973) destaca que “as causas da mobilidade espacial devem ser abordadas a partir das características dos lugares de origem dos migrantes”. O autor acrescenta que no Brasil, isso envolve uma inserção problemática na divisão territorial do trabalho em escala nacional. Essas desigualdades, constituem-se portanto, enquanto fatores de expulsão. Articulado à isso, há então os mencionados fatores de mudança e de estagnação.

Nota-se que as relações capitalistas de produção se apresentam como marco histórico estruturante e interpretativo sobre a mobilidade espacial. A sua territorialização no campo tem provocado à expropriação de trabalhadores rurais da terra, em um cenário de aumento da produtividade do trabalho e de redução no nível de emprego. Há que se considerar como fator de estagnação a histórica monopolização das terras pelos atores hegemônicos, além da pressão demográfica.

Oliveira (2014) chama atenção também para a teoria migratória de Massey (1986) estruturada a partir da ideia de Sistema-Mundo, que no seu ponto de vista são importantes para se entender algumas características da mobilidade de trabalhadores do corte de cana – figura 36.

Segundo a leitura de Oliveira (2014b) sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores do corte de cana no Brasil, a partir da Teoria Sistema-Mundo de Massey (1986), a inserção de relações capitalistas nos espaços, podem alterar formas prévias de relações sociais e econômicas o que reverbera no surgimento de uma força de trabalho móvel. Essas relações capitalistas permeiam uma estrutura agrária que também contribui para a criação dessa força de trabalho. Tudo isso articulado territorialmente provoca diferentes inserções dessa força de trabalho na divisão territorial nacional do trabalho. Assim, ao passo que esses elementos criam novas forças de trabalho móvel, as regiões que concentram atividades econômicas capitalizadas – inclusive agrícolas, simultaneamente os atraem.

**FIGURA 36 - TEORIA MIGRATÓRIA BASEADA NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO**



Fonte: Oliveira (2014b); Massey (1986) apud Oliveira (2014b, p. 380).

Elaboração: A autora (2017).

De acordo com Becker (1997), Peek (1978), também já considerava a estrutura agrária, em sua leitura sobre a mobilidade espacial. O mesmo ponderava a transição da agricultura não-capitalista para uma agricultura capitalista nos países latino-americanos, entendendo que o crescimento do setor capitalista era em grande parte dependente de outros setores da economia, principalmente daqueles que ainda não dominavam esse modo de produção. Assim, em sua análise, a migração estaria relacionada a essa mudança agrária.

Para Gaudemar (1977) apud Becker (1997, p.334) o fenômeno da mobilidade está intimamente ligado aos movimentos do capital. De modo que a mobilidade, portanto, é forçada pela “crescente sujeição do trabalho ao capital”. Nas palavras do autor “a mobilidade é introduzida como condição da força de trabalho se sujeitar ao capital e se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e, assim, produzirá o capital”. É nesse contexto de escolhos teóricos que ganha força a concepção neomarxista.

A partir do entendimento de que a mobilidade é forçada Slater (1978) apud Becker (1997) entende que “a migração tornou-se interessante mecanismo na expansão do capitalismo monopolista nas realidades então chamadas ‘periféricas’”. Moreira, também no final da década de 1970, contribui afirmando que

A mobilidade do trabalho, de uma forma geral, e a espacial, em particular, era ao mesmo tempo determinada e determinante no processo de acumulação do capital, não podendo ser devidamente entendida fora desse contexto. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que ampliava a demanda de trabalho,

criava a oferta de trabalho que necessitava. MOREIRA (1978) apud BECKER, (1997, p.334).

Desta feita, Becker (1997) a partir de Gaudemar (1977) entende que a mobilidade do trabalho se dá por duas dimensões: a dimensão espacial (horizontal) e a dimensão social (vertical). Na primeira, contempla-se a capacidade do trabalhador e sua força de trabalho conquistar novos espaços, ou seja, a possibilidade de se espriar pelo espaço formando a força de trabalho; por outro lado, há nessa dimensão também, a possibilidade de concentração em pontos que a força de trabalho for mais útil à produção capitalista. Podendo então as demandas do capital gerar fluxos centrífugos ou centrípetos.

Na dimensão social ou vertical, encontra-se a hierarquia do trabalho, entre setores da produção e funções do processo produtivo. Há uma mobilidade social “produzida ao nível espacial da transformação do trabalho” (BECKER, 1997, p. 336). Para elucidar, a autora cita o exemplo de um camponês que torna-se assalariado.

A partir de Marx, a autora compreende então que as relações de produção capitalistas, são dependentes de um excedente populacional de trabalhadores, uma super população relativa conceituada por Marx por exército industrial de reserva, que em suas formas originais de expressão se dividem em três grupos: flutuante, latente e estagnada, caracterizadas conforme o quadro a seguir:

**QUADRO 3 - GRUPOS E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EXCEDENTE, CONFORME SUAS EXPRESSÕES**

<i>Flutuante</i>	<i>Latente</i>	<i>Estagnada</i>
Atualmente: extrato de trabalhadores que vêm perdendo seus empregos ou mudando seu setor de trabalho em decorrência da nova ordem mundial globalizante.	Excedente de população rural proveniente de uma esfera originalmente pré-capitalista de produção, ou marginalmente ocupada pelo capital (camponeses sem terra ou em vias de perdê-la) na condição de passagem para uma situação de proletariado urbano.	Uma parte da força de trabalho ativa que apresentasse condições de emprego extremamente irregular. Para Marx (1887): as condições de vida desse grupo estariam bem abaixo do nível do restante da classe trabalhadora.
Trabalhadores às vezes repelidos, às vezes atraídos pelos modernos setores da economia.	Mulheres anteriormente integradas a uma forma de produção exclusivamente doméstica.	Atualmente: empregos extremamente instáveis e a baixas remunerações do trabalho em certos grupos de trabalhadores nas economias periféricas.
Ocasionalmente dispensados devido à reestruturação do processo produtivo.		

Fonte: BECKER (1997, P.339 e 340); MARX (1887) apud BECKER (1997, p.339 e 340).

Elaboração: A autora (2017).

Harvey (2011) explica que a permanente acumulação do capital, depende, portanto, de reservas de força de trabalho. Em outras palavras, o autor elucida que para o capital se reproduzir e expandir, o mesmo precisa do *exército industrial de reserva*. Acrescenta ainda que:

Esse exército de reserva deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter as qualidades necessárias (isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso). Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo à acumulação contínua. (HARVEY, 2011, p. 55).

O conceito cunhado por Marx, leva à compreensão das condições às quais os trabalhadores são submetidos. Em um cenário de população e força de trabalho excedente às demandas da economia capitalista, assiste-se ao desemprego estrutural e à precarização, de modo que a população excedente, na condição permanente de desemprego, possibilita a acumulação do capital.

Assim, os trabalhadores diante da impositiva competitividade de força de trabalho, entre humanos e máquinas, enfrentam a instabilidade e a mobilidade entre os setores da economia e os espaços, as péssimas condições de trabalho e o desemprego. Partindo-se dessa compreensão, o próximo subtópico irá se dedicar a compreender, a mobilidade espacial no agronegócio canavieiro, pontuando como a mobilidade contribui para a ampliação da extração da mais-valia e se constitui como uma das formas de ampliação da exploração.

#### **4.1.2 – O agronegócio canavieiro e a mobilidade espacial do trabalho**

Especialmente ao se tratar do corte manual da cana-de-açúcar, a mobilidade espacial do trabalho, constitui-se como uma das características do setor. Gomes (2009, p.41) a esse respeito analisa que “ao contrário de ser um sinônimo de liberdade, como querem os economistas políticos clássicos e neoclássicos, a mobilidade do trabalho significa, no contexto do sistema de produção capitalista, controle social, submissão e escravidão”.

Para o autor em um contexto de divisão do trabalho cada vez mais afunilada e com a pauta do desemprego, os trabalhadores vendem sua força de trabalho às mais diversas oportunidades em uma estratégia de sobrevivência. Nessas condições, a força de trabalho é apropriada para a acumulação ampliada do capital. Silva (2016, p.54) explica que “a origem da reprodução do capital é a força de trabalho, [e portanto,] as estratégias para o seu controle se tornam importantes para que a dominação do território e a reprodução capitalista sejam concretizadas”.

Desse modo, é preciso considerar também a mobilidade espacial do capital. Percebe-se que este segue os seus interesses de reprodução. Ao se tratar do agronegócio canavieiro três elementos se destacam: os incentivos fiscais, as amenidades do trabalho e a disponibilidade hídrica. Tal qual muito parecido ocorreu no processo de apropriação do Cerrado na década de 1970 com o FCO, a presença de importantes bacias hidrográficas no bioma e etc. como elucidado no capítulo anterior.

Para Ferreira (2016, p.90) entre os incentivos fiscais, destacam-se o PRODUZIR e o FOMENTAR que estimularam a migração de empresas, especialmente para o Centro-Sul de Goiás. A autora explica que “esses são os principais exemplos de fundo, crédito e subsídios para a atração dos principais empreendimentos, que hoje estão implantados no estado”. Acrescenta ainda que “as atividades que receberam maiores montantes em investimento fixo e crédito foram as mineradoras e as usinas/destilarias” o que revela o interesse do Estado em atrair e financiar esse tipo de investimento em empreendimentos privados, pautados no discurso da geração de emprego (FERREIRA, 2016, p.119).

Desse modo, como explica Harvey (2011) o Estado atua como um capitalista à medida que produz condições para que o capital se movimente, quando por exemplo “usa as receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulem o crescimento e gerem mais receitas em impostos”. Tratando-se o capital de “um processo em que o dinheiro é perpetuadamente enviado em busca de mais dinheiro” (HARVEY, 2011, p.41), identifica-se então a mobilidade espacial do capital impulsionada pelos capitalistas que são aqueles que “colocam esse processo em movimento”.

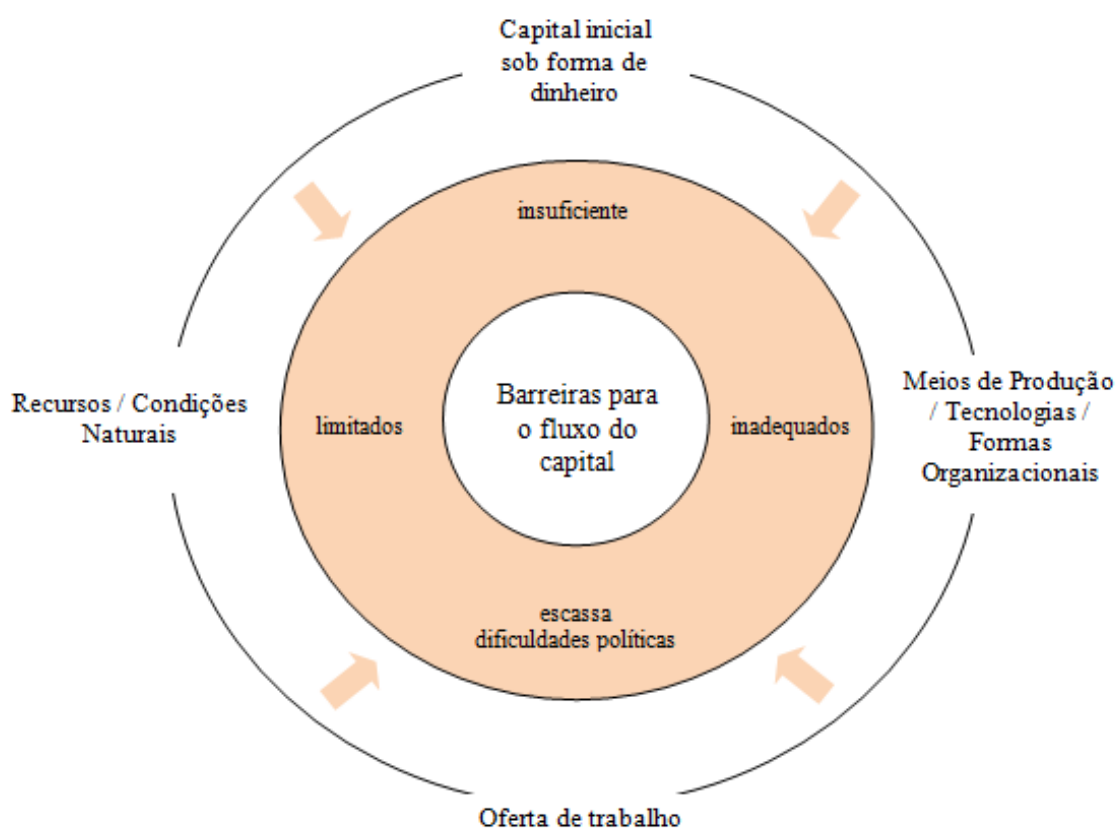
O autor considera então que “a circulação do capital implica também movimento espacial. O dinheiro é reunido em alguma região e levado para um lugar especial para utilizar os recursos de trabalho que vêm de outro lugar” (HARVEY, 2011, p.42). Partindo-se dessa compreensão as amenidades do trabalho e a mão-de-obra barata, constituem-se como fator de atração e, por conseguinte, de migração do capital. Por outro lado, a mobilidade do trabalho, ou da mão-de-obra, apresenta-se como fator de exploração, que acompanha esse movimento. Rigotto (2003) explica que:

Há fortes indícios de uma tendência seletiva na localização socioespacial dos processos produtivos. [...] Aqueles processos mais consumidores de recursos naturais, mais geradores de poluentes e que se caracterizam por processos de trabalho mais insalubres e perigosos – a “indústria suja” – tenderiam a se localizar em alguns locais: os que apresentem legislações ambientais e trabalhistas menos rigorosas;[...] em que a população e os trabalhadores estejam fragilizados pelas precárias condições de vida e dispostos a “aceitar qualquer coisa” em troca de uma fonte de renda; em que a sociedade civil não esteja suficientemente informada e organizada para defender seus interesses. (RIGOTTO, 2003, p. 273).

Entendendo o agronegócio canavieiro como uma “indústria suja” – e não como produtor de energia limpa, como se quer parecer; conclui-se que sua territorialização se dá apoiada pelo Estado - que assume uma postura capitalista e pela oferta de recursos naturais e humanos, de modo que o capital se move de acordo com esses aspectos e com a ausência de uma fiscalização eficaz.

Assim, a disponibilidade hídrica, aparece também como fator preponderante. Sendo novamente necessário lembrar sobre a colaboração teórico-político-ideológica de Thomaz Júnior (2010) ao evidenciar o conceito de agrohidronegócio. Para Harvey (2011) o fluxo do capital por meio da produção depende de alguns fatores que garantem que o mesmo seja reproduzido, conforme evidenciado a seguir:

**FIGURA 37 - BARREIRAS POTENCIAIS À ACUMULAÇÃO DO CAPITAL**



Fonte: HARVEY (2011, p.46)

Adaptação: A autora(2017).

Elaboração: A autora (2017).

O autor (2011, p. 46) analisa que “o exame do fluxo de capital por meio da produção revela barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido”. Desse modo, no intuito de superar essas barreiras, as estratégias de acumulação são reinventadas evitando-se assim a crise do capitalismo enquanto hegemonia. Como bem esclarece Mendonça (2009)

[...] diante da crise capitalista o próprio movimento do capital aponta as alternativas que podem assegurar a sua longevidade, destacando-se a gradativa substituição dos combustíveis fósseis e a ampliação de fontes energéticas renováveis capazes de assegurar o bem estar às condições de produção e reprodução. [...] Contudo, sendo o capital uma relação social, a sua crise, por natureza contraditória, só podendo ser apreendida a partir do seu par dialético, o trabalho. Assim, a crise do capital na contemporaneidade é também a crise do trabalho, portanto, dos movimentos sindicais e sociais. (MENDONÇA, 2009, p. 1,2).

Em trabalho de campo realizado na Usina Jalles Machado em Goianésia, identificou-se que a empresa conta com trabalhadores fixos e trabalhadores safristas – que trabalham de abril a novembro. Ao todo, são cerca de 3000 trabalhadores. Em linhas gerais, os trabalhadores da parte operacional (figura 37) são do próprio município; os trabalhadores da parte de gestão são oriundos da região Sul e Sudeste e os safristas são trabalhadores do próprio município e das regiões Norte e Nordeste do país. Realidade muito semelhante pôde ser observada em trabalho de campo realizado no sul do estado, na SJC Bioenergia, em Quirinópolis-GO.

**FIGURA 38 - TRABALHADOR NA UNIDADE DE PROCESSAMENTO DA USINA JALLES MACHADO**



Fonte: Trabalho de Campo (2016).

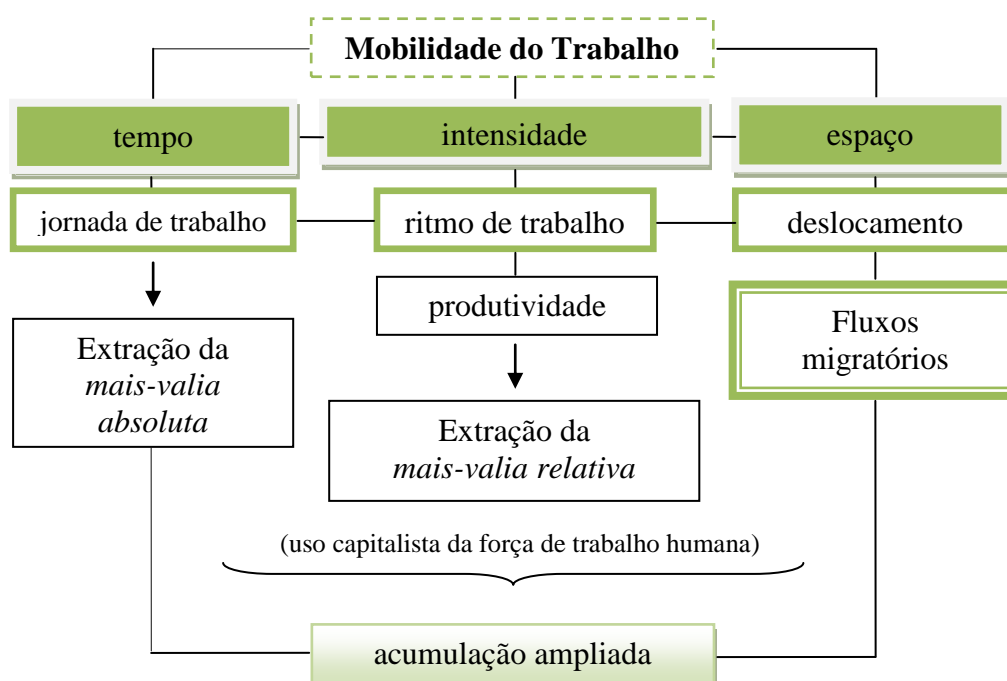
Autora: A autora (2016).

A usina Jalles Machado, como já mencionado, possui colheita 100% mecanizada. De acordo com os representantes da usina, no processo de mecanização, os trabalhadores do corte de cana foram empregados na indústria, na extração de látex nas propriedades da Usina e outros.

Para Oliveira (2014b) o mercado de trabalho do setor canavieiro é caracterizado pela forte presença de migrantes, principalmente nas atividades como o corte de cana. Desse modo, o mesmo entende que, como esses sujeitos compõem a maior parte de empregados agrícolas do país e frente à expansão do número de trabalhadores junto à expansão canavieira e a extinção de cargos, como a do corte manual, a partir da mecanização, torna-se importante, a análise sobre a mobilidade espacial desses trabalhadores.

Ao se tratar da mobilidade espacial do trabalho Gaudemar (1977) *apud* Perpétua e Thomaz Júnior (2015) explicam que o processo de acumulação ampliada do capitalismo se dá em três dimensões: temporal, intensidade e espacial, conforme esquematizado a seguir.

FIGURA 39 - MAPA CONCEITUAL: MOBILIDADE DO TRABALHO



Fonte: GAUDEMAR (1977); PERPÉTUA E THOMAZ JÚNIOR (2015).

Elaboração: A autora (2016).

Na dimensão temporal considera-se a jornada de trabalho e os baixos salários que, por conseguinte, permitem a extração da *mais-valia absoluta*. A dimensão da intensidade diz

respeito ao ritmo de trabalho e a produtividade, que corrobora na extração da *mais-valia relativa*; nesse contexto, ainda que não haja alterações na jornada de trabalho, por meio de técnicas e tecnologias a produtividade é induzida, gerando de mesmo modo o uso capitalista da força de trabalho humana para a acumulação ampliada do capital.

Como bem analisa Bernardes (2013) a fronteira de expansão do etanol, que é territorial, envolve a dimensão do conflito, e, por conseguinte, dos problemas sociais, os mecanismos de controle do trabalho e a extração da *mais-valia*; de modo que muitas vezes os atores envolvidos no processo utilizam de estratégias de acumulação primitiva, para a reprodução ampliada do capital. A reprodução ampliada como analisa Luxemburg (1970, p.81) “é fundamental para a economia capitalista, mais do que para qualquer outra”. Seu caráter acumulativo o garante, por meio da finalidade produtiva do capital, resultante da apropriação da *mais-valia* por ele mesmo produzida. Por isso, trata-se de uma constante.

Ao que se refere a dimensão espacial, ou a mobilidade espacial do trabalho, Perpétua e Thomaz Júnior, percebem que há que se considerar as primeira e segunda dimensões, como formas de exploração do capitalismo. Os autores elucidam que:

A mobilidade espacial da força de trabalho, revela-se, [...] fortemente vinculada ao padrão de desenvolvimento espacial necessariamente desigual que se processa sob a égide do capitalismo, especialmente em países periféricos como o Brasil, a medida que tal desigualdade, significa diferenciação de níveis de emprego, renda, em suma, das condições de vida dos trabalhadores entre os diferentes espaços regionais (PERPÉTUA E THOMAZ JÚNIOR, 2015, p.06)

Tal realidade é evidenciada ao se analisar as origens e trajetórias dos cortadores de cana-de-açúcar, no contexto das desigualdades regionais do Brasil. Quanto à mobilidade espacial desses trabalhadores e trabalhadoras, percebe-se que essa perpassa as condições de trabalho caracterizadas por um intenso ritmo de trabalho para se atingir a produtividade almejada, o que configura a precarização do trabalho. Tudo isso, deve ser visto por dentro da ótica de acumulação ampliada do capital, à medida que essas condições e relações de trabalho são inerentes ao modelo que se reproduz a partir da apropriação da *mais-valia*. Todavia, é importante compreender que

[...] esses trabalhadores não se reduzem a um lugar de passividade, conformismo, imobilismo frente ao sistema de exploração e dominação que estão envolvidos, mas se constituem enquanto sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir de seu campo de possibilidades (MENEZES, 2011, p.58).

Desta feita, é preciso desvelar o mito da espontaneidade e identificar os efeitos perversos da migração. Estudando-se as trajetórias desses sujeitos, de suas origens à suas

atuais condições, pautando-se suas conquistas demandas e desafios, sendo essa uma importante agenda de pesquisa. O próximo tópico, se dedicará à identificar alguns aspectos importantes das trajetórias desses sujeitos.

#### 4.2TRAJETÓRIAS E PERFIL DOS TRABALHADORES CORTADORES DE CANA NO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

No direcionamento da leitura sobre a trajetória e perfil dos trabalhadores, entendeu-se importante considerar os estudos de Maria Aparecida Moraes Silva, referente pesquisadora acerca do tema no Brasil que aprofunda a análise à esse respeito. Moraes (1999) adotou em uma de suas principais obras (*Errantes do Fim do Século*) o método da *História Oral de Vida*, enquanto estratégia qualitativa de investigação. Sobre isso, Silva e Barros (2010) afirmam que:

Quem conta uma história, faz necessariamente apelo a sua memória e a trabalha para dar inteligibilidade à experiência e para ressignificar o vivido, conferindo-lhe uma logicidade que constrói, organiza e justifica seu ponto de vista. Ao relatar sua história de vida, o narrador concatena parte dos fatos e eventos que a constituíram de acordo com a situação e com as relações que ocorrem durante a própria narrativa. No entanto, nem sempre tal processo é consciente, ele contém continuamente dimensões que escapam ao próprio narrador. A memória é processual e situada, ela vai construindo-se e desenhando sentidos (sempre parcelares) na relação que estabelece entre experiência passada, presente e projeção de futuro (desejo) e, igualmente, com a subjetividade daquele que escuta, num processo dialético entre a subjetividade do ouvinte e a do narrador. (SILVA; BARROS, 2010, p.69).

Assim, entende-se que as histórias não são lineares, ou não seguem uma sequência evolutiva. Bourdieu (2000) atenta-se a importância de se superar o posicionamento linear e unilateral e considerarem-se as trajetórias. Além disso, logo percebe-se que as narrativas sempre estão ligadas a outras experiências de modo, a se complementarem em suas singularidades.

Elegeu-se aqui, portanto, algumas trajetórias as quais foram consideradas importantes o conhecimento sobre suas experiências para compreensão do fenômeno. Desta feita, ainda que se tenha adotado, recortes temáticos, diferente da História Oral temática ou Tradição Oral - muito próximas dos estudos etnográficos – como explicam Barros e Silva (2010) – priorizou-se o gênero da História Oral de Vida, por entender que esse método “é o retrato de uma pessoa cuja trajetória é significativa para a compreensão de eventos, períodos e de práticas culturais e históricas, cuja trajetória é registrada e analisada num esforço para deslindar interações entre percursos individuais e processos coletivos.” (BARROS;SILVA, 2010, p.71).Os próximos subtópicos apresentarão elementos importantes dessas narrativas, para se compreender o processo de mobilidade espacial do trabalho na região.

#### 4.2.1 – A Pastoral do migrante: a chegada dos trabalhadores

Algumas organizações e movimentos sociais cumprem papel importante no enfrentamento dos desafios impostos pelos efeitos do capitalismo. Sendo os efeitos da migração um desses desafios, destaca-se nesse sentido, a ação da Pastoral do Migrante. Segundo dados institucionais da Pastoral, o serviço teve por inspiração a campanha da fraternidade de 1980, o qual teve por tema a mobilidade, adotando como indagação “*Para onde Vais?*”.

O serviço da Pastoral do Migrante é oficialmente criado então em 1986, seguido da anual comemoração do Dia do Migrante e da Semana do Migrante. A Pastoral é criada associada à Pastoral Social e tem por objetivo, a organização de migrantes e imigrantes em escalas locais e nacional, reconhecendo o drama vivido por esses sujeitos pela imposição da mobilidade e seus efeitos para suas vidas.

Como esclarecem, pela complexidade do fenômeno migratório, os sujeitos sociais envolvidos e contemplados pelas ações da Pastoral são, não somente os trabalhadores migrantes, mas também suas respectivas famílias. A Pastoral atua portanto na promoção da defesa desses sujeitos e sua organização; considerando-se a acolhida, o combate ao que chamam de migração forçada, a luta pela terra – vale-se destacar o papel e as ações da CPT junto à pastoral, as políticas agrícolas, as lutas contra as situações indignas de trabalho e moradia, a fiscalização contra o trabalho escravo, o preconceito, a discriminação, a alfabetização, e etc. “*Em resumo, luta por uma cidadania plena, universal, na qual os migrantes sejam tratados com igualdade na diferença*”.

Em entrevista realizada por Costa (2016) com coordenadores da Pastoral – a mesma disponibilizada na página virtual da Arquidiocese de Goiânia – identifica-se alguns desses efeitos da *migração forçada*. Nota-se que muitas vezes os migrantes encontram-se em situações materiais e psicológicas degradantes e que o fluxo migratório é identificado tanto na entrada, quanto na saída de sujeitos do estado de Goiás.

Nesse sentido a entrevista é elucidativa quanto às ações da Pastoral junto a esses sujeitos. São realizadas atividades de acolhimento, orientação e encaminhamentos, conforme as demandas dos migrantes – sejam emprego, moradia e etc. Busca-se a inserção desses sujeitos na comunidade local e a defesa de sua dignidade. Identifica-se que um dos principais desafios da Pastoral é quanto ao local de acolhimento dos migrantes e a ausência de pessoas voluntárias para somar no atendimento.

Partindo-se desse entendimento, buscou-se o contato de representantes locais para elucidar o papel da Pastoral do Migrante no recorte espacial da pesquisa. O contato foi realizado por meio da população local. Na sondagem de campo ocorrida em 2015 identificou-se nas falas dos moradores da região do chamado Vale São Patrício, alguns nomes que contribuíram na ação da Pastoral, quando se re-intensificou o fluxo migratório de cortadores de cana-de-açúcar nesse espaço – especialmente a partir do início do século 21 e sobretudo após a implementação do PNA.

Atualmente a articulação da Pastoral do Migrante, voltada especificamente aos trabalhadores do corte de cana, não existe mais. No entanto, sua trajetória revela muito sobre a realidade atual e sobre desafios do setor que ainda precisam ser enfrentados. A partir de orientações da população local, buscou-se, portanto a Paróquia da Igreja Matriz de qual município? que poderia encaminhar o contato com esses sujeitos que compuseram esse processo de acolhimento dos migrantes. Não houve resistência nesse contato e toda a solidariedade à pesquisa indicava a um nome: o padre. Optou-se aqui por não identificar os sujeitos colaboradores da pesquisa, por essa razão serão denominados por seus respectivos ofícios ou atividades.

Em 2016, na realização do campo, efetivamente, após a aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa, foi contatada então uma comerciante que trabalhou junto à paróquia na ação da Pastoral do Migrante. A entrevista ocorreu em seu próprio estabelecimento comercial (atual ambiente de trabalho), seguindo ao método da História Oral de Vida. A narrativa teve início com a seguinte fala “*a melhor pessoa para falar sobre isso é o padre, na época ele tomou frente de tudo... Eu trabalhei um bom tempo na Pastoral, mas ele tem informações e registros importantes*”.

Tal fala direcionou à importante trajetória a ser compreendida. Além disso, durante sua narrativa, foram pontuados aspectos relacionando a chegada dos migrantes e o comércio, que induziu à realização de entrevistas com outros comerciantes, como amostra da população local para a análise do processo. Ao longo da narrativa além do papel da Pastoral do Migrante, vários pontos foram ressaltados no que diz respeito aos efeitos do agronegócio canavieiro (discutidos no capítulo anterior).

A partir de sua experiência, identificou-se que os trabalhadores, a princípio chegaram sozinhos sem seus familiares. Eram homens da região Nordeste do país, oriundos de estados como Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Alagoas e Pernambuco. Posteriormente vieram trabalhadores maranhenses. Enfrentaram problemas quanto ao endividamento e se viam

ameaçados e submetidos ao chamado “gato” nome que designava os agenciadores que os traziam de seus respectivos locais de origem.

De acordo com seu relato, esses sujeitos enfrentaram vários problemas, desde a moradia ao preconceito da população local. A comerciante afirma “*se havia algum caso de estupro na cidade, algum problema com drogas, ou qualquer coisa de ruim, logo se atribuía culpa à eles. A população local tinha muito preconceito!*”.

A Pastoral, portanto, além de se desdobrar no desenvolvimento de ações para o acolhimento dessas pessoas, cumpria também o papel de sensibilização da comunidade local, no sentido de juntos acolherem esses sujeitos, de modo a inseri-los nos espaços de sociabilidade dos municípios sob zona de influência das usinas de Carmo do Rio Verde e Itapuranga.

A comerciante relata que no começo as estratégias para isso eram festas, jantares e afins, partindo da realidade dos migrantes, com comidas típicas, danças, músicas, ou outras formas de se valorizar a cultura nordestina. Com a mudança de alguns integrantes da pastoral, mudaram-se também essas estratégias, o que acabou por enfraquecer a organização. Cabe destacar que todos esses encontros, reuniões e etc não priorizavam o caráter religioso, mas tinham por objetivo a sociabilidade em si – sendo esse o mote do trabalho da Pastoral. O que pode ser analisado pelo *modus operandi* também adotado pela CPT.

Para a comerciante ao longo dos anos e por meio de muita luta, essa população chegante foi se adaptando e a população local foi se “*acostumando com os migrantes*”. Parte deles voltou para seus lugares de origem para buscarem suas famílias; outros constituíram nova família no estado de Goiás. O agrônomo da região relata “*hoje você pode perceber nas ruas a influência da cultura da cana. Exemplo disso é o nosso carnaval, quem trouxe o carnaval de rua pra cá foram os nordestinos*”.

Por meio do método de investigação de história oral de vida, o relato sobre a trajetória do Padre – na época coordenador da Pastoral do Migrante, possibilitou esmiuçar esse processo em parte da região estudada. O diálogo foi realizado em sua casa durante toda uma tarde. Sua narrativa acompanhou detalhes de sua trajetória. O padre, imigrante francês, contou sobre sua história de mobilidade durante a Segunda Guerra Mundial, quando criança, perpassando pela seus caminhos no Brasil na fase adulta, até chegar ao Vale do São Patrício – pertencente a região estudada. Hoje residente no município de Uruana, o mesmo relata:

*Quando começou a pastoral do migrante aqui, [...] começou principalmente em Carmo, depois foi se expandindo para outros lugares. O que provocou a pastoral do migrante foram os migrantes da cana. [...] Bom, os trabalhadores da cana são migrantes, vêm do Nordeste para o Centro-Oeste porque no Nordeste a vida estava*

*difícil. O trabalho! Não conseguiam ganhar a vida! Também a usina da cana veio do Nordeste. Então foi isso, que começou.* (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A usina a qual o padre se refere, trata-se da CRV Industrial. De acordo com a NOVACANA (2016) a usina de açúcar e etanol, situada no município de Carmo do Rio Verde foi adquirida em 2001 pelo grupo Japungu da Paraíba, que possui outras três usinas no Brasil. A usina iniciou suas atividades no ano de 2002, esmagando na primeira safra 190.000 toneladas de cana. As três outras usinas pertencentes ao grupo são a usina COOPER-RUBI no município de Rubiataba – Goiás e as Unidades Agroval e Japungu em Santa Rita – Paraíba.

De acordo com o padre, na chegada dos trabalhadores do corte de cana (para trabalharem na Usina de Carmo do Rio Verde e região, houve muita resistência da população local:

*Os migrantes da cana não estavam realmente acolhidos. No início quando começou a chegar a Carmo, o aluguel das casas subiram. Estavam hospedados aqui e lá. E tinha um hospital que não funciona mais. Então colocaram os migrantes lá dentro. [...] Bom, ficaram lá! Tinha cozinha, tinha coisas, mas estavam amontoados. Não me lembro quantos mas eram 80, 100. Então, bom, foi isso. Esse povo não estava acolhido. Até aqui em Uruana um dia, teve uma moça, uma mulher, não lembro quem, foi estuprada. E quem fez isso? “Foi os canavieiros!” [indicando os comentários da população local]. Mas quando isso aconteceu, foi antes deles chegarem.* (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Como também aludido pela comerciante, os problemas de violência, drogadição, roubo entre outros, eram associados aos migrantes no discurso da população local. A “chegada do desconhecido” provocara na população a desconfiança e a resistência com esses sujeitos, que não encontraram a princípio acolhimento na cidade. No começo, esses trabalhadores ficavam em alojamentos (no referido caso, em um antigo hospital particular da cidade que estava fechado – atualmente uma escola particular). Os alojamentos apresentavam péssimas condições e os aluguéis das casas tinham preços elevados em relação a média para os migrantes.

De acordo com pesquisas realizadas pela CPT (2006) essas condições eram muito comuns, inclusive em outros estados, com municípios com produção de cana-de-açúcar. A cartilha elaborada pela Comissão apresenta que na região dos canaviais é expansiva a presença das chamadas “cidades dormitório”, em que os trabalhadores migrantes se deparam com preços elevados para moradia e alimentação, preços esses diferentes dos cobrados para outros sujeitos. A realidade estudada pela CPT, trata do Estado de São Paulo, no entanto, as condições de moradia precárias, em que vivem os trabalhadores, é centro comum de análise, quando comparado ao centro-norte goiano, em que os trabalhadores também vivem em cortiços, barracos ou “pensões”.

Frente a esse cenário, a diocese, tomou providências para criação da Pastoral, na tentativa de acolher esses sujeitos:

*A diocese já tinha preocupação com os canavieiros. Tinha uma irmã que é de uma congregação que trabalha com os migrantes. Então ela se envolveu muito e veio ajudar aqui na região a desenvolver a Pastoral. Uma vez, não soubemos como fazer para encontrar esse povo, caminhar com eles. Porque eles vinham com a opinião de ganhar dinheiro. E eles saíam para trabalhar às 05h da manhã e voltavam às 04h30min, 05h da tarde, cansados, tomavam banho, comiam e bom, iam dormir porque no dia seguinte se levantavam às 04h da manhã para começar o dia. Então não estava tão fácil encontrar eles. (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

Percebe-se que a intensa rotina de trabalho é uma das características do setor e da atividade especificamente. O que, por conseguinte, traz efeitos à sociabilidade desses sujeitos e à sua saúde. Além disso, o ganho por produtividade provoca nos sujeitos a autocobrança, Silva (2013, p.379) chama atenção ao fato de que “[...] esta imposição põe em questão a reprodução cultural e social destes trabalhadores”. Tal realidade inviabiliza inclusive a sociabilidade entre os migrantes que estão chegando e a população local, provocando a resistência em ambos os lados. O padre explica, que na tentativa de aproximá-los organizou na semana da família, entre tantas missas que ocorriam em toda a cidade, uma missa na rua do alojamento:

*Bom, eu que celebrei a missa. Tinha alguns canavieiros envolvidos. Fomos lá, celebramos a missa na rua. Não tinha tanto movimento. Então celebramos na rua. Bom, não vou dizer que todos vieram. [...] Mas, aconteceu isso. Foi uma ocasião para algumas pessoas conversarem um pouquinho. Não estava fácil, por conta das expectativas. Mas essas conversas fizeram perceber a exploração que tinha. Os que estavam hospedados no hospital tudo bem, mas os que estavam hospedados nas casas o aluguel estava alto. A comida que recebiam da usina não estava tão de qualidade também. Pagavam baixo [a Usina para os trabalhadores]. E depois só alguns, dois ou três se questionaram: “Meu Deus, esse povo é explorador! Como vamos fazer para ajudar eles?” Eu falei devagar: “Não é vocês. Mesmo que eles têm fome, não é vocês que vão dar a eles o de comer. Se eles têm fome vamos procurar como que vamos resolver os problemas deles. Se as condições de salários não são boas, não é você que vai resolver isso. São eles que vão se mobilizar, reivindicar e tudo.”. O paternalismo [pausa] você resolve para o povo, mas depois a situação piora. (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

A realização da celebração na rua do alojamento em que os cortadores de cana estavam hospedados apresentava como propósito a aproximação desses sujeitos com a população local. Tratava-se de uma primeira experiência da Pastoral para o acolhimento dos sujeitos, mas não uma ação direta para o acolhimento em si, já que a Pastoral, após ser melhor estruturada, tinha como propósito que o acolhimento deveria ter caráter ecumênico. Por conseguinte, à medida que os moradores locais, tivessem conhecimento sobre a situação à qual os migrantes se encontravam, a sensibilização da população permitiria ações conjuntas de luta e resistência. E não o enfrentamento entre seus propósitos.

O contato permitido pela celebração expôs os problemas e desafios em que os migrantes estavam submetidos – os preços dos alugueis, os baixos salários, as condições de alimentação, a intensidade da rotina de trabalho e etc.. Por outro lado, provocou, na população local, inquietações sobre os efeitos da territorialização do agronegócio canavieiro: a disponibilidade de terras, as queimadas, o desmatamento, o uso da água que abastece a cidade para a irrigação da cana, o uso de agrotóxicos e etc.

No entanto, é válido destacar a minoria que se encontrava presente na celebração, o que demandava ainda maiores ações, além disso, a sensibilização não alcançou a todos ou despertou na população local, o que o padre chamou de paternalismo o que para ele, não era algo positivo. O padre chama atenção que o propósito da Pastoral é valorizar as potencialidades dos sujeitos e não criar novas relações de poder externas aos sujeitos que impeçam o seu empoderamento.

Após essa missa, as ações da pastoral caminharam no sentido de tentar organizar novos eventos. O padre explica que logo chegou o mês de outubro: “[...] *Eles têm o contrato de abril até outubro e depois vai recomeçar em abril no ano depois. No término, final de outubro, eles iam, voltavam para família no Nordeste*”. O padre explica que pensando nisso:

*Então organizamos uma noite, um jantar, chamamos alguém para fazer animação, cantar [pausa] tudo bem! Foi organizado. Bem, “Onde vamos organizar isso? Bom, no salão da paróquia”. O alojamento estava lá na rua Tocantins, no antigo hospital e aqui [acenando] o salão paroquial, perto. Bom, tudo bem! Fomos convidar e tudo e este dia, convidamos 7h, 7h30min. Chegou a hora. Ninguém! Ninguém! Mas como que eles iam vir para o salão da paróquia? Não é o lugar! Bom, de repente, chegou cinco, seis. Então, não sei, não me lembro bem como foi isso, se alguém foi lá chamar como foi, ao final tinha pelo menos oitenta. E fizeram a festa. Fizeram a festa! (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

Para o padre essa seria mais uma estratégia de aproximação e acolhimento. A celebração de “*despedida*” representaria um recado de “*boas-vindas*” para a próxima safra. Mas em sua leitura, o local em que fora organizado o evento, deveria ser repensado, justamente pelo cunho religioso que ali representava. Percebe-se como a função do espaço e sua forma correspondente, constitui-se enquanto fator de influência nas relações socioespaciais.

Para Santos (1985) o papel desempenhado pelo objeto criado – a função, apresenta uma dimensão visível – a forma. Pensando nisso, organizar o evento no salão paroquial poderia provocar uma dimensão simbólica, que não corresponderia a cultura dos migrantes, provocando a resistência dos sujeitos frente à proposta da Pastoral. Ainda assim, houve um

público considerável. O padre afirma que “*fizeram a festa, esperando eles voltarem*” dos seus lugares de origem.

*Mas no mês de abril, não foram os mesmos que vieram. Foram outros. Então é difícil organizar uma Pastoral. Porque, mudam e tudo. Bom, então, quando veio os outros, foi dito: “precisamos acolher, ver como vamos acolhê-los”. Então tivemos um pequeno trabalho pra isso. E todos os anos tem a semana do migrante nacional. E bom, aconteceu a semana do migrante e fizemos a mesma coisa que antes. Mas ao invés de ser no salão da paróquia, fizemos quase na frente do antigo hospital, onde eles estavam hospedados. Tinha o sindicato dos trabalhadores rurais, então eles têm um pequeno espaço lá na frente. “Vamos fazer a festa lá!”. Bom, foi organizado [...] Não foi ninguém, de novo. Depois, chegaram quatorze de novo, no vai e vem, mas ao final, não sei, encontramos lá mais de cinquenta e fizemos a festa. (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

Observa-se que nessa experiência de “*boas vindas*” o público foi menor, ainda que o espaço não tenha sido o da paróquia. Entretanto, faz-se importante lembrar que a acolhida desses sujeitos começara novamente, à medida que não eram os mesmos trabalhadores. A esse respeito Silva (2013) explica que:

As empresas têm remanejado os trabalhadores, segundo os seus interesses e as novas formas de gestão adotadas. Assim, têm ocorrido situações em que os trabalhadores são contratados na matriz da empresa em uma localidade e, em seguida, enviados a outras usinas situadas em outros municípios, ou até mesmo em outros estados. Tal situação gera insegurança principalmente no caso daqueles cujas famílias também migram. (SILVA, 2013, p.384).

Percebe-se que a rotatividade dos trabalhadores na usina, apresenta-se como estratégia dos atores hegemônicos do agronegócio canavieiro, para impedir a organização dos trabalhadores. Silva (2013) explica que as unidades de processamento contratam esses trabalhadores e os remaneja segundo seus interesses e as novas formas de gestão adotadas. Constituía-se então, mais um desafio para a Pastoral. A partir das experiências de sociabilidade a Pastoral foi então crescendo e atuando junto à luta dos trabalhadores - aproximadamente nos anos 2006, 2007:

*Começou a se ter mais conhecimento do que podia ser a Pastoral, o que podia fazer e não fazer. E aconteceu várias coisas! No início, os que vinham trabalhar na usina, vinham com o que chamamos de um gato. Um gato, é alguém que vai lá no Nordeste e diz “Você não vem trabalhar na cana? Bom você, me dá (não sei) 30 reais, 50 reais e eu vou organizar pra você ir lá”. [...] Deu muito problema; Deu muito problema! E foi proibido. Então, acabou essa coisa de gato. Bom, foi um passo bom, porque esses gatos, aconteceu uma coisa que, um gato foi buscar o ônibus que estava com 40 pessoas lá no Nordeste, para a usina [...] Quando eles chegaram a usina não quis empregar eles. “Não queremos vocês! Tem que voltar!” Mas como voltar? Não tinham nada. O pouco dinheiro que tinham gastaram para vir, Não tinham nada! A usina obrigou cada um a fazer uma visita médica. Encontrar o médico. E disseram: “Não! Não empregamos vocês”. E aconteceu. Eu não estava aqui. Estava no hospital em Goiânia. E aqui em Uruana, em uma casa quase em frente do hospital [alojamento da CRV], na esquina lá. Bem, um lugar ruim. Chovia*

*dentro e 30 homens lá dentro. Foram 3 dias sem comer. Então, um dia uma pessoa ligou a [...] um rapaz que hoje ele está professor lá na Amazônia. Mas nessa época ele trabalhava no posto de saúde aqui. Ele estava envolvido na Pastoral do Migrante. Então alguém ligou para ele: “Você sabe que tem 30 canavieiros, que já faz 3 dias, que não tem a comer, não tem nada. Uma situação horrível, precisa ir lá ver!” Bom, então ele ficou: “Como que eu faço?” Ele ligou a uma pessoa: “precisamos ver o que vamos fazer. Precisamos ir lá ver o que vai acontecer com eles.” Então, terminou o seu trabalho lá no posto e foi com outras pessoas lá ver a situação. Todos desesperados, sem comer, em lugar de chuva, tudo! Isso era janeiro. Então ele disse: “bom, não precisa discutir qualquer coisa. O que precisa é buscar o que comer”. Então bom, ligaram um para outro, os comerciantes ajudaram bastante. E fizeram a comida e trouxeram a comida. Quando o povo viu chegar a comida. Ahhh... então comeram. [...] Nessa época tinha um promotor que estava aqui. Foram até o promotor e disse: “você sabe da história que está aqui perto”. “Não, não sei... Que que é? Como é? O que vamos fazer?” Então ele disse “bom, eu vou agitar o ministério do trabalho”. Então ligaram a Goiânia, dizendo ao ministério do trabalho a situação que estava se passando aqui e o ministério do trabalho respondeu assim: “sim, tá tudo bem! Mas não temos carro para ir lá”. Então disse: “ah, é só isso que falta? Eu vou mandar dois carros para você”. Então, veio uma mulher que trabalhava lá no ministério do trabalho e que fazia um trabalho bom, competente. Então ela veio e foi na usina, para dizer: “não me importa quem trouxe eles, você vai empregar eles. Porque alguém trouxe e vocês devem acolher”. Então [lá] não tinha como. Então ela disse algo: “tem uma usina, a mesma empresa que aqui; lá tem um alojamento razoável. Então vão trabalhar lá”. Então transferiram. [...] Foi um trabalho interessante da Pastoral, porque o povo assumiu a coisa. (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

No episódio relatado, assim como ainda é hoje, os trabalhadores trabalhavam para uma determinada usina situada em um município e ficavam hospedados em municípios vizinhos que produziam cana. Havia, portanto, trabalhadores, não somente no município de Uruana que encontravam-se nessa situação, mas também em outros municípios.

A figura do “gato” representa grande problema aos trabalhadores. Nesse contexto são criadas expectativas sobre as possibilidades diante da migração e a realidade encontrada no ato da mobilidade é muito diferente da esperada pelos sujeitos. Muitas vezes, esses se veem obrigados a pagar inclusive seus próprios instrumentos de trabalho: luvas, podões, botas e etc., equipamentos de proteção individual e ferramentas que deveriam ser fornecidos pela usina.

Segundo a CPT (2006) esses agenciadores também chamados de “turmeiros” muitas vezes são também os donos dos veículos – caminhões e ônibus, que realizam o transporte de forma clandestina, denominado por eles de excursão. Silva (2013) analisa que ao necessitar pedir dinheiro emprestado ao “gato”, o trabalhador migra endividado, o que pode representar o início da submissão à esse agente, levando esses sujeitos à enfrentarem situações de trabalho degradante ou até mesmo à escravidão por dívida. Sendo impossibilitados de ganhar um

excedente para além do saldo e, por conseguinte, comprometendo seu retorno ao local de origem. Frente ao episódio, o padre acrescenta que:

*[...] depois de tudo isso a coisa mudou, porque depois disso, as usinas não queriam mais que o gato trouxesse o povo. [...] Porque no início, bom, era um gato que ia buscar eles. Os trabalhadores vinham sozinhos. A família ficava no Nordeste. E como a usina não queria mais mexer com o gato, bom, eles continuaram na área a trabalhar, mas trouxeram a família e como trouxeram a família não dava de ser alojados como no hospital, então procuraram assim casas a alugar e se organizaram. [...] As vezes, estavam duas, três famílias no mesmo lugar mas, se organizaram assim. Então a situação mudou bastante porque eles se organizaram para viver aqui, não foi como antes que ficavam aqui [no período da safra]. Então a relação da Pastoral foi diferente. Talvez as mulheres se envolveram mais. Mas as mulheres se envolvendo os maridos estavam envolvidos também. (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

Especialmente a partir desse período, ano de 2008, os trabalhadores passaram a trazer suas respectivas famílias. Conforme informações levantadas em pesquisa de campo (2016), a princípio as mulheres começaram a trabalhar na própria safra, no plantio e como catadoras de bitucas: nome que designa os resquícios da cana deixado após a colheita. No entanto, conforme relatos obtidos no sindicato de trabalhadores rurais, pela população local e pelos próprios migrantes, começaram a haver problemas com a presença das mulheres nos canaviais, entre esses violência contra as mulheres.

Silva (2013) já chamava atenção para esses rearranjos do mercado de trabalho e a divisão sexual do trabalho. Ao passo que essas mulheres foram se adaptando ao município para o qual migraram, as mesmas foram se inserindo em outros espaços, sobretudo na atividade doméstica. De acordo com o ritmo que essas famílias se adaptavam ao município e a Pastoral e suas ações se fortaleciam, os enfrentamentos desses trabalhadores também cresciam, como efeito da sua própria organização.

Pôde-se observar que a presença da família na migração, fora preponderante para que os trabalhadores se adaptassem melhor ao novo espaço e para que pudessem se organizar. Oliveira (2014b) chama atenção ao fato de que o apoio familiar, apresenta-se como elemento importante na mobilidade espacial e como elemento de motivação. “Seja como membro do núcleo familiar dos pais, seja enquanto parte de um novo núcleo, vinculado à esposa e aos filhos, destacam-se a importância dos arranjos e estratégias familiares nos deslocamentos dos trabalhadores do corte de cana” (OLIVEIRA, 2014b, p. 383).

Para o autor, ao estudar a realidade do estado de São Paulo, fica evidente o papel da família nas estratégias, intenções e motivações da migração. Desse modo, entende-se que a mobilidade, nas diferentes modalidades de arranjos é coletiva. Conforme o autor conclui

(2014, p. 384) “definitivamente, essa mobilidade não é individual no sentido da decisão e efetivação, mesmo quando apenas um dos membros dirige-se às regiões produtoras”.

O autor acrescenta também como motivações à mobilidade as “dificuldades para conseguir trabalho nas áreas de origem, apoio às pobres atividades agrícolas desenvolvidas também nessas regiões e estratégia para determinados objetivos específicos” (2014, p.381). Além do desemprego, destaca-se também a dificuldade de acesso às melhorias técnicas, a crédito e outros.

A família na visão Pastoral, como unidade comum que cumpre importante papel para a organização dos sujeitos, e todas as suas necessidades, constitui-se enquanto motivação para a mobilidade. Lembrando-se que motivação e causa são distintos. Oliveira (2014b, p.382) explica que “as motivações se referem à ação individual frente aos constrangimentos impostos pelas causas da mobilidade espacial, relacionados às dimensões estruturais”. Diante disso e ainda sobre o papel e as estratégias da Pastoral junto à esses trabalhadores e pensando o coletivo o padre relata:

*Teve várias coisas interessantes que aconteceram. [...] Teve greve forte! Porque tem sempre muitos problemas [...] A irmã de Goiás que coordenava a pastoral, o diretor; o patrão da usina, não podia vê-la, nem ouvir falar dela (risos). Mas fizeram um trabalho bom. Aqui em Uruana aconteceu uma vez uma coisa, que demitiram um grupo, não sei se foram 18, demitiram do trabalho antes de contrato terminar e, bom, a usina demitiu eles, acusaram eles de coisas que não existiam. Até o sindicato de Uruana apoiou a Usina. Foram a polícia... o sindicato assinou. E então, quando soubemos disso, pedimos alguém do sindicato de Goiânia, para que viesse ver a situação. [...] Não queriam vir. Só que bom, ele veio domingo, visitar alguém aqui na região, então segunda de manhã, os trabalhadores e algumas pessoas da Pastoral se encontraram na paróquia para ver o que ia acontecer. E o rapaz de Goiânia, da FETAEG veio conversar com eles. Foi interessante esse encontro; essa conversa. A paróquia organizou o almoço e o promotor se comprometeu a resolver cada um. Um por um. Resolvido! E ao final da tarde, teve um encontro na usina, com alguns, o rapaz da FETAEG, eu não tinha nada a fazer com eles, mas fui também, então, bom; conseguiram um acordo. O trabalho parou, mas eles receberam o que deviam receber. Se não, não iam dar! Bom, todo um tempo assim, a pastoral continuou a ter contato, a algumas coisas. Aconteceu que, a irmã de Goiás - que acompanhava, animava a Pastoral na diocese, mudou. Ela saiu [...] (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

Em 2015, “a irmã que coordenava a Pastoral”, a qual o padre se refere, relatou<sup>19</sup> sobre a greve na usina de Carmo do Rio Verde, a qual ocorreu nos dias 14 e 15 de Agosto de 2007. A coordenadora, como aqui será denominada, explicou sobre o trabalho e a importância da Pastoral, no acolhimento dos migrantes, o apoio às suas *(Re)Existências* e na luta pelos

<sup>19</sup>Grupo de Trabalho II: Precarização e Precariedade do Trabalho; No III Workshop sobre a expansão da Agroindústria Canavieira. Realizado no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, no dia 21 de outubro de 2015.

direitos dos trabalhadores. De acordo com a coordenadora, muitos eram os problemas assistidos nas Usinas da região, em contraposição à uma ausência de fiscalização eficaz. Entre esses problemas destacam-se as condições dos alojamentos, a qualidade da alimentação, os acidentes de trabalho e outros. A então coordenadora apresentou o seguinte relato na ocasião:

[...] Trabalhadores doentes e com atestados médicos recusados pela empresa revivem o drama e o sofrimento da paixão. A usina, ainda, não respeita os direitos dos trabalhadores e os preços mínimos da metragem da cana cortada, conforme estabelecido na convenção coletiva de trabalho da categoria. O sofrimento e a superexploração dos trabalhadores transformam-se em grito. Eles paralisam o seu trabalho e dirigem-se para frente da usina. [...] Encontramos trabalhadores com expressões faciais cansados, fruto de um trabalho exaustivo e profundamente indignados com a exploração a que estavam submetidos e com a omissão de seu órgão de classe. Rostos sofridos de Joéis, Evandros, Vladimires, e outros, com seus corpos jogados ao chão, e ao lado seu podão. Rostos que expressavam desconfiança de quem já foi muito traído e desrespeitado, mas profundamente ansiosos por mãos que estendessem ao seu encontro. Aos poucos vamos no fazendo conhecer, através de um diálogo onde pouco falamos e muito ouvimos. Olhares e palavras firmes vão se trocando, e uma relação de confiança vai se construindo. Trabalhadores vindo da Bahia, e alguns de outros estados Nordestinos, com suas roupas e rostos ainda marcados pelo preto da cana, e com suas cabeças cobertos pelos bonés amarrados, transformados em soldados prontos para a batalha. A indignação se mistura à resistência, e daí brota a liderança. Nos rostos de Edmilsons e Leandros, brilha a luz da coragem e da necessidade da ação coletiva. Mais de uma centena de trabalhadores viram um, sujeito coletivo com objetivo comum. Os podões riscavam ao chão em frente ao portão da usina, que se submeteu ao comando dos trabalhadores. A usina parou, nada entrava, nada saía. O estoque de cana foi-se baixando e os roncões e a fumaça do dragão enfraquecendo, até emudecer-se por completo. Os homens fardados que nos observavam, armados não com podões, mas com cassetetes e fuzis, cresciam em quantidade e movimento. Logo chegou o homem da lei, murmurando palavras desconhecidas, mas claramente intimidadoras. Fizemos contatos, pedindo ajuda, na verdade nossos gritos eram de socorro. Ligações e mais ligações dirigidas às autoridades da delegacia regional do trabalho ecoaram-se à espera que alguém pudesse ouvir. Entre momentos de organização dos trabalhadores e de negociação com os homens de farda, conversas descontraídas, sorrisos e afetos; relações vão sendo construídas e sonhos vão se formando. Chegaram as autoridades da DRT, nos ouvem, demonstram atenção aos problemas e indignações dos trabalhadores e migrantes, que já são nossos também. Para que a negociação acontecesse tivemos que fazer concessões. Os caminhões voltam a transportar a cana para dentro da usina e o dragão volta a roncar e fumaçar. A negociação começa, e os demais trabalhadores migrantes permanecem nos portões da usina, com seus rostos brilhantes pela esperança, mas abatidos pelo cansaço. A negociação é tensa, o dragão usa da mentira e de intimidações, mas os valentes guerreiros levantam-se e enfrentam a fera. Apoiados pelas autoridades da DRT e pela igreja profética e libertadora presente, espada no dragão, Davi vence Golias. Vitória, vitória! A vida brota da paixão. Na coragem dos pequenos o Deus guerreiro se manifesta. A vida vence a morte! Os rostos abatidos pelo cansaço ficam enterrados sobre o brilho e o esplendor dos sorrisos de quem viveu a experiência da ressurreição. A celebração da vitória inicia-se no campo de batalha, já ao cair da noite, estendendo-se ao alojamento dos trabalhadores migrantes. Em meio à alegria da vida que renasce da luta, trabalhadores e comunidade oram juntos e agradecem ao

Deus guerreiro, à libertação alcançada! (Representante da Pastoral do Migrante, 2016)<sup>20</sup>.

Como observado no texto referente à greve ocorrida na usina CRV Industrial no ano de 2007 muitos ainda eram/são os problemas a serem superados em algumas empresas do setor canavieiro: o respeito aos seus direitos, as condições de trabalho, além dos desafios impostos pela própria migração, que, sobretudo com a presença do gato, apresentava-se como fator motriz da exploração dos trabalhadores.

A então coordenadora esclarece, como também identificado em entrevistas realizadas com trabalhadores e com sindicatos, que a maioria desses sujeitos que se dedicam ao corte de cana são analfabetos, ou semianalfabetos. Desse modo, a Pastoral cumpria também o papel de mediar a interpretação das cartilhas elaboradas na mencionada “convenção coletiva de trabalho da categoria” que pontua os direitos desses trabalhadores. Menciona também, como relatado pelo padre, ter sofrido ameaças de poderes locais do setor. Por conseguinte, mudou-se da região, o que em certa medida, provocou efeitos para Pastoral do Migrante:

*Ela saiu [...] E veio uma outra irmã de uma outra congregação, para assumir, acompanhar a Pastoral. Ela não tinha a experiência de verdade. Eu me lembro que ela veio aqui um dia, com um rapaz [...] e (risos) ela disse: “eu venho para vocês me ajudarem a fazer uma programação do trabalho [...]”. Eu escutei. Mas eu disse: “mas, você vai fazer uma programação? Programação de quê? Você não conhece ninguém. Você não sabe nada da situação. E você quer fazer uma programação? O que você devia fazer é que este primeiro ano, você não vai fazer nada se não, contatar as famílias, o povo, tentar saber o que já foi feito, qual é a situação, coisas assim. Agora, daqui a um ano se você quer, aí vê o que vai fazer”. Não é isso que ela esperava. E o rapaz [...] disse: “[...] eu concordo, como que você vai fazer uma programação? Você deve procurar conhecer”. Bom, então está bom! Elas eram duas, porque tinha uma outra da congregação para ela não ficar sozinha e foi decidido, que precisavam procurar uma casa para ela e iam ficar a Uruana. Porque, aqui, Carmo, tudo isso, essa região que tem mais presença de migrantes. Migrantes da cana. Bom, então, chegaram, se hospedaram lá na rua Tocantins. [...] Aconteceu aí as coisas. Aqui também na paróquia aconteceu que, quem era pároco [...], não entendia nada também da Pastoral, não quis entender também. Então entrou em conflito com as irmãs. [...] O que nós tentávamos antes era de não fazer para eles, eles fazerem [os cortadores de cana]. “Vocês vão fazer e nós vamos apoiar!” Depois de tudo isso, não sei quê que aconteceu porque, elas deixaram Carmo a irmã que tratava da Pastoral foi lá ao Sul, a outra não sei se foi a Brasília. Eu não sabia disso. E um dia a Goiás, tinha uma missa, pela morte de D. Tomás (2014), e eu queria ir, [...] então, eu mandei uma mensagem a irmã, a saber se ela ia na missa. E quando eu tive a resposta: “Eu não estou mais a Carmo. Eu estou ao*

<sup>20</sup>Texto elaborado por: Igreja de Goiás, Pastoral do Migrante, Comissão Pastoral da Terra, Comunidade Paroquial de Carmo do Rio Verde, 2007. Apresentado pela representante (coordenadora) da Pastoral do Migrante, no Grupo de Trabalho II: Precarização e Precariedade do Trabalho; No III Workshop sobre a expansão da Agroindústria Canavieira. Realizado no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. No dia 21 de outubro de 2015.

*Sul!” e eu não sabia disso. Bom, então hoje a pastoral... (emocionado) tem nada! Não tem mais nada! (PESQUISA DE CAMPO, 2016).*

Como pôde-se observar ao longo do relato do padre, as ações da Pastoral do Migrante se deram a partir da construção de experiências. A mudança abrupta na coordenação ocasionou o desmonte das estratégias construídas e a falta de envolvimento de alguns participantes.

Conforme relatado, grande parte desses migrantes passou a morar nos municípios em que trabalham. Muitos buscando suas famílias no Nordeste, outros, oriundos de trajetórias no setor em outros estados como São Paulo e Minas Gerais constituindo família e amizades em Goiás, havendo inclusive caso de união conjugal entre colaboradora da Pastoral e trabalhador do corte-de-cana. Aqueles que estão no estado, ou na região há mais tempo, relatam a importância da Pastoral na luta por seus direitos e no processo de adaptação aos municípios, como Uruana, Itapuranga, Carmo do Rio Verde. Esses temas serão abordados a seguir e no próximo capítulo. Há que se destacar também além dos problemas aqui apresentados, o processo de terceirização, bem como a crescente mecanização das operações agrícolas.

Antes, cabe considerar que os desafios ainda estão postos e a luta não se cessa. A Pastoral do Migrante, importante organização, atuou e muito contribuiu no enfrentamento da realidade imposta a esses sujeitos sociais, no recorte espacial estudado e em outras regiões do estado e do país. Mas evidentemente, apesar da sonoridade, as ações da Pastoral não foram/são suficientes para equacionar os problemas ainda existentes e impostos à esses trabalhadores migrantes.

#### **4.2.2 – Os sujeitos da pesquisa: relatos de trabalhadores**

Além do padre que coordenou a Pastoral do Migrante - no período em que intensificou-se a chegada dos migrantes na região estudada, houve diálogo com um contingente de trabalhadores do corte de cana, que revelaram aspectos qualitativos acerca dos efeitos do agronegócio canavieiro no centro-norte goiano. As entrevistas foram realizadas em julho de 2015, outubro e novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Os mesmos foram escolhidos de forma aleatória, de acordo com a possibilidade de contato e os relatos foram obtidos por meio de conversas guiadas por questões norteadoras, livres da rigidez dos questionários. Quando possível, foi aplicado o método da história oral e vida, que permitiram apreender melhores detalhes de suas trajetórias.

Entre as perguntas norteadoras que conduziram a conversa estavam questionamentos como, idade, naturalidade, escolaridade, estado civil, filhos, tempo de trabalho no corte de

cana, outras experiências, tempo em Goiás e na região, condições de segurança, alimentação, transporte, saúde, renda, sociabilidade e trabalho, atividades desenvolvidas no período entressafra, entre outros aspectos que surgiam no decorrer do próprio relato.

Em razão de suas intensas cargas-horárias de trabalho o contato com esses sujeitos não foi tarefa simples. Após entrevistas com a população local, representantes da Pastoral e comerciantes, os mesmos indicaram e mediaram as apresentações desses sujeitos. As entrevistas foram realizadas em espaços de sociabilidade frequentados/usados por esses trabalhadores, à saber: “alpendres de vizinhos”; “bancos em calçadas”; “praça da igreja” e o chamado “fórró” (que acontece semanalmente às terças e quintas no município de Uruana? Ou demais municípios – figura 40); após seus horários de trabalho e no período entressafra, em que alguns desses trabalhadores encontravam-se na região.

**FIGURA 40 - ESPAÇO DE SOCIABILIDADE DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR: “OFORRÓ”**



Fonte: Pesquisa de campo (2016).  
Autora: Giselle Daiane C. de Carvalho (2016).

Foram identificados trabalhadores de 32 aos 53 anos de idade. Na amostra, trabalhadores pernambucanos, alagoanos, cearenses, baianos, paraibanos, maranhenses e potiguares. Entre estes foi comum a ocorrência de analfabetos ou semianalfabetos. “*Eu não tive estudo, aprendi a desenhar meu nome*”. A frase, em seus diferentes modos de dizer, apareceu com frequência entre os sujeitos sociais da pesquisa. Aqueles que sabiam ler sentiam-se “*homens de sorte*”.

Harvey (2011) analisa que o Estado *interalia*(grifo do autor) com o capital quando por exemplo, não fornece infraestruturas sociais básicas - como saúde e educação, à medida que tal fato afeta diretamente na qualidade da oferta de trabalho, mantendo-se assim o exército de reserva, que é “elemento e requisito do processo de acumulação”, como esclarece Luxemburg (1970, p.82). A falta de acesso à esses bens e serviços, entre outras demandas, fazem também com que a população migre “*em busca de melhores condições de vida*” e como já analisado, a mobilidade constitui-se também como um aspecto apropriado pelas estratégias de acumulação do capital.

É importante ressaltar também, como identifica Mészáros (2008) que na sociedade contemporânea, como quer os interesses de ordem capitalista, a educação é orientada pela lógica do capital. Desse modo, seu insucesso é explicado pela demanda de disponibilidade de uma massa de trabalho que sustente a reprodução do mesmo. Assim, percebe-se que no seio disso a educação é, pois vista como uma mercadoria. Mercadoria essa capaz de garantir a *autoalienação do trabalho* (grifo do autor) e suas intencionalidades. Cabe aqui considerar, portanto, o poder e a potencialidade de uma educação pensada por outras perspectivas<sup>21</sup>.

Nesse cenário, assiste-se em escala global uma enorme massa de força de trabalho, inclusive com “elevado nível de educação” como identifica Harvey (2011). Soma-se a tudo isso, como esclarece o autor, ao buscar entender o papel do Estado na reprodução do capital as leis trabalhistas - salário mínimo, jornada de trabalho e regulação das condições de trabalho, feitas pelo Estado. Assim chama-se novamente atenção ao fato de se compreender o Estado como um aparato do Agronegócio em suas diferentes faces e usando-se de diferentes artifícios para tanto.

Alguns desses trabalhadores migram sozinhos, buscando “*proporcionar melhores condições de vida*” para os pais; outros, acompanhados de esposas e filhos. Entre eles, divorciados, ou casados com moradoras da população local. “*Você não é da usina, nem do*

---

<sup>21</sup> Pensando nisso e como bem elucidado em trabalho de campo realizado em 2015 em Orizona-GO, torna-se importante considerar o papel da pedagogia da alternância na educação do/no campo. A Escola Família Agrícola de Orizona – EFAORI, parte dessa metodologia que compromete-se com a realidade dos sujeitos. E tem mostrado, como observado, bons resultados na fixação de jovens camponeses à terra.

*sindicato não, é?”* A frase sintomática, apareceu entre eles, deixando alguns vestígios sobre as perspectivas de organização, apoio sindical, receios e inseguranças.

O primeiro migrante que contribui para pesquisa com a narrativa de sua trajetória, 53 anos, paraibano, trabalha há 15 anos no corte de cana. Antes, era “*caseiro*” em uma fazenda, enfrentava problemas como baixos salários e por fim, viu-se há meses trabalhando sem receber. Frente à isso buscou o corte de cana como uma nova alternativa de emprego. Por indicação de conterrâneos foi experimentar o trabalho no corte de cana para a usina de Inhumas, trabalhando depois para a usina de Itapuranga, Itapaci e Carmo do Rio Verde, respectivamente. Seus amigos do Nordeste se dividiam entre São Paulo e Goiás.

Oliveira (2014b) chama atenção para o papel das redes de contatos. A partir de Massey (1986) o autor entende que a rede de contato constitui-se como um importante aspecto da organização social da migração. Mas segundo o mesmo, alguns autores fazem uma análise crítica da leitura de Massey, ao compreender que essas redes não são formadas apenas entre iguais, de modo que existem assimetrias de poder no estabelecimento das mesmas, ainda que esses sujeitos possuam em comum o lugar de origem.

Desse modo, Oliveira (2014b) lembra à figura do “gato” ou de outros trabalhadores que mudam de função dentro das possibilidades de atividades do agronegócio canavieiro. Acrescenta ainda que as redes estabelecem uma relação das dimensões macro e micro da mobilidade (causas e motivações), à medida que em suas diferentes formas de organização social atendem à diversas demandas e interesses.

O trabalhador afirma “*é um negócio bom pra quem tem garra e vontade de trabalhar. Só não pode ser fraco ou ter preguiça!*”. Para ele o corte de cana é uma boa área para se trabalhar. Lembra que passou a ganhar mais do que ganhava antes, quando “*cuidava da fazenda*” em que havia a criação de gado de corte. O trabalhador vê o ganho por produtividade nos cultivos de cana como uma possibilidade de ampliação da renda.

Ao ser questionado sobre as condições de trabalho, diz que percebe melhorias nas condições de trabalho ao longo dos anos, mas que ainda “*existem locais com muitos problemas*”. Relata sobre experiências em municípios limítrofes à Itapaci: “*há alguns anos atrás*”. Afirmando que colegas de trabalho se viam “*vigiados*” por “*jagunços*” em alojamentos que apresentavam péssimas condições. Tal fato fora relatado também por um representante do Ministério Público do Trabalho, em 2013, em evento<sup>22</sup> sobre a temática.

---

<sup>22</sup> I Workshop sobre A expansão da Agroindústria canavieira em Goiás – Brasil: efeitos socioambientais e precarização do trabalho no campo, realizado no dia 10 de dezembro de 2013, no auditório do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia – Goiás.

Observa-se que é recorrente os trabalhadores se sentirem privilegiados em trabalhar na atividade, especialmente em regiões mais tecnificadas. No entanto, o drama revelado nas narrativas delineiam o cativeiro psicológico ao qual esses trabalhadores estão aprisionados, não dimensionando em primeiro plano a exploração a qual estão submetidos.

Frente ao adendo sobre os alojamentos, surgiu em pauta a problemática da moradia. O mesmo afirma que atualmente, a usina para qual trabalha, não fornece alojamento e que mora de aluguel no município de Itaberaí, com dois colegas de trabalho que conheceu ao sair da usina de Inhumas.

Ao seu ver todos alojamentos apresentam problemas. Não só de condições físicas, de higiene ou segurança. Mas pelo convívio em si. É válido ressaltar que conforme pesquisas realizadas por Silva (1992), (2013) e pela CPT uma das características do alojamento é a superlotação. O que pode ser observado também em pesquisa de campo. Tal fato, leva à entender que essas condições provocam o comprometimento emocional dos sujeitos, que são à todo momento testados em seus limites de resistências, dos canaviais, ao momento de descanso e alimentação.

Para o trabalhador o pior aspecto do trabalho em suas experiências é a alimentação. Sua rotina se divide em acordar, às 04h00 da manhã; preparar seu almoço e ir para a parada de ônibus esperar o transporte para o trabalho – *“o céu ainda escuro”*. Chega no canavial ao amanhecer. O horário é considerado adequado, em virtude da incidência do sol.

Almoça por volta das 11 horas e 30 minutos do dia. O almoço já frio preparado por ele quando ainda era noite, é composto de arroz, feijão, farinha e carne. *“O feijão, a farinha, a carne, às vezes batata, abóbora dão sustento. Esse negócio de saladinha é bom pra saúde, mas não faz aguentar o trampo. O ruim é a comida fria”* acrescenta ainda *“E precisa de água. Muita água!”*. Retorna para a casa à tarde. Precisa dormir cedo para aguentar o ritmo cotidiano.

Ao ser indagado sobre a saúde, conclui *“ah, isso é difícil! E atrapalha a gente. Porque não dá pra ganhar com a saúde ruim”*. Percebe-se que após ser problematizada a questão da saúde, mais lhe preocupou os efeitos da saúde para a sua produção, do que os efeitos do seu ritmo de trabalho para sua saúde. Dando continuidade ao diálogo, acrescenta que após 8 anos de trabalho já não apresentava a mesma condição física e o mesmo rendimento de trabalho. Atualmente, está tentando se aposentar por problemas de ordem ortopédica – *“tenho hérnias, bicos de papagaio e uns outros problemas. A gente se esforça muito [...] tem três anos que estou tentando aposentar, não consigo trabalhar como antes não!”*.

Destaca o problema do desemprego com a mecanização, afirmando ser essa uma grande ameaça para ele desde que começou a trabalhar no setor. Afirma que por isso, gosta de trabalhar na região, pois há maior quantidade de lavouras em que a colheita ainda não é mecanizada. Ao dar continuidade sobre o assunto, dos desafios que ainda precisam ser superados, o trabalhador chama atenção para os fiscais.

Os fiscais são os responsáveis por averiguar a cana cortada: quantidade, peso, tipo de cana. A remuneração para o corte varia, conforme as condições em que a mesma se encontra para o corte. Portanto, além da quantidade produzida, são consideradas também no pagamento a classificação da cana. Tal critério as vezes não é respeitado pelos fiscais que aferem esses aspectos para o pagamento. Frente à isso, surgem os conflitos entre os trabalhadores.

O trabalhador ressalva que na maioria das vezes, a relação com os fiscais é um problema; apontando que muitos trabalhadores nesse sentido são prejudicados por não conhecerem seus direitos, pelos “*problemas de relacionamento com o sindicato*”, pela falta de escolaridade e de participação nas convenções. Em sua opinião, o que o ajuda muito é a participação todos os anos nas convenções da FETAEG e a sua capacidade de interpretação das cartilhas, por ser alfabetizado.

Em seu ponto de vista, os trabalhadores são desarticulados. Para essa fala alguns pontos são necessários destacar. O trabalhador esteve na usina de Inhumas, por 10 anos e foi demitido. Em sua narrativa aparecem alguns aspectos relevantes para a análise, entre esses: o seu conhecimento sobre seus direitos, o seu “*tempo de casa*”, a sua escolaridade e participação. De modo que tais pontos foram preponderantes em sua demissão, conforme sua narrativa.

Como observado em alguns Grupos de Trabalho em que discutia-se o tema em eventos sobre “a Agroindústria Canavieira”<sup>23</sup> no país; pode-se observar que a rotatividade de trabalhadores corresponde à uma das estratégias das usinas de desarticular a organização dos mesmos. Silva (2013) ao identificar esse aspecto, esclarece que essa situação gera insegurança principalmente naqueles casos em que a família também encara a mobilidade. Conforme pontuado pelo trabalhador, aqueles trabalhadores que têm maior conhecimento sobre seus direitos, ou que apresentam-se como articuladores em potencial, em geral tomam dois

---

<sup>23</sup> O evento mencionado anteriormente vem sendo realizado pela organização do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás desde o ano de 2013. Em sua terceira e quarta edição foram realizados em parceria com a Universidade Estadual de Goiás e com um grupo de pesquisadores da Universidade de Strathclyde do Reino Unido. Em 2016 consolidado o Grupo de Estudos e Pesquisas TRAPPU (Trabalho Território e Políticas Públicas) vinculado ao Laboratório de Pesquisas e Estudos Territoriais (LABOTER – IESA – UFG), este possibilitou a organização de mais uma edição, ampliando a discussão sobre a produção e apropriação de fontes energéticas; sendo pautados não somente os efeitos, mas também os conflitos e alternativas.

caminhos: a demissão ou o rearranjo no trabalho, tornando-se fiscais ou assumindo outros postos na usina de acordo com o seu nível de formação.

Outro aspecto importante a ser lembrado, é a própria rotina de trabalho desses sujeitos. À medida que, ganham por produtividade, “*todo o tempo no canavial é pouco*” para a possibilidade de ampliação de renda; de modo que não lhe restam lacunas para o questionamento, às vezes nem individual, muito menos coletivo. “*Mas eterno*” para quem enfrenta o intenso ritmo de trabalho, ultrapassando seus limites, para obtenção da renda necessária para garantir seu sustento e de sua família.

No período entressafra o trabalhador busca assumir outras funções na usina, quando possível. Como a irrigação. Mas afirma que o salário para esses cargos é menor de modo que precisa “*trabalhar dobrado no período da safra*” para se sustentar na entressafra.

O segundo trabalhador, 43 anos, veio do município Brejo do Amado Deus, do interior do Pernambuco. Analfabeto, o mesmo possui 6 filhos que moram no Pernambuco com as mães. Atualmente é casado, com uma mulher também pernambucana que veio morar com a família e ele no chamado Vale São Patrício. Está há 3 safras trabalhando na região, e há 10 anos trabalha em Goiás. Antes, trabalhou por 4 safras em Mato Grosso do Sul.

Mora no município de Uruana em uma casa de aluguel dividida com a família de sua esposa e enteados. E com outras duas famílias também do Pernambuco. Sua esposa trabalha como doméstica. As demais mulheres da casa também trabalham em ofícios semelhantes, como diaristas e passando roupas. Ao ser questionado sobre a possibilidade de trabalho das mulheres nas usinas o mesmo afirma “*elas trabalham mais onde tem máquina! Aqui nem tanto. Mas tem mulher lá na fábrica*”.

Para ele as condições de alimentação, transporte e renda são consideradas boas. Chamando atenção também para a possibilidade de ganho por produtividade. Em sua opinião as condições de segurança e saúde são razoáveis. Ressalva que trata-se de um ofício com grandes riscos de acidentes e que é muito cansativo. No período entressafra o mesmo trabalha em roças de mandioca ou outros cultivos.

Novamente, observa-se que a dureza da rotina é deixada a escanteio diante do medo de serem substituídos por máquinas. As necessidades tornam os problemas de precarização opacos à luz da possibilidade de “*trabalhar mais para ganhar mais*”. Entre àqueles que narraram suas trajetórias de vida apareceram também trabalhadores do Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Maranhão, que trabalharam em Minas Gerais e sobretudo em São Paulo.

Todos eles consideram como aspecto positivo a possibilidade de ampliação da renda pelo ganho por produtividade. Como aspecto negativo a exaustão, o receio da mecanização e

os problemas com os fiscais e a garantia dos seus direitos. Apareceram entre as falas também problemas de acidente e o receio do canavial, pela presença de cobras e outros animais que podem apresentar riscos aos trabalhadores. Percebe-se que o arrefecimento da figura do gato ou turmeiro, tem sido considerado também um aspecto positivo e que a família aparece como importante aspecto a ser considerado na motivação à mobilidade e apoio diante dos seus efeitos.

### **4.3.3 – A adaptação dos trabalhadores ao lugar**

Entre os aspectos a serem analisados sobre as condições de adaptação dos trabalhadores do corte de cana-de-açúcar encontram-se a moradia, a tão mencionada sociabilidade, a família, o acesso aos bens e serviços, o acolhimento da população local e outros. Esses foram alguns dos aspectos elencados para se pensar como se dá essa adaptação dos trabalhadores ao lugar – empiricizando o cotidiano a partir dessa categoria, e quais são os desafios que ainda precisam ser superados.

Como procedimento metodológico na análise foram considerados a revisão de material bibliográfico sobre o tema, a observação de campo, as entrevistas com os trabalhadores, a população local, representantes do poder público, sindicato, Casa da Família, a desativada Pastoral do Migrante e outros.

Como considera Oliveira (2014b, p.386) e como observado nos relatos anteriores, as narrativas obtidas por meio da pesquisa de campo, servem para testemunhar a história recente do Brasil em que “trabalhadores se mobilizam / são mobilizados a reboque da circulação de capitais pelo território”. O autor elucida que o crescimento econômico é mola propulsora para a mobilidade espacial, de sujeitos que em geral possuem baixa qualificação, para se inserirem em outras atividades econômicas.

Sobre a moradia, percebe-se que as condições de alojamento, quase sempre deixam a desejar e se constituem também como um aspecto de precarização. Nesses espaços os trabalhadores chegaram a enfrentar a fome, a ausência de saneamento básico, a falta de segurança, péssimas condições para o seu repouso e recuperação após uma jornada exaustiva de trabalho, conflitos, além da superlotação. Hoje, não são todas as usinas que fornecem alojamento.

Para àqueles que optam pelo aluguel nota-se que, sobretudo, na chegada desses trabalhadores o maior enfrentamento é o preconceito que ocasiona a cobrança de preços exorbitantes para esses sujeitos em particular. Conforme observado em campo e relatado

pelos sujeitos, são vários os casos em que esses trabalhadores precisam dividir sua moradia com vários outros colegas de profissão e/ou suas respectivas famílias.

Pelos relatos dos sujeitos sociais, foram identificados poucos casos de moradia adquirida (compra da casa). Esses se deram por parte de trabalhadores que se casaram com mulheres da população local e que não tinham perspectiva de sair dos municípios. Entre os casos encontra-se o de um trabalhador que casou-se com uma participante da Pastoral do Migrante. No período entressafra, o mesmo trabalha nas lavouras de melancia no município de Uruana.

Quanto à sociabilidade várias feições podem ser analisadas, desde a sociabilidade nos canaviais à sociabilidade e acolhimento nos municípios em que residem. Silva (2013) identifica que a prática do 5x1 – cinco dias de trabalho para o descanso, obriga os trabalhadores à enfrentarem os canaviais aos domingos e feriados. Como a autora esclarece, para esses casos, deveria haver uma remuneração extra, o que nem sempre acontece. Além disso, Silva (2013, p. 379) acrescenta que “a rotatividade dos dias de folga, impede que haja um tempo comum de lazer à todos”.

Como já apontado, o intenso ritmo de trabalho e o ganho por produtividade fazem com que os trabalhadores não encontrem nos canaviais um espaço de organização. Em alguns municípios o processo de acolhimento mediado pela Pastoral tem rendido maiores frutos. Por outro lado, quando ocorre sem esse intermédio, se depara com maiores desafios.

É válido ressaltar a influência da cultura desses trabalhadores para o município. Na narrativa de moradores locais, apareceram apontamentos a esse respeito. O “forró” que acontece semanalmente nos municípios de Uruana, Itapuranga, Itaberaí, Rubiataba e outros, por exemplo, constituem-se como um espaço frequentado por esses sujeitos. Além disso, destaca-se aspectos da culinária, as festividades – como o “carnaval de rua” e outras influências regionais no espaço local. A família mostra-se nesse sentido também, como ponto de pauta. Em entrevistas com a população local, apareceram relatos como “*eu aprendi vários pratos lá do Nordeste com minha vizinha do Ceará, esposa de um canavieiro. Eles também aprenderam a comer da nossa comida*”.

Ainda sobre a família, faz-se importante considerar, que alguns desses trabalhadores migram com filhos que precisam ter acesso à escola e aos serviços de saúde – como toda família. Sobre isso, observou-se na fala de representantes do poder público e sindicato que essa população não é considerada no repasse municipal. Silva (2013) analisa que nos municípios em que há produção canavieira, com corte manual, contam com um crescimento

vertiginoso da população, considerando-se que vários trabalhadores trazem suas famílias, à medida que o período de safra se aproxima à um ano. A autora esclarece que:

Este fato prova um crescimento das demandas dos serviços públicos de saúde e educação, algo que não é contemplado pelo repasse de verbas advindas do governo estadual, cuja prática se baseia nos índices da população residente e não flutuante (SILVA, 2013, p. 380).

Em trabalho de campo (2016) realizado em Goianésia, na usina Jalles Machado, por ser esse um aspecto considerado pela usina, observou-se a existência de uma escola da usina conveniada para os trabalhadores da mesma e suas respectivas famílias. No entanto, a usina é 100% mecanizada. Em municípios que esta atividade não é mecanizada, observou-se que recorrentemente essa população precisa encontrar nos serviços públicos do próprio município acesso aos bens e serviços.

O recolhimento de impostos locais, em especial o ISS – impostos sobre serviços, acompanha a inserção da atividade. No entanto, é preciso apontar as deficiências e os problemas locais existentes. De acordo com os representantes do poder público de alguns municípios, especialmente no período da safra, esse aspecto representa um problema. Sobretudo sobre os postos de saúde municipais que ficam sobrecarregados, ou por vezes não comportam essa população excedente.

Afirmam ainda que é comum o levantamento sobre essa população local, feito pelo IBGE para se pensar a população estimada, ser realizado no período entressafra, em que nem todos os trabalhadores encontram-se no município. Desse modo, esses sujeitos não são considerados, o que, por conseguinte, reverbera-se em efeitos na cidade.

É por esse motivo, que se considerou importante manter na análise o município de Ceres, à medida que, esse torna-se um município importante na análise do fenômeno. Nota-se aqui conforme considerado pelo REGIC (2007) que trata-se de uma cidade com região de influência para os municípios Carmo do Rio Verde, Guarinos, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício, Rubiataba, Ipiranga de Goiás, Morro Agudo de Goiás e Nova América; sendo classificado como Centro de Zona A na rede Urbana.

Nessa perspectiva a territorialização do Agronegócio Canavieiro significa efeitos não somente para o município em que as usinas estão instaladas, mas também para os municípios que produzem cana para essas usinas e para municípios próximos em que há a oferta de bens e serviços necessários à população migrante e população local. População essa que no seio do discurso de “melhores condições de vida”, buscam por estratégias de sobrevivência, já que conforme analisa Oliveira (2014b, p.386) “na atualidade, deslocar-se não tem como corolário

a ascensão, constituindo muito mais uma estratégia de sobrevivência individual, familiar e comunitária”.

No entanto, como bem lembra Silva (2013) no imaginário da população migrante, é essa a assimilação sobre o fenômeno: a mobilidade enquanto a possibilidade de “*crescer na vida*”. De modo que quando esses sujeitos não alcançam tal objetivo, a ruptura com o ideal de partida carrega a pesada dimensão do fracasso. O retorno, portanto, envolve o peso desses valores, o que faz com que essa população não regresse. Entendendo isso, no próximo capítulo serão abordados aspectos relacionados aos desafios da mobilidade para os sujeitos envolvidos no agronegócio canavieiro na região centro-norte de Goiás.

## 5 DESAFIOS DA MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

*“Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.*

Cecília Meireles

### 5.1 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SUJEITOS

Conforme analisado no capítulo anterior, a produção de cana-de-açúcar aos moldes hegemônicos estabelecidos atualmente significou para os espaços envolvidos no processo de sua territorialização, efeitos diretos na reconfiguração territorial e para a vida dos sujeitos, sobretudo para os trabalhadores e trabalhadoras. Nota-se que alguns desses efeitos, são arraigados desde o período colonial, não acompanhando *napraxis* o discurso de modernização tão pautado pelo agronegócio.

Desse modo, propõe-se neste capítulo a discussão acerca das principais características do trabalho junto aos canaviais, em uma proposta de descrição e análise sobre as condições de trabalho desses sujeitos.

#### 5.1.1 –A escravidão no capitalismo contemporâneo: o agronegócio canavieiro e o trabalho escravo

A preocupação quanto ao trabalho escravo, é algo que deve estar muito presente no Brasil. Pesquisas como as realizadas pelos jornalistas, cientistas sociais e educadores da ONG Repórter Brasil, bem como pelo InPACTO (Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo) ou pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), têm evidenciado a forte presença de trabalho escravo no país ainda hoje.

Segundo Sakamoto (2006, p.11), o conceito de trabalho escravo utilizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) é o seguinte: “toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade”. O autor explica que o trabalho escravo não se restringe ao desrespeito às leis trabalhistas.

Mas para o referido autor (2013), não somente a ausência de liberdade, mas a ausência de dignidade faz um trabalhador ser considerado escravo. O mesmo considera trabalho escravo “quando o trabalhador não consegue se desligar do patrão por fraude ou

violência, quando é forçado a trabalhar contra sua vontade, quando é sujeito a condições desumanas de trabalho ou é obrigado a trabalhar tanto e por tantas horas que seu corpo não aguenta”.

Para o Ministério do Trabalho considera-se trabalho realizado em condição análoga à de escravo a que resulte das seguintes situações, quer em conjunto, quer isoladamente:

a submissão de trabalhador a trabalhos forçados; a submissão de trabalhador a jornada exaustiva; a sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho; a restrição da locomoção do trabalhador, seja em razão de dívida contraída, seja por meio do cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, ou por qualquer outro meio com o fim de retê-lo no local de trabalho; a vigilância ostensiva no local de trabalho por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho; a posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (BRASIL, 2015)

É evidente no país a existência dessas situações e condições nos espaços rurais e urbanos. Para Sakamoto (2013), no rural, o trabalho escravo ainda é muito presente no agronegócio canavieiro, sobretudo no que diz respeito aos empregados no corte de cana-de-açúcar. Os estudos disponibilizados na página da ONG Repórter Brasil, explicam ainda que o uso da expressão “trabalho análogo ao escravo” é feito pelo fato de o trabalho escravo ter sido formalmente abolido em 13 de maio de 1888, de modo que o Estado passou a considerar ilegal um ser humano ser dono de outro. No entanto, o que permaneceram foram as situações semelhantes ao trabalho escravo, tanto do ponto de vista de cercear a liberdade quanto de suprimir a dignidade do trabalhador.

Sakamoto (2006) ao fazer a leitura sobre a temática identifica alguns marcos temporais. Entre esses, destacam-se as primeiras denúncias feitas por D. Pedro Casaldáliga em 1971 sobre a escravidão ainda existente no Brasil. O reconhecimento da existência de trabalho escravo no Brasil perante a OIT em 1995, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, redundou na criação do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, instituído em agosto de 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) no mesmo ano.

Ainda como esclarecido pelas pesquisas desenvolvidas por Sakamoto (2006) em 2004 o Brasil reconheceu perante a Organização das Nações Unidas (ONU) a existência de pelo menos 25 mil pessoas reduzidas, anualmente, à condição de escravos no país. O autor esclarece que as estimativas e as projeções são obtidas por meio das pesquisas desenvolvidas pela CPT, que desenvolve importante trabalho no país acerca da formação de banco de dados e informações sistêmicas sobre o tema.

Entre os marcos temporais delimitados sobre o assunto, destaca-se também o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) do Trabalho Escravo (57A/1999) aprovado em 2013 e o Projeto de Lei do Senado (PLS) de número 432 de 2013 o qual:

Define trabalho escravo; estabelece que o mero descumprimento da legislação trabalhista não caracteriza trabalho escravo; determina que todo e qualquer bem de valor econômico – apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou da exploração de trabalho escravo – seja confiscado e revertido ao Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins – FUNPRESTIE; estabelece que os imóveis rurais e urbanos que devido às suas especificidades não forem passíveis de destinação à reforma agrária e a programas de habitação popular, poderão ser vendidos e os valores decorrentes da venda deverão ser remetidos ao FUNPRESTIE; determina que nas hipóteses de exploração de trabalho em propriedades pertencentes à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou em propriedades pertencentes às empresas públicas ou à sociedade de economia mista, a responsabilidade penal será atribuída ao respectivo gestor; estabelece que a ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos em que forem localizadas a exploração de trabalho escravo observará a lei processual civil, bem como a necessidade de trânsito em julgado de sentença penal condenatória contra o proprietário que explorar diretamente o trabalho escravo; elenca as finalidades e as fontes de recursos do FUNPRESTIE. (PLS, 423/2013)

A emenda submete sua regulamentação à lei complementar. Promulgada em 2014, delimita a diferenciação de descumprimento da legislação trabalhista e o trabalho escravo bem como estabelece a expropriação de propriedades urbanas ou rurais em que haja esse tipo de crime. “O texto foi aprovado com 59 votos favoráveis no primeiro turno e 60 votos favoráveis no segundo turno, sem abstenções nem votos contrários” (BRASIL, 2014). O que cabe considerar, no entanto, é que sendo o senado composto por 81 senadores, apenas as ausências podem explicar tal situação. Vale lembrar também que ao averiguar a situação do PLS ele ainda está tramitando, podendo ser revertido. O *site*<sup>24</sup> do senado apresenta uma enquete em andamento.

Como observa Sakamoto (2014) a proposta de confisco de propriedades em que houve flagrante de trabalho análogo ao de escravo, foi apresentada pela primeira vez no Congresso Nacional em 1995. “Desde então, mais de 46 mil pessoas foram resgatadas do trabalho escravo pelo governo federal em fazendas, carvoarias, oficinas de costura, canteiros de obra, entre outros empreendimentos” (SAKAMOTO, 2014).

De acordo com os dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra – vide quadro, entre os anos de 2007 e 2013, Goiás esteve entre os quatro piores no *ranking* do trabalho escravo, nos anos 2010, 2011 e 2012 entre os casos identificados; em 2007, 2008 e 2010 pelo número de trabalhadores envolvidos; em 2007, 2008, 2010 e 2011 pelo número de

---

<sup>24</sup> Acompanhamento do PLS no *site* do senado, possível em:  
<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>>. Acessado em fev. 2017.

escravos libertados e em 2007, 2008, 2011, 2012 e 2013 pela categoria de número de proprietários na Lista Suja<sup>25</sup>.

**QUADRO 4 - RANKING DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2013**

<b>TRABALHO ES CRAVO RANKING [os 04 piores estados]</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Total 2003 - 2013</b>
<i>Casos Identificados</i>	264	280	240	215	249	189	203	2650
Ranking:	PA MA TO MT	PA MA MT TO	PA MA MT TO	PA MT MA GO	PA GO MG MA	PA TO GO MA/AM	PA MA SP MG	PA MA TO MT
<i>Número de trabalhadores envolvidos</i>	8651	6997	6223	4310	4342	3680	3021	62924
Ranking:	PA MS MA GO	PA MA GO AL	PA RJ TO MA	PA MG GO MA	MS GO PA MG	PA TO MG SP	SP MG MA PA	PA MT TO MA
<i>Número de escravos libertados</i>	5968	5266	4283	3054	2495	2703	2245	42717
Ranking:	PA MS GO MG	GO PA AL MT	RJ PE ES MG	PA MG GO SC	MG MS GO PA	MA MG GO PR	SP MG BA PA	PA MT GO PA
<i>Número de proprietários na lista suja</i>	184	203	179	220	296	408	579	1050
Ranking:	PA TO MA GO	PA MA TO GO	PA MA MS TO	PA MA TO MT	PA MT MA GO	PA MT GO MA	PA MT GO MG	PA MT MA TO

Fonte: CPT (2014).

Adaptado: A autora (2016).

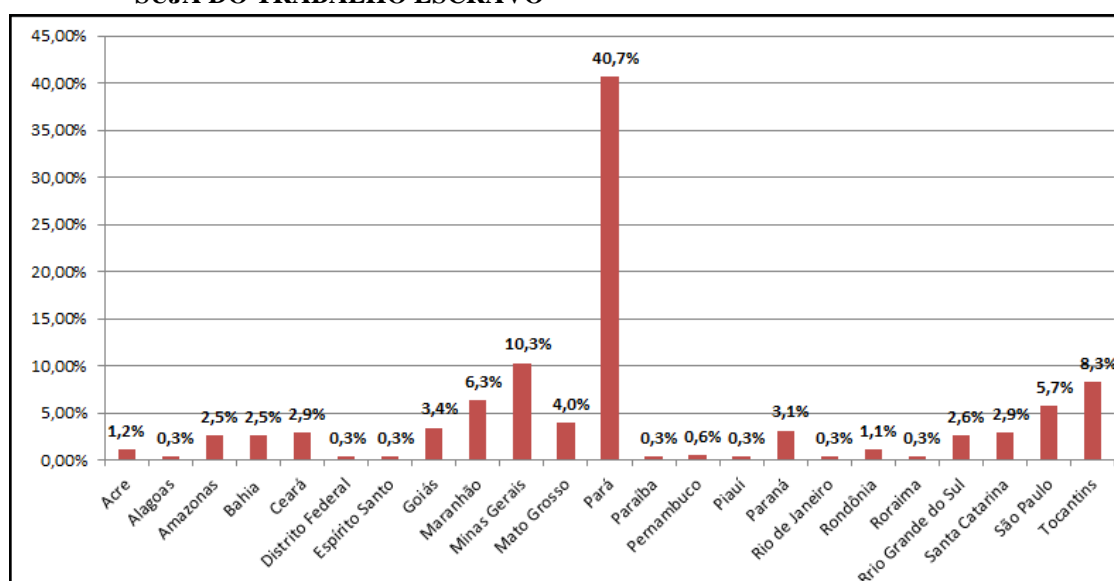
<sup>25</sup> Como elucidado pelo MTE, semestralmente o cadastro de empregadores é atualizado, identificando, situações de flagrante de trabalho análogo ao escravo, gerando-se a partir de então uma lista de pessoas jurídicas e físicas condenadas por tal ato em processo administrativo. Os procedimentos para inclusão ou exclusão de empregadores na lista suja, são determinados por portaria interministerial. Em março de 2017, como também divulgado no portal do MTE, realizou-se a primeira reunião do grupo criado para avaliar o cadastro. A lista, por decisão do então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, não foi divulgado entre 2014 e 2016, voltando a ser divulgada posteriormente à isso, por decisão judicial. Vale-se destacar a instabilidade na garantia desse importante instrumento de regulação. Sakamoto (2017) chama atenção também para a ocultação de nomes que poderiam se enquadrar à lista.

Nota-se, portanto, que o estado de Goiás, entre os anos de 2007 e 2013, com exceção do ano de 2009, esteve presente em todos os anos entre os 04 piores no *ranking* do trabalho escravo, em pelo menos uma das categorias de avaliação. De acordo com a mesma campanha da CPT (2014) contra o trabalho escravo, no que diz respeito à atividade, o agronegócio canavieiro, esteve presente entre os anos de 2003 e 2013 com bastante frequência, de modo que no Brasil, nesse período estiveram envolvidos 12.620 trabalhadores, desses, 10.920 foram libertados, pelos fiscais do MPT, trabalho esse realizado com a colaboração da sociedade civil organizada, como a CPT.

Silva (2013) identifica que no município de Inhumas, 115 trabalhadores foram alcançados e libertados de situações de trabalho análogas ao escravo na propriedade Ipê Agro-Milho Industrial Ltda. Esses trabalhadores se dedicavam a atividade de preparação das gemas, plantio, limpeza das curvas de nível e aplicação de veneno. Segundo Pyl (2010), essa empresa – como outras 14, saiu da lista suja do trabalho escravo após o cumprimento no cadastro, o pagamento de todas as multas relativas à infração e a não reincidência no crime.

Avaliando a situação brasileira pela atualização da lista suja do trabalho escravo divulgada pelo Repórter Brasil, referentes aos anos de 2008-2016, observa-se que, estiveram envolvidos em trabalho análogo ao escravo durante esses anos no Brasil, 4097 trabalhadores. O Pará é o estado que abrange sozinho quase metade dos casos no Brasil.

**FIGURA 41 - O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DE (2008 – 2016): ATUALIZAÇÃO DA LISTA SUJA DO TRABALHO ESCRAVO**



Fonte: MPT (2017).

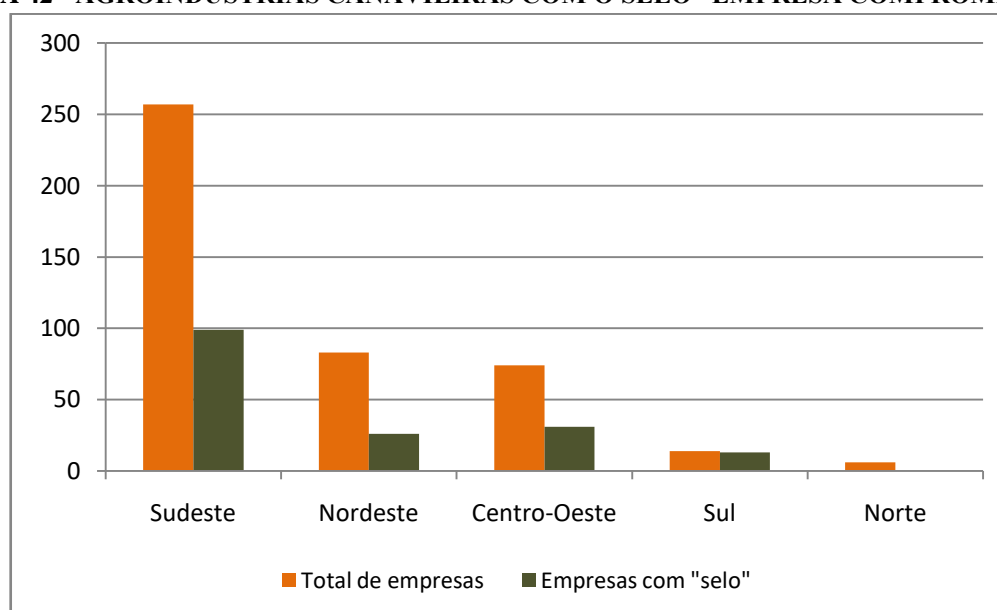
Elaboração: A autora (2017).

No intervalo tratado, foram identificados no estado de Goiás, 3,4% de todos os casos, com o total de 12 propriedades/estabelecimentos com trabalho análogo ao escravo, computando 163 trabalhadores envolvidos. Os casos foram identificados em fazendas (nove estabelecimentos) na construção civil (dois estabelecimentos) e em empreendimentos agropecuários (um estabelecimento), nos municípios de Caldas Novas, Bonópolis, Mundo Novo, Ipameri, Rio Verde e Guapó.

Chama-se atenção para essa leitura, a discussão levantada sobre a integração dos trabalhadores do corte de cana-de-açúcar para outros setores da economia como a construção civil, no cenário de mecanização da colheita. O discurso se fez muito presente em pesquisa de campo, nas entrevistas com sindicatos e representantes do poder público. Cabe ponderar, portanto a necessidade de fiscalização e cuidado com as condições de trabalho de todas as categorias.

Sobre os empreendimentos relacionados ao processamento de cana, Bernardes (2013, p.152) observa que a ideia da criação do selo ‘Empresa Compromissada’, “surgida em 2008 no governo Lula, [tinha por objetivo] fiscalizar e combater irregularidades trabalhistas, significando melhorar a imagem do etanol brasileiro e facilitar suas exportações”. Destaca-se o interesse no âmbito do processo de promoção internacional do etanol, conforme evidenciado, nas campanhas apresentadas no vídeo <Sombra do Delírio Verde>. Sobre o selo, a autora identifica os seguintes dados por região brasileira:

**FIGURA 42 - AGROINDÚSTRIAS CANAVIEIRAS COM O SELO “EMPRESA COMPROMISSADA”**



Fonte: BERNARDES (2013).

Elaboração: A autora (2016).

Bernardes (2013, p.153) expõe que entre as 434 usinas então existentes no país, 169 foram contempladas com o selo e grande parte dessas encontravam-se em irregularidades que envolvem o chamado trabalho escravo, jornadas de trabalho exaustivas, horas extras não computadas, problemas com as instalações sanitárias, condições de alojamento e alimentação, má qualidade da água, salários atrasados, cheques sem fundo, falta de transparência na aferição da produção, bem como problemas relacionados a serviços de transporte, equipamentos de proteção e materiais de primeiros socorros e outros.

Para Silva (2013, p.368) o Pacto de Livre Adesão, que teoricamente deveria ser um “compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho [no monocultivo de] cana-de-açúcar, e defender o denominado ‘trabalho descente’”, foi na verdade um pacto realizado com o intuito de “camuflar as reais condições de trabalho existentes, a fim de garantir a certificação ambiental ao etanol, exigência de muitos países europeus” (SILVA,2013, p.370).

Observa-se mais uma vez a apropriação das demandas e exigências da sociedade para a reprodução do capital, permanecendo as estratégias de acumulação, pautadas na exploração, seja dos bens comuns, seja da força de trabalho, seja inclusive do posicionamento ideológico postulado pelos sujeitos preocupados com o coletivo. Para Silva (2013) é preciso lembrar que a avaliação para obtenção dos selos, foi feita por empresas privadas contratadas pela própria usina, de modo que coloca em questão a correspondência da prática com a realidade, já que os resultados ficaram em poder dos maiores interessados.

É justamente em nome do aumento da produção e da produtividade, afim de se garantir um mercado que esses mecanismos e algumas políticas públicas foram aceitas de forma imediata e rasa, sem haver o cuidado em avaliá-los de forma democrática, por meio de audiências públicas, por exemplo, que dariam voz de fato aos verdadeiros afetados pelos efeitos do agronegócio canavieiro. Percebe-se que esse desenvolvimento que é setorial, se dá pelo negligenciar de alguns critérios e sujeitos.

Em outras palavras, nesse processo de “desenvolvimento”, aprioristicamente tão preocupado com a nação, identifica-se o desprender de financiamento público para garantir o sucesso de empreendimentos privados; a falta de oportunidade de “envolvimento” dos sujeitos afetados na elaboração e crítica das políticas e a mesma ausência de envolvimento de outros critérios - na *práxis*, capazes de promover o verdadeiro desenvolvimento econômico e ambiental ancorado na justiça social.

Então às custas da exploração da força de trabalho que causa sofrimento físico, moral e psíquico - como analisa Silva (2013), os lucros são concentrados e os prejuízos divididos, o

que faz a autora denominar os trabalhadores de *escravos da precisão*, ou seja, da necessidade, já que são obrigados a sair de seus locais de origem para garantir sua sobrevivência e de sua família. A autora conclui que “a barbárie produzida no *i-mundo*(grifo da autora) do trabalho, atinge o fundo do ser, da condição humana” (SILVA, 2013, p. 387).

Portanto, antes mesmo desses trabalhadores, serem *escravos* nas usinas, nos latifúndios ou em qualquer estabelecimento, estes, são *escravos* das suas próprias condições de vida, que longe de serem sanadas pelo Estado, são orquestradas no mesmo bojo de exploração. Enquanto o Estado continuar assumindo o papel de um dos sustentáculos do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa, esses trabalhadores e trabalhadoras continuarão escravos e reféns da desigualdade: social, de renda, da distribuição de terras, da falta de se considerar esses sujeitos nas propostas de desenvolvimento rural brasileiro, que não está desarticulado do desenvolvimento urbano.

Silva (2007) ao analisar a realidade do estado de São Paulo, não diferente de Goiás, percebe que essa é permeada pela presença de trabalhadores migrantes e conclui que todos esses fatos sugerem a análise de uma *segmentação* da força de trabalho (grifo da autora). Para a autora essa segmentação revela uma “divisão étnica do trabalho, uma vez que a maioria dos migrantes é constituída por negros e pardos” (SILVA, 2007, p.67). É válido lembrar também do que Oliveira (2014b) chama de “divisão territorial do trabalho em escala nacional”.

Desse modo, não somente o modelo de exploração (chamado de análogo ao escravo) é reproduzido ainda hoje desde o período colonial, mas também, a dimensão étnica dessa realidade. Como bem considera Silva (2007) esses elementos precisam ser considerados, ainda que o que seja vendido seja a força de trabalho e não o trabalhador. Isso porque essa força de trabalho inegavelmente é mediada por sujeitos que carregam características étnicas, culturais, de idade e gênero semelhantes, em diferentes níveis de exploração.

Segundo Thenório (2008) o ano de 2007 foi marcado pelo resgate de trabalhadores em condições análogas ao escravo, em que mais da metade se dedicavam ao trabalho nos canaviais. O autor afirma que 2.947 sujeitos retirados dessa situação eram apenas de 4 usinas: a fazenda e usina Pagrisa, localizada no Pará foi flagrada submetendo 1.064 pessoas à escravidão; no Mato Grosso do Sul a unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool matinha 1.011 indígenas alojados em condições precárias. A terceira e quarta usina são do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais respectivamente. Na Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda. identificaram-se 498 trabalhadores – sendo um terço indígena. Na usina Coruripe de Açúcar e Álcool, em Iturama – MG encontraram-se casos de terceirização ilegal de trabalhadores.

Lembrando que conforme esclarece o autor, os dados, que foram disponibilizados pelo MTE, incluem o trabalho degradante, já que o Ministério classifica a infração de acordo com o artigo 149 do Código Penal que não faz essa distinção, sendo o trabalho degradante uma das formas de trabalho escravo. Como já pontuado, a questão étnica dos dados não pode ser desconsiderada. Silva (2007) lembra também que muitos dos casos de trabalho considerados análogos ao escravo estão reportados à figura do já mencionado “gato”.

O “gato” que representa a terceirização ilegal, como explica a autora, reproduz no sujeito a imobilidade, pela dívida. Já que conforme discutido no capítulo anterior, os trabalhadores se veem impossibilitados de voltarem para seus lugares de origem ou seguirem na mobilidade em razão da dívida contraída. Alves (2007) explica que o transporte dos trabalhadores, inclusive é realizado em longos percursos e de maneira clandestina, como uma estratégia de fuga das Delegacias Regionais do Trabalho que “impedem a circulação de trabalhadores sem que estejam com contrato de trabalho efetivado com as empresas demandantes” (ALVES, 2007, p. 21).

Silva (2007) chama atenção também ao que chama de libertação que não liberta, identificando que grande parte dos trabalhadores libertados acaba voltando voluntariamente às mesmas condições, pela ausência de oportunidades diferentes. Essa realidade resgata o conceito da própria autora, que desperta a reflexão a partir do conceito mencionado escravos da precisão(2013).

A partir da definição de liberdade, desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen, Silva (2007) defende que a economia, a liberdade individual, o desenvolvimento e a ética devem ser compreendidos de maneira indissociada. O desenvolvimento não pode ser medido somente pelo crescimento do PIB, bem como a liberdade às bases das democracias modernas não bastam. Isso porque, a liberdade é garantida pelas alternativas – pelo plural. Entre essas alternativas, destacam-se as relacionadas às oportunidades, disposições e meios de existência que perpassam não somente as necessidades básicas, mas também a cultura, a educação, a sociabilidade e etc.

Como vem sendo discutido, são vários os critérios, portanto, que devem ser pensados, ao se refletir sobre a mobilidade espacial do trabalho no agronegócio canavieiro. Nesse sentido, torna-se pertinente pautar mais uma vez o papel da terra no cenário nacional, na possibilidade para que os sujeitos reproduzam a vida ou os negócios.

Como bem coloca Martins (1999, p.156) o direito à terra deve ser compreendido como o “direito ao meio de trabalho e àquilo que o trabalhador pode assegurar”, de modo que se priva-se o ser humano deste direito, priva-o de seu direito ao trabalho, à vida, à dignidade,

à condição humana, ao *locus* de sua própria existência que é o espaço. Ao mesmo passo, a garantia à vida está inerente à saúde, de modo que se torna esse um aspecto que merece atenção e que será abordado no próximo item.

### **5.1.2 - O trabalho nos canaviais: a saúde dos cortadores de cana-de-açúcar**

Conforme analisado, esse modelo de produção, pautado no produtivismo, faz com que os trabalhadores, intensifiquem seu ritmo de trabalho para obterem “*resultados satisfatórios*”, como uma alternativa de compensação pelos baixos salários. Alves (2007) explica que, sobretudo, depois da década de 1990 a concorrência entre as usinas se dá pelo ganho contínuo que conseguem obter na produtividade por meio do trabalho. Desse modo, segundo o autor o ganho na produtividade ocorre por meio das duas atividades que àquele período não se modernizaram em todos os espaços: o plantio e a colheita.

É válido lembrar, entretanto, que ainda nos espaços em que essas atividades se modernizaram, observa-se que o ritmo de trabalho dos sujeitos envolvidos no processo também é ditado pelas máquinas de acordo com o interesse de metas das usinas de modo que nesses espaços continuam havendo o problema da intensa carga de trabalho. Em outras palavras não é porque houve a inovação técnica, que se faz despreocupante as condições de trabalho na atividade.

No caso do corte manual, centralidade na discussão aqui colocada, sentindo-se responsáveis pelo seu ritmo de trabalho e, por conseguinte, a sua própria remuneração, esses trabalhadores se sujeitam às condições de trabalho precárias ou por vezes, análogas ao escravo, sem perceberem que se trata esse modelo, mais uma das estratégias para a acumulação ampliada do capital, por meio da extração da *mais-valia relativa*, mesmo que isso custe à predisposição dos trabalhadores à situação de adoecimento físico ou mental.

Como detalha Alves (2007) o trabalho dos cortadores de cana, desde a década de 1970 consiste em cortar a cana em um espaço de retângulos, que contém a rua – nome dado às linhas em que as canas são plantadas. Esse retângulo é chamado de eito pelos trabalhadores e está contido em um retângulo maior: o talhão. O comprimento do eito cortado é verificado ao final do dia quando o trabalho é concluído, sendo esse o indicador de seu ganho.

Assim sendo, o trabalhador além de cortar a cana, tomando os cuidados para aproveitar as partes que contém maior sacarose – o que interessa à usina, e para não tirar a raiz, já que a cana precisa rebrotar; faz também o trabalho de limpá-la – tirando o pendão – separando as ponteiras da cana; e transporta até o meio do eito, sempre se preocupando em

deixa-la arrumada para o carregamento, que é mecânico. Sabendo disso, Silva (2013) ao se propor a pensar o esforço físico desses trabalhadores, identifica que

[...] recente pesquisa<sup>26</sup> revela que em 10 minutos o trabalhador derruba 400 kg de cana, desferindo 131 golpes de podão, faz 138 flexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperatura acima de 27 graus centígrados, com muita foligem no ar; ao final do dia, terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferindo 3792 golpes de podão e feito 3994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40 %, e, em momentos de pico, os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto (SILVA, 2013, p. 375).

Para Alves (2007) o desgaste de energia de um trabalhador do corte de cana pode ser comparado ao de um atleta corredor fundista. O autor faz a analogia desses sujeitos, afirmando que os melhores resultados não são obtidos por aqueles com maior massa muscular – diferente dos corredores velocistas que dependem disso e da explosão. Em linhas gerais, “predominam trabalhadores de pouca massa muscular, corpo seco, com pouca gordura e muita resistência física, que são características corporais de corredores fundistas” (ALVES, 2007, p.33). Fazendo o mesmo exercício de análise sobre o esforço físico efetivado por esses trabalhadores, como fez Silva (2013), Alves (2007) já concluía que:

Um trabalhador que corta seis toneladas de cana em um eito de 200 metros de comprimento, por 8,5 metros de largura, caminha durante o dia aproximadamente 4400 metros, despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66666 golpes no dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada e que tenha densidade de dez canas a cada 30 cm). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpear em cima. Além disso, ainda transporta os vários feixes de cana cortada, para a linha central. Isso significa que ele transporta em seus braços seis toneladas de cana em montes de peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. [...] (ALVES, 2007, p. 34).

Nota-se que a atividade não se constitui apenas no esforço repetitivo dos golpes com facões e podões, mas também no exercício contínuo de flexão dos joelhos e movimento da coluna, bem como há que se considerar as distâncias percorridas e pesos carregados. Em entrevistas com os trabalhadores foi unânime a lamentação sobre a coluna e sobre a desidratação. No caso de um trabalhador em especial, o mesmo já tenta há alguns anos a aposentadoria.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, não são necessários muitos anos nessa atividade para as consequências do ofício para a saúde dos trabalhadores começarem a

---

<sup>26</sup> Silva (2013, p.375) afirma que esses dados se referem a um estudo científico feito durante dois anos com “um grupo de trabalhadores do corte de cana da região de Piracicaba, pelos pesquisadores Rodolfo Vilela, do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest) e Erivelton Fontana de Laat, da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)”. Os dados foram apresentados à autora em 24 e 25 de abril de 2007 no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas, em um seminário intitulado “Condições de Trabalho no Plantio e Corte de Cana”.

aparecer. É prática comum entre as usinas a atividade da ginástica laboral conduzida antes e/ou depois do trabalho. No entanto, de acordo com as narrativas, essas não apresentam-se como práticas suficientes para diminuir os efeitos do trabalho para a saúde. Relatos como “*tem que ser é muito resistente*”, “*não é trabalho pra qualquer um não*”, “*tem que ter força pra não desistir*” esteve presente em praticamente todas as entrevistas. Além disso, apareceram entre as falas da população local frases como “*o povo daqui não dá conta não*”.

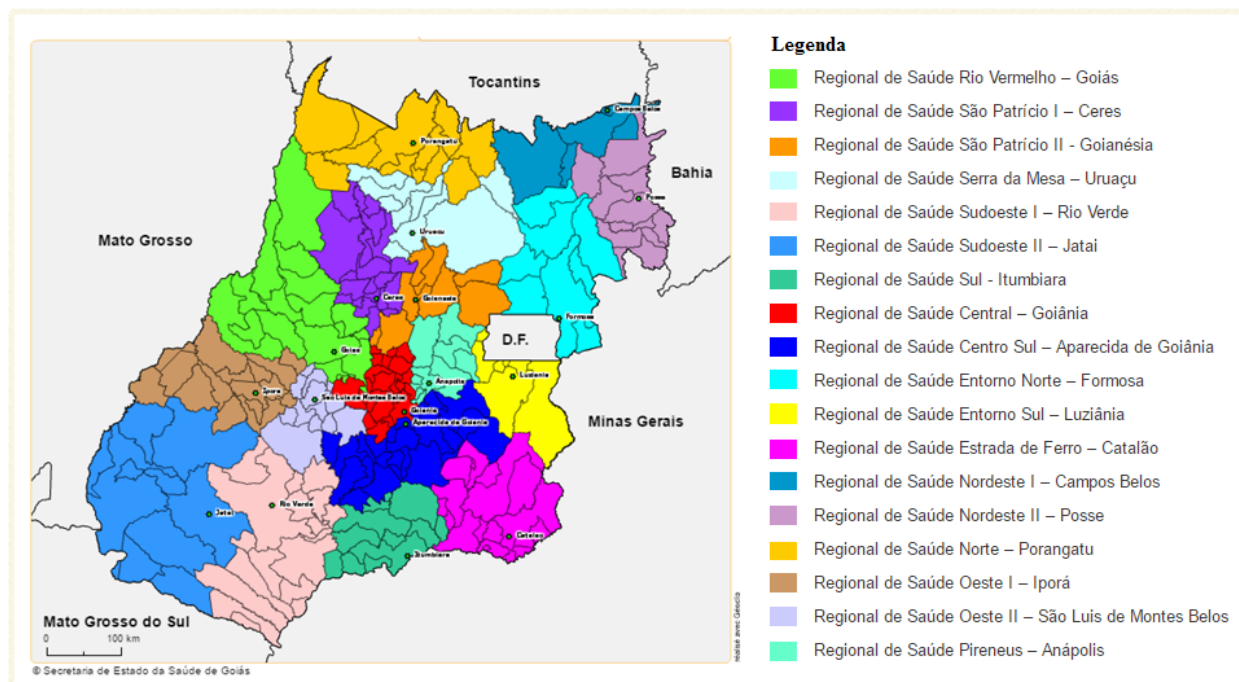
Como observam Duarte e Oliveira (2013) a exaustão física e mental provocada pelo ritmo de trabalho adotado pelos trabalhadores na busca de maior rendimento em seu ganho, pode provocar o rebaixamento da autoestima e transtornos mentais. Os autores acrescentam ainda que os avanços tecnológicos obtidos nos últimos 50 anos no processo produtivo da cana, não ocorreram na mesma proporção que as ações voltadas para a preservação da força de trabalho na área.

O suor, a perda de sais minerais, a desidratação, as câibras, as dores na coluna e, por conseguinte, nos membros são apenas alguns dos prejuízos físicos desses trabalhadores, como ressalva Silva (2013). Alves (2007) afirma que as câibras sentidas em todo o corpo, são conhecidas pelos trabalhadores em São Paulo como *birola*. Como identificado pelo autor e também nos relatos dos trabalhadores, para lidar com esse problema, que é frequente, precisam fazer uso de soro fisiológico e suplementos energéticos para a reposição dos sais minerais. Não são todas as usinas que atendem a essas demandas. Em algumas situações de intensa desidratação os trabalhadores precisam buscar atendimento nas unidades públicas de saúde.

O mesmo ocorre em casos de acidentes nos canaviais. Ainda que os trabalhadores usem os equipamentos de proteção individual (EPIs) ou roupas adaptadas para se protegerem do sol, da fuligem e de animais e insetos muito presentes nos canaviais (como cobras, aranhas e abelhas) é comum as complicações decorrentes dessas condições de trabalho. É válido lembrar também o quanto essas roupas constituem-se também como um incômodo e fator de desidratação para os trabalhadores, à medida que, ainda que proteja, são quentes e nas condições de temperatura que trabalham, implicam em ainda mais perda de sais minerais pelo suor.

Frente a isso, torna-se importante a discussão pontuada no capítulo anterior sobre as unidades de saúde acessíveis a esses trabalhadores e suas respectivas famílias, as quais possuem vagas e atendimento concorridos com a população local. A figura seguinte apresenta o mapa da regionalização da saúde no estado de Goiás. A regionalização é feita de acordo com as principais unidades de atendimento e suas respectivas zonas de influência.

**FIGURA 43 - REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE E CENTROS DE ATENDIMENTO DE REFERÊNCIA**



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (2017).

Adaptação: A autora (2017).

Tal regionalização baseada em princípios organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme esclarecido pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, define a territorialização a partir da descentralização de atribuições em unidades administrativas, denominadas de Regionais. Essas são responsáveis por suas respectivas regiões de influência, buscando a descentralização dos serviços de saúde.

As correspondentes coordenações das regionais desempenham funções administrativas territoriais, atuando no Controle, Avaliação, Regulação, Planejamento, Gestão e Informação em Saúde. Entre essas informações estão aquelas disponibilizadas no mapa da saúde. De acordo com a Secretaria de Saúde do estado de Goiás:

O Mapa da Saúde é uma ferramenta instituída pelo Ministério da Saúde, pelo Decreto nº 7.508<sup>27</sup>, de junho de 2011. Constitui-se de mapas com informações de vários indicadores em saúde, além de descreverem a distribuição dos recursos humanos, das ações e dos serviços de saúde ofertados pelo SUS, rede conveniada e pela iniciativa privada no Estado de Goiás.

<sup>27</sup> De acordo com o decreto, Região de Saúde é o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. Decreto disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm)>.

TABELA 2 - DADOS DA SAÚDE REFERENTES AO CENTRO-NORTE GOIANO (2016)

Município (GO)	População total estimada	Índice de acesso ao SUS	Leitos SUS por (1000) habitantes	Leitos NÃO SUS por (1000) habitantes	Quant. de leitos de UTI's	Quant. de médicos por (1000) habitantes	Quant. de enfermeiros por (1000) habitantes
Americano do Brasil	5.969	5,18	2,87	-	-	0,17	0,84
Anicuns	21.614	4,13	2,33	-	-	0,74	0,56
Araçu	3.753	5,29	4,5	-	-	0,79	2,91
Avelinópolis	2.496	6,2	4,8	-	-	-	0,4
Barro Alto	10.235	3,59	2,19	-	-	0,2	0,9
Brazabrantes	3.565	4,46	-	-	-	0,57	1,7
Carmo do Rio Verde	9.767	4,75	1,76	-	-	0,93	1,96
Caturai	5.010	4,89	3,62	-	-	0,4	1
Ceres	22.034	5,15	5,84	8,54	20	4,84	4,56
Goianésia	66.649	5,19	3,38	1,32	22	1,05	1,11
Goianira	40.338	5,29	-	0,41	-	0,43	1,6
Goiás	24.269	5,27	2,09	2,46	10	1,15	1,35
Heitorai	3.744	4,61	5,09	-	-	0,54	0,27
Hidrolina	3.889	4,05	7,13	-	-	0,76	2,29
Inhumas	51.932	5,11	1,77	2,11	11	1,36	2,97
Ipiranga de Goiás	2.944	3,7	-	-	-	0,34	2,04
Itaberaí	40.259	4,53	1,61	0,18	-	0,91	1,11
Itapaci	21.323	4,74	2,91	0,24	-	0,43	1,81
Itapuranga	26.612	5,15	3,04	1,95	-	0,75	1,09
Itauçu	8.988	5,41	2,01	-	-	0,56	0,78
Mossâmedes	4.758	5,41	4,15	-	-	0,42	1,45
Nazário	8.747	5,15	1,85	-	-	-	1,39
Nova Glória	8.548	4,01	-	-	-	0,35	1,63
Palminópolis	3.664	5,04	5,19	-	-	1,09	1,09
Rialma	11.003	5,44	2,19	-	-	1,73	3,19
Rianópolis	4.808	4,67	-	-	-	0,42	2,3
Rubiataba	19.914	4,99	5,24	0,2	-	0,81	2,47
Santa Isabel	3.847	5,08	-	-	-	0,78	2,09
Santa Rita do Novo Destino	3.345	4,18	-	-	-	-	0,6
Santo Antônio de Goiás	5.659	4,54	3,44	-	-	0,18	3,19
São Luiz do Norte	5.026	4,52	2,01	-	-	0,4	2,01
São Patrício	2.066	4,4	-	-	-	-	1,45
Taquaral de Goiás	3.625	4,56	5,52	5,79	-	1,38	1,93
Turvânia	4.837	5,02	3,5	-	-	0,82	2,26
Uruaçu	39.787	4,67	0,94	1,24	-	1,39	1,24
Uruana	14.193	4,95	1,41	0,49	-	0,78	2,33
Vila Propício	5.635	3,56	-	-	-	0,54	-

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde (2016).

Organização: A autora (2017).

A tabela 2 disponibiliza as informações referentes ao recorte espacial estabelecido nesta pesquisa, de acordo com os dados esquematizados nos mapas da saúde. Conforme demonstrado anteriormente, na narrativa de representantes do poder público, ficou evidenciado que a população flutuante, não é contabilizada no repasse de verbas para saúde pública municipal. Desse modo, muitas vezes e a depender também do grau da situação do paciente, os sujeitos precisam buscar atendimento em municípios em que a unidade de saúde tenha maior suporte.

De acordo com a regionalização da Secretaria de Saúde, as regiões que abrangem os municípios estudados são: a região Central, em que se situa a capital goiana; a unidade de Goiás, na região Rio Vermelho; a região do São Patrício II com a unidade de Goianésia; a unidade de Ceres na região do São Patrício I e a unidade de Uruaçu na região Serra da Mesa. É importante esclarecer que pensando nesse e em aspectos como educação e acesso a outros bens e serviços que municípios como Ceres foram incluídos na análise, já que em termos de área em que há produção de cana efetivamente, alguns dos municípios não apresentam dados expressivos.

De acordo com o que pode ser analisado pelos dados da tabela, os municípios sedes das Regionais são os mesmos que apresentam maior suporte e estrutura em termos de saúde para a região; com destaque aos municípios: Ceres, Goiás, Inhumas, Goianésia, Entre os municípios estudados o município Ceres, é o único que conta com a UPA – Unidade de Pronto Atendimento 24 horas.

Além da oferta de serviços de saúde há que se considerar também a função da sociabilidade desses municípios para os trabalhadores do corte de cana e suas famílias; pela presença de atividades e elementos culturais que nem sempre são acessados pelos mesmos, por falta de tempo, disposição e incentivo, como por exemplo o município de Goiás. Como analisam Duarte e Oliveira (2013) os trabalhadores do corte de cana, executam atividades de alto ritmo e intensidade que os levam à exaustão e ao processo de adoecimento pelas más condições de trabalho, em ambientes inadequados e insalubres, associados a fatores de sociabilidade, como o isolamento a discriminação, o sentimento de abandono e rejeição e a ausência de apoio social.

Para Duarte (2010) a intensa rotina de trabalho e o esfriamento das relações interpessoais, podem provocar o adoecimento mental, à medida que no trabalho do corte de cana, o sistema de produtividade, faz do tempo algo proporcional ao rendimento e com isso, o trabalhador fica condicionado a dedicar sua atenção exclusivamente à atividade do corte.

Quanto à dimensão social desse aspecto é importante ressaltar também a simbologia de força imbricada ao machismo muito presente no Brasil.

Essa dimensão simbólica da força e resistência para o trabalho, faz com que os trabalhadores pratiquem a auto cobrança e a autopunição diante da sua limitação produtiva. Silva (2007) (2013), Alves (2007) e Oliveira (2014b) identificam em suas pesquisas como o discurso de “*trabalho para macho*” está presente no imaginário e fala dos trabalhadores. Tal realidade pôde ser identificada nas entrevistas realizadas em pesquisas de campo. Essa responsabilidade ditada por uma construção social e a cobrança faz com que os trabalhadores entrem em uma desenfreada competição entre si e por outro lado, frente às limitações inevitáveis, geram bloqueios e decepções, além do sentimento de “*fracasso*” quando não atingem seus objetivos, ou quando não apresentam o rendimento por eles mesmos esperado.

Tal realidade faz com que muitos não retornem para seus espaços de origem nem mesmo para visitas. Em outras circunstâncias, fazem com quem reproduzam a opressão pelo poder em casa com suas esposas e filhos, pelas frustrações no trabalho. Tudo isso, soma-se aos problemas já pautados e levam às fragilidades emocionais, que também não são admitidas em função da construção social de força diretamente imbricada ao homem. Além disso, os trabalhadores vivem em uma constante pressão, já que a única ferramenta que possuem é sua força de trabalho e esta pode ser dispensada ou substituída a qualquer momento, como identificam Heloani e Capitão (2003).

Os autores explicam ainda que os trabalhadores são condicionados à um verdadeiro mar de incertezas. Tal realidade faz com que esses sujeitos vivam em uma constante instabilidade emocional. Silva (2013) destaca que os efeitos da atividade para as relações afetivas, a sociabilidade e a organização das famílias, se manifestam também no alcoolismo, na sobrecarga de trabalho, na separação de casais e na usurpação do afeto, quando por exemplo, os trabalhadores não têm condições de criarem os seus filhos.

Como já apontava Bauer et al. (1993) o estresse psíquico predispõe à doença física, de modo que indivíduos com alterações psíquicas apresentam alterações neuroquímicas e endócrinas que significam modificações no comportamento imune. Portanto, a saúde mental está diretamente ligada à saúde de todo o corpo e o seu contrário. Desse modo, o adoecimento da estima, corrobora na queda da imunidade, gerando o aparecimento de diversas outras doenças pela deficiência do sistema imunológico.

Heloani e Capitão (2003) analisam que de modo geral as condições e as exigências do mercado de trabalho atualmente, acabam por gerar rotinas que influenciam no sentido da vida, de modo que o corpo manifesta o sofrimento nas mais variadas doenças, inclusive da

mente. Os autores constatam que, sobretudo os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, são penalizados com circunstâncias de degradação da saúde dia após dia e que doenças antes restritas a certos nichos de mercado, tornaram-se comuns dificultando e impossibilitando o trabalho de muitos sujeitos. Entre essas doenças, estão às lesões por esforço repetitivo ou distúrbios osteomusculares, as tenossinovites e tendinites, ou seja, inflamações que se manifestam nos tendões e nas bainhas nervosas que os recobrem, entre outras doenças que podem provocar a invalidez permanente.

Destacam ainda que essas doenças não são facilmente diagnosticadas o que traz prejuízos para o tratamento das mesmas. Destarte, pelo encolhimento do mercado de trabalho, a luta dos trabalhadores tem sido a luta pela sobrevivência, a luta para não morrer, não importando a que custo isso aconteça. A vida nesse sentido torna-se um estado emergencial, uma etapa volátil e superficial, o que leva à fragilização da subjetividade.

Chaveiro et al. (2013) explica que a fragilização da subjetividade leva o sujeito à vulnerabilidade, de modo que esse pode apresentar facilmente características de instabilidade e doenças emocionais, como ansiedade, baixa autoestima, sofrimento psíquico e outros. Por conseguinte, combinados a fatores sociais, tais confusões psíquicas podem corroborar para que os sujeitos vejam na *drogadição* uma alternativa para superação de suas fraquezas, já que na droga, encontram as momentâneas sensações de prazer, força, coragem e outros.

Duarte (2010) elucida que essas características, bem como a insônia, a irritabilidade, a fadiga, a dificuldade de concentração e o esquecimento, são Transtornos Mentais Comuns (TMCs) que indicam a predisposição para o adoecimento mental. Para o autor “tem-se verificado, também, a associação dos TMCs com os eventos vitais produtores de estresse, com o baixo apoio social e com variáveis relativas às condições de vida e trabalho” (DUARTE, 2010, p.30). Entre essas variáveis, pode-se destacar a baixa escolaridade, o número reduzido de bens duráveis, as precárias condições de vida, com destaque à moradia e as dificuldades de relacionamentos.

Tais condições são muito comuns nos ambientes de trabalho das empresas, ainda mais no trabalho do corte de cana onde o sistema de produtividade faz a relação de tempo diretamente igual a de rendimentos, e com isso os trabalhadores praticamente ficam condicionados a simplesmente cortar a cana, não atentos muitas vezes ao colega que está próximo. À luz disso, para além dos potenciais problemas de saúde diretamente relacionados às condições de trabalho do cortador de cana, como os referentes a acidentes de trabalho, à intensa exposição ao sol, ao esforço repetitivo proveniente dos movimentos feitos para o corte da cana, aos problemas respiratórios observados pela intensa exposição à fuligem; os

problemas quanto à saúde emocional, decorrentes das carências de sociabilidade, da competitividade, do esforço, da exaustão e outros aspectos, precisam ser considerados.

Isso porque, a ausência desse cuidado, pode gerar outros agravantes na saúde desses trabalhadores, devido ao enfraquecimento de seu sistema imunológico de modo que algumas doenças, não sejam consideradas como consequência do seu trabalho. Em outras palavras, na insuficiência de uma análise superficial dos efeitos das condições de trabalho para a saúde dos trabalhadores do corte de cana, algumas doenças físicas podem ser desconsideradas.

Diante das condições de trabalho e seus efeitos para os trabalhadores, aqui pontuadas, o último tópico desse capítulo irá se dedicar a compreender algumas estratégias de organização e perspectivas dos trabalhadores, pautando-se seus respectivos direitos.

## 5.2 DIREITOS, ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES

Frente ao cenário de insalubres condições de vida e trabalho enfrentado pelos cortadores de cana, com efeitos incisivos e diretos para a saúde desses sujeitos, faz-se necessário pensar os direitos, organizações e perspectivas desses trabalhadores.

Heloani e Capitão (2003) analisam que, ainda que o discurso da “qualidade de vida” seja muito presente, observa-se em nível mundial, que cada vez mais as conquistas das classes trabalhadoras são ceifadas, sobretudo no último século. E como já elucidado, esses sujeitos frente a atual pressão do mercado de trabalho, estão constantemente dedicados a lutarem pela sobrevivência.

Frente ao cenário político atual é válido lembrar sobre a Reforma da Previdência no Brasil, que em 2016/2017 torna a análise de Heloani e Capitão de 2003 bastante atual. Desse modo, no bojo de ataques e desmontes do Estado Social e de uma crise política e financeira oportuna às empresas que viabiliza o discurso da privatização e do agronegócio enquanto à saída da crise; assiste-se o fortalecimento do conceito e seu papel ideológico camuflando-se o ataque aos direitos dos trabalhadores conquistados às duras penas.

Os próximos subtópicos estão divididos em assuntos acerca do tema, os quais julgou-se importante compreender para dimensionar-se tal realidade. São eles: a convenção do setor, com discussões sobre a categoria, o processo de mecanização da atividade do corte de cana e o papel e ação dos sindicatos diante de tudo o que foi exposto neste trabalho demonstrado nessa pesquisa.

### **5.2.1 – A convenção coletiva do agronegócio canavieiro: considerações sobre os direitos dos trabalhadores**

Em 2016 aconteceu a 32ª Convenção coletiva do setor sucroalcooleiro. A convenção, referente ao ano de 2016/2017, abrange as categorias de empregados rurais do setor sucroalcooleiro [sic] no estado de Goiás. E é mediada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG); Federação dos Trabalhadores(as) Rurais Empregados Assalariados de Goiás (FETAER-GO); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Cabe ponderar que recentemente

[...] a FETAEG tornou-se 'Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás', deixando de representar os empregados/rurais no Estado de Goiás, passando a representar apenas os agricultores familiares, ou seja, trabalhadores sem vínculo de emprego, que prestam serviços de forma autônoma com o auxílio de familiares. (SANTOS, 2016).

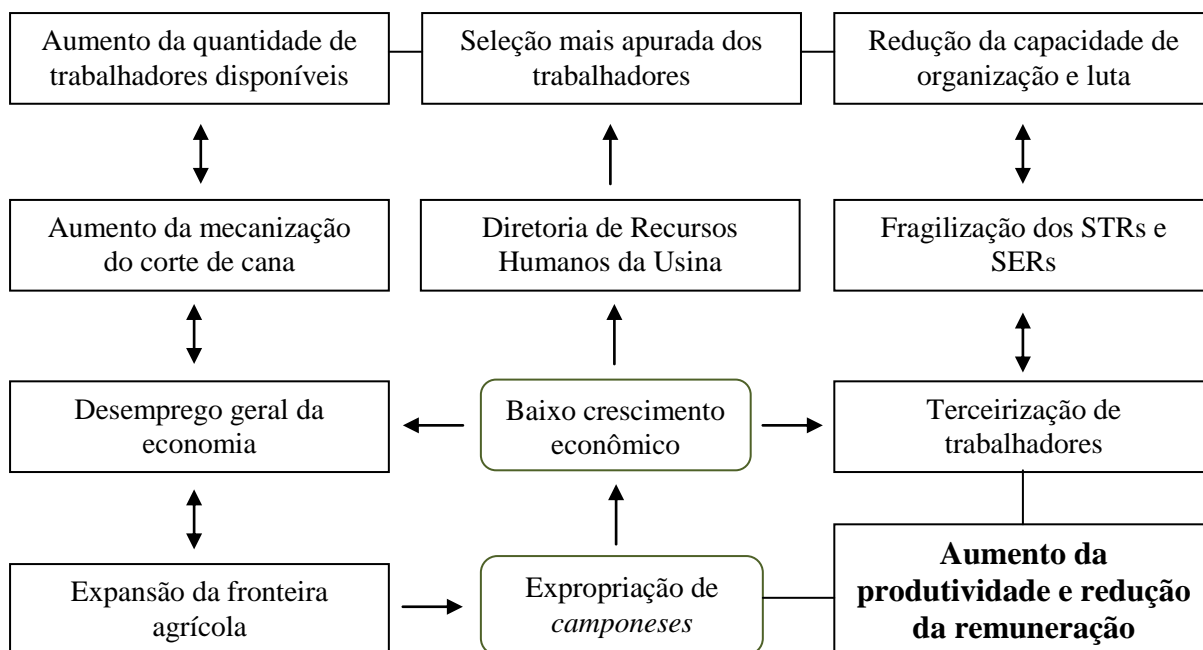
Em consequência disso, a FETAER-GO foi criada, representando os trabalhadores rurais empregados/assalariados em Goiás.

Na Convenção foram discutidos salários, reajustes e pagamento do piso salarial. De acordo com a decisão na convenção o piso salarial da categoria dos trabalhadores da lavoura canavieira a partir de março de 2016 seria de R\$946,40 (novecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) e a partir de setembro de 2016 R\$982,80 (novecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos). Em situações de diária unificada em que o trabalhador presta serviço por dia e por produção em jornada integral, o trabalhador tem o direito de no mínimo R\$31,55 (trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos) e a partir de setembro de 2016, R\$32,76 (trinta e dois reais e setenta e seis centavos).

Alves (2007) percebe que os reajustes quanto ao piso salarial não são significativos ao longo dos anos, à medida que proporcionalmente os trabalhadores aumentaram a produção. O autor explica isso a partir dos dados de que na década de 1980 os trabalhadores cortavam cerca de 06 (seis) toneladas de cana por dia, enquanto nos anos 2000 a produção foi para 10 (dez) toneladas por dia.

Em 2007, o piso salarial da categoria era de aproximadamente R\$420,00 reais, sendo o salário mínimo mensal do mesmo ano R\$380,00. Proporcionalmente, o salário mínimo em 2017 é de R\$937,00, enquanto o piso salarial da atividade é de R\$946,40, pouco mais que o salário mínimo. Alves (2007) analisa que o aumento da produtividade e a redução da remuneração estão relacionados aos aspectos apresentados na figura:

**FIGURA 44 - AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO CORTE MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR**



Fonte: Alves (2007, p. 40).  
Adaptação: A autora (2017).  
Elaboração: A autora (2017).

Para o autor, o aumento da quantidade de trabalhadores disponíveis, com a mecanização do corte de cana, o desemprego geral da economia e a expansão da fronteira agrícola que provocou a destruição de “formas de reprodução da pequena propriedade agrícola familiar”; a seleção mais apurada dos trabalhadores com o exercício das diretorias de recursos humanos das usinas e a redução da capacidade de luta dos sindicatos de trabalhadores rurais (SRNs) e sindicatos de empregados rurais (SERs); bem como o crescente processo de terceirização dos trabalhadores<sup>28</sup> provocou a redução da remuneração no corte manual de cana, em um cenário de aumento da produtividade.

De tal sorte, observa-se que esses trabalhadores se submetem às condições precárias de trabalho em um cenário de competitividade, controle e subordinação. Sobre o pagamento de salários, formas e prazos, estabelecidos na convenção ficou acordado que os empregadores, a partir de 2016 devem pagar semanal ou quinzenalmente o salário de seus empregados, em dinheiro, cheques ou depósito em conta bancária. Ressalvando que o pagamento deve ser feito mediante recibo ou contracheque, que deve apresentar descrição detalhada: nome do

<sup>28</sup> Após a defesa da presente dissertação de mestrado, em 22 de março de 2017, o Projeto de Lei (PL) 4.302/1998, foi aprovado, liberando a terceirização para todas as atividades de uma empresa, de modo que a contratação de serviços terceirizados podem ocorrer sem restrições de cargos. Sendo a lei sancionada em 31 de março de 2017, pelo atual presidente Michel Temer.

empregador, nome e número do empregado, valor líquido pago, os dias trabalhados, a natureza da atividade executada, o total da produção, o valor, horas-extra, adicional de insalubridade e outros.

Quaisquer pagamentos realizados diferentes dessas condições, de acordo com a convenção, devem ser realizados mediante consulta e aprovação dos trabalhadores com a notificação do sindicato com a antecedência mínima de 15 dias, sendo facultada a participação dos sindicatos na reunião que poderá ocorrer na empresa. Os pagamentos quinzenais deverão acontecer às sextas ou sábados. Mas segundo parágrafo sexto “fica mantido o sistema de pagamento mensal, obedecidos os limites da lei, aos empregados que atualmente recebem os salários nessa periodicidade” (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016, p. 12).

Nota-se que os padrões estabelecidos sobre as formas de pagamento antes da convenção se mantém. Em entrevista realizada em pesquisa de campo em 2016, um trabalhador demonstrou-se bastante insatisfeito com a postura do sindicato diante de problemas referentes aos pagamentos. O trabalhador afirma “*eles só servem para descontar nosso dinheiro todo mês. Quando a gente precisa é isso aí [...]*”.

Sobre as condições da cana cortada manualmente, ficou acordado que os preços para as canas “bisadas” – nome dado àquelas que atingiram suas ideais condições para o corte e ficaram pendentes de uma safra à outra e de cana crua para moagem e para plantio manual, serão negociados entre empregadores e empregados, nos locais de trabalho, sendo a participação do sindicato facultada. Caso não haja acordo, a participação desses será solicitada. Os preços das atividades executadas devem ser estabelecidos previamente e deverão ser fornecidos aos trabalhadores pelo gerente ou fiscal ainda no início do dia.

Como relatado no capítulo anterior, a relação dos cortadores de cana com os fiscais ainda constitui-se como um desafio. Segundo Alves (2007, p.40) “[...] as usinas perseguem maior produtividade, além de trabalhadores subordináveis ao chefe e fiscal da turma, que são os indicadores da contratação”.

Na medição da cana cortada, são usados um compasso de 02 (dois) metros com ponta de ferro. De acordo com a convenção, a medição deve ser feita oito por oito pelo fiscal ou coordenador de turma. A medida padrão feita com o compasso deve ser aferida pelos trabalhadores, seus representantes sindicais e a empresa. Segundo a cláusula décima, no início da jornada de trabalho do dia seguinte, ou no final do dia de trabalho “se essa já for a prática, os empregadores fornecerão a cada empregado no corte manual um comprovante de sua produção diária” (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016, p.14). Esse

comprovante deve apresentar, além do nome e número do empregado, a metragem do seu serviço bem como a classificação e o preço do mesmo. Poderão ser mantidas outras formas tradicionalmente praticadas, desde que mantenham as referidas especificações.

Alves (2007) esclarece que tal comprovante é denominado pelos trabalhadores, como “pirulito”. O comprovante apresenta-se como uma forma de controle do trabalhador sobre a sua produção, de tal modo que, as usinas diante desse instrumento, perde em partes a capacidade de pressão sobre os trabalhadores do corte de cana, já que, frente ao conhecimento dos trabalhadores sobre a sua produtividade, os mesmos podem, reduzir o ritmo quando acharem necessário, ou quando estiverem próximos ao esgotamento físico, pois assim (de posse do pirulito) sabem quando atingiram o salário que atende às suas necessidades e demandas pessoais.

De acordo com a convenção, as remunerações mínimas para o pagamento da cana cortada que são enleiradas em 5 linhas (ou ruas como também são chamadas), respeitando-se as práticas locais que garantem remuneração superior, são as disponíveis na tabela a seguir:

**TABELA 3 - DENOMINAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E PREÇO DA CANA QUEIMADA A PARTIR DE SETEMBRO DE 2016**

Tipo	Tonelagem por Hectare	Por Metro Linear em R\$	
		Em Pé	Caída
1	110 - 129	0,4726	0,5905
2	100 - 109	0,4134	0,5174
3	90 - 99	0,3734	0,4670
4	70 - 89	0,3151	0,3937
5	50 - 69	0,2360	0,2953
6	Até 49	0,1568	0,1967

Fonte: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO (2016).

Adaptação: A autora (2016).

Mais uma vez, faz-se necessário retomar à reflexão sobre os fiscais e suas relações com os trabalhadores. Sendo esse o encarregado pela atividade de aferir a produção junto aos trabalhadores, ou em fase de contratação encaminhar os mesmos aos departamentos pessoais para exames admissionais, este apresenta papel importante na admissão dos empregados do corte de cana e na execução de seu trabalho. Para Alves (2007) inúmeros desentendimentos entre trabalhadores e usinas, decorrentes da conversão de valores da tonelada de cana, desencadearam greves, sobretudo, na década de 1980.

Ainda sobre as condições de execução do trabalho, conforme acordado em convenção e esclarecido no parágrafo terceiro da cláusula décima primeira, quando o corte for realizado em condições adversas de lavoura, como quando na presença do capim colonião, ou outra erva daninha que possa dificultar o serviço do corte o preço a ser pago deve ser negociado tendo os valores da tabela como referencial mínimo para tal. No comprovante deve estar anunciado o percentual de acréscimo que foi negociado. O parágrafo quarto, esclarece que para os cortes cuja tonelage ultrapassar 129 toneladas por hectare, deverá ser acrescido 20% sobre a cana.

Sobre o décimo terceiro salário, esse deve ser calculado a partir da média de remuneração nos últimos 06 (seis) meses de trabalho, ou no período trabalhado, quando inferior a isso “ou dos últimos 30 dias trabalhados, caso este tenha valor superior ao da média encontrada” (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016, p.17). A respeito do adicional de insalubridade, o material informa que o mesmo será pago na forma da lei<sup>29</sup>. São consideradas atividades insalubres aquelas em que os trabalhadores e trabalhadoras ficam expostos à agentes nocivos à saúde.

De acordo com a convenção, os empregadores devem assinar a Carteira de Trabalho de todos os empregados de modo que a cópia do contrato deve ser entregue ao empregado no ato da devolução da carteira. Sobre os trabalhadores de outros estados ou regiões, o material é claro ao elucidar que deverá haver preferência para trabalhadores do local das sedes das usinas e destilarias e municípios vizinhos, desde que esses trabalhadores retornem aos seus municípios no final da jornada de trabalho.

Desse modo, na seleção dos trabalhadores, os empregadores devem dar preferência aos empregados aprovados da região local. Em caso de contratação de trabalhadores de outros locais, devem fornecer alojamento gratuito, atentos às condições de segurança, saúde e higiene. Os empregadores, não podem pagar aos trabalhadores migrantes, salários diferentes dos que são pagos aos trabalhadores da sede do local dos serviços e não podem utilizar “gatos” na contratação. Em caso de demissão os trabalhadores devem receber um comunicado por escrito. A vigésima cláusula atenta-se para o seguinte aspecto:

Fica vedada qualquer punição ao trabalhador que tenha participado da negociação desta Convenção Coletiva de Trabalho, ou de movimento reivindicatório ou greve, ocorrido em virtude desta negociação, pelo cumprimento das cláusulas aqui convencionadas, ou pela garantia de qualquer outro direito legalmente assegurado, inclusive a transferência para trabalho isolado dos demais trabalhadores da mesma

---

<sup>29</sup>A LEI Nº 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm)>.

propriedade e função, desde que o mesmo tenha atuado dentro da legalidade. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016, p.20).

Nota-se que algumas usinas não fornecem alojamentos. E devido aos problemas enfrentados na maioria desses, conforme evidenciado em pesquisa de campo, os trabalhadores preferem comprometer parte dos seus salários com o aluguel de moradia. Além disso, é preciso ressaltar, que parte dos trabalhadores têm enfrentado a mobilidade com suas famílias, o que também compromete a possibilidade de ficarem instalados em alojamentos.

Sobre a preferência quanto à contratação de trabalhadores locais, observou-se em pesquisa de campo, que os mesmos, são minoria no trabalho do corte de cana. Alves (2007, p.43) atenta-se ao fato de que “alguns gerentes de Recursos Humanos argumentam que a contratação de migrantes provenientes de regiões distantes, tais como Maranhão e Piauí, deve-se à escassez de trabalhadores [locais] dispostos a cortar cana”. Para os mesmos o problema do desemprego portanto, não é de ordem quantitativa, mas sim qualitativa.

No Encontro Nacional de Geografia Agrária realizado em novembro de 2016 em Aracaju, o tema foi abordado no Grupo de Trabalho referente à reestruturação produtiva do Agronegócio. Na ocasião, docentes e discentes da região Nordeste que realizam pesquisas nesse espaço identificam que nas usinas da região, os trabalhadores do corte, também são migrantes; oriundos da região Norte ou de outros estados. Assim, entende-se que além da predisposição à atividade, não se pode desconsiderar a possibilidade de exploração dos trabalhadores, por meio da mobilidade espacial do trabalho.

A respeito do fornecimento de ferramentas de trabalho, os empregadores devem fornecer aos empregados sem ônus aos trabalhadores essas ferramentas. Poderá ser descontado do trabalhador, o valor das ferramentas que não forem devolvidas no ato da rescisão do contrato. Além disso, devem ser fornecidos também os EPIs em 2 pares, de luvas e de “mangotes” para que seja possível a higienização.

Quanto à jornada de trabalho, ficou acordado que essa é de segunda ao sábado para os cortadores de cana. Com horários das 07:00 horas às 16:00 horas de segunda à sexta, com 01 (uma) hora de intervalo para almoço e descanso e horários das 07:00 horas às 11:00 horas aos sábados. Perfazendo-se assim, 44 horas semanais e 220 horas mensais. Diariamente são 08 (oito) horas de trabalho de segunda à sexta e 04 (quatro) horas de trabalho aos sábados. Com 01 (uma) à 02 (duas) horas de descanso e almoço. A jornada de mais de um turno de trabalho é admitida. Para esse caso o parágrafo terceiro da cláusula 24 esclarece:

No caso de adoção de três turnos fixos, as turmas trabalharão nos horários para os quais forem escaladas, sendo assegurada uma folga semanal e sua coincidência com o domingo, ao menos uma vez a cada sete semanas – e a fruição do intervalo para

refeição e descanso não inferior a 1 (uma) hora. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016, p.23).

Sobre os feriados, os mesmos devem ser respeitados, facultando-se no âmbito dos municípios, a adoção pelos empregadores de Escala Anual de Dias Pontes – em que os feriados podem ser remanejados agrupando-se ao início ou final da semana. O parágrafo sétimo dessa cláusula, garante às empresas a possibilidade de 09 (nove) horas de jornada de trabalho diárias de segunda à quinta, compensando-se o sábado. De modo que, se a empresa adotar esse ritmo, as horas porventura trabalhadas aos sábados são consideradas hora-extra.

Quanto ao descanso semanal, o repouso semanal remunerado deve ser garantido aos empregados do corte de cana que trabalham 06 (seis) dias na semana. Em casos especiais, quando acordado entre as partes, poderá haver corte de cana aos domingos, que deverá ser remunerado na forma da lei. Em situações em que o empregado não trabalhar por motivações alheias a sua vontade, desde que esse, compareça no ponto de trabalho, o mesmo deverá receber pelo dia de acordo com uma média salarial semanal.

Quanto as outras disposições sobre jornada, a cláusula trigésima primeira, denominada jornada diferenciada garante:

A FETAEG e os sindicatos de trabalhadores rurais se comprometem a discutir com os empregados rurais de suas bases, sobre a possibilidade de adoção de jornadas diferenciadas de trabalho para as atividades de corte e de plantio manual, englobando rotatividade de folga e trabalho aos domingos, e submeter a proposta patronal, com sua motivação, à Assembleia Geral Extraordinária da categoria profissional, no respectivo sindicato, ficando a adoção da mencionada sistemática condicionada à aprovação da proposta pela maioria dos presentes na referida assembleia. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016, p.27).

Como pontuado anteriormente, o peso da rotatividade recai sobre a sociabilidade dos trabalhadores. Como bem compreende Silva (2013) esse sistema compromete a reprodução social, por conseguinte, cultural desses sujeitos, pelo bloqueio do tempo comum de lazer à todos o qual é fundamental na sociabilidade. Desse modo, a organização dos mesmos também é comprometida. Além de tal fato implicar em efeitos para a saúde.

Quanto ao transporte dos trabalhadores até os canaviais, esse deve ser seguro, conduzido por motoristas habilitados, evitando-se o excesso de velocidade. O transporte deve ser oferecido pela empresa e deve sair para o campo as 06:00 horas e regressar as 16:00 horas. Em casos de acidente, o transporte do trabalhador ao hospital credenciado, deve ser garantido pela empresa. Lembrando que o empregador deve dispor de posto de atendimento ambulatorial para primeiros socorros, próximo às lavouras. Além disso, o empregador deve se comprometer a comunicar ao órgão competente da Previdência Social, sobre o acidente ocorrido.

Sobre os sindicatos, o livre exercício da atividade sindical deve ser garantido pelos empregadores, em iguais oportunidades patronais. Os delegados sindicais devem ser escolhidos em Assembleia Geral do respectivo sindicato, dentre os trabalhadores que prestam serviço. Desde que feita prévia comunicação à empresa, os trabalhadores convocados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) para participarem de cursos, reuniões, seminários, congressos e conferências realizadas pelo sindicato, têm assegurado a justificativa de falta no trabalho. Lembrando que o direito de se ausentar não lhe garante a remuneração e essa ausência tem o limite de 05 (cinco) dias ao ano. Para participação na Convenção Coletiva, é assegurado o direito de ausência justificada (não remunerada) mediante comunicação escrita, à um empregado por empresa.

Um dos aspectos frisados incisivamente por um dos trabalhadores que contribuiu com sua narrativa, foi quanto à participação na convenção. O mesmo considera de suma importância o envolvimento nas discussões sobre seus direitos. No entanto, ressalva que a participação no momento é – talvez não por acaso – desarticulada. Isso porque as convenções via de regra, ocorrem em dias de trabalho da categoria. Conforme evidenciado no próprio material resultado da Assembleia, os incentivos para os trabalhadores participarem, nas condições postuladas, não são significativos. Ao contrário, pode-se dizer que os trabalhadores não têm o direito de discutir seus direitos.

O trabalhador revela também sobre o cerceamento das organizações por meio da perseguição de trabalhadores que apresentam-se envolvidos ou articulados. O que acaba por fazer com que a insegurança, desmobilize os sujeitos. O mesmo revela ter sido demitido de duas usinas da região, devido ao seu nível de articulação e conhecimento sobre seus direitos. Bem como os problemas de relação com os fiscais. Alves (2007) quanto à isso, lembra que são eles os responsáveis também por pesquisarem o histórico dos trabalhadores nas usinas antes da contratação.

Para o sujeito, os maiores efeitos da organização dos trabalhadores, foram obtidos, por meio das greves. O seu relato remonta a um importante período da história do setor canavieiro que foi a greve de Guariba da década de 1980. Conforme lembra Alves (2007) a greve resultou na conquista do piso salarial de dois salários mínimos na época. Acrescenta ainda que:

Até a greve de Guariba, nos dias em que os trabalhadores não trabalhavam por problemas decorrentes da programação das usinas (inexistência de cana queimada; dias em que as moendas paravam para manutenção; dias chuvosos, em que os caminhões não podem transitar no campo, etc.) eles não recebiam nada. (ALVES, 2007, p. 49).

Os curtas – documentários, *O Corte - 30 anos da Greve de Guariba*<sup>30</sup> e *Greve em Guariba - Trabalho no Agronegócio Canavieiro*<sup>31</sup> são elucidativos ao lembrarem o episódio que marcou o destino dos trabalhadores do corte de cana, não somente na região Sudeste, mas em todo Brasil. A revolta, desencadeada pela luta pela dignidade e pelas condições de existência, ficou conhecida em todo país e fora, pelas cenas de opressão e violência vividas pelos trabalhadores no ano de 1984, conforme pode ser revivido pelo registro de Osmar Cardes (1984).

**FIGURA 45 - CONFLITO EM GUARIBA**



Fonte: Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (1984).

Autor: Osmar Cardes (1984).

Mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, em sua maioria migrantes, enfrentavam o batalhão da polícia em um palco de guerra. De um lado, ferramentas de trabalho – foices e podões, de outro; armas de fogo comandadas pelos interesses hegemônicos. Em meio a tudo isso, o desejo de condições humanas de trabalho. E com todo o pesar do episódio, lembrado também pela violência: a conquista de direitos que ainda precisam ser defendidos.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FYUfU9FDguw>>.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=C80LdYQf32M>>.

Retomando a leitura para a atualidade pautando-se sobre os direitos teoricamente garantidos pela convenção: as contribuições sindicais são descontadas em mensalidades e devem ser repassadas ao sindicato pelo empregador até o décimo dia do mês subsequente, conforme acordado em Convenção. Até o décimo quinto dia, devem ser encaminhadas também a relação com os nomes dos contribuintes e os respectivos valores recolhidos. Segundo a quadragésima quarta cláusula, referente à ação conjunta em defesa do setor:

Os STRs e as entidades de grau superior a que os trabalhadores estejam vinculados, se comprometem a defender, em conjunto com as entidades patronais, os interesses do setor sucroalcooleiro, mediante a efetiva participação em fóruns, seminários, debates, eventos e outras promoções, subscrevendo e formulando reivindicações que serão encaminhadas de forma conjunta aos órgãos governamentais. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016, p.36).

Nesse sentido, faz-se importante lembrar o papel das Universidades, dos Movimentos Sociais, das Pastorais e outros espaços que pensam essa realidade. Sendo fundamental a articulação das diferentes esferas que se propõem a refletir sobre o setor, no exercício da investigação e luta pela garantia de uma sociedade mais justa, com os setores da economia circunscritos em uma coerência com a heterogeneidade do território brasileiro e não lapidados unicamente aos interesses de lucro dos projetos hegemônicos.

Perante isso, um dos aspectos do agronegócio canavieiro a ser pensado ao se estabelecer como recorte a mobilidade espacial do trabalho é o processo de mecanização, assunto qual será detalhado no próximo item.

### **5.2.2 – O processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar**

No que tange o processo de mecanização do corte de cana, esse é um aspecto que inquieta os trabalhadores que realizam essa atividade manualmente para o setor. Há muito se fala sobre esse processo, mas nota-se que ainda hoje há muitas áreas em que não foram feitas a substituição do corte manual pela colheita mecanizada, ou a extinção.

Do ponto de vista legal, identifica-se a exigência da redução gradativa da queima, de acordo com a Lei nº 15.834, de 23 de novembro de 2006. A lei pode ser entendida a partir da tabela seguinte:

**QUADRO 5 - PERIODIZAÇÃO DA EXIGÊNCIA QUANTO À REDUÇÃO GRADATIVA DA QUEIMA DA PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE GOIÁS**

Período	Ano	Exigência
1º ao 5º ano	2008 - 2012	10% da área cortada
6º ao 10º ano	2013 - 2017	25% da área cortada
11º ao 15º ano	2018 - 2022	50% da área cortada
16º ao 20º ano	2023 - 2027	75% da área cortada
21º ano	2028	100% da área cortada

Fonte: Lei nº 15.834, de 23 de novembro de 2006.

Elaboração: A autora (2017).

Alguns aspectos da lei também devem ser considerados:

1. Não se fará a queima da palha de cana-de-açúcar a menos de:
  - I. 1(um) quilômetro da área de urbanização;
  - II. 1(um) quilômetro da área das terras indígenas.
2. Consideram-se áreas mecanizáveis as plantações:
  - I - Em áreas acima de 150 ha;
  - II - Terrenos que sejam contíguos e apresentem declividade inferior a 12%;
  - III - Com solos com estruturas que permitam a adoção de técnicas usuais de mecanização da atividade de corte de cana.
3. O produtor ou agroindústria poderá alocar livremente as áreas em que serão utilizadas as queimadas em outras áreas por ele cultivadas e que a princípio não seriam objeto desta prática.
4. As áreas não mecanizáveis não estarão sujeitas à redução gradativa do emprego do fogo.  
(Lei nº 15.834, 2006).

Seguindo a lei estadual, atualmente, 50% das áreas devem estar adequadas quanto às exigências sobre a redução da queima gradativa. É válido destacar que a lei permite que as áreas não mecanizáveis não estejam submetidas às essas exigências e as áreas inferiores à 150 ha, bem como as com declividade superior a 12% não são consideradas mecanizáveis. Características essas presentes nas áreas estudadas.

Alves (2007) explica que a atividade de colheita se constitui em três fases: corte, carregamento e transporte, de modo que as duas últimas se mecanizaram primeiro e “a colheita propriamente dita, que é retirar a cana do solo e prepara-la para o carregamento, permaneceu manual até o final da década de 1980” (ALVES, 2007, p. 25). Segundo Silva (2016) a mecanização dessa atividade bem como a do plantio, são os principais avanços técnicos pela perspectiva mecânica. O autor esclarece que a mecanização dessa fase do processo produtivo, altera o número de pessoas envolvidas e seleciona a ocupação dos espaços de expansão da monocultura.

Explica ainda, que a mecanização corresponde à melhoria da imagem do setor pelo critério ambiental e social, de modo que a colheita da cana crua mitiga um dos efeitos ambientais: a queimada e minimiza a quantidade de empregados no setor com contratos temporários. No entanto, conforme identifica o autor, a principal motivação dos empresários do agronegócio canavieiro para a mecanização dessas etapas produtivas é “a redução dos custos operacionais e do embate entre capital e trabalho, à medida que dispensa grande parte da mão-de-obra envolvida no processo de produção de matéria-prima” (SILVA, 2016, p.76).

Como pautado no capítulo anterior, isso significa o aumento do *exército industrial de reserva*, o que por conseguinte, reverbera na competitividade entre esses trabalhadores e a possibilidade da acumulação ampliada do capital por meio da exploração da força-de-trabalho desses sujeitos.

O corte manual ainda é representativo na área estudada. Conforme pode-se observar na tabela à seguir:

**TABELA 4 - PORCENTAGEM DE MECANIZAÇÃO NA ÁREA DE ESTUDO (2016)**

Usina	Município	Corte Manual (%)	Corte Mecanizado (%)
<b>Jalles Machado Matriz</b>	Goianésia	-	100
<b>Unidade Otávio Lage</b>	Goianésia	-	100
<b>Goianésia</b>	Goianésia	67,3	32,7
<b>Vale Verde</b>	Itapaci	70,0	30,0
<b>Vale Verde<sup>1</sup></b>	Itapuranga	85,0	15,0
<b>CRV Industrial</b>	Carmo do Rio Verde	50,0	50,0
<b>Cooper Rubi</b>	Rubiataba	70,0	30,0
<b>Usina Uruaçu</b>	Uruaçu	-	100,0
<b>Unidade Anicuns</b>	Anicuns	Permite colheita mecanizada em 90% das áreas <sup>2</sup>	
<b>CentroÁlcool</b>	Inhumas	80,0	20,0

<sup>1</sup>A usina atualmente encontra-se desativada.

<sup>2</sup> Percentual de área colhida mecanizada atualmente, não identificado

Fonte: Ferreira (2016); Pesquisa de campo (2016) (2017)

Elaboração: A autora (2017).

Para Ferreira (2016) a topografia acidentada de uma parte considerável da região inviabiliza a mecanização total na colheita de cana-de-açúcar. A autora considera que desse modo o desenvolvimento é incompleto. Esclarece ainda que essa realidade é diferente da região Sudoeste do estado de Goiás, em que se predomina uma topografia mais plana. Ao analisar a expansão canavieira no Brasil, a autora identifica que a década de 1990 foi um

marco nesse aspecto. Em um contexto de extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) e de reestruturação produtiva, assistiu-se a intensificação da mecanização, por conseguinte, o aumento do desemprego estrutural.

Alves (2007) explica que até então era o Estado que fixava o preço da tonelada de cana, açúcar e do álcool. Posteriormente à essa fase, com a desregulamentação os preços passam a oscilar, a obtenção de lucro passa a depender da capacidade de cada usina, que vai encontrando estratégias de redução de custos nas diferentes fases da cadeia produtiva. Assistindo-se nesse cenário, a adoção da mecanização no plantio e no corte de cana, a diferenciação de produtos, o aumento da produtividade e etc. É nesse contexto também que o pagamento por produtividade aos trabalhadores do corte manual passa a ser peça chave na equação para a obtenção de lucro na usina.

É válido lembrar que como esclarece Ferreira (2016), o setor desde então tem passado por transformações que o torna cada vez mais moderno, com inovações tecnológicas e reestruturações que o dinamiza. Destacam-se o melhoramento genético, a mecanização da produção (plantio e colheita), a utilização de subprodutos e etc. Como bem pontua a autora tudo isso possível, com as redes e objetos técnicos que são fundamentais para o setor. Ao estudar a microrregião Ceres, que está inserida em certa medida no recorte dessa pesquisa, a autora observa que na microrregião:

Grande parte destas plantas industriais são de maquinário antigo e pouco eficiente e tiveram que se adaptar às normas de segurança atuais, contudo, ainda hoje, percebe-se que apresentam dificuldades em renovar o maquinário, tornar mais produtiva a produção e colheita, bem como abolir o uso de mão de obra em situação precarizada frente a necessidade de mecanização da colheita da cana e competição no mercado internacional. (FERREIRA, 2016, p. 145).

Como pontuado no primeiro capítulo, essas usinas, que vieram principalmente de grupos da região Nordeste do país, foram instaladas em sua maioria no período do Proálcool, e são consideradas como analisa Silva (2016), usinas classificadas como *brownfields*, inclusive por apresentarem essas características.

O autor identifica que o Proálcool, também significou algumas inovações adotadas nas fases agrícolas e industriais do setor, mas, sobretudo após o programa continuaram os aprimoramentos genéticos, a diversificação da produção e a utilização de matérias-primas alternativas. Acrescenta ainda que o início do século 21 constituiu-se enquanto um marco na incorporação de muitas dessas técnicas, período em que se intensificaram a disponibilidade de créditos para o setor, fazendo com que investidores procurassem readequar as unidades de processamento com a implementação de um patamar tecnológico superior.

É importante considerar também como elucida Silva (2016) que em função do caráter verticalizado do setor, uma mesma usina pode apresentar diferentes níveis tecnológicos nas diversas etapas do processo produtivo – agrícola ou industrial. Bem como o mesmo pode ocorrer horizontalmente, quando unidades diferentes de um mesmo grupo apresentam diferentes níveis de investimento tecnológico.

A exemplo disso é possível identificar tal realidade analisando-se a apresentação do grupo Farias, que possui 03 (três) unidades fabris no centro-norte goiano. A apresentação institucional do grupo expõe as vantagens competitivas das usinas:

**FIGURA 46 - VANTAGENS COMPETITIVAS DAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DO GRUPO FARIAS EM GOIÁS**



Fonte: Apresentação Institucional do Grupo Farias (2014, p.15).

Conforme já discutido, chama-se atenção para o papel dos incentivos fiscais, a logística e a proximidade das redes técnicas como critérios de vantagens competitivas. Ainda que com a capacidade produtiva do grupo apresentada na figura, as unidades são as que apresentam maior porcentagem de corte manual. Conforme evidenciado em apresentação institucional do Grupo, as unidades de Anicuns e Itapaci apresentam projeto de co-geração de energia sendo nesse quesito autossustentáveis, com a produção de 300.000 MWh/ano a partir

da Biomassa. A unidade de Itapuranga [desativada] tem capacidade (latente) adicional de geração de 400.000 MWh/ano.

Evidenciam ainda que possuem projeto de instalação de mais 03 (três) unidades de processamento em Goiás, nos municípios Turvânia, Itaberaí e Iaciara. Os dois primeiros, localizados no recorte da pesquisa. O que significa a expectativa de territorialização da produção agrícola do monocultivo no centro-corte Goiano. Essas unidades possuem expectativa de capacidade (latente) adicional de geração de 1.200.000 MWh/ano e são consideradas unidades classificadas como projetos *greenfields*. Para o Grupo Farias (2014) entre as vantagens competitivas dos projetos destacam-se:

Topografia favorável a mecanização e transporte; Baixo custo dos arrendamentos e da mão-de-obra; Acesso aos Mercados Internos das regiões Centro-Oeste e Nordeste; Sinergias de produção com o cluster GOIÁS; Incentivo PRODUZIR – redução de 73% do ICMS; Possibilidade de co-geração e receitas de biomassa e serviço. (GRUPO FARIAS, 2014, p. 17).

Observa-se como destacado por Alves (2007) que a competitividade entre as usinas se dá pela sua capacidade produtiva, pela produtividade e pelo lucro a partir de estratégias de arrefecimento de gastos no processo produtivo. O autor entende ainda que, a mecanização e a seleção de terrenos aptos ao manejo de máquinas fazem com que além da preocupação quanto à demanda por ganho em produtividade a partir da força de trabalho dos sujeitos, seja colocado em pauta também a indagação a respeito dos terrenos em que os trabalhadores do corte manual executam seu trabalho, sendo esses comparativamente piores.

Em entrevista com representante de sindicato da região estudada, a entrevistada ao ser questionada sobre a perspectiva dos trabalhadores quanto à mecanização no corte de cana, afirmou que não vê mudanças previstas para os próximos anos remanescentes. Para a mesma, não há previsão ou expectativas de mecanização para o chamado Vale do São Patrício; atribuindo a interpretação à topografia local.

Já para um representante do poder público entrevistado, a leitura sobre o mesmo questionamento é diferente. O secretário considera que há sim uma perspectiva de mecanização, que ainda é possível, mesmo com a presença de algumas áreas de relevo acidentado. E que a usina de CRV Industrial de Carmo do Rio Verde, por exemplo, diante disso, oferece no município de Carmo do Rio Verde, alguns cursos de capacitação para operação de máquinas.

O entrevistado resguarda que o público desses cursos, geralmente, não corresponde aos cortadores de cana, que em sua maioria são migrantes, com baixo ou nenhum nível de escolaridade e que ao seu ver, serão integrados em outras atividades. Os cursos são oferecidos

pelo SENAI em parceria com as usinas. Em pesquisa empírica, em noticiários e material bibliográfico, foi identificado também a oferta de cursos para diferentes atividades do agronegócio canavieiro, ofertados pelo SENAI em parceria com a UNICA.

Para Alencar (2011) essa realidade é sintomática quanto aos interesses das empresas sobre a mecanização. A autora acrescenta ainda que do ponto de vista ambiental, a mecanização significa um ponto positivo, à medida que “com a introdução da mecanização as perdas relacionadas à biodiversidade poderão ser sanadas, pois a morte dos animais causada pela queima do canavial não mais acontecerá[...], portanto um dos impactos ambientais será minimizado” (ALENCAR, 2011, p. 85). No entanto, é preciso destacar que conforme identificado em falas em entrevistas há em algumas situações a queima da cana para o corte mecanizado, considerando-se que seu rendimento é maior.

Portanto o que se pode afirmar, é que as perdas quanto à biodiversidade, poderá diminuir do ponto de vista da queimada, mas ainda assim, demanda-se devida atenção sobre a assertiva. É um equívoco concluir que a perda da biodiversidade é um problema a ser sanado com a mecanização. Além do aspecto pontuado, sobre as queimadas, é evidente que ainda que com os avanços tecnológicos da atividade, a biodiversidade ainda está sujeita aos seus efeitos de diversas outras formas. À medida que toda e qualquer ação humana, causa impactos ao meio ambiente. Desse modo, a questão ambiental em nenhuma hipótese pode ser compreendida como esgotada ou resolvida.

Estudando a realidade de São Paulo, pelo espectro das mudanças no emprego, Torquato (2013) analisa que se por um lado, houve o gradativo aumento da mecanização da colheita de cana, por outro, houve também a expansão da produção do cultivo, demandando-se assim mais mão-de-obra, o que mitiga em partes, a exclusão de trabalhadores envolvidos no processo de colheita manual. O autor entende também, que há que se considerar por outro lado que nada garante que os trabalhadores excluídos serão integrados às outras atividades e setores.

Sobre isso Alves (2007) chama atenção para o que chama de desemprego friccional, que corresponde à inadequação da oferta da força de trabalho aos novos postos criados. Esse tipo de desemprego segundo o autor, em geral está relacionado aos momentos de mudanças tecnológicas em contrapartida à ausência de qualificação necessária. Porém, o autor explica que no caso do setor canavieiro, não trata-se exclusivamente de mudanças tecnológicas, mas também na necessidade de maior produtividade.

Tal fato faz com que o corte de cana, mesmo que manual exija não qualificação em termos de escolaridade, mas uma exigência quanto ao dispêndio de energia e salários

historicamente rebaixados, que fazem com que alguns trabalhadores estejam mais aptos e dispostos à atividade que outros. Em outras palavras, a necessidade pessoal predispõe os sujeitos a se submeterem a essas condições. De tal modo que de forma geral, esses sujeitos convivem com a *precisão* desde muito cedo, de forma que desde crianças são criadas nos seios dos rigores do trabalho.

Para Torquato, é preciso ponderar que o aumento da mecanização, significa também a diminuição dos empregos informais. Todavia, é importante considerar que uma das possíveis formas de integração dos trabalhadores em outras atividades do setor, é naquelas necessárias para o desempenho possível e satisfatórios da máquina. Silva (1992) (2013) lembra à função das catadoras de bitucas. O autor conclui: “O fato de o percentual de mecanização nesse segmento estar aquém do esperado, se considerados os prazos do Protocolo Agroambiental, pode estar atuando como um amortecedor sobre o desempenho dos números favoráveis ao balanço do emprego”. (TORQUATO, 2013, p.13).

Desse modo, compreende-se e retoma-se incisivamente à discussão sobre a questão agrária e sobre as políticas públicas voltadas à permanência e à capacidade dos sujeitos de se manterem no campo. Sendo essa, uma das possibilidades de ter acesso ao próprio meio de produção, e por conseguinte, garantir-se a liberdade de oportunidades e escolhas.

Faz-se pertinente portanto, pontuar a necessidade de uma reforma agrária efetiva e ampla que considere a heterogeneidade do território brasileiro e possibilite a permanência do sujeito na terra, conforme seu interesse. Sendo imprescindível as discussões sobre políticas públicas que considerem o território e a perspectiva da *Soberania Alimentar*, bem como a saúde e a educação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o rural brasileiro, demanda a leitura das trajetórias socioespaciais e históricas que configuram o atual espaço agrário. O território, enquanto categoria de análise, na leitura desse espaço, apresenta-se como importante aporte teórico para dimensionar as relações de poder, as identidades, disputas e os conflitos.

Entender o papel dos conceitos e a contribuição teórica desses para manter certos segmentos no controle, é também importante postura frente às intencionalidades e bagagens ideológicas que esses conceitos trazem em seus diferentes níveis de enunciação. Por trás disso, estão as âncoras que sustentam projetos como o agronegócio. No esclarecimento do projeto hegemônico asilado no discurso do sucesso econômico, encontram-se o Estado, a academia, a mídia e vários outros sustentáculos que garantem o cínico e seletivo lucro desse projeto.

Desnudar o conceito permite a elucidação das mazelas sociais, ambientais e dos efeitos da concentração fundiária, apoiada pelo e no parlamento e tantos atores que se escondem em estatísticas falaciosas e discursos econômicos. Na profissionalização do agricultor nota-se a redução do sujeito a produtor de mercadoria, bem como a redução de recursos naturais a condição de mercadorias em si, que são apropriadas, servindo a um grupo pequeno e específico e privatizando o que é essencialmente público.

A apreensão dos conflitos territoriais revela as contradições, camufladas por paradigmas fragmentados e duais repletos de enunciados polissêmicos. Entender os mecanismos de controle e dominação postos ao molde de sociedade atual parece um estratégico caminho para apontamentos contra hegemônicos. O enfoque nas disputas e conflitos materiais e teóricos entre campesinato, agricultura familiar e agronegócio, sem desconsiderar a questão agrária ainda não superada, oferece apontamentos para uma leitura crítica sobre o projeto hegemônico.

Ao buscar entender qual viés tem sido utilizado na construção das políticas públicas, observa-se que pouco, ou quase nada se considera sobre a heterogeneidade do campo brasileiro e a força que tem essa condição da diversidade. As políticas partem de cima para baixo e não se encaixam com a realidade. Em alguns casos a produção camponesa é cooptada pelo agronegócio e aqueles que não conseguem ter acesso às políticas são totalmente desconsiderados. Por vezes, algumas políticas preparam o território para que o agronegócio se reproduza, já que esse tem menor capacidade de se reinventar de forma independente.

Face à capacidade de *(Re)Existência* dos trabalhadores e trabalhadoras, importante agenda de pesquisa é compreender como tornar acessíveis as políticas públicas à essa majoritária porção heterogênea do campo. Preferencialmente, políticas públicas integradas que apresentem alternativas diferentes das proporcionadas aos moldes essencialmente capitalistas de produção. Consciente de que a passividade legislativa, os desrespeitos às questões ambientais e leis trabalhistas, a concentração fundiária e indiferença frente às potencialidades locais, não são o caminho.

Para fomentar um projeto de Desenvolvimento Rural com políticas públicas com maior capilaridade, é necessário conhecer e reconhecer o plural e evitar o nivelamento por cima de forma padronizada e excludente. Desviar-se também de categorias funcionais que desconsideram elementos intrínsecos ao ser humano, como a cultura, o modo de vida, os *saberes fazeres* entre outros, elementos que atravessem os diversos sujeitos sociais. Carece partir da materialidade e pensar as diferentes especificidades, por uma perspectiva de classe.

Ouvir as demandas, entender os modos operantes, analisar o projeto hegemônico, assumir atenção para não responsabilizar os sujeitos, dimensionar as identidades, pensar a reforma agrária de forma ampliada e adequada à diversidade territorial, considerar os potenciais regionais, são alguns apontamentos inerentes à justiça social. É incoerente exigir sujeitos e condições que não existem, partindo-se de sujeitos ideais. Tal postura só tem aprofundado as desigualdades e revelado demandas por mais estudos sobre os sujeitos em questão.

A partir da adoção de um modelo de exploração baseado na lógica global capitalista, vestida de desenvolvimento, a maioria das áreas de Cerrado foram degradadas. Não somente do ponto de vista natural, com o ataque à fauna, flora, espécies endêmicas e vegetação nativa; mas também culturalmente, com a espoliação de povos, de identidades, e toda dimensão simbólica que constitui o *território cerradeiro* ou os territórios que o constitui.

Nesse sentido, entende-se que o problema reside no fato ou condição dos processos de modernização se balizarem somente no critério econômico, não havendo o equilíbrio com outros critérios como sociais e ambientais. É nesse sentido, que se demanda fazer uma leitura do espaço e dos fenômenos de forma integrada. Entendendo, não somente os impactos, mas também os processos e efeitos. Compreendendo os conceitos por trás dos conceitos, para que as estratégias capitalistas de reprodução e os seus efeitos não sejam lidos como aleatórios ou despropositais.

Com a inserção do capitalismo contemporâneo no espaço agrário observa-se a transformação do tradicional e conservador latifúndio em empreendimentos rurais travestidos

de moderno. A concentração fundiária trata-se ainda de uma equação mal resolvida, desde o período colonial. E portanto, cabe a pergunta: em que medida, podemos denominar certos atrasos de modernização? Quais os limites espaciais e estratégicos dessa?

Revela-se assim a importância dos conceitos, como forma de resistência, ideológica ou até mesmo contra hegemônica. Ponderar-se que essa é uma *modernização conservadora*, ou que os *povos cerradeiros (Re)Existem*. Bem como perceber que o agronegócio, não se restringe a rasa ideia de negócio no campo e que é preciso dimensionar o *agrohídronegócio* na medida que um dos mais importantes componentes naturais está em xeque em uma disputa injusta e sendo apropriado de forma privada e desigual.

A ausência de fiscalização, ou as demandas ainda existentes quanto às ações tomadas frente aos resultados obtidos a partir da existente, corroboram para que essa realidade se propague. Os incentivos criados pelo Estado, por meio da concessão de fomento e de condições favoráveis para a produção de *commodities* em detrimento da disponibilidade de terras para produção de *comida* converteram as zonas de Cerrado na principal fronteira agrícola do país. O espaço agrário brasileiro é marcado pela subordinação aos interesses que vão ao encontro da efetivação do latifúndio e da ação do capital.

As políticas que incentivaram o uso e apropriação do Cerrado priorizaram o médio e o grande proprietário, facilitando a venda e o controle das terras do Cerrado de forma concentrada. Assistem-se no início do processo grandes investidores do Sul e Sudeste do país, em contrapartida, aos expropriados do Norte e Nordeste, que aparecem como mão de obra barata, evidenciando a ineficiência dessas políticas no equilíbrio das desigualdades regionais. Atualmente, há que se considerar os investidores e interesses de atores de diversas regiões do país e de outros países, inclusive.

O *cercamento camponês*, os cemitérios de árvores, o trabalho análogo ao escravo, as nascentes depredadas, o controle da renda da terra, a contaminação do solo, ar e água pelo uso de insumos, delineiam o quadro de verdadeira violência da territorialização do agronegócio canavieiro no Cerrado, camuflados pela diversidade produtiva. O setor que tem se ressignificado ao longo dos anos de formação territorial do Brasil, mas que ainda carrega os abismos sociais que ainda podem ser identificados nos meandros das estratégias empresariais.

A expansão canavieira aparece como o ápice da territorialização do agronegócio na região estudada. A disputa pelos recursos hídricos evidencia o *agrohídronegócio* em seus efeitos para a população local e para sociedade como um todo. A realidade do recorte espacial estabelecido evidencia como o desenvolvimento rural no Brasil tem sido proposto, sobretudo

por uma perspectiva economicista, desde o processo de *modernização da agricultura*, até o princípio do *agronegócio* enquanto projeto hegemônico – não considerando o processo de maneira etapista, mas lembrando-se alguns marcos estratégicos, inclusive quanto à matriz discursiva que buscaram/buscam legitimar a efetivação desse modelo de agricultura.

Nessa perspectiva economicista, os dados sobre a produção e a produtividade, se sobressaem como identidades do desenvolvimento rural. No bojo disso e pensando-se o agronegócio canavieiro, identifica-se a diversificação produtiva do setor. Setor esse que se reinventa apoiado em aparatos que não são oferecidos em proporção justa aos camponeses produtores de alimentos que de fato garantem a diversidade no campo. A questão de classe, portanto, não pode ser desconsiderada.

À luz disso, não deixa de ser importante dimensionar a potencialidade do agronegócio canavieiro e as investigações a esse respeito. É evidente que a incorporação de técnicas e tecnologias ao território e aos segmentos agrícola, industrial e produtivo, tem garantido avanços significativos. Há que se considerar a flexibilidade das usinas, com a produção de açúcar, álcool e a co-geração de energia; o aproveitamento dos resíduos como subprodutos; a produção de orgânicos, entre outros avanços.

Por outro lado, chama-se atenção para a preocupação sobre como são colocados esses avanços, de modo que, a representatividade dos mesmos, podem tornar amena a necessidade de ainda se pensar sobre as várias lacunas existentes. O que se pretende colocar à mesa é a discussão sobre as estratégias de reprodução do capital.

Paradoxalmente, observa-se que a produção de etanol no Brasil não acontece vias de fato por uma preocupação com a emissão de CO<sub>2</sub>, como se quer fazer parecer. Como também a produção de cana, açúcar e álcool orgânico, não parte exclusivamente de uma tentativa de se mitigar anos de degradação ambiental pelo uso de veneno. A mola propulsora do processo de mecanização, não é o cuidado quanto à exaustão dos trabalhadores do corte manual. O aproveitamento dos chamados subprodutos não se restringe à uma cautela quanto ao acúmulo de resíduos no meio ambiente. O que há por trás disso é o aproveitamento das pautas sociais e ambientais para a reprodução do capital, sustentadas por uma perspectiva econômica e o discurso de geração de emprego.

Nesse sentido, reconhece-se a capacidade de diversificação do setor, a qual ocorre por meio de incentivos fiscais, disponibilidade de recursos naturais e exploração da mão-de-obra orquestrada de acordo com os interesses sobre a reprodução do capital canavieiro. Provocando, por conseguinte, a mobilidade do capital. Todavia, entende-se que colocar isso como elementos suficientes e satisfatórios no âmbito do compromisso de desenvolvimento

rural, pode trazer consequências sérias à sociedade, reproduzindo-se injustiças sociais e ambientais.

Entender essas ações e práticas pautadas no discurso *bioe tech*, como subsídios de desenvolvimento, é colocar sobre o desenvolvimento de fato uma pedra. A realidade é mais complexa do que se parece à primeira impressão. Há que se considerar portanto as contradições que se delineiam no espaço, colocando em questão o questionamento: Para quem ocorre o desenvolvimento rural?

Paralelo à produção de etanol estão os gastos exorbitantes de água. Ao lado de complexos e modernos sistemas de irrigação, estão moradores sem o recurso para uso doméstico. Cercadas pelas paisagens estéreis da monocultura canavieira, estão os cultivos camponeses que dependem da chuva. Embaixo dos aviões que aplicam os insumos, estão estratégias agroecológicas camponesas de *(Re)Existências*. Às margens das imponentes usinas co-geradoras de energia, estão assentados dependentes de lamparinas.

Em contrapartida às redes técnicas acessíveis aos empreendimentos agroindustriais, estão as estradas vicinais degradadas e distantes dos centros urbanos, inviabilizando a comercialização da produção camponesa. Do outro lado das legislações ambientais flexíveis ao projeto hegemônico, estão os desafios camponeses para a produção. No mesmo território hegemônico pelo agronegócio canavieiro, sustentados pelo Estado; estão assentados com acesso a créditos bloqueados, por meras burocracias. Em diferentes etapas de produção de mesma unidade de processamento encontram-se tecnologias de produção de energia a partir da biomassa e trabalhadores esgotando-se no corte manual da cana.

Esses e outros aspectos revelam o caráter seletivo e setorial do desenvolvimento no Brasil e os efeitos deletérios desse paradigma, que longe de sanar as desigualdades regionais, provoca o seu acirramento. E remete à necessidade de se pensar a mobilidade espacial do trabalho que acompanha a mobilidade espacial do capital. Conforme destacado, o capital se movimenta de acordo com os interesses de acumulação ampliada. Entre os fatores identificados como mola propulsora do fenômeno, estão: a disponibilidade hídrica, os incentivos fiscais e a mão de obra barata.

Paralelo a isso, há a mobilidade do trabalho. Consequência da *divisão territorial desigual do trabalho* e das desigualdades sociais que é permeada pelo desemprego, pela concentração de terras, expropriação de camponeses, demandas sociais, ausência de acesso à bens e serviços e outros fatores que possibilitam a subordinação do trabalho ao capital. Mobilidade do trabalho que possui dimensão temporal e espacial; de tal modo que, as intensas

jornadas de trabalho, o ritmo acelerado objetivando a produtividade e os fluxos migratórios, possibilitam a extração da *mais-valia*.

Em outras palavras, entende-se que a posição capitalista do Estado é funcional ao capital e mediadora das desigualdades que garantem sua reprodução. O que leva à compreender o motivo pelo qual, algumas ações e políticas públicas parecem serem feitas para dar errado, do ponto de vista dos ajustes sobre a desigualdades sociais; na medida em que o chamado *exército industrial de reserva* é necessário para a manutenção hegemônica do capitalismo.

Os efeitos disso para os trabalhadores são condições precárias de vida e trabalho, no que tange à moradia, a alimentação, as relações interpessoais, a sociabilidade, o acesso à cultura, ao descanso, à saúde, à segurança, à liberdade pessoal e de escolha, à dignidade, ao afeto. Em busca da ascensão os sujeitos alcançam nas condições atuais os meios mínimos de sobrevivência. Seus direitos conquistados à duras penas, nem sempre são garantidos.

A luta é contínua, incessante. A mobilidade tem etnia, gênero, lugar de origem. As conquistas são diariamente ameaçadas. A insegurança, paradoxalmente, os move e os bloqueia. A construção social que fundamenta a frase “*é coisa pra macho*” é a mesma que provoca a sensação de fracasso. Que gera o adoecimento da mente e do corpo que já pede socorro.

Em um Estado laico, observa-se o papel das Pastorais do Migrante e Pastoral da Terra, que admitem um *modus operandi* religiosamente imparcial diante de um Estado que tem lado bem definido, na busca de se alcançar a justiça social e mitigar as desigualdades; na busca por estratégias de *(Re)Existência*,enfrentando a condição de existir em uma permanência modificada.

O trabalho do corte manual de cana, por si desumano, é agravado pelos moldes produtivos que seguem. Na busca do lucro, o pagamento por produtividade, que se apresenta como estratégia empresarial de controle sobre o ritmo de trabalho; faz com que o trabalhador se submeta a situações em que extrapola seus limites, na busca de um salário capaz de mantê-lo e manter sua família. No aumento do processo de mecanização, viável ou não às agroindústrias, conforme a capacidade de produção e os custos; os piores terrenos, que não são enfrentados pela máquina, são encarados pelos humanos.

O medo do desemprego paira entre os trabalhadores. A incorporação em outras etapas do processo produtivo, ou à outros setores da economia, não é uma certeza para todos. Ainda que haja a integração em outros setores, para esses sujeitos estão reservados os cargos que não estão livres da precarização. A terceirização é latente e sintomática, sobre os rumos

que as conquistas trabalhistas estão tomando. No âmbito das inovações tecnológicas voltadas ao agronegócio canavieiro. Percebe-se que essas não aniquilam a mobilidade. As técnicas e tecnologias mudam. O controle, o ritmo de trabalho, a exploração do trabalhador permanece.

Nos sindicatos dos trabalhadores rurais, a pauta agrária não aparece. E a questão nem de longe está resolvida no país. Pensar os efeitos do agronegócio canavieiro requer antes de tudo pautar o latifúndio, as desigualdades regionais, os privilégios que garantem a reprodução do capital. De tal modo, que a problematização sobre os seus efeitos, requer pensar o espaço e os sujeitos de forma integrada. Torna-se pertinente, portanto, pautar a luta de classe e a reforma agrária estrutural, que considere os biomas, a saúde, a logística, a educação – não a que serve ao capital, mas que sirva a um projeto de sociedade justa, às práxis às condições de existência material e simbólica dos sujeitos.

Frente a isso, constitui-se enquanto agenda de pesquisa, a busca pela compreensão sobre a territorialização do Agronegócio no Cerrado, a partir da desconstrução do conceito - desmistificando a ideia de progresso postulada pelo setor e verificando as lacunas existentes na proposta de desenvolvimento admitida no país e como se dá o processo de *cercamento do campesinato* diante dos efeitos desse projeto em seus territórios.

Para tanto, considerou-se pertinente postular aqui o uso do conceito agronegócio canavieiro, como o início de uma proposta de reflexão, para desconstrução e, por conseguinte, reconstrução, com um posicionamento crítico diante a diversificação dessa face do agronegócio que pode dar por resolvidos os efeitos deletérios, que se engendram no bojo estrutural de uma questão agrária mal equacionada.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro?. **Migrantes: trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. (Orgs.) NOVAES, José Roberto. ALVES, Francisco. São Carlos: EdUSCar, 2007.
- ANA. Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos: avaliações e diretrizes para adaptação / **Agência Nacional de Águas**. – Brasília: ANA, GGES, 2016. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2016/MudancasClimaticaseRecursosHidricos.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.
- ARRAIS, Tadeu A. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: Ed. UFG, 2013.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Sistema Conceptual e sistema terminológico. **TradTerm 7**. São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49143>>. Acesso em: jul. 2016.
- BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a lós campesinos de um continente colonizado. **Boletín de antropología americana**. 44. Enero – Diciembre 2008.
- BAUER, Moisés; GAUER, Gabriel; NARDI, Nance. Depressão maior e atividade do sistema imunológico. **Rev. Associação Brasileira de Psiquiatria da América-Latina**. São Paulo: jul.-set. 1993. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=178135&indexSearch=ID>>. Acesso em: ago. 2016.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. **Explorações Geográficas: percursos no fim do Século**. (Orgs.) CASTRO, I. E. et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BERNARDES, Julia Adão. Metamorfoses do setor sucroenergético: emergência de contradições. **Espaço e energia: Mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: 2013.
- BEZERRA, Juscelino E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**. Ano 12, Nº. 14. P. 112-124. Jan/Jun, 2009.
- BORGES, Ronan Eustáquio. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**. Rio Claro: UNESP, 2006.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. **Usos e abusos da história oral**. / tradução: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- BRASIL DE FATO. Apenas 36% dos empregados do agronegócio têm carteira assinada. **Redação de olho nos ruralistas**. 2017. Disponível: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/27/apenas-36-dos-empregados-do-agronegocio-tem-carteira-assinada/>>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL FATOR. Usina de álcool é inaugurada no município de Uruaçu. 2008. Disponível em: <[https://www.revistafatorbrasil.com.br/ver\\_noticia.php?not=59547](https://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=59547)>. Acesso em: jan. 2017.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 8.447**, de 06 de maio de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm)>. Acesso em: ago. 2016.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: ago. 2016.

BUAINAIN, Antônio M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121. 2013.

CARVALHO, Simone Pereira de ; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. **Rev. Economia e Sociologia Rural** vol.49 no.3 Brasília July/Sept. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032011000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000300007)>. Acesso em: jul. 2016.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres- GO – Brasil. **Élisée, Rev. Geo.** UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

IBGE. Censo demográfico 2010 –**Atlas do Desenvolvimento Humano** – Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> Acesso em: ago. 2016.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. BARREIRA, Celene Cunha M. Antunes. Por uma análise territorial do Cerrado. **Cerrados: perspectivas e olhares**. (Orgs.) PELÁ, Márcia. CASTILHO, Denis. Goiânia: Vieira, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Denis. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. **Revista Mirante**, vol. 2, n.1. Pires do Rio - GO: UEG, 2007.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; PEIXOTO, Ângela Maria Martins; BORGES, Helena de Moraes; CARVALHO, Jéssyca Tomaz. A degeneração do usuário de Crack: uma problemática biopsicossocial. **Veredas Geográficas**. (Orgs.) CHAVEIRO, Eguimar Felício [et. al] - Goiânia: Kelps, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Síntese estatística em 31/12/2013 (atualização final 27/03/14) - campanha da CPT contra o trabalho escravo. **Repórter Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/01/S%C3%ADntese-estat%C3%ADstica-do-TE-2013-ATUALIZADA-em-27.03.20141.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

CONTERATO, Marcelo Antônio; NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. (Orgs.) SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

COSTA, Francisco Assis. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Edição Especial. P. 45-60. Jul./ 13.

COSTA, Fulvio. Pastoral dos Migrantes acolhe e orienta quem precisa. **Arquidiocese de Goiânia**. Goiânia, 2016. Disponível em: <<http://arquidiocesedegoiania.org.br/comunicacao/noticias/arquidiocese/2310-pastoral-do-migrante.html>>. Acesso em: dez. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2012.

DUARTE, José Guilherme. **Transtornos Mentais Comuns em trabalhadores rurais no corte da cana-de-açúcar. Santa Helena de Goiás/Goiás**. Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica, 2010. Disponível em: <<http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/2/file/MCAS/Guilherme%20Jos%C3%A9%20Duarte.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

DUARTE, José Guilherme; OLIVEIRA, Virginia Célia de Barros. Trabalho no corte da cana-de-açúcar e as condições de vida relevante no processo Saúde/Doença dos trabalhadores. **Secretaria de Estado da Saúde**. Goiás: SGC, 2013. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-05/o-trabalho-no-corte-de-cana-de-acucar-e-as-condicoes-de-vida-relevantes-no-processo-saude-doenca-dos-trabalhadores.pdf>>. Acesso em: ago 2016.

EMBRAPA - MANZATTO, C. V.; ASSAD, E. D.; BACA, J. F. M.; ZARONI, M. J.; PEREIRA, S. E. M. Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar: expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro. **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/579169/zoneamento-agroecologico-da-cana-de-acucar-expandir-a-producao-preservar-a-vida-garantir-o-futuro>> Acesso em: jun. 2016.

EMBRAPA - Ministra Kátia Abreu apresenta ações para o Matopiba no Maranhão. **Gestão Ambiental e Territorial**. Brasília: 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/web/mobile/noticias/-/noticia/3166257/ministra-katia-abreu-apresenta-acoes-para-o-matopiba-no-maranhao>> Acesso em: ago. 2016.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **A evolução do setor sucroalcooleiro na microrregião Ceres (GO): dinâmica espacial e impactos socioeconômicos**. Goiânia, 2010.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **As paisagens regionais na microrregião Ceres (GO) – das Colônias Agrícolas Nacionais ao Agronegócio Sucroenergético**. Brasília: UNB, 2016.

FREITAS, Ricardo Luis. CLEPS JÚNIOR, João. A territorialização do setor sucroenergético e o agrohidronegócio no triângulo mineiro/Alto Paranaíba. mundo do trabalho. **Revista Pegada**, vol. 13 n.1 168 junho/2012.

G1-Goiás. Encontrado corpo de menina que sumiu ao sair para doar cão, em GO. [23, de outubro de 2012]. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/10/encontrado-corpo-de-menina-que-sumiu-ao-sair-para-doar-cachorro.html>>. Acesso em: fev, 2017.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**./ Jean-Paul de Gaudemar; tradução: Maria de Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e ecologia: Crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**./ Richard Hartshorne; tradução: Thomaz Newlands Neto. São Paulo, SP: Hucitec, 1978.

HARVEY, David. **O enigma do capital : e as crises do capitalismo** / David Harvey ; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP :Boitempo , 2011.

HELOANI, José Roberto; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. **São Paulo em Perspectiva**. vol.17 no.2 São Paulo Apr./June 2003. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: ago. 2016.

HOUDART, François. **A Agroenergia – Solução para o clima ou saída da crise para o capital?**Petrópolis, Editora Vozes. 2010.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômicas) – **A ocupação dos cerrados: Uma análise crítica**. Setembro – 1986.

IBGE. Acervo Fotográfico. **IBGE CIDADES**.2017. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=520540&search=goias|ceres|infograficos:-fotos>>. Acesso em: fev. 2017.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**.Rio de Janeiro: 1990.

Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional\\_v01.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf)>. Acesso em: fev. 2017.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as Tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

INSTITUTO MAURO BORGES(IMB). Goiás – Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>> Acesso em: ago. 2016.

INTINI, João M.; FERNANDES, Uelton F. Bancada ruralista: a face política do agronegócio. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Edição Especial. P. 70-86. Jul./ 13.

JORNAL DO VALE. Usina de cana-de-açúcar é acionada pelo MP por captação irregular no Rio das Almas.[Segunda, 18 de julho de 2016]. Disponível em:

<<http://jvonline.com.br/noticias/judiciario/6872-usina-de-cana-de-acucar-e-acionada-pelo-mp-por-captacao-irregular-no-rio-das-almas.html>>. Acesso em: jul. 2016.

LOBÃO, Fernando. Usina que fornece para a Coca-cola comete crime contra o Meio Ambiente e a Saúde Pública. *Blogspost*. Dezembro, 2016. Disponível em: < <http://fernandolobao->

cerrado.blogspot.com.br/2016/12/usina-que-fornece-para-coca-cola-comete.html> . Acesso em: jan. 2017.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo.**/ Luxemburg, Rosa; tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

MAPA. Brasil bate mais um recorde na produção de cana-de-açúcar. Notícia: 30/04/2009 -11:09. 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2009/04/brasil-bate-mais-um-recorde-na-producao-de-cana-de-acucar>>. Acesso em: fev. de 2016.

MAPA. Brasil deve produzir safra recorde de cana-de-açúcar na safra 2006/2007. Notícia: 31/05/2006- 15:58. 2006. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2006/05/brasil-deve-produzir-safra-recorde-de-cana-de-acucar-na-safra-20062007>>. Acesso em: fev. de 2016.

MAPA. **Plano Nacional de Agroenergia 2006 – 2011.** 2ªed. Revisada. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF 2006.

MARTINS, José de Souza .**O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** 2. ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

MATTEI, Lauro. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. **Revista de economia e sociologia rural.** Piracicaba, Vol. 52, Supl. 1, p. S105-S124. Fev. 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado goiano: as tramas, as (Re)Existências e a unicidade orgânica do trabalho. **Agroecologia: práticas e saberes.** (Org.) MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. 2 ed. – Catalão: Gráfica modelo 2012.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste goiano.** Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **BIOCOMBUSTÍVEIS X AGROCOMBUSTÍVEIS: a polêmica sobre a expansão do setor sucroalcooleiro nas áreas de Cerrado no Brasil Central.** Catalão: UFG, 2009.

MENDONÇA, Maria Luiza. A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil. **CPT - Cadernos de Formação 2.** Recife: 2006.

MENDONÇA, Maria Luiza. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Revista Contexto Internacional,** Vol. 37, N° 2, 2015. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=685&sid=122>>. Acesso em: jul. 2016.

MENEZES, Bruna Bizarro. SCOPEL, Iraci. SOUSA, Marluce Silva. Plantio de cana-de-açúcar em solos arenosos: considerações sobre o uso e ocupação agrícola da bacia do Ribeirão Sujo, Serranópolis-GO. **Fórum Ambiental da Alta Paulista.** Volume VI. Ano 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Estratégias, táticas e resistência no cotidiano dos canaviais. **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho.** (Orgs.) MENEZES, Marilda Aparecida de; GODOI, Emilia Pietrafesa. Annablume, São Paulo: 2011.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** (Orgs.) SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MÉSZÁROS, István, 1930 - **Para além do capital : rumo a uma teoria da transição /** IstvánMészáros ; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo :Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Lista Suja do Trabalho Escravo.** 2016. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/listadetransparencia4.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

MITIDIERO JÚNIOR, M. Antonio; BARBOSA, Humberto Júnior Neves; HÉRICK DE SÁ, Thiago. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006.** Paraíba, 2016. Mimeo.

MOYZES, Aristides. SILVA, Eduardo Rodrigues da. Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade. **Cadernos MetrÓpole**, 20 pp. 197-220 20 sem. 2008.

NOVACANA. As usinas de açúcar e etanol. 2016. Disponível em: <<https://www.novacana.com/usinas-brasil/>>. Acesso em: ago. 2016.

NOVACANA. Grupo Japungu. 2016. Disponível em: <<https://www.novacana.com/usinas-brasil/grupo/grupo-japungu/>> Acesso em: out. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo de . A mundialização da agricultura brasileira. **TerritÓrio em Conflito, Terra e Poder.** (Orgs.) OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro; CABRAL, José Pedro C.; SANTOS, Roberto de Souza. – Goiânia: Kleps, 2014a.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 3 ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas. Narrativas dos trabalhadores migrantes do corte de cana em São Paulo: algumas interpretações a partir das teorias migratórias. **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos.**(Orgs.) PÓVOA NETO, Helion; [et al.] – 1 ed. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial, 2014b.

PERPETUA, Guilherme Marini. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A mobilidade da força de trabalho na territorialização do “deserto verde” – reflexões preliminares sobre o caso de Três Lagoas (MS). **Estudos do Trabalho.** Ano IX- Número 17 - novembro de 2015

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** (Orgs.) SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti.. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural.** Piracicaba, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084. Fev. 2015.

PIRES, Mauro Oliveira. **Programas agrícolas na ocupação do Cerrado.** Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000.

- REPÓRTER BRASIL. *Lista Suja do Trabalho Escravo*. 2013. Disponível em: <<http://pacto.reporterbrasil.org.br/listasuja/lista>>. Acesso em: ago. 2016.
- REPÓRTER BRASIL. Perguntas e respostas sobre trabalho escravo e a PEC 57A/199 (ex-PEC 438/2001). 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: ago. 2016.
- RESENDE NETO, Armando. **Sustentabilidade, Água Virtual e Pegada Hídrica: um estudo exploratório do setor bioenergético**. Porto Alegre, UFRS, 2011.
- RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Agricultura “caificada” no sudeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus socio-ambiental**. Niterói: UFRJ, 2005.
- RIGOTTO, Raquel Maria. Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. **Rev. Bras. Epidemiol.** Vol. 6, Nº 4. Fortaleza – Ceará, 2003.
- SAKAMOTO, Leonardo. Obtido através da Lei de Acesso à Informação, cadastro traz os dados de empregadores autuados entre abril de 2014 e abril de 2016. **Repórter Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2016/06/lista-de-transparencia-traz-349-nomes-flagrados-por-trabalho-escravo/>>. Acesso em: jan. 2017.
- SAKAMOTO, Leonardo. **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. Brasil: 2006. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced\\_labour/pub/trabalho\\_escravo\\_no\\_brasil\\_do\\_%20seculo\\_%20xxi\\_315.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_%20seculo_%20xxi_315.pdf)>. Acesso em: fev. 2007.
- SANTOS, Gesmar Rosa dos. **Políticas Públicas e expansão da agroenergia no Brasil: contradições e desafios às sustentabilidade no ambiente rural em regiões do Cerrado**. Brasília: UNB, 2011.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: edusp, 1994.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia**. - 6ed. São Paulo: EDUSP, 2012.
- SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO (SEGPLAN). Goiás - <http://www.segplan.go.gov.br/>
- SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE. **Regiões da Saúde**. 2017. Disponível em: <<http://www.saude.go.gov.br/page/42/regionais-de-saude>>. Acesso: fev. 2017.
- SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE. **Mapas da saúde**. 2016. Disponível em: <<http://www.saude.go.gov.br/page/75/mapa-da-saude>>. Acesso em: fev. 2017.
- SERVIÇO PASTORAL MIGRANTE. **Quem somos?**. 2017. Disponível em: <<https://spmigrantes.wordpress.com/quem-somos/>>. Acesso: fev. 2017.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**/ Vandana Shiva; tradução Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Edson Batista da. O cercamento do campesinato pelo capital em Itapuranga. **Geografia em questão**. V.08. N.02, pág. 93 – 108. 2015.

SILVA, Elaine Barbosa. ANJOS, Antonio Fernandes. O monitoramento do desmatamento e as ações de conservação do bioma Cerrado na primeira década do século XXI. **Cerrados: perspectivas e olhares**. (Org.). PELÁ, Márcia. CASTILHO, Denis. Goiânia: Vieira, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do Século**. São. Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Mores. Trabalho e Trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **Migrantes: trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. (orgs.) NOVAES, José Roberto. ALVES, Francisco. São Carlos: EdUSCar, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Sabe o que é ficar borrado no eito da cana? **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol. 21 n.2. Rio de Janeiro: 2013.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/viewFile/14087/15905>>. Acesso em: out. 2016.

SILVA, Willian Ferreira da. **A agroindústria canavieira em Goiás: a questão técnico-gerencial e as estratégias de controle fundiário**. Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. – Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Rio de Janeiro: 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. (Orgs.) CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

SUDECO. Superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste. **FCO**. publicado 10/01/2015. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/fco#.Vw6C2EfDzIU>>, Acesso em: fev. 2016.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Edição Especial. P. 13-30. Jul./ 13.

TEIXEIRA, Tatiana. Os thinktanks norte-americanos e sua fábrica de visões de mundo. **I Seminário Nacional de Sociologia & Política – Sociedade e Política em tempos de incerteza**. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT2/EixoV/think-tanks-americanos-TatianaTeixeira.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. CAPITAL, TRABALHO, TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE: a Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-15, jun., 2014.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume, 2002.

TORQUATO, Sérgio Alves. Mecanização da colheita da cana-de-açúcar: benefícios ambientais e impactos na mudança do emprego no campo em São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** – Número 29 – Setembro de 2013. Disponível em: <[http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/29-07\\_Materia\\_4\\_artigos361.pdf](http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/29-07_Materia_4_artigos361.pdf)>. Acesso em: fev. 2017.

União da Indústria de cana-de-açúcar (**UNICA**). São Paulo – SP. - Disponível em: <<http://www.unica.com.br/>>. Acesso em: ago. 2016.

**Uruana mais que consciente**. *facebook*. - Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=240997159615774&set=pcb.1050466748340312&type=3&theater>> Acesso em: ago. 2016.

**Uruana mais que consciente**. *facebook*. – Disponível em: <[https://www.facebook.com/groups/386711304715863/permalink/1050466748340312/?comment\\_id=1050837734969880&reply\\_comment\\_id=1050857614967892&comment\\_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R9%22%7D](https://www.facebook.com/groups/386711304715863/permalink/1050466748340312/?comment_id=1050837734969880&reply_comment_id=1050857614967892&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R9%22%7D)> Acesso em: ago. 2016.

**Uruana mais que consciente**. *facebook*. – Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=241011089614381&set=p.241011089614381&type=3&theater>> Acesso em: ago. 2016.

**Uruana mais que consciente**. *facebook*. – Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=241011136281043&set=p.241011136281043&type=3&theater>> Acesso em: ago. 2016.

VALLE NOTÍCIAS. **Usineiros da CRV Industrial vêm degradando e secando os Rios Verde, Uru e Rio das Almas**. [Quinta-feira, 06 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.vallenoticias.com.br/noticia/6510-usineiros-da-crv--de-carmo-do-rio-verde-vem-degradando-e-secando-os-rio-verde-uru-e-rio-das-almas.html>> Acesso em: ago. 2016.

VIEIRA, Fernanda Rodrigues. **Valoração econômica de quintais rurais – o caso dos agricultores associados à COOPERAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga-GO)**. Goiânia: Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, 2009.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**. Piracicaba, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044. Fev. 2015.

**WATER FOOTPRINT** – Disponível em: <<http://waterfootprint.org/en/resources/interactive-tools/product-gallery/>> Acesso: ago. 2016.

## ANEXOS

 <p><a href="http://www.fetaeg.org.br">www.fetaeg.org.br</a></p> <p>FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES (AS) RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE GOIÁS</p>	 <p><a href="http://www.fetaergo.org.br">www.fetaergo.org.br</a></p> <p>FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES (AS) RURAIS EMPREGADOS ASSALARIADOS DE GOIÁS</p>
---	---

Goiânia-Go, 15 de Dezembro de 2016.

### AOS EMPREGADORES RURAIS NO ESTADO DE GOIÁS

#### Saudações,

Servimos do presente para informar as recentes alterações na Estrutura Sindical de representação dos Trabalhadores Rurais em Goiás.

Há aproximadamente 40 anos os Trabalhadores Rurais foram representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás-FETAEG. Tratava-se entidade sindical eclética que representava ao mesmo tempo os agricultores familiares e os empregados rurais. Todavia, recentemente a entidade passou por um processo de dissociação de categoria, transformando-se em duas entidades específicas.

Com as alterações, a FETAEG tornou-se “Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás”, deixando de representar os empregados/rurais no Estado de Goiás, passando a representar apenas os agricultores familiares, ou seja, trabalhadores sem vínculo de emprego, que prestam serviços de forma autônoma com o auxílio de familiares.

Consequentemente, foi criada a **FETAER-GO – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES (AS) RURAIS EMPREGADOS (AS) ASSALARIADOS E ASSALARIADAS DO ESTADO DE GOIÁS**, com CNPJ Nº 21.462.646/0001-60, com sede na Rua 16A, Qd-16º, Lt 2-E, Setor Aeroporto, Goiânia-GO, CEP 74.075-150, fone (62) 3225-1466 (endereço eletrônico: [www.fetaergo.org.br](http://www.fetaergo.org.br)), representada por seu presidente JOSÉ MARIA DE LIMA.

Ressaltamos que as alterações supracitadas já estão devidamente registradas no Ministério do Trabalho. Portanto, daqui por diante compete a **FETAER/GO** a prática dos atos jurídicos de representação dos trabalhadores rurais empregados/assalariados no Estado de Goiás, dentre eles, celebrar Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, prestar assistência sindical e homologar Rescisões de Contrato de Trabalho, instituir e recolher Contribuições Sindicais ou Assistenciais, etc.

Atenciosamente,

FETAEG  
Fed. dos Trab. Rurais na Agric. Fam. do Est. de Goiás



Alair Luiz dos Santos  
Diretor Presidente

FETAER-GO  
Fed. Trab. Rurais Empor. Assalar. e Assalar. Est. Goiás



José Maria de Lima  
Presidente

## APÊNDICES

### QUESTÕES NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS

#### 1 TRABALHADORES E/OU TRABALHADORAS

- **Identificação**

Nome

Idade

Naturalidade

- **Escolaridade**

- **Estado Civil**

- **Filhos**

Quantos?

Com quem moram?

- **Residência durante período de trabalho**

Própria

Alugada

Alojamento

Há quanto tempo?

- **Tempo de trabalho**

No corte de cana

Na usina que trabalha atualmente

Em Goiás

Outras atividades

- **Condições no seu trabalho**

Segurança

Alimentação

Transporte

Renda

Saúde

- **Período entressafra**

- **Motivações da migração**
- **Estados que trabalhou**
- **Por que a cana?**
- **Aspectos positivos e negativos da profissão**
  
- **Organização**  
Greve  
Sindicato  
Outras formas de organização
- **Desafios**
- **Perspectivas**
- **Mecanização**

## 2 PODER PÚBLICO

- Qual a importância da agropecuária para o município?
- Qual é o perfil dos produtores rurais? Como é a estrutura fundiária do município?
- Houve a expansão das áreas de cultivo cana-de-açúcar nos últimos anos?
- Como é o mercado consumidor dos produtos agrícolas? Qual é o destino da produção?
- Existem ações da secretaria no que se refere a programas de assistência técnica aos produtores rurais?
- Quais os cursos de capacitação que são oferecidos?
- Quantas associações e/ou cooperativas de produtores são atuantes no município? Como é a relação da secretaria com essas organizações?
- Os produtores rurais tem acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural? E dentre essas políticas, quais são as políticas mais expressivas para o município (PAA, PNAE, PRONAF, dentre outras)?
- Existem dificuldades burocráticas para adesão dos produtores rurais a esses programas?
- Qual a perspectiva de atuação da secretaria para ampliar o acesso aos programas governamentais?

- Qual a leitura que a secretaria faz sobre a instalação de usina no município, ou município vizinho?

### 3 SINDICATOS

- Quantidade de Trabalhadores
- Origem
- Organização
- Direitos
- Desafios
- Mecanização
- Questão Agrária